



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL**

SILVANA CRISOSTOMO DA SILVA

**A QUESTÃO AMBIENTAL E OS MECANISMOS DE DESMONTE DA
EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
(2012 – 2020)**

RECIFE - PE

2023

SILVANA CRISOSTOMO DA SILVA

**A QUESTÃO AMBIENTAL E OS MECANISMOS DE DESMONTE DA
EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
(2012 – 2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra Maria das Graças e Silva.

RECIFE

2023

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Silvana Crisostomo da.

A questão ambiental e os mecanismos de desmonte da Empresa
Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS (2012 - 2020) / Silvana
Crisostomo da Silva. - Recife, 2023.
201f.: il.

Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, 2023.

Orientação: Maria das Graças e Silva.

1. Questão ambiental; 2. Capitalismo verde; 3. Matriz
energética; 4. Geopolítica do petróleo; 5. Desmonte da
PETROBRAS. I. Silva, Maria das Graças e. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

SILVANA CRISOSTOMO DA SILVA

**A QUESTÃO AMBIENTAL E OS MECANISMOS DE DESMONTE DA
EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS
(2012 – 2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Linha de Pesquisa: Capitalismo contemporâneo, questão agrária, urbana e ambiental. Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Aprovada em: 31/08 /2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria das Graças e Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profa. Dra. Evelyne Medeiros Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Rosa Maria Cortês de Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profa. Dra. Nailsa Maria Souza Araújo (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Sergipe - UFS

Prof. Dr. Pedro Rafael Lapa (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Dedico esta tese a Luiz Antônio Lourenzon (in memoriam), gigante camarada da Federação Única dos Trabalhadores (FUP). “Tamo junto!”.

AGRADECIMENTOS

À Almeidainha e a Toinho, educadores da Escola Escritor José de Alencar, que sempre me acolheram e orientaram para um horizonte reflexivo, crítico e poético.

À Gracinha, quem muito me ensinou e tornou a universidade um lugar acolhedor, democrático, de socialização de conhecimento. Com quem aprendi a escrever, a fazer pesquisa e ser generosa. Parceria iniciada em 2010 e com muitos bons frutos, aprendizados profissionais e para vida.

À Nailsa Araújo, Rosa Cortês e a Pedro Lapa que compuseram as bancas de avaliação deste trabalho, de forma respeitosa e construtiva, pessoas queridas que nutro muita admiração. À Evelyne Medeiros que somou a esse time e foi fundamental para consolidação desta tese.

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS) por ser elo e casa, por ter tantas pesquisadoras fantásticas com pesquisas necessárias para defesa da sustentabilidade ambiental e das comunidades e povos atingidos pela destrutividade da natureza. São nessas mulheres que me reconheço e caminhamos juntas.

À Laila Costa, irmã que a vida me deu. Para seleção, estudamos inglês juntas e passamos. Dividimos os trabalhos, aperreios e sonhos. Comparsa de novos mundos!

Aos meus amigos de turma e amores para vida, José Brito, Álisson Cleiton, Mércia Alves e Israel Silva. Também devo a conclusão dessa tese a essas doutoras, juntas não deixamos nenhuma desistir.

À Leandra Siqueira, irmã de mais de duas décadas, amor para uma vida inteira.

A João Flávio Neto, à Camila Marques e Eny Falcão, minha irmandade e família, que sempre seguram minha mão.

À Elba Ravane, minha irmã de Sertânia, e Rosineide Gonçalves pelos momentos afetivos regados a comidinhas e conversas com gosto de lar.

À Juliana Hora, pelas gargalhadas e presença.

À Clarissa Mendonça, pelo acompanhamento profissional de minhas descobertas e travessias, tão necessárias no momento pandêmico e para desenvolvimento deste trabalho.

Aos/às petroleiros/as do Sindipetro PE/PB, em especial a Loro, Luiz Lourenzon (*in memoriam*), que sempre acolheu minha pesquisa, fornecia livros do INEEP/FUP e dialogava sobre a conjuntura. Sei que estaria muito feliz e vibrante com a conclusão da pesquisa e resultados da tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa entre janeiro de 2020 e agosto de 2022.

À Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que transformou minha vida, pela assistência estudantil que me fez permanecer na graduação e, hoje, chegar à conclusão do doutorado.

A Luiz Inácio Lula da Silva e à Dilma Rousseff que em seus governos promoveram o acesso e permanência dos filhos e das filhas da classe trabalhadora a um lugar historicamente negado, a Universidade Pública.

O preço do desmonte da Petrobrás

Subiu quatro vezes, esse ano,
O preço da gasolina;
O botijão lá em cima,
Apaga o fogo e dá fome;
Aí me vem esse homem
Dizer que a culpa é do mano,
Que ele botou por engano,
Na frente da Petrobrás.
Demitiu o satanás...
E me bota outro tirano?

...Nós entrando pelo cano,
E Bolsonaro faz graça;
A Covid vai matando,
Enquanto a boiada passa;
Quer esconder a desgraça,
Primeiro bota o seu plano,
De tentar ser reeleito;
E o engano do sujeito,
Depressa vai se mostrando.

Conta mentira à doidado,
Queimado com a maioria;
Disse que diminuiria,
O preço dos derivados;
Sendo tudo combinado,
É quase nada o efeito;
A verdade é que o sujeito,
Servente do tal mercado,
Deixa tudo é leiloadado,
Vendendo o Brasil a oito.

Perfeito:
A Petrobrás que se via,
Bozo segue desmontando;
Eletrobrás vai entrando,
Correios, como dizia...
... tá tudo na sacaria,
Dá pressa, do vendilhão;
Já quase não tem nação
Que dirá soberania!

A verdade custa caro,
Pra vida de quem trabalha;
Militar com Bolsonaro,
É dólar que segue talha,
Dá definição dos preços;
E pros nossos endereços,

Só vão mandar a cangalha...

A gente recebe em Real,
E os preços indexados,
Em dólar, pelo mercado,
E o povo é que se dá mau.
É muita cara de pau,
Importar se tem petróleo;
E isso não é normal,
Nem certo, se afundo, olho;
Devolva nosso Petróleo:
- É Petrobrás Estatal!

Normal?
Normal é juntar ligeiro,
E fazer luta geral,
Carteiro, caminhoneiro,
Petroleiro e coisa e tal;
Pois fazem esse "rimuero"
Pra dá lucro pra banqueiro,
E é o Brasil quem passa mal.

Trabalhadores bancários,
Aplicativos, afins...
Vamos dar um não...
E.. sim, com as outras categorias,
Mostrar que o Brasil um dia,
Será por nós controlado;
E o tal desse deus mercado,
Errado, vá pra agonia;
É tanta patifaria,
Que cabe a nós o direito,
De lutar do nosso jeito,
Mudando essa "tirania"!

Atnágoras Lopes

RESUMO

Este estudo trata dos mecanismos de desmonte da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, entre os anos de 2012 e 2020. A apropriação privada de recursos naturais e sua destrutividade são constituintes do modo de produção capitalista, este em crise estrutural acirra a questão ambiental, ao mesmo tempo que a transforma em novo nicho de capital, com a criação de um mercado verde. As estratégias adotadas a partir do capitalismo verde para combater as expressões da questão ambiental, como a crise climática, partem da financeirização da natureza. A transição energética, necessária para continuidade da vida planetária, é capitaneada como forma de expansão do capitalismo contemporâneo sob apropriação de recursos naturais dos países periféricos por países de capitalismo central. Assim, não só a indústria dos hidrocarbonetos foi incorporada ao mundo das finanças, como o ar tornou-se rentabilizado nas bolsas de valores. No século XXI, as disputas em torno das reservas de petróleo tomaram novas dimensões como as guerras não convencionais mediante enfraquecimento de governos e processos democráticos em países detentores das reservas. Dessa forma, objetivamos analisar o processo de desmonte da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, entre os anos de 2012 e 2020. Para desenvolvimento da pesquisa social, norteamo-nos pelo método materialista histórico e dialético. Adotamos categorias analíticas para subsidiar a análise da realidade, com isso, realizamos revisão de literatura a partir de estudos qualitativos de autores clássicos e contemporâneos. Também utilizamos pesquisa documental com dados de domínio público, como documentos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Petrobras. Apontamos que houve atuação do imperialismo estadunidense na dinâmica petrolífera brasileira, motivada pela descoberta de petróleo no pré-sal, concomitante à deflagração da Operação Lava Jato e o processo de golpe jurídico-parlamentar-midiático como componentes de uma guerra não convencional. O desmonte da Petrobras também se deu pela adoção do preço de paridade internacional (PPI) com vinculação dos preços do mercado interno à cotação do dólar e ao preço do barril de petróleo (Brent), acirrando a crise econômica brasileira, os determinantes da superexploração do trabalho e a condição estrutural de capitalismo dependente; deu-se, ainda, pelo discurso de endividamento para continuidade e aumento dos desinvestimentos, à medida que ocorreu a priorização do pagamento de dividendos aos acionistas. Nesse processo, a produção de petróleo no país aumentou e a participação da Petrobras como concessionária reduziu, diante do desmembramento e sucateamento da empresa e do avanço das corporações transnacionais. Assim, o conjunto de mecanismos de desmonte da Petrobras está coadunado à engrenagem do capitalismo contemporâneo, que busca alternativas para a crise estrutural, mediante enfraquecimento das bases democráticas para saques de recursos naturais de países periféricos e destruição da natureza.

Palavras-chave: Questão ambiental. Capitalismo verde. Matriz energética. Geopolítica do petróleo. Desmonte da Petrobras.

ABSTRACT

This study deals with the dismantling mechanisms of the company *Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS*, between 2012 and 2020. The private appropriation of natural resources and their destructiveness are constituents of the capitalist mode of production, this one in structural crisis intensifies the environmental issue, at the same time that it transforms it into a new capital niche, with the creation of a green market. Strategies adopted from green capitalism to combat expressions of the environmental issue, such as the climate crisis, start from the financialization of nature. The energy transition, necessary for the continuity of planetary life, is spearheaded as a form of expansion of contemporary capitalism under the appropriation of natural resources from peripheral countries by countries of central capitalism. Thus, not only was the hydrocarbon industry incorporated into the world of finance, but also the air became profitable on the stock exchanges. In the 21st century, disputes over oil reserves took on new dimensions, such as unconventional wars, by weakening governments and democratic processes in countries holding reserves. Thus, we aim to analyze the process of dismantling the company *Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras*, between 2012 and 2020. For the development of social research, we are guided by the historical and dialectical materialist method. We adopted analytical categories to support the analysis of reality, with that, we carried out a literature review based on qualitative studies of classic and contemporary authors. We also used documental research with public domain data, such as documents from the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC), the National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels (ANP) and Petrobras. We point out that there was action by US imperialism in the Brazilian oil dynamics, motivated by the discovery of oil in the pre-salt layer, concomitant with the outbreak of Operation Lava Jato and the process of legal-parliamentary-media coup as components of an unconventional war. The dismantling of Petrobras also took place due to the adoption of the international parity price (PPI) with linking domestic market prices to the dollar quotation and the price of a barrel of oil (Brent), intensifying the Brazilian economic crisis, the determinants of the overexploitation of the work and the structural condition of dependent capitalism; it was also due to the discourse of indebtedness for continuity and an increase in divestments, as the payment of dividends to shareholders was prioritized. In this process, oil production in the country increased and Petrobras' participation as a concessionaire reduced, given the dismemberment and scrapping of the company and the advance of transnational corporations. Thus, Petrobras' set of dismantling mechanisms is in line with the gears of contemporary capitalism, which seeks alternatives to the structural crisis, by weakening the democratic bases for looting natural resources from peripheral countries and destroying nature.

Keywords: Environmental issue. Green capitalism. Energy matrix. Oil geopolitics. Dismantling Petrobras.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Fornecimento total de energia mundial por fonte (1971 – 2018)	86
Gráfico 2	Países com as maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto (2000 – 2020)	109
Gráfico 3	Preços médios de derivados do petróleo	147
Gráfico 4	Comparativo de ativo total e dívida total da Petrobras entre 2012 e 2020	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Linha do tempo da relação entre os acontecimentos políticos e a Petrobras (2011 – 2020)	44
Quadro 2	Resultado das privatizações (1991 – 2002)	125
Quadro 3	Esquemas internacionais de “petrocorrupção”	137
Quadro 4	“Desinvestimentos” de ativos da Petrobras no Brasil (2012 – 2020)	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Crescimento da produção de energia mundial (1971 – 2018) em MTEP	89
Tabela 2	Oferta Interna de Energia no Brasil (2020)	92
Tabela 3	<i>Ranking</i> da média dos dez países com as maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto (2000 – 2020)	108
Tabela 4	<i>Ranking</i> da média de produção e exportação de barril por dia dos dez países com as maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto (2000 – 2020)	110
Tabela 5	Preços médios de referência do petróleo	144
Tabela 6	Preços médios de derivados do petróleo	145
Tabela 7	Síntese financeira I	149
Tabela 8	Síntese financeira II	150
Tabela 9	Distribuição de acionistas	154
Tabela 10	Produção de petróleo no Brasil pelas principais empresas (2012 – 2020)	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ACNUR	Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANSA	Araucária Nitrogenados S.A
ASA	Articulação do Semiárido
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
B/D	Barril por dia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CENPES	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIA	Agência Central de Inteligência
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNOOC	<i>China National Offshore Oil Corporation</i>
CNPC	<i>China National Petroleum Corporation</i>
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
CNU	Confederação Nacional dos Urbanitários
CO2	Dióxido de Carbono
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COP	Conferência do Clima
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EJAtlas	Atlas Global de Justiça Ambiental

EPE	Empresa de Pesquisa Energética
ESA	Agência Espacial Europeia
EUA	Estados Unidos
FAFEN	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FISENGE	Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNU	Federação Nacional dos Urbanitários
FPSO	Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência
FUP	Federação Única dos Petroleiros
GASPETRO	Petrobras Gás S.A.
GEF	Fundo para o Meio Ambiente Global
GEMP	Grupo Executivo de Mercado e Preços
GEO	<i>Global Environment Outlook</i>
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
HCFC	Hidroclorofluorcarbono
HFC	Hidrofluorcarbono
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICTA	Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IEA	Agência Internacional de Energia
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produto Industrializado
IVA	Imposto sobre Valor Agregado
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MEC	Ministério da Educação
MME	Ministério de Minas e Energia

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTEP	Milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo
NAFTA	Acordo de Livre Comércio da América do Norte
NASA	Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço
NEPASS	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social
NOCs	<i>National Oil Companies</i>
NSA	Agência de Segurança Nacional
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSPAAAL	Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCL	Política de Conteúdo Local
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PKI	Partido Comunista Indonésio
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
POCAE	Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool

PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Pagamento por Serviços Ecossistêmicos
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTRC	Programa de Transferência de Renda Condicionada
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
REDD	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
REPLAN	Refinaria de Paulínia
REVAP	Refinaria Henrique Lage
SINDIPETRO	Sindicato dos Petroleiros
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAG	Transportadora Associada de Gás S.A.
TCU	Tribunal de Contas da União
TRF	Tribunal Regional Federal
UAB	Universidade Autônoma de Barcelona
UE	União Europeia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
UN-REDD	Programa das Nações Unidas para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. CAMINHOS DA PESQUISA	21
1.1. Pandemia do Coronavírus e os desdobramentos na pesquisa	21
1.2. Ponto de partida	26
1.3. Justificativa	36
1.4. Procedimentos metodológicos	41
2. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E QUESTÃO AMBIENTAL	46
2.1. Crise estrutural do capital e a destruição da natureza	47
2.2. Capitalismo verde e financeirização da natureza	64
3. MATRIZ ENERGÉTICA E GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO SÉCULO XXI	83
3.1. Entre energia “limpa” e “suja”: o petróleo e a soberania energética	85
3.2. Imperialismo e a sede por petróleo	103
4. “DOU-LHE UMA, DOU-LHE DUAS, DOU-LHE TRÊS”: ESTADO BRASILEIRO E ESTRATÉGIAS DE DESMONTE DA PETROBRAS	119
4.1. Operação Lava Jato e processo de golpe jurídico-parlamentar-midiático	134
4.2. Política de preços, desvalorização e privatizações da Petrobras	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXO	188
APÊNDICE	192

INTRODUÇÃO

O presente estudo trata dos mecanismos de desmonte da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, a partir de mediações da crise estrutural do capital, questão ambiental, geopolítica e golpe jurídico-parlamentar-midiático no Brasil. O ponto de partida para desenvolvimento da pesquisa foi a acelerada continuidade do processo de privatização da Petrobras mediante ruptura democrática em 2016. O avanço da investigação culminou na ampliação para análise da política de preços e desvalorização da empresa, como também a apreensão de determinantes estruturais da sociabilidade capitalista, conjunturais da política e economia mundial e nacional e as incidências no objeto pesquisado.

Em um contexto de crise do capital e acirrada destrutividade de recursos naturais, as fontes energéticas estão em disputa, inclusive, sob a racionalidade burguesa do “capitalismo verde” que lança mão do debate de transição energética ao apontar formas de energias “limpa” e “suja”. Nesse circuito, o petróleo é tido como um dos maiores poluentes, entretanto, não se questionam as contradições entre produção, mercantilização e necessidades sociais sob a égide do capital. Assim, essa perspectiva tende a reduzir tal problemática ao uso do petróleo, ao invés de questionar a própria engrenagem capitalista. Essa redução também negligencia a situação dos Estados em conflitos por petróleo e a geopolítica da apropriação privada desse recurso natural que permeia guerras e golpes.

O Brasil se insere nessa dinâmica mundial e a indústria de petróleo e gás, através da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, que passou por um processo de desmonte envolvendo a política de preços de petróleo e derivados, a desvalorização da empresa no mercado e as privatizações com a venda de ativos em todas as áreas etc, com destaque para o período pós-golpe de 2016. Esse processo foi alicerçado, ideologicamente, no combate à corrupção – alardeado pela Operação Lava Jato, por uma ruptura de projeto político mediante golpe jurídico-parlamentar-midiático, dentre outras estratégias instrumentalizadas pelo Estado, com o intuito de apropriação privada dos recursos estratégicos do país para as grandes corporações transnacionais.

Assim, pergunta-se: qual a relação entre a geopolítica mundial de intensificação das disputas pelos recursos naturais estratégicos, de diversificação da matriz energética mundial para fazer face à crise climática e as estratégias econômicas e políticas para desmonte da empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras?

Dessa forma, temos por objetivo geral analisar o processo de desmonte da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras a luz da questão ambiental, entre os anos de 2012 e 2020. Especificamente, objetivamos:

- Analisar a relação entre capitalismo contemporâneo em crise estrutural e questão ambiental;
- Desvelar as principais tendências sobre matrizes energéticas a partir da geopolítica mundial do petróleo;
- Investigar as estratégias políticas e econômicas de desmonte da Petrobras.

A exposição da tese foi construída em quatro capítulos: o primeiro trata do caminho da pesquisa e inicia com o destaque fundante: a pandemia do Coronavírus e os desdobramentos causados ao desenvolvimento da pesquisa, de ordem objetiva e subjetiva; apresentamos o percurso da aparência, o ponto de partida; a justificativa e os procedimentos metodológicos do estudo. No segundo capítulo, analisamos a destrutividade ambiental a partir da crise estrutural do capital e sua relação entre centro e periferia mundial, além da alternativa do capitalismo verde como saída alardeada pelos organismos internacionais, com destaque para o desenvolvimento sustentável e a economia verde, mediante financeirização da natureza.

No terceiro capítulo, tratamos do debate das matrizes energéticas e as contradições em torno da transição energética, diante do agravamento da questão climática. Também abordamos a geopolítica do petróleo e as complexas questões em torno da indústria petrolífera, como soberania energética visto ser um recurso natural estratégico e que permeia conflitos mundiais, orquestrados pelo imperialismo estadunidense. Por fim, no quarto capítulo apresentamos os mecanismos de desmonte da Petrobras, com destaque para: a Operação Lava Jato e o processo de golpe jurídico-parlamentar-midiático; as mudanças na política de preços da

Petrobras, a desvalorização mediante discurso de endividamento e a concomitante privatização da empresa.

1. CAMINHOS DA PESQUISA

*“Ontem eu achava que sabia algo da vida
Hoje sei mais que ontem
Mas ainda continuo sem saber”*

Ao escrever essa poesia, eu tratava da vida, mas ela também nos ajuda a pensar sobre a produção de conhecimento. A maturidade científica contempla um não saber, ver a realidade despida, um aguçar de reflexões, um juntar de teorias e uma análise que não é mais um observar, é um apanhado de problematizações e elaborações, de números e dados, de histórias de vida. A vida retratada na poesia não é tão diferente da ciência. Esse saber que não é rígido, mas movimento e acúmulo de saberes e que continua a ser desbravado. Dessa forma, inicio a exposição da tese com apresentação dos caminhos da pesquisa.

1.1. Pandemia do Coronavírus e os desdobramentos na pesquisa

Antes de tudo, cabe destacar que o desenvolvimento da pesquisa foi afetado pela pandemia do Coronavírus e não poderíamos realizar a exposição sem demarcar essa realidade fundante para a realização do estudo cujos resultados estão organizados nesta tese. Pergunto-me: poderia ter sido outro desenvolvimento, resultados, exposição? Não há como modificar os dados da realidade e nem tampouco encaixar análises a estes, mas é certo que as privações vivenciadas nesse momento transformaram nossa pesquisa, realizada durante um momento tão atípico e caótico.

O ano de 2020 carregou a marca da ansiedade, angústia e perdas causadas pela pandemia do coronavírus, causador da doença Covid-19, a qual provoca febre, cansaço, tosse seca, dentre outros sintomas como dor de cabeça, perda de olfato e paladar e dificuldade respiratória que pode culminar em morte ou também incidir no agravamento de comorbidades. A transmissão se dá por gotículas de salivas de pessoas infectadas, assim as primeiras medidas para conter o avanço da pandemia

foram: distanciamento e isolamento social, uso de máscaras, lavagem das mãos e uso de álcool 70% (OPAS, OMS, 2020).

O primeiro caso da doença foi registrado em 01 de dezembro de 2019, em Wuhan, na China. Após trinta dias, houve a notificação à Organização Mundial de Saúde (OMS)¹. Porém, o novo vírus propagou-se facilmente em todo mundo. Houve uma corrida contra o tempo para descoberta da vacina, diante das mutações do vírus. Os sistemas de saúde no mundo entraram em colapso diante da relação entre alta necessidade e números limitados de leitos em Unidades de Terapia Intensiva (UTI).

Um pouco mais de dois anos após o primeiro caso, o cenário mundial era desolador, com 349.641.119 casos confirmados e 5.592.266 mortes². No Brasil, o primeiro caso registrado foi em 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo – SP. Em janeiro de 2022, registrou-se 24.044.255 casos confirmados de pessoas que foram infectadas pelo coronavírus; destes, 623.097 vieram a óbito, de acordo com o Ministério da Saúde³.

O quadro ainda é mais alarmante devido à subnotificação de óbitos, fenômeno que também ocorreu em outros países, e ausência de testagem em massa, como aponta Biernath (2020) em matéria escrita para o BBC News Brasil, inclusive, que as mortes estavam 50% a mais do que os dados oficiais apresentados. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) revelou a subnotificação de óbitos, a partir do estudo “Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil” (ORELLANA, 2020)⁴.

Em Pernambuco, a primeira confirmação foi em 12 de março de 2020, na cidade do Recife (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020a). Passados dois anos, o

¹ Disponível em: <<https://www.metropoles.com/mundo/primeiro-caso-de-covid-19-no-mundo-completa-1-ano-veja-linha-do-tempo>>. Acesso em: 03 mar.2021.

² Dados de 24 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 24 jan.2022.

³ Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 24 jan.2022.

⁴ O tratamento das notificações de Covid-19 continuou precário, ao fim do ano de 2021 houve um “apagão” em sistemas de dados do Ministério da Saúde: e-SUS Notifica, Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) e ConecteSUS, o que por sua vez, suspendeu a emissão do Certificado Nacional de Vacinação Covid-19 e da Carteira Nacional de Vacinação Digital. Os sistemas passaram treze dias fora do ar e comprometeu a atualização dos boletins epidemiológicos. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/apagao-de-dados-do-ministerio-da-saude-deixa-monitoramento-da-pandemia-a-deriva/>>. Acesso em: 24 jan.2022.

cenário foi de 667.212 pessoas infectadas e 20.581 mortes, segundo dados do Governo do Estado de Pernambuco⁵ e na capital pernambucana houve o registro de 166.427 casos confirmados e 5.751 pessoas mortas⁶, conforme Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) do Recife.

Diante disso, houve inúmeras dificuldades para realização desse estudo, de ordens subjetivas e objetivas: lidar emocionalmente com os dados mencionados acima, pois os números apresentados são histórias de vidas interrompidas e famílias desoladas pelas perdas; ter o lazer, que compõe o sentido de saúde, escasso e restrito ao ambiente domiciliar diante do cumprimento do isolamento social; ficar sem o afeto em encontros com os/as amigos/as e familiares; aumento das atividades domésticas devido à necessidade de higienizar compras, casa e roupas, com mais afinho por conta da possibilidade de contaminação; quedas do serviço de internet, tanto pelo aumento de pessoas trabalhando em casa, denominado *home office*, como por recorrentes furtos de fios de cobre e cabos de telefonia, ocasionando a ausência da prestação de serviço por semanas.

Além disso, com a suspensão das atividades presenciais da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não foi possível acessar os espaços profícuos para desenvolvimento do estudo, como bibliotecas, sala de estudos e espaços de convivência e socialização. A universidade é encontro, casa, troca, convívio e assim também se faz o conhecimento. É se perder nos corredores das bibliotecas e descobrir nas prateleiras um livro novo, encontrar em uma obra a chave para seu estudo. É participar de debates, ouvir, formular, anotar, falar e enriquecer a tese. É encontrar a orientadora, ter reuniões com café, bolo e pão de queijo. É estar com os/as amigos/as, partilhar angústias e felicidades do doutorado. Enfim, é um vazio que não ter estado na UFPE deixou no/a pesquisador/a e em sua produção.

Em relação ao acesso a livros, houve a aquisição de títulos mediante compra online, entretanto, existem obras que estão esgotadas. Participei de cursos e seminários virtuais, mas a interação foi diferente dos espaços coletivos presenciais, além da exaustão física e mental causada pela vivência constante em frente às

⁵ Dados de 22 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://dados.seplag.pe.gov.br/apps/corona.html>>. Acesso em: 24 jan.2022.

⁶ Dados de 24 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://dado.recife.br/>>. Acesso em: 24 jan.2022.

telas. Essa mesma condição se estendeu às atividades desenvolvidas no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS).

No tocante à reprodução social, os gastos aumentaram bastante em 2020. Os dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam que “os preços do conjunto de alimentos básicos, necessários para as refeições de uma pessoa adulta (conforme Decreto-lei 399/1938) aumentaram em todas as capitais” (DIEESE, 2021, p. 1), com destaque para: carne bovina de primeira, leite UHT, manteiga, arroz agulhinha, óleo de soja, batata, açúcar, farinha de trigo, pão francês e tomate (ibid, 2021).

Ainda “com base na cesta mais cara que, em dezembro, foi a de São Paulo, o DIEESE estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.304,90, o que corresponde a 5,08 vezes o mínimo vigente, de R\$ 1.045,00” (DIEESE, 2021, p. 1). Em paralelo, a bolsa ofertada aos/às estudantes pesquisadores/as de doutorado pelas agências de fomento à pesquisa, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mantiveram-se no valor de R\$ 2.200,00, entre abril de 2013 e fevereiro de 2023, sem levar em conta o aumento do salário mínimo e da cesta básica no país. Em 2013, a bolsa equivalia a 3,2 salários mínimos, que era de R\$ 678,00 (janeiro/2013). Já em 2022, a bolsa representava 1,8 salários mínimos, correspondente a R\$1.212,00 (janeiro/2022)⁷.

A pandemia evidenciou as desigualdades sociais do país, sem deixar de fora os/as profissionais que se dedicam à pesquisa, tendo em vista as condições precarizadas de trabalho, se assim podemos chamar, visto que não há vínculo empregatício e proteção trabalhista. O valor da bolsa tornou-se um desafio diante do aumento no custo de vida e demais gastos postos pela pandemia, como a compra de livros que encontraria nas bibliotecas da universidade; pela troca na modalidade da internet, para fibra ótica e com uma velocidade maior que anterior; pelo

⁷ Ver relação entre salário mínimo nominal e salário mínimo necessário, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, do DIEESE. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 03 mar.2021.

pagamento de fretes para entregas de produtos, de gêneros alimentícios aos livros para pesquisa.

Cabe ressaltar que para realização de pesquisa científica é imprescindível o sujeito pesquisador que come, sente, adoece e que necessita de condições subjetivas e objetivas favoráveis para desenvolvimento de seu trabalho e este pode sofrer impactos diante das adversidades postas pela realidade. A pandemia do coronavírus escancarou essa relação sujeito-objeto tão negligenciada pela academia e pelo conjunto da sociedade brasileira.

O negacionismo científico vivenciado nos últimos anos, em específico, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi confrontado cotidianamente pelas vidas perdidas, sob responsabilidade de um projeto genocida que menosprezou os protocolos sanitários, promoveu atraso na compra de vacinas e no plano de vacinação e, implementou um projeto de morte em nome de “passar a boiada”⁸.

Assim, compartilho uma poesia de minha autoria, escrita em 02 de julho de 2021, intitulada “PANDEMIA”:

*A dermatite comeu meu rosto
A ansiedade devorou minha mente
Meu dente entronchou
Perdi peso, dias, carnaval,
encontros, risadas*

*Mas pessoas perderam a vida
Famílias perderam pessoas
Mais de 500 mil histórias interrompidas,
sonhos, amores*

*Enquanto isso: desemprego, caos,
distopia numérica do capital
E prato sem comida na mesa do povo*

*Lucro acima da vida
1 dólar por vacina
Quanto vale respirar?
Quanto vale viver?*

⁸ Afirmação de Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente, em reunião entre ministros e o presidente Jair Bolsonaro, ao tratar do momento para aprovar as reformas já que a visibilidade midiática estava sob a Covid-19.

1.2. Ponto de partida

O petróleo, recurso natural proveniente da sedimentação de matéria orgânica, ficou conhecido como “ouro negro” e se constitui no motor da produção capitalista na Europa desde o século XIX e no Brasil a partir do século XX. Sua disputa é responsável, no curso dos “tempos modernos”, por conflitos e guerras (convencional e atualmente não convencional⁹); formação de cartéis e grupos como “As sete irmãs do Petróleo”, em 1928, composto pelas empresas Exxon, Shell, BP, Mobil, Texaco, Gulf e Chevron; a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), fundada em 1960, pelos países Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela.

Dada a sua importância como base da matriz energética mundial, também tem sido fator de desencadeamento de crises, como a crise mundial em meados de 1970 devido à alta do preço do petróleo. Passados 50 anos, os conflitos se perpetuam e o Brasil se insere nessa dinâmica, por ser um dos produtores mundiais a partir da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras¹⁰.

A própria criação da Petrobras em 1953 demonstra a relação direta com esses conflitos. Sob o mote da campanha “O petróleo é nosso!”, que iniciou em 1947, desenvolvendo-se inúmeros protestos contra as tentativas de entrega do direito de exploração e produção desse recurso natural ao capital estrangeiro. Diante disso, o Estado cria e designa à Petrobras o direito de exploração e produção de petróleo no país. Entretanto, diante das contínuas disputas pelo petróleo brasileiro

⁹ Conforme Korybko, “a guerra não convencional não acontece sozinha e espontaneamente; em vez disso, ela é a continuação de um conflito já existente na sociedade, e a função da guerra não convencional é ajudar um movimento contra o governo atuando dentro desse conflito a derrubar as autoridades. A guerra híbrida levanta a hipótese de que o conflito pré-existente em questão é uma revolução colorida fabricada externamente e que a guerra não convencional pode ser iniciada de forma secreta quase que imediatamente após o início da revolução colorida para atuar como multiplicador de forças. A campanha de uma guerra não convencional cresce em intensidade até que o governo alvo seja derrubado. Se a revolução colorida fracassa, contudo, a guerra não convencional, por fim, assume seu estágio de levante e começa a enfatizar a letalidade extrema em seus métodos. A guerra não convencional basicamente se desenvolve a partir de uma revolução colorida, que, em si, é uma semente plantada estrategicamente, com a justificativa da “luta pela libertação democrática”, como é habitualmente retratado de maneira enganosa pela mídia ocidental”. (2018, p. 71).

¹⁰ Em 2020, em um *ranking* mundial, a Petrobras foi a 4ª colocada das empresas globais de energia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/mercado/828179-petrobras-e-quarta-colocada-em-ranking-mundial-de-empresas-de-energia.shtml>>. Acesso em: 26 nov.2020.

que afeta diretamente a Petrobras, o governo de tendências neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995-2002, promoveu um movimento privatizante do petróleo e do gás natural brasileiro¹¹, com a promulgação da Emenda Constitucional Nº 9 em novembro de 1995, que atribuiu o inciso 1º ao art. 177 da Constituição Federal (1988), permitindo a contratação de empresas estatais ou privadas para atividades em torno do petróleo.

Dois anos após, FHC sancionou a lei nº 9.478/1997 que regulamentou esse processo: a participação de empresas privadas estrangeiras na pesquisa, exploração, produção e refino de petróleo e gás natural, destituindo assim, a exclusividade da empresa nacional Petrobras nesta atividade. Este novo marco regulatório ficou conhecido como “Regime de Concessão” e “quebra de monopólio da Petrobras” e representa um processo de privatização do petróleo e gás natural brasileiro¹².

Passado uma década, a descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro¹³ insere o Brasil no patamar de 5ª maior reserva do mundo, tornando-se foco mundial na geopolítica, visto que o petróleo e seus derivados ainda lideram a matriz energética mundial e brasileira. As empresas privadas estrangeiras voltaram-se à disputa da exploração e produção já que a Petrobras não mais possui o monopólio dessa atividade. Diante disso, o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), sancionou as leis nº 12.276 e nº12.351, ambas de 2010, estabelecendo dois modelos para exploração e produção de petróleo oriundo do pré-sal: cessão onerosa e sistema de partilha da produção¹⁴, respectivamente.

¹¹ Em maio de 1995, houve um forte processo de resistência, sobretudo dos/as trabalhadores/as da Petrobras, que realizaram a mais longa greve dos/as petroleiros/as, com 32 dias de paralisação. Foi uma intensa luta contra a reestruturação produtiva e avanço do neoliberalismo que resultou, inclusive, com a ocupação de refinarias pelo exército. Esse momento marcou o sindicalismo brasileiro, tendo em vista as perdas que ocorreram no tocante à flexibilização do trabalho, à elevação das formas de exploração da mais-valia e um conjunto de privatizações. Sobre isso, ver ROMÃO, Frederico Lisboa. A greve do fim do mundo: petroleiros 1995 – a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

¹² Em 1999, houve a “1ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural”. Além disso, nos anos de 2000 e 2001, houve a venda das ações da Petrobras no mercado financeiro internacional (BNDES, 2003).

¹³ Situado a mais de 7 km de profundidade, compreende uma área de 200 mil km² e representa uma extensão dos litorais do Espírito Santo ao de Santa Catarina.

¹⁴ De acordo com a ANP (2021b, s.p), “a Cessão Onerosa é um regime de contratação direta de áreas específicas da União para a Petrobras, para exploração e produção de petróleo e gás natural.”,

A mudança no marco regulatório possibilitou uma maior participação da Petrobras nesse processo, tendo em vista a determinação de que a empresa teria participação mínima de 30% na produção (BRASIL, 2010). Além disso, a alíquota dos royalties aumentou para 15% (o Regime de Concessão previa entre 5% e 10%) e, em 2013, a presidenta Dilma Rousseff (PT) sancionou a lei nº 12.858, que destinaria 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para saúde.

Porém, com o processo de golpe jurídico-parlamentar-midiático em 2016, houve mudanças no Regime de Partilha de Produção, com destaque para a exclusão da cláusula de obrigatoriedade de participação da Petrobras como operadora em todos os blocos do pré-sal. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apoiou o feito conforme declaração na Agenda da Indústria para o Poder Executivo 2016-2017: “não faz sentido que em um momento de dificuldades de investimento por parte da Petrobras, investidores privados, independentemente de seu tamanho, não possam ter participação autônoma em relação à estatal brasileira” (CNI, 2016, p. 30).

Essa medida afetou, inclusive, a destinação dos royalties, visto que estes são calculados com base no volume de produção, preço do barril e taxa de câmbio e que a retirada da obrigatoriedade da Petrobras repercute em uma diminuição na arrecadação para o próprio Estado brasileiro. A Federação Única dos Petroleiros (FUP)¹⁵ aponta que as empresas privadas estrangeiras não apresentam idoneidade na contabilização dos valores produzidos, o que afeta o repasse dos royalties¹⁶.

no qual não há necessidade de licitação. Já a partilha da produção corresponde a um “[...] regime de exploração e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos no qual o contratado exerce, por sua conta e risco, as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção e, em caso de descoberta comercial, adquire o direito à apropriação do custo em óleo, do volume da produção correspondente aos royalties devidos, bem como de parcela do excedente em óleo, na proporção, condições e prazos estabelecidos em contrato” (BRASIL, 2010, s.p.).

¹⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/25/economia/1477353770_864008.html>. Acesso em: 21 abril. 2019.

¹⁶ Existe um Projeto de Lei em tramitação ainda mais grave, o PLC Nº78/2018, que “Autoriza a Petrobras a transferir até 70% dos direitos de exploração de petróleo do pré-sal na área cedida onerosamente pela União para outras petroleiras, mantida a participação de 30% no consórcio, e flexibiliza a utilização do regime licitatório das sociedades de economia mista nas contratações de bens e serviços pelos consórcios integrados pela Petrobras”. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/133943>>. Acesso em: 11 Mai. 2020.

Além disso, ocorreu uma aceleração nos leilões do pré-sal¹⁷, escancarando um processo de privatização desse recurso natural. Sob o governo de Michael Temer, houve quatro leilões em apenas um ano: dois em janeiro e outros dois em dezembro de 2018¹⁸. Em setembro de 2018 foi realizada a 5ª rodada de leilão do pré-sal e o único bloco arrematado pela Petrobras, o Tartaruga Verde, possui menor potencial de produção de petróleo, enquanto as empresas estrangeiras adquiriram cerca de 92,6%: a anglo-holandesa Shell, as estadunidenses Chevron e ExxonMobil e a britânica British Petroleum, que por sinal são as empresas que compuseram o cartel das “Sete Irmãs” do petróleo. A 6ª rodada ocorreu em março de 2020 sem sucesso para a pretendida venda de cinco blocos da Bacia de Santos, visto que apenas o bloco Aram foi arrematado: 80% pela própria Petrobras e 20% pela CNODC Brasil Petróleo e Gás Ltda, empresa do Governo da China¹⁹. Mais rodadas foram previstas, visto a autorização da 7ª e 8ª rodada conforme Resolução Nº19 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 17 de dezembro de 2018²⁰.

A venda do direito de exploração do petróleo no pré-sal não é a única estratégia de desmonte levada a cabo pelo executivo brasileiro, pois existe um processo de fatiamento da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em todas suas áreas de atuação. Como respaldo jurídico, o ex-presidente Michael Temer sancionou o Decreto Nº 9.188, de 1º de novembro de 2017, que “estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais” (BRASIL, 2017). Entenda-se “desinvestimento” como sinônimo de venda, conforme parte do art. 1º, tem-se “a finalidade de disciplinar a alienação de ativos pertencentes àquelas entidades”. Temer ainda outorgou o Decreto Nº 9.355, de 25 de abril de 2018, que “estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de

¹⁷ A 1ª rodada ocorreu em 2013 sob o governo neodesenvolvimentista de Dilma Rousseff (2011 – 2016) – sob protestos da Plataforma Operária e Camponesa para Energia, composta por sindicatos e movimentos sociais. (PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DA ENERGIA, 2016).

¹⁸ Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/>>. Acesso em 26 Mai.2020.

¹⁹ Durante a pandemia do coronavírus, houve uma crise do petróleo diante do necessário distanciamento e isolamento social, que impôs uma estagnação a muitos setores da economia. Isso significou uma queda na produção, ressoando na queda do preço dos barris de petróleo em todo mundo. Esse pode ser um dos argumentos que incidiram no resultado da 6ª Rodada de Partilha do Pré-Sal. Outro argumento teria sido pela instabilidade política brasileira sob o governo de Jair Bolsonaro.

²⁰ Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/36074/265770/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CNPE_19.pdf/690f7d12-f9ea-0153-5826-260e5f59f517>. Acesso em 26 Mai.2020.

mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petrobras” (BRASIL, 2018).

Seguindo esse percurso, o ex-presidente Jair Bolsonaro criou o Programa Novos Caminhos, lançado em setembro de 2019:

Estamos abrindo caminhos para um novo ciclo de investimentos no Brasil, mais competitivo e desafiador para todas as empresas do setor. O que significa que os desinvestimentos realizados não implicam em descontinuidade da atividade, mas sim que os empregos e oportunidades continuarão sendo disponibilizados pelas novas empresas. Isso porque seguimos uma rigorosa política de seleção de potenciais compradores para garantir que as companhias interessadas tenham capacidade técnica, financeira e operacional para dar continuidade ao negócio. O que construímos juntos vai continuar transformando o Brasil. (PETROBRAS, 2020, s.p)

O anúncio da “Petrobras do Futuro” também foi feito no Plano de Negócios e Gestão 2019 – 2023. A empresa aponta que o principal objetivo é o “desinvestimento”, a fim de sanar dívidas elevadas e investir em áreas rentáveis, sendo eleita a exploração e produção (E&P) de petróleo, com foco no pré-sal, situado na região Sudeste do país. Nos anos de 2019 e 2020, o processo de “desinvestimento” na área de exploração e produção de petróleo e gás executou a venda de centro e quinze campos terrestres, dezoito campos em águas rasas, além de um campo e parte de outro em águas profundas.

Em 2020, ainda houve a venda das empresas subsidiárias da Petrobras: Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S/A (BSBios) e Liquigás. Já em 2019, foram vendidas: Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) e Belem Bioenergia Brasil, além do processo de arrendamento de fábricas de fertilizantes, Fafen-BA e Fafen-SE, com respaldo do novo Estatuto das Estatais que promoveu mudanças no Estatuto Social da Petrobras.

O início do programa de “desinvestimento” da Petrobras ocorreu durante a Gestão de José Sergio Gabrielli, em 2011, sob governo petista de Dilma Rousseff: “Pela primeira vez, a companhia incluiu em seu Plano de Negócios um programa de desinvestimento, totalizando US\$ 13,6 bilhões no período 2011-15. Este programa visa à eficiência na gestão dos ativos da Petrobras e sua rentabilidade.” (BRASIL,

2012, p. 35). Porém, os “desinvestimentos” apresentaram-se de forma ínfima entre 2012 e 2015 quando comparados aos anos de 2019 e 2020, como será elucidado no desenvolvimento da pesquisa.

Em 2016, o ano que marcou a história do país e da democracia brasileira, visto o golpe jurídico-parlamentar-midiático, não houve “desinvestimentos” de ativos da Petrobras no Brasil. Sob a gestão de Pedro Parente, durante o governo de Michael Temer, houve o início de diversas ofertas de ativos, mas não ocorreu a conclusão das vendas em razão da judicialização por ações populares. Além disso, houve a iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU) para limitar o quantitativo de alienações, designando apenas a abertura de um novo projeto de venda após a conclusão do projeto vigente. Após quatro meses, a decisão do TCU foi revogada.

Nos anos seguintes, em especial, em 2017 e 2018, os entraves da judicialização continuaram. Assim, Michael Temer sancionou dois decretos nos referidos anos que legalizaram os chamados “desinvestimentos”. Desde o golpe jurídico-parlamentar-midiático, concretizado em 12 de maio de 2016, houve a construção de um arcabouço jurídico para possibilitar o desmonte da Petrobras, a partir de mudanças no marco regulatório em torno da indústria do petróleo e gás no país, com destaque para:

- Lei Nº 13.303, de 30 de junho de 2016
- Lei Nº 13.365, de 29 de novembro de 2016
- Resolução CNPE Nº 17, de 09 de junho de 2017
- Decreto Nº 9.188, de 01 de novembro de 2017
- Decreto Nº 9.355, de 25 de abril de 2018
- Resolução ANP Nº 817, de 24 de abril de 2020

Diante disso, podemos apontar que foi necessário modificar as leis e normas do Estado para possibilitar o processo de desmonte da Petrobras. As privatizações listadas remontam a continuidade do projeto iniciado em 1995, que foi interrompido com uma reorientação, a partir dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), norteados pelo ideário neodesenvolvimentista. Os governos petistas possuem diversas contradições no que se refere à gestão do petróleo

brasileiro e da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A.. Economicamente, os avanços ocorreram na elevação dos investimentos da Petrobras e no crescimento de emprego, com desconcentração regional (FURNO, 2020). Entretanto, no que concerne à esfera produtiva do setor de Petróleo e Gás, a partir da Política de Conteúdo Local (PCL)²¹, houve uma estagnação no adensamento produtivo, bem como nos coeficientes de importação e exportação, entre 2003 e 2013 (ibid, 2020). Apesar disso, com a saída do governo petista a partir do golpe civil jurídico-parlamentar houve uma mudança substancial nos rumos do programa de “desinvestimento” e gestão da Petrobras, que necessitou de investigação científica para compreender as contradições e tendências postas.

O golpe jurídico-parlamentar-midiático foi um pilar para reestruturar o marco regulatório em torno da indústria do petróleo e gás, com destaque para consolidação do desmonte da Petrobras, realizada de maneira acelerada pelo presidente Jair Bolsonaro. Com respaldo legal, tendo em vista o arcabouço jurídico instituído pelo seu antecessor, o governo Bolsonaro disponibilizou uma lista de ofertas de “desinvestimento” da Petrobras no Brasil, no sítio eletrônico da empresa, denominado “Relação com Investidores”. Para Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras entre 2019 e 2021, esse processo não representou um desmonte, mas uma gestão de *portfólio*, e que a venda das refinarias, por exemplo, significa estímulo à concorrência e retomada de crescimento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Em resistência, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) deflagrou um conjunto de greves: em 2015, 2018 e 2020. Nesta última, diferentemente das outras greves, “os grevistas apontavam para a necessidade de aumentar a produção, seja para preservar os empregos (como no caso da Ansa/Fafen-PR) ou para retomar a capacidade de produção nas refinarias, reduzida pela Petrobras” (DIEESE, 2020, p.

²¹ De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI): “A Política de Conteúdo Local (CL) consiste na exigência de que uma empresa ou um conjunto de empresas de um setor produtivo realize no mercado doméstico uma parcela das compras de insumos ou de bens e serviços requeridos por seus investimentos.” (2012, p. 7). Ainda aponta que: “Essa intervenção do poder do Estado pode ser justificada de duas formas: por objetivos de natureza macroeconômica e de curto prazo, como o fortalecimento da demanda dirigida ao mercado doméstico e a expansão do emprego, ou por objetivos com foco mais específico e com uma perspectiva de crescimento de longo prazo, como a diversificação do parque manufatureiro e o desenvolvimento de setores intensivos em tecnologia e de elevado potencial de crescimento.” (CNI, 2012, p. 7).

7). Uma das atividades de greve, que ocorreu em Belo Horizonte e no Recife, foi a comercialização do gás de cozinha por R\$35,00. De acordo com os petroleiros a intenção foi “[...] chamar atenção para o preço justo do gás de cozinha, que deveria ser esse se a gente não tivesse sujeito à cotação do dólar e do preço do barril de petróleo mundial, apenas o nacional” (BRASIL DE FATO, 2020a)²².

No âmbito legislativo, houve a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras, proposta pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido dos Trabalhadores (PT), que objetiva “promover o debate sobre a política de privatizações e desinvestimentos da Petrobras e da desnacionalização da indústria do petróleo e derivados do Brasil” (BRASIL, 2019, p. 1). Os referidos partidos, em processo de disputa eleitoral na Câmara dos Deputados, também formularam manifesto e uma das reivindicações é a “defesa do patrimônio público e da soberania nacional, sobretudo de medidas de privatização e entrega da Petrobras [...]” (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020b).

Um segundo apontamento concerne à mudança na gestão da empresa a partir desse novo marco regulatório: uma lógica tecnocrata orquestrada por um planejamento com características e termos empresariais privados, como “desinvestimento” e “gestão ativa de portfólio”. Com isso, há uma negativa de que a Petrobras está sendo desmontada, mas reorientada a novos investimentos e caminhos, de acordo com os Planos de Gestão e Negócios da empresa, legitimados pelo aparato do Estado²³.

Com base em questões elencadas e respondidas pela própria empresa no sítio eletrônico dos Novos Caminhos, há o empenho em negar a privatização, por exemplo:

²² De acordo com a FUP (2022), entre 15 de outubro de 2016 e 14 de outubro de 2022, o gás de cozinha acumulou o reajuste de 280,7%, nas refinarias da Petrobras. A FUP (2022, s.p) destacou que “Enquanto isso, o *salário mínimo, sem aumento real, teve reajuste de 37,7%, ao longo desses anos*. A discrepância entre a alta do GLP, provocada pela política de preços de combustíveis, e a queda do poder de compra do trabalhador levou famílias de baixa renda a substituir o botijão de gás por lenha para cozinhar.” [grifo do autor].

²³ De acordo com Osório (2017, p. 35), o aparato do Estado é a instância que administra o poder político do Estado e “está formado por instituições como o Banco Central, o Parlamento, o Poder Executivo com seus Ministérios de Estado, o Superior Tribunal Federal e demais Tribunais, Ministérios Públicos, as Forças Armadas, a polícia, o sistema penitenciário, as prisões, as empresas estatais, etc.”

A Petrobras está sendo privatizada aos poucos?

Privatização é uma decisão do Congresso Nacional. Não há planos para privatização da empresa. As escolhas estratégicas da companhia só visam fortalecê-la, tornando-a cada vez mais sustentável e competitiva. Uma empresa que atua com segurança, ética e respeito às pessoas e ao meio ambiente. Comprometida com o crescimento e capaz de sobreviver em cenários cada vez mais desafiadores. (PETROBRAS, 2020, s.p)

Esse ordenamento da Petrobras possui anuência do Ministério de Minas e Energia (MME, 2020, n.p):

A Petrobras vem anunciando ao mercado a venda de diversos ativos de exploração e produção de petróleo e gás natural, especialmente os campos localizados em terra ou águas rasas.

O Ministério de Minas e Energia (MME) esclarece que a decisão compete exclusivamente à Empresa e faz parte da sua estratégia de otimização de portfólio e melhoria de alocação do capital, concentrando os seus recursos em águas profundas e ultra-profundas, principalmente no polígono do pré-sal, com um maior retorno financeiro.

Por sua vez, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a venda das subsidiárias da Petrobras, com destaque para as refinarias Landulfo Alves (BA), Presidente Getúlio Vargas (PR), Abreu e Lima (PE), Alberto Pasqualini (RS), Gabriel Passos (MG), Isaac Sabbá (AM), Lubnor (CE) e a Unidade de Industrialização de Xisto (PR), sem necessidade de aprovação do poder legislativo (STF, 2019). Contraditoriamente, ainda houve solicitação de liminar pelo Congresso para evitar o processo em questão, visto a necessidade de ser debatido em plenário (STF, 2020), entretanto, o STF negou liminar para suspensão do plano de “desinvestimento” da Petrobras. Esse fato chama-nos atenção pois a Petrobras afirmou que a privatização é uma decisão do Congresso Nacional, ao mesmo tempo que o STF nega a participação do Congresso nesse debate e decisão. Ao que parece ser consensual ao aparato do Estado brasileiro, a privatização da Petrobras também apresenta contradições instituídas em um jogo de interesses nos poderes instituídos.

Os apontamentos feitos se complementam e o intuito desse processo de “desinvestimento”, promovendo a dissolução da Petrobras, mantém estreito laço com os intuitos explícitos nas diretrizes da Política de Exploração e Produção de

Petróleo e Gás Natural (BRASIL, 2017b), com destaque para as alíneas do inciso 1º, do art. 1º:

- VI - estimular a modernização, a desburocratização, a simplificação e a agilidade regulatória, visando ao aumento da atratividade do País e a melhoria na eficiência dos processos;
- VII - incentivar maior pluralidade de atores da indústria, visando ampliar a competitividade no segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural;

A Petrobras não detém o monopólio da exploração e produção de petróleo e gás desde 1997, o que significa dizer que a competitividade não está limitada pela Petrobras, mas que o interesse está nas descobertas e operações em andamento da empresa, visto que existem vários custos para descoberta de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, desde os investimentos em pesquisa à estrutura física construída. Ou seja, o Estado através da Petrobras, desenvolve pesquisas, custeia as infraestruturas, para depois realizar transferência de posse do direito de exploração e produção do petróleo e gás ao comercializar as operações a outras empresas de capital transnacional.

A exemplo disso, as Plataformas P – VII (Campo Bicudo), P – XII (Campo Linguado) e P – XV (Campo Piraúna), todas na Bacia de Campos foram leiloadas pelo preço de 1,45 milhão de dólares. No entanto, Henrique Jager (2020, s.p.), aponta que “a título de comparação, uma unidade nova de produção FPSO custa entre 500 a 800 milhões de dólares, segundo os cálculos do consultor Adam Muspratt para o site Oil and Gas IQ”. Além disso, as plataformas vendidas possuem a capacidade de produção de 25 mil barris de petróleo por dia. Isso significa que o rendimento anual médio seria de 2.255.243 bilhões de reais, convertido para o dólar corresponde a aproximadamente 405 milhões. Assim, podemos apontar que o valor da venda não compensa o processo de “desinvestimento” realizado e que a reorientação da empresa permeia interesses e questões escamoteadas, conduzidas pelo Estado brasileiro.

As notícias sobre a venda de ativos, “desinvestimentos” e até mesmo privatização nas mídias burguesas de grande circulação no país, a exemplo da Folha de São Paulo e o Estadão, abdicam de questionamentos sobre o dado cenário, pois apenas notificam aos leitores quais ativos foram comercializados. As

mídias sociais da FUP e outras mídias contra-hegemônicas, como Carta Capital, Brasil de Fato e Opera Mundi, acabam por cumprir o papel de denúncia e problematização do processo em andamento.

Cabe destacar que ao longo da história, a Petrobras tornou-se central para o desenvolvimento nacional. Pinto (2020, p. 298) aponta que isso se deve à capacidade da empresa na promoção e coordenação do setor de petróleo e gás: “[...] escala produtiva (verticalização); capacidade de desenvolver tecnologia, fornecedores nacionais (objetivos de políticas públicas) e acumular capital (dimensão microeconômica) necessário à ampliação de seus investimentos”. Diante dessa magnitude do patrimônio brasileiro, o que justifica seu desmonte?

1.3. Justificativa

Desde 2010, minha trajetória acadêmica é traçada pelo estudo da questão ambiental: suas diversas expressões, a gestão ambiental pública, como também a produção de conhecimento do Serviço Social sobre essa temática. Coletivamente, as discussões têm sido amadurecidas a partir de 2016 no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS), vinculado ao curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob coordenação da Prof^a. Dr^a. Maria das Graças e Silva.

Iniciei o curso de doutorado com o intuito de desenvolver a pesquisa sobre a gestão pública da atividade mineradora no Brasil, tendo em vista a flexibilização ambiental após o crime ambiental promovido pela Vale/Samarco e BHP Billiton em Mariana, Minas Gerais, em 2015. Porém, no decorrer do curso, tendo em conta as reflexões propiciadas pelas disciplinas que cursei, decidi propor uma mudança do objeto de estudo, a partir do debate sobre o desmonte e a necessidade de defesa da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Lugar especial nesta mudança de objeto teve a disciplina “Estado, Sociedade e Direitos”, ministrada em 2018.1 pela Prof.^a Dra. Ana Arcoverde, que contou com

uma aula conduzida por representantes do SINDIPETRO-PE/PB sobre o desmonte da Petrobras. Houve uma explanação sobre o Estado, capital financeiro e a dinâmica contemporânea da Petrobras, desde espionagem industrial com o roubo de notebooks com os dados sigilosos do Pré-Sal em 2008²⁴ até uma autossabotagem do ex-presidente Pedro Parente, assim como a importância da Petrobras para o desenvolvimento do país. Em abril de 2019, participei do XV Congresso Regional do SINDIPETRO-PE/PB, onde ocorreram diversas mesas e profícuos debates, com destaque para as mudanças no cenário internacional, a geopolítica do petróleo e as mudanças no marco regulatório brasileiro.

Anteriormente a essas experiências, pude acompanhar as Campanhas da Federação Única dos Petroleiros (FUP) – “Defender a Petrobras é Defender o Brasil” iniciada em 2014 após o surgimento da Operação Lava Jato, que com a bandeira do combate à corrupção contribuiu para criação de um consenso de que a Petrobras é pesada, que é preciso salvá-la e reconstruí-la. Para isso, seria preciso enxugá-la, operar em áreas rentáveis, torná-la flexível para competição; assim, o “desinvestimento”/privatização seria a alternativa. Em 2016, a FUP lançou a campanha intitulada “Privatizar Faz Mal ao Brasil” que ressoou fortemente através da Frente Brasil Popular, criada em 2015 para defesa da democracia brasileira, na qual atuei enquanto militante social. Diante disso, transformar a problemática real da privatização da Petrobras em problema de pesquisa, possibilitou questionar tal realidade, identificar seus desdobramentos e estabelecer fios condutores para apreender a essência desse processo.

Existe um ineditismo do objeto de pesquisa proposto, pois a produção de conhecimento em torno desse tema concentra-se no processo de desestatização ocorrido na década de 1990, em destaque os Textos para Discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Essa realidade se repete para o Serviço Social, em especial para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A partir de levantamento realizado no Repositório Digital da UFPE, das 146 teses de doutorado registradas no referido

²⁴ Anos depois, houve a descoberta de espionagem da Petrobras pelos Estados Unidos (EUA). Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/mais-usuarios-e-servicos-aumentam-necessidade-de-maior-cautela/espionagem-na-petrobras-gera-reacao>. Acesso em: 29 ago.2020.

acervo, entre 2003 e 2019, apenas cinco compreendem objetos de estudo inseridos na questão ambiental/socioambiental²⁵.

Esse debate situa-se na questão ambiental²⁶ por entendermos que a empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. atua na exploração e produção de um recurso natural finito. Parece evidente que a exploração e mercantilização do petróleo, formado por processos naturais de sedimentação de matéria orgânica, é cercada de paradoxos. A utilização deste por si só já é degradante à natureza, visto que ao ser queimado libera carbono e polui o ar, conseqüentemente, afeta a camada de ozônio e o clima, intensificando, assim, o aquecimento global. Além disso, a exploração e refino do petróleo propicia processos de expropriações de comunidades em áreas de interesse para indústria petrolífera²⁷. O uso do petróleo é um dos principais agentes poluidores do século XX e XXI, chamando a atenção de pesquisadores e ambientalistas sobre os impactos causados ao meio ambiente bem como da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1997, a ONU propôs um tratado internacional para redução da emissão de gases que acentuam o “efeito estufa”, denominado Protocolo de Kyoto, que tinha como objetivo criar mecanismos para redução das emissões de gases do “efeito estufa” e uma transição para uma economia verde. Entretanto, houve muitas controvérsias em torno do desenvolvimento econômico, com a negativa de participação dos Estados Unidos (EUA), além do argumento de que os “países em desenvolvimento” estariam diante da possibilidade de estagnação do crescimento econômico.

²⁵ GOMES, Cícera Maria dos Santos. Na trilha da ecologia política: a construção da barragem de Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo Agostinho. 2012
OLIVEIRA, Gilvana Pessoa de. A mediação nas trilhas do desenvolvimento rural: a produção da desigualdade socioambiental e de gênero no assentamento Cajueiro Parnaíba/PI. 2016.

SILVA, Andréa Lima da. As populações tradicionais e a carnicultura no capitalismo contemporâneo: uma análise da questão socioambiental na luta pelo território. 2009.

SILVA, Maria das Graças e. Capitalismo contemporâneo e questão ambiental: o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social. 2008.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista. A geopolítica da sede no Brasil: um estudo sobre água e pobreza no campo. 2017.

²⁶ Silva (2008, p. 118) apreende a questão ambiental como o “conjunto das manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano”.

²⁷ Ver SILVA, Rebeca Gomes de Oliveira. “O Estado nunca se vê, mas aparece sempre a tirar-nos as nossas coisas”: o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

As decisões econômicas, principalmente em torno do petróleo, são complexas, pois estão em jogo o desenvolvimento nacional dos países, as disputas geopolíticas e estruturas de poder. Nesse sentido, vale destacar que a disputa pelo petróleo e seus derivados, sua produção e mercantilização integram a dinâmica da vida societária capitalista, posto que incide desde o preço do feijão e do gás de cozinha, até em guerras e golpes; o interesse dos EUA em países do Oriente Médio e América do Sul muito revelam sobre isso.

Os recursos naturais são base para acumulação do capital, com destaque para o capital transnacional, que os expropria dos países periféricos, a exemplo da América Latina. A partir disso, a defesa da estatização e nacionalização dos recursos naturais é um passo imprescindível para o enfrentamento da questão ambiental²⁸. A privatização representa que se o Estado não é o responsável por seus recursos naturais, cabe dizer que as riquezas advindas de um território serão destinadas aos interesses privados, e em geral, a outros países visto a mundialização do capital. Assim, ocorre o desenvolvimento de outros países em detrimento do país explorado, deixando muitas vezes apenas as expropriações e seu rastro de destruição. Katz (2020, p. 320) aponta que as empresas transnacionais – agronegócio, mineração e explorações a céu aberto – “obtem grandes lucros, pagam impostos baixos e generalizam calamidades ambientais”, mediados pela flexibilização ambiental, trabalhista e tributária.

Exemplo disso, foi a venda da empresa brasileira Vale do Rio Doce em 1997, que após dezoito anos eclodiu um crime ambiental: o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais (MG), com dezenove mortos, destruição de comunidades e do Rio Doce. Esse era considerado o maior “desastre” ambiental do Brasil, mas a própria empresa superou-se após o crime em Brumadinho (MG), em

²⁸ Apesar das contradições na exploração e produção de petróleo e gás, a Petrobras possui uma linha de atuação para o meio ambiente, a partir dos eixos: Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Mudanças do Clima, Recursos Hídricos e Biodiversidade. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/pt/sociedade-e-meio-ambiente/meio-ambiente/>>. Acesso em: 29 ago. 2020. Além das ações de licenciamento ambiental, pautado na Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6938/81, a exemplo podemos citar o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), “um complexo e articulado conjunto de ações com vistas à mitigação e compensação dos impactos gerados [...] em 12 municípios da costa dos estados de Sergipe e Bahia [...] a educação ambiental que se realiza no interior do PEAC tem [...] ampliado os níveis de organização das comunidades abrangidas, estimulando sua participação crítica nas instâncias do Programa, bem como o diálogo e a atuação junto às instituições responsáveis pela gestão pública do meio ambiente nas esferas municipal, estadual e federal (ARAÚJO, SANTOS, SILVA, 2012, p. 8).

janeiro de 2019, com o rompimento da barragem Mina do Córrego do Feijão que ocasionou 270 mortes, diversas pessoas desaparecidas e a morte do Rio Paraopeba. As famílias atingidas seguem reivindicando os direitos e a reparação possível pelos danos promovidos pela Samarco/BPH Billiton.

O Estado brasileiro não promoveu uma medida preventiva e muito menos reparadora após esses crimes ambientais/trabalhistas, ao contrário, desregulamentou a proteção ambiental ao fragilizar o licenciamento e monitoramento ambiental, além de mudanças no marco regulatório da mineração, nestas últimas há uma ligação entre parlamentares e empresas mineradoras:

O financiamento privado de campanha possibilita a criação do que se pode chamar de “candidato ouro”: a empresa de mineração financia a campanha do candidato, que quando eleito, beneficia a empresa financiadora através de desregulamentações de proteção ambiental, constituindo-se em um processo de “moeda de troca”. (SILVA, S., 2020, p. 121)

Ainda há o estímulo da atividade mineradora (MILANEZ, 2019), inclusive, em terras indígenas, já tão atacadas pelo garimpo ilegal e que agora conta com o Projeto de Lei 191/2020, elaborado pelo poder executivo para legalizar essa ação predatória.

O conjunto de consequências da privatização podem indicar tendências, inclusive, para a Petrobras, que possui um número maior de acidentes de trabalho nas empresas terceirizadas do que nas de domínio da estatal. Em entrevista para o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SINDIPETRO-LP), o professor e sociólogo do trabalho, Ricardo Antunes (2016, s.p) afirma:

Quanto mais privatização, mais riscos de acidentes de trabalho. Lembro que nas minhas primeiras pesquisas feitas na Petrobrás, há 20 anos, a empresa tinha mais trabalhadores efetivos do que terceirizados, e, também havia mais direitos consolidados. Hoje, além dos direitos terem sido reduzidos para os novos concursados, o percentual de terceirizados subiu imensamente, chegando a mais de 80% da mão de obra da empresa. E, quanto maior o volume de terceirização, maior o risco de acidentes.

Além do aumento de acidentes, cabe-se aventar as implicações para a soberania do país, visto a perda de poder sobre a produção de energia. A matriz energética está dividida em fontes renováveis e não renováveis e, sabe-se que

apesar de finita, esta última é responsável pela maior base energética do mundo. Em 2020, a matriz energética mundial era composta por: 29,5% de *petróleo e derivados*; 26,8% de carvão; 23,7% gás natural; 9,8% de biomassa; 5% de nuclear; 2,7% de hidráulica; 2,5% de outros, que correspondem à energia solar, eólica e geotérmica, de acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA, 2022). No Brasil, a matriz energética apresentava-se da seguinte forma: 33,1% de *petróleo e derivados*; 19,1% de derivados da cana; 12,6% de hidráulica; 11,8% de gás natural; 8,9% de lenha e carvão vegetal; 7,7% de lixo e outras renováveis; 4,9% de carvão; 1,3% de nuclear; 0,6% de outras não renováveis; de acordo com o Balanço Energético Nacional 2020 (EPE, 2021a)²⁹.

A energia gerada movimenta a vida social, pois fornece eletricidade, possibilita o funcionamento de vários setores: industrial, transporte, serviços, influencia o preço de alimentos, vestuários etc. Assim, a matriz energética está imbricada ao desenvolvimento da sociedade, de cada país; portanto, desmontar a Petrobras significa a privatização de um recurso natural, que influencia não apenas em nível macroeconômico como também na vida cotidiana³⁰.

1.4. Procedimentos metodológicos

O trabalho desenvolvido trata de uma pesquisa social “[...] processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 28). Antes de referenciar os procedimentos metodológicos, faz-se necessário apontar o método de análise que norteou o desenvolvimento desta pesquisa: o materialismo histórico e dialético,

²⁹ A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) é vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

³⁰ Exemplo: a gasolina é um derivado do petróleo, que é extraída do petróleo bruto em refinarias. O refino do petróleo, muitas vezes, é realizado fora do país, que fica à mercê da cotação do dólar. Assim, um alto preço da gasolina vai encarecer os produtos de gênero alimentício, tendo em vista o transporte. Portanto, o preço do feijão depende da matriz energética. Outro exemplo: no Brasil, houve a Greve dos Caminhoneiros (2018), que durou dez dias e paralisou o país, o estopim foi o aumento do preço do diesel; um mês depois devido ao desabastecimento e aumento no preço do botijão de gás, no Estado de Pernambuco, houve um número expressivo de pessoas queimadas pelo uso de álcool para cozinhar, correspondente a 90% das pessoas queimadas que estavam internadas no Hospital Especializado em Recife, o Hospital da Restauração (G1, 2018).

elaborado por Karl Marx. Longe de ser ideias fixas e presas a um tempo histórico do século XIX, o método da dialética da totalidade concreta (KOSIC, 1976); o método da dialética concreta (KOFLER, 2010) remete à apreensão das relações sociais, levando em conta a realidade para além de como ela se apresenta, revirando-a em busca do que fundamenta sua essência. A realidade não representa esquemas e formas de classificação, ela é movimento, complexa, com diversas determinações.

É importante pontuar que o legado de Marx tem por fundamento: o desvelamento da exploração promovida pela classe dominante; a organização dos trabalhadores e a tomada de poder por estes, a revolução. Ele foi um dirigente em processos revolucionários na Europa, como a Primavera dos Povos (1948) e a Primeira Internacional (1864). Assim, sua vasta obra é fruto da análise da engrenagem do capital, em sua produção e reprodução das relações sociais; é o desenvolvimento de um método de análise da realidade, voltado para um fim.

Nortear-se por este método para desenvolvimento de um estudo é entender os limites de ser feito em um ambiente acadêmico, visto que o método se torna concreto pela dinâmica da classe trabalhadora e sua luta nas associações e organizações, quando foi construído. Mesmo assim, a partir dele pretendemos contribuir para uma cientificidade crítica, que seja base para processos de transformação, que a ciência e a universidade brasileira estejam a serviço dos que constroem, a mãos e suor, esta sociedade.

Nesse sentido, desvelar o aparente, o imediato, a evidência, o fenômeno tal como se apresenta, é o passo inicial do processo investigativo: “o mundo fenomênico tem a sua estrutura, uma ordem própria, uma legalidade própria que pode ser revelada e descrita” (KOSIC, 1976, p.15). Nesse processo, o fenômeno mantém relação intrínseca com a essência da realidade, Kosic (1976, p. 15) apresenta essa simbiose:

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência

não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno.

Para apreensão da essência, não só o fenômeno é fundamental, como estabelecer as categorias analíticas que dão suporte para o desenvolvimento do estudo. As categorias analíticas são expressões teóricas das relações de produção e reprodução social, “na categoria se reflete, antes de mais nada, o fato de que a sociedade representa uma unidade dialética entre ser e consciência e, portanto, uma totalidade” (KOFLER, 2010, p. 71).

Dessa forma, para desenvolvimento dessa pesquisa apontamos as seguintes categorias analíticas: questão ambiental, mundialização, imperialismo, Estado, neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, democracia e capitalismo dependente. Assim, realizamos uma revisão de literatura com base em autores clássicos e contemporâneos, a exemplo de Lenin (2012), Marini (2011; 2019), Marx (1978; 2012), Katz (2016; 2020), Miguel (2019), Osório (2019), dentre outros.

A revisão de literatura da tese foi elaborada a partir de estudos qualitativos³¹ e foram delimitadas as palavras-chave para busca dos materiais bibliográficos – livros, capítulos de livros, teses, dissertações e artigos de revistas (CRESWELL, 2007). A escolha dos materiais obedeceu aos seguintes critérios: 1) estar no idioma português; 2) com a exceção dos livros e capítulos de livros, constar indexação em repositórios públicos ou estarem em sítios eletrônicos das instituições com acesso gratuito³²; 3) partirem de uma perspectiva analítica crítica.

A partir dos capítulos e tópicos pré-estabelecidos no sumário da tese, os materiais bibliográficos foram listados e sistematizados em um quadro contendo a identificação do/a autor/a, título do trabalho, ano de publicação e forma de acesso, para os trabalhos *online* constou o endereço eletrônico. Além disso, foram elaborados mapas de literatura da pesquisa que consistem em uma técnica de

³¹ Para construção de estudos qualitativos “não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador” (GIL, 2008, p. 175).

³² Diante das limitações sanitárias provocadas pela pandemia do coronavírus não foi possível acessar as bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o que comprometeu a revisão de literatura do trabalho. O acesso a livros ocorreu pelo acervo pessoal e mediante aquisição de novos livros com recursos próprios, assim a maioria das fontes bibliográficas utilizadas foram artigos de revistas *online*.

organização, “a ideia central é que o pesquisador comece a construir um quadro visual da pesquisa existente sobre um tópico. Esse mapa de literatura apresenta uma visão geral da literatura existente.” (ibid, 2007, p. 55).

Concomitante, nos subsidiamos na pesquisa documental, a partir de registros cursivos “[...] que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais” (GIL, 2008, p. 147). Estes, por sua vez, podem ser “projetos de lei, relatórios de órgãos governamentais, atas de reuniões de casas legislativas, sentenças judiciais, documentos registrados em cartórios etc”. (ibid, 2008, p. 150). Vale destacar que não houve necessidade de submissão do estudo ao Comitê de Ética, porque os documentos utilizados na pesquisa são de domínio público, a exemplo dos documentos da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Petrobras.

Para desenvolvimento da pesquisa, optamos em sistematizar e analisar o processo de “desinvestimentos” de ativos da Petrobras no Brasil, visto que a empresa é brasileira, possui a maioria dos ativos no Brasil e que o processo de exploração de petróleo e gás pela empresa no Brasil remete a questões essenciais como soberania energética e desenvolvimento nacional. Por fim, para atendimento dos objetivos propostos houve a delimitação cronológica da análise entre os anos de 2012 e 2020, diante dos seguintes eventos históricos ocorridos no país entre 2011 e 2020, conforme quadro 01:

Quadro 01 – Linha do tempo da relação entre os acontecimentos políticos e a Petrobras (2011 – 2020)

2011	Primeiro mandato de Dilma Rousseff (PT) Adoção de Programa de Desinvestimento no Plano de Negócios da Petrobras
2012	Primeiro desinvestimento realizado: campos Atlanta e Oliva, em águas profundas situados na Bacia de Santos
2013	Primeira Rodada de Partilha de Produção do Pré-Sal
2014	Início da Operação Lava Jato Eleição Presidencial com 2º turno entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB)

2015	Segundo mandato de Dilma Rousseff (PT) Lançamento do Programa “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB)
2016	Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático – “ <i>Impeachment</i> ” de Dilma Rousseff (PT) Mandato de Michael Temer (PMDB) Lei do Novo Estatuto Jurídico das Estatais – Lei Nº 13.303 Lei que faculta à Petrobras a anterior obrigatoriedade de participação mínima no Regime de Partilha de Produção – Lei Nº 13.365
2017	Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Resolução CNPE Nº 17, de 09 de junho de 2017 Lei de “desinvestimento” de ativos das sociedades de economia mista federais – Decreto Nº 9.188
2018	Lei que estabelece as regras de cessão de direitos da Petrobras – Decreto Nº 9.355 Eleição Presidencial com 2º turno entre Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PSL)
2019	Mandato de Jair Bolsonaro (PSL) Programa Novos Caminhos – Petrobras
2020	Vendas de cento e trinta e nove propriedades da Petrobras Lançamento de mais de vinte <i>teasers</i> das propriedades da Petrobras Programa de Descomissionamento da ANP – Resolução Nº 817

Fonte: Elaboração própria, 2020.

2. CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E QUESTÃO AMBIENTAL



Imagem: Vírus Planetário. Disponível em Jubileu Sul Brasil (2013)

2.1. Crise estrutural do capital e a destruição da natureza

Ao tratar da crise estrutural do capital é imprescindível construir alguns caminhos sobre a constituição do modo de produção capitalista a fim de problematizar as contradições próprias desse sistema e compreender como a condição de crise se acirra, além de analisar os desdobramentos em uma esfera geopolítica. Cabe destacar que esse movimento também visa apreender a relação do conjunto de determinantes da sociabilidade capitalista em crise e a destrutividade da natureza em curso.

O modo de produção capitalista detém em sua forma de existir a expansão. Marx e Engels (2008, p. 14) afirmaram que “a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares”. Isso significa um espraiamento territorial do nicho de exploração, ou também chamado de mundialização³³, “uma etapa particular dentro do processo de constituição do sistema mundial e da necessidade do capital se apropriar extensiva e intensivamente do espaço nas diferentes fases do ciclo do capital” (OSÓRIO, 2019, p. 165).

O movimento sobre o espaço³⁴ determina poder social. Harvey (2011, p. 168) aponta que nessa disputa “o efeito é a redistribuição da riqueza e o redirecionamento dos fluxos de capital para o benefício da potência hegemônica ou imperialista à custa de todos os outros”. Esse processo incorpora conflitos geográficos em torno da mercantilização e financeirização dos recursos naturais: a acumulação de capital territorializa-se e para sua proteção tende a construir barreiras mediadas pelos Estados, com tais desigualdades, que na clássica obra “As veias abertas da América Latina”, Galeano (2014, p. 19) versifica “a *chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema*” [grifo do

³³ Ver CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução de Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

³⁴ Autores com base no materialismo histórico e dialético, como Harvey e Lefebvre, construíram a concepção de espaço “[...] como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2011, p. 26)

autor], e desde os primórdios, o capital utilizou-se do continente americano (MARX; ENGELS, 2008).

A “partilha do mundo” tratada por Lenin (2012) é a base do imperialismo e teve o colonialismo como instrumento de sua mundialização. A partir de observações de estudos no fim do século XIX sobre as possessões coloniais, Lenin (2012, p. 109) afirmou:

Pela primeira vez, o mundo encontra-se completamente repartido, de tal modo que, no futuro, *somente* novas partilhas serão possíveis, ou seja, a passagem de território de um “proprietário” para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um “dono” [grifo do autor]

Tal partilha inicia com a concentração de capital possibilitada pela livre concorrência que foi a precursora da formação dos monopólios industriais e, em sequência, a constituição de monopólios bancários. O que por sua vez, propiciou o nascimento de uma oligarquia financeira, pautada pela exportação de capital e pela busca da divisão territorial do mundo, com forte sustentação na disputa das colônias.

Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a falta de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LENIN, 2012, p. 116)

A matéria-prima, base para qualquer processo industrial, é um recurso natural. Comumente é chamada de matéria-prima em um processo de alienação e mercadorização da natureza visto os seus fins mercantis, exploratórios e lucrativos. A partir disso, podemos afirmar que a apropriação privada e a destruição da natureza encontram-se no cerne do desenvolvimento capitalista, pois o que antes era bem de uso comum foi transformado em mercadoria.

No resgate histórico feito por Lenin (2012), as colônias eram os territórios em disputa pelas potências mundiais – Inglaterra, França, Alemanha e, posteriormente, os Estados Unidos. A corrida era por terra e demais recursos naturais, como aço,

petróleo, zinco etc., a dita matéria-prima, o que por sua vez, representa poder, capital e lucratividade.

[...] o capital financeiro manifesta a tendência geral em se apoderar das maiores extensões de território possíveis, sejam eles quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa pelas últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas (ibid, 2012, p. 118).

A mundialização do capital também contempla a fragmentação do espaço, do lugar. Ao mesmo tempo, o mundo das finanças tende a pulverizar a materialidade e o mote central é a taxa exponencial de crescimento do capital e do lucro. Harvey (2016) elucida o “crescimento exponencial infinito” como uma contradição perigosa da reprodução do capital, com base nos juros compostos. A distopia numérica da taxa composta representa “[...] uma forma do capital que permite a acumulação sem limites: a forma-dinheiro. Isso acontece apenas porque a forma-dinheiro não se prende a nenhuma limitação física, como aquelas impostas pela mercadoria-dinheiro [...]” (HARVEY, 2016, p. 216). Mas há de se questionar se há êxito nesse movimento do capital portador de juros.

Marx (1978a, p. 261) aponta que “o capital a juros constitui o fetiche mais completo” dessa sociabilidade, pois o mundo das finanças concebe a valorização do dinheiro em si mesmo, como se fosse desprendido da mais-valia, o que não passa de um escamoteamento da relação entre capital e trabalho,

[...] encontramos aqui o primeiro ponto de partida do capital – o dinheiro – e a fórmula $D - M - D'$, reduzida aos seus dois extremos $D - D'$. Dinheiro que cria mais dinheiro. É a forma mais originária e geral do capital concentrada num resumo sem sentido.

Ainda,

O *lucro* contém sempre ainda uma referência ao capital em processo, ao processo em que a mais-valia é produzida. No *capital a juros* a figura da mais-valia não se alienou, não se tornou estranha como no lucro, sem imediatamente dar a conhecer sua figura simples e com isso sua substância e o fundamento de sua formação. No *juro*, ao contrário, essa forma alienada está posta, presente e formulada *explicitamente* como o essencial. Está fixada, tornada autônoma de *modo contrário* à verdadeira natureza da mais-valia. No capital a juros se apaga a relação do capital com o trabalho. [grifos do autor] (MARX, 1978a, p. 289)

Em um movimento fictício, o capital dos juros aliena a materialidade de uma sociedade dividida em classes, apesar de que esse processo condiz com a própria lógica do capital, de segregar as complexidades como maneira de naturalizar sua engrenagem. Lenin (2012, p. 89) aponta:

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o *rentista*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do rentista e da oligarquia financeira; implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados financeiramente “poderosos” em relação a todos os restantes. [...]

Assim, essa separação não só aliena, mas também gera poder ao capital financeiro. Operacionalmente, a oligarquia financeira passa a ditar as normas para o capital industrial, afeta o conjunto de monopólios e determina fusões e cisões de capitais e de territórios. Diante da necessidade própria de expansão, o poderio financeiro também atua em diversas esferas com a criação de monopólios: especulação de terrenos nos subúrbios das cidades, transportes (LENIN, 2012); “[...] a privatização dos ativos públicos, a criação de novos mercados e novos cercamentos de bens comuns”, tal qual “[...] a privatização do fornecimento de água, habitação social, educação, saúde e até atividades bélicas, a criação de um comércio de emissões de carbono e o patenteamento de material genético” (HARVEY, 2016, p. 218)

Esse predomínio do capital financeiro recai sobre os Estados, que gera desigualdades estruturais no desenvolvimento capitalista. Além disso, o Estado

subsidiaria os próprios monopólios: “o monopólio de Estado na sociedade capitalista não é mais do que uma maneira de aumentar e assegurar os rendimentos dos milionários que correm risco de falir num ou noutro ramo da indústria” (LENIN, 2012, p. 64). Lenin ainda afirma que

[...] na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e tanto uns quanto outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo. (2012, p. 105)

O Estado burguês atua como instrumento do imperialismo e acaba por se tornar um “Estado rentista”, um “Estado usurário” e que subalterniza outros Estados pela via do endividamento, “o mundo ficou dividido num punhado de Estados usurários e numa maioria gigantesca de Estados devedores.” (LENIN, 2012, p. 139). Essa dinâmica impõe uma dependência econômica e política, bem como uma relação de poder que se altera conforme as novas partilhas do mundo. No início do século XX, os países credores eram Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Suíça, bem como os Estados Unidos para a América (LENIN, 2012). Por sinal, quatro desses seis países protagonizaram a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918)³⁵.

O EUA aglutinou poderio ao longo desse tempo, também participou da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), e conforme correlações de forças promoveu acordos que o instituiu como principal país imperialista do mundo, os Acordos de *Bretton Woods*, com destaque para o estabelecimento do dólar como moeda padrão e a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1944, também foi criado o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

³⁵ Esse foi um dos grandes embates que Lenin travou com Kautsky, pois o reformista da Segunda Internacional elaborou a “teoria do ultraimperialismo”, que apontava a união entre os imperialismos mundiais, com o fim das guerras e com a redução da desigualdade e contradições da economia mundial. Através de dados econômicos e territoriais, Lenin evidenciou que “o capital financeiro e os trustes não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos componentes da economia mundial” (2012, p. 133), inclusive, com a promoção não pacífica da nova partilha do mundo. Ao fim desse embate com Kautsky, Lenin (ibid, p. 135) questiona: “sob o *capitalismo*, quais outros meios que não a guerra para se eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado, e, por outro, a partilha das colônias e das esferas de influência do capital financeiro?” [grifo do autor]. A propósito, Lenin escreveu a obra “Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular” em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial.

(BIRD) – Banco Mundial, para financiar a reconstrução de países envolvidos na 2ª Guerra Mundial e que incidiu no desenvolvimento da América Latina, carecida, principalmente, de infraestrutura.

O endividamento de países Tricontinental³⁶ - África, Ásia e América Latina, tem relação com as rupturas e transição do modo escravista colonial³⁷ para o modo de produção capitalista, a exemplo do Brasil. O desenvolvimento do escravismo colonial enquanto modo de produção era autossustentado em um crescimento endógeno,

[...] não há razão para supor que a economia escravista colonial, considerada em seu conjunto, fosse sempre, em todas as suas fases, irremediavelmente deficitária. Muitos senhores de engenho terminaram na falência, porém isso não indica que o escravismo colonial, no plano macroeconômico, sofresse de incapacidade estrutural para a acumulação interna. Nas fases de conjuntura favorável, o modo de produção escravista colonial teve condições de reprodução ampliada com recursos de origem endógena e, às vezes, em ritmo de notável aceleração. (GORENDER, 2016, p. 586)

Entretanto, de forma exógena a dependência se fez no processo de circulação de mercadorias. Marini (2011) aponta o processo de troca desigual entre países industrializados e não industriais, mediante os produtos manufaturados e os bens primários, respectivamente e, essa foi a forma de expansão do mercado mundial,

[...] transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas-, o mero fato de que umas produzam bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço

³⁶ O termo Tricontinental surgiu a partir da “Primera Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Africa, Asia, América Latina” organizada por Cuba, em janeiro de 1966. Foi fundada a Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) e os principais objetivos eram paz e socialismo que culminaram na construção de um socialismo anticolonial. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/sobre/>>. Acesso em: 03 nov.2021.

³⁷ Gorender (2016) analisou o período de escravidão no Brasil enquanto um modo de produção: o escravismo colonial. Para o autor, diferentemente do escravismo antigo, a escravidão moderna e, especificamente, no Brasil foi um modo de produção com uma economia política própria e destoa do modo de produção capitalista exercido na maioria dos países europeus.

de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (MARINI, 2011, p. 145).

A consolidação dessa troca desigual estruturou uma condição de superexploração do trabalho dos países fornecedores de matérias-primas e de intensa destrutividade ambiental, para garantir a produção ao valor rebaixado imposto pelos países industriais, em sua maioria, países colonizadores. Por sua vez, essa condição de dependência possibilita uma continuidade na dominação e exploração por países imperialistas. No caso da França, há a imposição de traços da formação sócio-histórica colonial a alguns países africanos³⁸, o “Françafrique”³⁹, termo para designar o domínio político, econômico e militar.

No decorrer do século XX, novas configurações do capitalismo surgem, como o modelo neoliberal com a “modernização” do Estado a partir de ajuste fiscal e demais “recomendações” formuladas no Consenso de Washington, em 1989. O endividamento faz com que os países devedores gastem a metade ou mais do Produto Interno Bruto (PIB) para pagamento da dívida, ao mesmo tempo em que o montante não investido em políticas públicas repercute diretamente nas condições de vida da população – com destaque para classe trabalhadora, pois os referidos países voltam a tomar empréstimos para executarem a proteção social e, consequentemente, ocorre um aumento do endividamento.

Assim, um círculo vicioso é gerado em torno dessa relação: alta concentração de renda e desigualdade social – desproteção social – empréstimos e endividamentos. Reiterando Lenin (2012, p. 140) “o Estado rentista é o Estado do capitalismo parasitário e em decomposição [...]”, além disso, a própria dominação do capital financeiro acirra a desigualdade e contradições da economia mundial (LENIN, 2012).

³⁸ Seguem os países africanos e ano de independência da França: 1956 – Marrocos e Tunísia; 1958 – Guiné; 1960 – Camarões, Togo, Senegal, Mali, Madagascar, Benin, Níger, Burkina Fasso, Costa do Marfim, Chade, Congo (Brazzaville), Gabão e Mauritânia; 1962 – Argélia; 1975 – Comores; 1977 – Djibouti (MAZRUI, 2010)

³⁹ O historiador francês François Xavier Verschave escreveu vários livros sobre essa relação “Françafrique”, popularizando o termo. Também existe a música Françafrique, de Tiken Jah Fakoly, cantor da Costa do Marfim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bCRir9cNP1c>>. Acesso em: 13 dez.2021.

O capital financeiro também gera as próprias crises, um processo de desvalorização de capital, a inflação é uma forma de desvalorização de moeda em relação a outras, por exemplo. Harvey (2016, p. 217) denomina as crises como “[...] destruição criativa, o que significa desvalorização em massa de mercadorias, equipamentos e instalações produtivas, dinheiro e trabalho”, diante da substituição pelo novo, ditada pela obsolescência programada, guerras, desastres naturais ou crimes socioambientais.

A crise representa uma fratura em qualquer situação ou processo de continuidade. Ao tratar da crise estrutural do capital, faz-se necessário pontuar algumas questões: 1) crises são constituintes do processo de acumulação capitalista; 2) a substituição de modelos de gerenciamento do capital não representa uma mudança na engrenagem do sistema, tanto que as categorias fundantes da crítica à economia política, por exemplo, continuam contemporâneas; 3) momentos de crise do capital não representam o fim do capitalismo, pois há novas formas de reinvenção da lógica predatória do mesmo, incluindo a criação de novos nichos de mercado, a exemplo do capitalismo verde. Além disso, será a luta de classes que possibilitará sua dissolução; 4) durante crises do capital, não está determinado que a classe trabalhadora se beneficie para incidir na correlação de forças, até porque as condições de vida pioram, impactando na organização política; 5) por fim, o sistema capitalista encontra-se em uma crise diferente das crises cíclicas, uma condição estrutural, com caráter universal, alcance global, em uma escala de tempo permanente e rastejante (MÉSZÁROS, 2011).

A crise do capital não é uma crise civilizatória, pois a própria noção de civilização é fruto da criação iluminista europeia para justificar a perspectiva colonial perante o mundo ocidental. Almeida (2018, p. 21) elucida que,

O iluminismo torna-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, irá travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda

não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou de *colonialismo*. [grifos do autor]

As crises do capital impactam diretamente os territórios que foram colonizados e que possuem uma condição constituinte de capitalismo dependente. Dessa forma, também há uma divisão desigual na crise do capital. Para Harvey (2016) existe uma relação direta entre as lutas geopolíticas e a responsabilidade dos custos da desvalorização do capital, o que significa a disputa pela redistribuição da riqueza ou como diria Lenin (2012), a nova partilha do mundo. De acordo com a Oxfam Internacional⁴⁰ (2020b, p. 5) “em 2019, os bilionários do mundo, que somavam apenas 2.153 indivíduos, detinham mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas”. A divisão desigual da crise do capital aponta elementos geográficos e de identidade de gênero: “os 22 homens mais ricos do mundo detêm mais riqueza do que todas as mulheres que vivem na África.” (ibid, p. 5).

A divisão desigual da crise do capital impacta as condições de vida dos sujeitos, grupos e classe afetada pela desigualdade social, sujeitando, principalmente, mulheres e crianças a condições degradantes ao desenvolvimento humano: “em todo o mundo, 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho, frente a 6% dos homens, o que se deve a responsabilidades não remuneradas pela prestação de cuidado” (OXFAM, 2020b, p. 11). Esse cenário incumbe o trabalho subalterno e não remunerado às mulheres e meninas. No que se refere ao trabalho doméstico e sua precarização “estima-se que US\$ 8 bilhões sejam roubados todos os anos das 3,4 milhões de trabalhadoras domésticas que se encontram em situação de trabalho forçado no mundo [...]” (ibid, p. 12).

⁴⁰ A Oxfam Internacional se baseou nos dados “[...] do relatório *Global Wealth* do banco *Credit Suisse* para analisar a riqueza, já que ele oferece o conjunto mais abrangente de dados sobre a distribuição global da riqueza. Coletar dados sobre a riqueza é uma tarefa muito difícil devido à baixa qualidade de grande parte das informações disponíveis. Acredita-se amplamente que os dados usados pelo *Credit Suisse* e outras instituições para estimar a riqueza sistematicamente subestimem sua efetiva escala.” (2020b, p. 7). Ainda sobre a metodologia do estudo, “as três fontes usadas pelo *Credit Suisse* são as seguintes: balanços nacionais de domicílios, dados de pesquisas sobre riqueza e listas de bilionários da *Forbes* (para ajudar a/os que estão no topo da pirâmide da riqueza). Já foi demonstrado que todas essas três fontes subestimam a escala da riqueza de quem está no topo da sociedade, sobretudo porque os mais ricos não estão dispostos a responder a pesquisas ou dar respostas precisas.” (OXFAM INTERNACIONAL, ibid, p. 18).

Também podemos apontar o processo de *uberização* do trabalho ⁴¹ (ANTUNES, 2018; 2020), com base em um trabalho superexplorado, sem proteção trabalhista, com excedentes jornadas e mediado pela tecnologia via aplicativos que atinge diversas esferas do cotidiano, com destaque para transporte e alimentação. A pandemia expôs ainda mais essa reconfiguração do mundo do trabalho em uma constante e agressiva reestruturação.

De acordo com a Oxfam Internacional (2020) houve um crescimento do desemprego, em torno de 400 milhões de empregos perdidos durante a pandemia, ao mesmo tempo que houve o aumento do pagamento de juros e dividendos a acionistas de muitas corporações multinacionais, como a *Microsoft*, *Google*, *Toyota*, *BASF* e tantas empresas em diferentes ramos de atuação, além da compra de ações: “em todo mundo, a distribuição de dividendos aumentou 3,6%, atingindo um pico sem precedentes de US\$ 275 bilhões no primeiro trimestre de 2020” (OXFAM INTERNACIONAL, 2020, p. 19). A *Amazon* é uma das corporações que mais cresceu e o seu fundador Jeff Bezos⁴² é um dos homens mais ricos do mundo, “com uma fortuna estimada em cerca de US\$ 200 bilhões” (ibid, p. 23).

A Amazon se tornou, indiscutivelmente, uma das maiores vencedoras na pandemia da COVID-19 – relatando um aumento de 95% nos seus lucros líquidos no exercício fiscal de 2020 em relação a anos anteriores. Esse percentual corresponde a US\$ 6,4 bilhões a mais em superlucros em

⁴¹ Em entrevista ao Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (SINDIPETRO-LP), Antunes (2020) pontuou sobre o trabalho *uberizado*: “Em linhas mais gerais, seus principais traços se encontram na individualização, invisibilização, na prática de jornadas extenuantes, tudo isso sob impulsão e comando dos “algoritmos” que são programados para rigorosamente controlar e intensificar os tempos, ritmos e movimentos da força de trabalho. Mas sua resultante mais perversa se encontra na transfiguração que opera junto ao trabalho assalariado, que se converte, quase como um “milagre”, em “prestador de serviços”, o que, dentre tantas outras graves consequências, acaba por lhe excluir da legislação social protetora do trabalho, na grande maioria dos países em que atua. Floresce, desse modo, uma forma mascarada de trabalho assalariado que assume a aparência de um não-trabalho, que na concretude brasileira tem como exemplos os “empreendedores”, pejotizados, MEIs (micro-empreendedores), todos obliterados pelo ideário mistificador do “trabalho sem patrão”.

⁴² Em uma perspectiva catastrófica e megalomaníaca, Jeff Bezos investe em turismo espacial e aponta a necessidade da construção de colônias fora da Terra, inclusive, existe uma corrida espacial entre os homens mais ricos do mundo: o próprio Jeff Bezos, Richard Branson e Elon Musk. Tal disparate suscita o filme “Elysium”, dirigido por Neill Blomkamp, que retrata um futuro em 2154 no qual há desigualdade e disputa entre os ricos residentes em uma estação espacial e os pobres adoecidos que continuaram no planeta Terra bastante devastado. Nessa linha, ficção e realidade se misturam nos argumentos dessa burguesia sobre mudanças climáticas e futuro da humanidade. Em 20 de julho de 2021, a empresa de Bezos, *Blue Origin*, lançou um foguete ao espaço com a ejeção de cápsulas transportando pessoas: ele e mais três tripulantes. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/tecnologia/jeff-bezos-vai-ao-espaco-e-diz-que-o-rival-richard-branson-nao-esteve-la/>>. Acesso em: 08 dez.2020.

comparação com anos anteriores. Com a corrida dos consumidores para fazer pedidos on-line nos primeiros meses da pandemia, as vendas da Amazon aumentaram 26% no primeiro trimestre. (OXFAM INTERNACIONAL, 2020, p. 23)

Enquanto isso, a empresa não pagou os impostos federais em 2017 e 2018 e só realizou o pagamento em 2019: “[...] US\$ 162 milhões em impostos, equivalentes a 1,2% da sua receita relatada para o ano, antes dos impostos, embora a alíquota do imposto de renda corporativo federal seja de 21%.” (OXFAM INTERNACIONAL, 2020, p. 23). Esse documento também aponta gastos com a prática de *lobby*⁴³ político ao mesmo tempo que a *Amazon* recebeu empréstimo do governo federal estadunidense durante a pandemia (ibid, 2020). Por fim, a *Amazon* submete os empregados a condições degradantes de trabalho, a uma lógica demonizada de organização coletiva⁴⁴ e ao risco do contágio do coronavírus que se tornou motivo de processo pela procuradoria-geral de Nova York⁴⁵.

A relação trabalho-capital em tempos de crise estrutural resulta em uma configuração desumanizante do trabalho e de barbárie promovida pelo capital:

Como seu *sistema metabólico* não pode prescindir do *trabalho* (porque sem ele não existe *riqueza social*), lhe resta depauperar, dilapidar, corroer e destroçar a força humana de trabalho sem, entretanto, eliminá-la completa e cabalmente. É aí que proliferam as maquinações e os embustes de seus altos gestores (hoje denominados CEO, *Chief Executive Officer*), com suas alquimias, seus léxicos, suas obliterações e manipulações. A individualização, a invisibilização e a eliminação completa dos direitos do trabalho enfeixam o sonho dourado do capital, agora que o mundo digital, on-line, robotizado e automatizado pode conviver com o trabalho aviltado, desvertebrado, desorganizado, isolado, fragmentado e fraturado. (ANTUNES, 2020b, p. 3)

⁴³ Os lobbies representam “as pressões dos grupos de interesse [...] exercidas junto ao Congresso para transformar demandas em matéria legislativa (VIANNA, 2000, p. 98). De acordo com Vianna (2000), essa prática é essencialmente estadunidense, porém em seu estudo a autora apresenta uma tendência dessa americanização no que concerne à política social brasileira, com destaque, para a seguridade social.

⁴⁴ Ver matéria publicada no El País: “A luta sindical que a Amazon quer sufocar”, escrita por María Antonia Sánchez-Vallejo, em 28 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-02-28/a-luta-sindical-que-a-amazon-quer-sufocar.html>>. Acesso em: 08 dez.2021.

⁴⁵ Ver matéria publicada na CNN Brasil: “EUA: Nova York processa Amazon por tratamento de trabalhadores durante pandemia, em 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/eua-nova-york-processa-amazon-por-tratamento-de-trabalhadores-durante-pandemia/>>. Acesso em: 08 dez.2021.

Além disso, essa desigualdade na distribuição das mazelas da crise determina as disparidades entre regiões e países para promoverem proteção social. Em 2012, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) formulou a Recomendação 202, orientadora da construção de Pisos de Proteção Social⁴⁶ para garantias de que “[...] todas as pessoas necessitadas tenham acesso a cuidados de saúde essenciais e a uma segurança básica de rendimento que, no seu conjunto, assegurem um acesso efetivo aos bens e serviços definidos como necessários a nível nacional.” (OIT, 2021, p.158). Entretanto, apenas 45% da população mundial está sob cobertura de ao menos uma prestação de serviço da proteção social, enquanto 55%, aproximadamente 4.000 milhões de pessoas, estão completamente desprotegidas, principalmente por *déficit* no financiamento das políticas sociais, predominante na África, Ásia e Estados Árabes⁴⁷ (OIT, 2017).

Mediante alegadas questões metodológicas do Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017 – 2019⁴⁸ (OIT, 2017), a América Latina e Caribe foi incluída com a América do Norte em um bloco chamado “Américas” e essa condição afetou a identificação das lacunas regionais sobre a desproteção social, tendo em vista a inserção do Canadá e Estados Unidos, países que possuem um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), assim, consideramos outras fontes de dados sobre América Latina e Caribe. Silva e Silva mapeou a forte incidência de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), principalmente após o Programa Bolsa Família no Brasil, precursor dessa modalidade de proteção social. Ao todo foram vinte programas executados por dezoito países⁴⁹ que repercutiram na taxa de

⁴⁶ Segundo a OIT “a proteção social, ou segurança social, é um direito humano, definido como o conjunto de políticas e programas concebidos para reduzir e prevenir a pobreza e a vulnerabilidade ao longo do ciclo de vida. A proteção social inclui prestações familiares e por crianças dependentes, de maternidade, desemprego, acidente de trabalho ou doença profissional, doença, velhice, invalidez e sobrevivência, bem como a proteção da saúde.” (2017, p. 29)

⁴⁷ Os Estados Árabes considerados pela OIT são: “Arábia Saudita, Barein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iémen, Iraque, Jordânia, Koweit, Líbano, Omã, República Árabe Síria, Territórios Palestinos Ocupados” (OIT, 2017, p. 224).

⁴⁸ Os dados sobre Proteção Social advêm da Base de Dados Mundiais da Bureal Internacional do Trabalho (BIT), bem como dos documentos: *The Sustainable Development Goals Report 2017* (Nova Iorque); e, *Progress towards the Sustainable Development Goals*, Relatório do Secretário-Geral, Documento No. E/2017/66 (Nova Iorque), ambos da Organização das Nações Unidas (ONU) (OIT, 2017).

⁴⁹ São eles: *Programa de Asignación Familiar* (PRAF) – 1990, Honduras; *Bono de Desarrollo Humano* – 1998, Equador; *Programa Familias em Acción* – 2000, Colômbia; *Programme of Advancement Through Health and Education* (PATH) – 2001, Jamaica; *Oportunidades* – 2002, México; *Chile Solidario* – 2002, Chile; Bolsa Família – 2003, Brasil; *Red Juntos (Programa Nacional de Apoio*

pobreza entre 2002 e 2014, conforme a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL):

Entre 2002 e 2014, a taxa de pobreza (média regional) diminuiu significativamente, de 45,4% para 27,8%, de modo que 66 milhões de pessoas superaram essa situação. Ao mesmo tempo, a taxa de pobreza extrema diminuiu de 12,2% para 7,8%⁵⁰. Contudo, a partir de 2015 os níveis de pobreza e, especialmente, de pobreza extrema aumentaram. Em 2018, em torno de 30,1% da população regional estava abaixo da linha de pobreza, enquanto 10,7% estavam abaixo do umbral de pobreza extrema. Isto significa que aproximadamente 185 milhões de pessoas estavam em situação de pobreza, das quais 66 milhões em situação de pobreza extrema. (CEPAL, 2020, p. 9)

A pobreza é um fenômeno da desigualdade social, ao alterá-la se cria condições de autonomia dos sujeitos e grupos beneficiários e possibilita uma melhoria para o desenvolvimento humano e societário. Contraditoriamente, autores/as apontam limites desse modelo de proteção social com foco nos PTRC, “[...] o repasse do dinheiro aos pobres não lhes garante a cidadania via serviços sociais públicos, empregos e salários de qualidade, de modo que a utilização do poder mágico e fetichista do dinheiro transforma os pobres em consumidores [...]” (SILVA E SILVA, 2014, p. 234), ainda os insere no acesso ao crédito e a um caminho de endividamento.

Mota (2012, p. 34) apresenta desdobramentos maiores em torno desse modelo capitalista,

Directo a los más Pobres) – 2005, Peru; *Abrazo* – 2005, Paraguai; *Programa Ñopytivô e Programa Tekoporã* – 2005, Paraguai; *Programa Solidaridad* – 2005, República Dominicana; *Red de Oportunidades* – 2006, Panamá; *Programa Avancemos* – 2006, Costa Rica; *Targeted Conditional Cash Transfer (TCCTP)* – 2007, Trinidad e Tobago; *Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares del Plan de Equidad (AFAM-PE)* – 2008, Uruguai; *Programa Bono Madre – Niño Niña “Juana Azurduy”* – 2009, Bolívia; *Programa Comunidades Solidarias Urbanas e Rurais* – 2009, El Salvador; *Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUH)* – 2009, Argentina; *Mi Bono Seguro* – 2012, Guatemala (SILVA E SILVA, 2014, p. 193)

⁵⁰ De acordo com a CEPAL: “Na região, entre 2002 e 2014 ocorreu um importante processo de redução da pobreza e da pobreza extrema, bem como de diversos indicadores da desigualdade social. Este processo esteve associado não só a um contexto econômico mais favorável, mas também a um contexto político em que a erradicação da pobreza e a diminuição da desigualdade social, bem como o objetivo de ampliar a inclusão social e de estender a proteção social, ganharam um espaço inédito na agenda pública de muitos países da América Latina e, em certa medida, do conjunto da região. Ampliou-se a agenda de direitos, fortaleceu-se a ação do Estado e das instituições sociais, aumentou o investimento social e foram implementadas políticas de caráter redistributivo no âmbito social e no mercado de trabalho.”(2020, p. 8).

[...] a equação *novo desenvolvimentismo e políticas de combate à pobreza* não se restringe a um conjunto de políticas, programas e iniciativas governamentais. A rigor, ao aliar o combate à pobreza a defesa do crescimento econômico, a burguesia e seu Estado protagonizam uma sociabilidade baseada na ideologia do consenso: a possibilidade de compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social. [grifos da autora].

Todavia, os governos progressistas na América Latina atenuaram os impactos da crise do capital vividos fortemente nos Estados Unidos e Europa, com destaque para Espanha e Grécia, em 2008. A existência de um novo bloco econômico BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul)⁵¹ também possibilitou que alguns países não fossem tão afetados pela crise no sistema imperialista, inclusive, a China foi uma grande demandatária de matérias primas, as chamadas *commodities*. Lobato (2018, p. 2134) destaca que “o objetivo principal do grupo é influenciar a geopolítica e o mercado globais, a partir da importância alegada de grandes países em desenvolvimento com papel crucial na economia.”.

De todo modo, a crise estrutural do capital pode ser entendida como a principal face de um sistema que incorpora a barbárie de tal forma que se torna sua premissa vital. Um sistema com base na destruição, exploração e opressões institui a crise como forma de se reinventar e tornar tudo o que atinge em mercadoria. A reinvenção do capital também se apropria privadamente da natureza e em uma unidade ontológica com a exploração do trabalho potencializa sua destrutividade e cria novas formas de mercadorização. Atualmente, até o ar que respiramos é rentabilizado na bolsa de valores, como crédito de carbono, ou seja, a crise ambiental ou “destruição criativa da terra” (HARVEY, 2011) também se constituiu em uma alternativa de negócios, com a criação de um mercado “verde”.

Conforme tratado anteriormente, sob a égide da sociabilidade capitalista, a natureza tornou-se mercadoria. Em um tempo histórico de crise estrutural do capital e mundialização financeira, a apropriação privada dos recursos naturais e sua transformação em ativos financeiros representa cada vez mais rentabilidade. Entretanto, existe uma dimensão da crise, constatada por esse modo de produção, porém limitado quanto ao seu enfrentamento: a destrutividade ambiental, que coloca

⁵¹ A primeira Cúpula do BRICS ocorreu em 2009, na Rússia e a inserção da África do Sul no referido bloco ocorreu na 3ª Cúpula, realizada na China, em 2011. (LOBATO, 2018).

em risco a vida planetária. Uma produção anárquica em detrimento das necessidades sociais, uma lógica de obsolescência programada em prol da intensa descartabilidade e aumento do consumo, uma reprodução social alienada perante a natureza que expõe limites à reprodução de múltiplas formas de vida em razão da finitude de inúmeros recursos naturais (FOLADORI, 2001; FOSTER, 2010).

Para geração de valor e acumulação de capital, existem fundamentais mediações em torno da relação ser humano – natureza e capitalismo; primeiramente, a condição de propriedade privada da natureza que impera como desígnio desse sistema. A ruptura da natureza como bem comum é a criação da propriedade privada, é tornar-se dono de terra, água, ar; trocar e comercializar elementos vitais e coletivos.

A questão ambiental entendida como “conjunto de manifestações da destrutividade da natureza – cuja raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade – e seus desdobramentos sócio-políticos” (SILVA, 2008, p. 64), amplia-se e ramifica-se a uma gama de elementos constitutivos: expropriação, relação produção-consumo e crise do capital que também é ambiental, dentre outros. E esta só pode ser compreendida na imbricada relação entre *colonialismo*, *imperialismo*, *mundialização* e *dependência*.

O *Global Atlas of Environmental Justice* (EJAtlas) – Atlas Global de Justiça Ambiental⁵² mapeou a existência de 3.526 casos⁵³ de conflitos que envolvem os recursos naturais⁵⁴, em todo o mundo. Destes, 1007 casos estão na América Latina e Caribe, 473 casos na África e 1055 na Ásia, o que totaliza 2.535 de conflitos

⁵² O Atlas de Justiça Ambiental é uma iniciativa do Instituto de Ciência e Tecnologia Ambiental (ICTA) da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), dirigido por Leah Temper e Joan Martinez Alier e coordenado por Daniela Del Bene, sob apoio do Projeto Justiça Ambiental – *EnvJustice*, financiado pela União Europeia. Na plataforma estão documentados e catalogados conflitos socioambientais no mundo, com os objetivos de denunciar e cobrar responsabilidades das injustiças cometidas, bem como dar visibilidade às comunidades atingidas e suas reivindicações. Disponível em <<https://ejatlas.org/about>>. Acesso em: 01 nov.2021. Em entrevista, Alier (2020) informa que o EJAtlas surgiu em 2012 e após dois anos tornou-se público com o registro de 920 casos de conflitos socioambientais, em 2020 atingiu mais de 3.000 casos. O economista ecológico diz que os dados atuais são uma amostra de conflitos que existem no mundo e que a maioria ainda não foi revelado.

⁵³ Dado coletado em 01 de novembro de 2021.

⁵⁴ A categorização primária dos conflitos socioambientais é dividida em dez: nuclear; extração de minerais e materiais de construção; gestão de resíduos; biomassa e conflitos de terra (florestas, agricultura, pesca e gestão da pecuária); combustíveis fósseis e justiça climática/energia; gerência de água; infraestrutura e ambiente construído; recreação turística; conflitos de preservação da biodiversidade; e, conflitos industriais e de serviços públicos. Disponível em: <<https://ejatlas.org/>>. Acesso em: 03 nov.2021.

socioambientais. Esse quantitativo representa que, aproximadamente, 72% dos conflitos socioambientais estão situados no “Tricontinental”. A realidade evidencia as continuidades do colonialismo nos continentes do Sul, herdeiros da superexploração da força de trabalho e da intensa extração dos recursos naturais, mediadas pela destrutividade, sob égide do imperialismo situado no Norte do globo terrestre que mantém a concentração da riqueza mundial.

O conjunto de apropriação privada de recursos naturais em tempos de crise do capital se remete a uma categoria analítica desenvolvida na América Latina, com caráter político e de denúncia: o neoextrativismo (SVAMPA, 2019).

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Ele se caracteriza pela orientação da exportação de bens primários em grande escala, incluindo hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita e zinco, entre outros) e produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar). Definido desse modo, o neoextrativismo designa mais que as atividades tradicionalmente consideradas extrativistas, uma vez que inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes represas hidrelétricas e outras obras de infraestrutura – hidrovias, portos, corredores interoceânicos, entre outros – até a expansão de diferentes formas de monocultura ou monoprodução, por meio da generalização do modelo de agronegócios, da superexploração pesqueira ou das monoculturas florestais. (SVAMPA, 2019, p. 33)

A destruição ambiental afeta diretamente a fauna e a flora do planeta, o conjunto da biodiversidade, modificando paisagens verdes em áridos campos sem vida, inundando áreas urbanas etc. Os ditos desastres socioambientais⁵⁵ estão cada vez mais presentes e avassaladores, principalmente, pelo agravamento do aquecimento global e crise climática vivenciada atualmente, causando deslocamento forçado de diversas populações, afetando a produção de alimentos, dentre outras

⁵⁵ Marques (2011, p. 184) afirma que deve “remete-se a importância do entendimento do desastre não apenas como fenômeno natural, mas, sobretudo, como uma questão socioambiental emergente para a economia, a política, a cultura, a sociedade e o ambiente”. Vígolo (2013, p. 57) reforça ao apontar que “os desastres socioambientais só podem ser compreendidos em sua totalidade se analisados como fenômenos resultantes de um conjunto de fatores, de ordem natural, social, econômica, política e cultural, que refletem a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza no capitalismo”.

problemáticas. De acordo com a Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), “na última década, eventos climáticos resultaram em uma média de 21,5 milhões novos deslocamentos a cada ano – mais que o dobro dos deslocamentos causados por conflito e violência.” (ACNUR, 2020, s.p).

Existem várias iniciativas para mapear o processo destrutivo da natureza nas últimas décadas. A empresa de tecnologia *Google* desenvolveu uma função chamada *Google Earth*⁵⁶ que exibe as mudanças das paisagens em um conjunto de fotografias via satélite entre os anos de 1984 e 2020. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) criou uma plataforma chamada “Sala da Situação Mundial do Meio Ambiente”⁵⁷, sendo possível monitorar o aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂) e a temperatura global, mensalmente. Nessa ferramenta também se pode acessar dados por tópicos temáticos, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e por regiões e países⁵⁸. Outra plataforma do PNUMA permite acompanhar a poluição e qualidade do ar no mundo⁵⁹.

O avanço da tecnologia possibilita monitorar em tempo real e mensurar os níveis de destrutividade ambiental. Ao navegar pelos mapas, visualiza-se catástrofes ambientais como o derretimento de geleiras, desmatamentos, desertificações e tantos processos causados pela ação humana sob insígnia da sociabilidade capitalista. Não há ausência de estudos e dados em torno dessa problemática, tampouco carecem de discussões em âmbito mundial, como por exemplo as Conferências das Nações Unidas sobre Mudança do Clima também chamada de Cúpula do Clima.

Porém, as estratégias e ações em torno dessa problemática tão delicada – que trata da finitude dos recursos naturais e sobrevivência humana na terra é direcionada pelo mercado, para fins de especulação financeira. A crise estrutural do capital aponta como alternativa à garantia de crescimento e alcance “ideal” da taxa

⁵⁶ Disponível em: <<https://earth.google.com/>>. Acesso em: 10 jan.2022.

⁵⁷ Disponível em: <<https://wesi.unep.org/>>. Acesso em: 10 jan.2022.

⁵⁸ Os dados são provenientes de diversos parceiros internos e externos à Organização das Nações Unidas (ONU) e outras plataformas, a exemplo da *Global Environment Outlook* (GEO), *European Space Agency* (ESA) e *National Aeronautics and Space Administration* (NASA).

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.iqair.com/unep>>. Acesso em: 10 jan.2022.

de lucro a mercadorização e financeirização dos recursos naturais, com a roupagem do capitalismo verde ou ecocapitalismo.

2.2. Capitalismo verde e financeirização da natureza

A destrutividade ambiental é fundante do modo de produção capitalista que em crise estrutural acirra essa condição. Na sociedade contemporânea, o capitalismo verde torna-se caminho de uma racionalidade sistêmica mais branda, menos poluidora e com respeito ao meio ambiente. Em meados de 1970, tem início o debate em torno das condições de vida na terra e a “verdeficação” do capital é alardeada pelos organismos internacionais como saída para catástrofes ambientais, com destaque para o desenvolvimento sustentável e, posteriormente, a economia verde.

Ao dimensionar o início do debate sobre as condições de vida planetária a partir do mundo ocidental e suas organizações, antes, é importante destacar que existe uma relação milenar dos povos originários com a natureza que lutam para preservação dos seus modos de vida, principalmente, pela demarcação de terras, mesmo enfrentando as contradições do processo de aldeamento dos povos indígenas no Brasil, por exemplo (SILVA, E., 2020). Para os povos indígenas latino-americanos, a terra é sinônimo de mãe, a criação de tudo, a “Pachamama” – Mãe Terra, a fonte de vida (BRUCKMANN, 2011). Essa relação também se espalha para outros povos: quilombolas, ribeirinhos, comunidades pesqueiras e camponeses.

A liderança indígena Ailton Krenak⁶⁰ (2020, p. 6) resgata a essência do metabolismo entre humanidade e natureza e a construção capitalista de alienar essa relação:

⁶⁰ A relação com natureza está gravada no próprio nome do povo indígena Krenak: “O nome *krenak* é constituído por dois termos: um é a primeira partícula, *kre*, que significa cabeça, a outra, *nak*, significa terra. Krenak é a herança que recebemos dos nossos antepassados, das nossas memórias de origem, que nos identifica como “cabeça da terra”, como uma humanidade que não consegue se conceber sem essa conexão, sem essa profunda comunhão com a terra. Não a terra como um sítio, mas como esse lugar que todos compartilhamos, e do qual nós, os Krenak, nos sentimos cada vez mais desraizados — desse lugar que para nós sempre foi sagrado [...]” (KRENAK, 2019, p. 24).

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.

Löwy (2014, p. 24) aponta a resistência indígena como “poderosa dinâmica social, radicalmente antissistêmica [...]” que em conjunto com demais lutas, como o ecossocialismo, expõe a destrutividade da natureza e acumula forças para um processo de ruptura ambiental e societária. Assim, explicitamos que as alternativas para tratar da questão ambiental não se restringem às opções instituídas pelo mercado que, imprescindivelmente, rentabiliza a natureza.

No surgimento do liberalismo, a relação entre sociedade e natureza era representada, em sua maioria, pela terra. Porém, pautada pelo incipiente mercado, a exemplo das experiências do capitalismo agrícola com os *Tudors*, na Inglaterra e do subsídio da terra para suporte ao capitalismo industrial, tanto na produção de alimentos como no uso do solo para ocupação de moinhos e dormitórios para os trabalhadores (POLANYI, 2000).

A terra também foi um marco na disputa entre as classes dominantes, os senhores feudais e a burguesia, além da posse da Igreja. A aristocracia feudal resistiu e utilizou a propriedade fundiária como arma para manutenção da ordem, [...] No movimento agrário do século XIX, o feudalismo tentava, e às vezes com sucesso, recuperar seu passado, apresentando-se como o guardião do *habitat* do homem, o solo” (POLANYI, 2000, p. 222). Entretanto, a burguesia adotou estratégias para ruir tal poderio, como a criação de leis, visto o Código Napoleônico que transformou a terra em bem de comércio com a instituição de contrato civil privado (ibid, 2000).

Além disso, a burguesia subordinou o campo à cidade a partir da expansão industrial e impôs um ritmo de produção para além do consumo local, regionalizando-a. Contraditoriamente nessa transição, autoridades limitavam uma maior circulação de produtos, como o trigo, o que por sua vez, impulsionou um sistema de produção de excedentes para além da Europa, um dito livre comércio de um mercado autorregulável, mediante usufruto do colonialismo. Até porque o

pretensão livre comércio era instituído nas relações de países europeus com os territórios colonizados, entre os iguais havia um forte protecionismo para importação, a exemplo da indústria do algodão na Inglaterra no início do século XIX, “a indústria só queria libertar-se da regulamentação na esfera da produção, pois a liberdade na esfera da troca ainda era considerada um perigo” (POLANYI, 2000, p. 167).

Marini (2019) remete o surgimento de uma relação de dependência dos territórios colonizados na América Latina para com os países de capitalismo central, nesse caso, “prover os países industriais dos alimentos exigidos pelo crescimento da classe operária” (MARINI, 2019, p. 140) e pela troca desigual entre os produtos agrícolas e manufaturados, tendo em vista a queda dos preços de produtos primários. Essa relação da América Latina com a economia mundial se estabelece a partir dos anos de 1840, mediante necessidade pautada pela Inglaterra (MARINI, 2019). Assim, a terra e seus frutos foram engolidos pelo mercado e por uma desigualdade entre regiões e países.

A disputa pela terra também coube à classe trabalhadora. Marx (2017) criticou a lei referente ao furto de madeira e pontou a relação desse fato com a apropriação privada das florestas e terra. No século seguinte, a palavra de ordem que culminou no processo da Revolução Russa foi “Paz, Pão e Terra”. Nos países coloniais, Fanon (1968, p. 46) aponta o campesinato como sujeito revolucionário:

Nada tem a perder e tem tudo a ganhar. O camponês, o desclassificado, o faminto é o explorado que mais depressa descobre que só a violência compensa. Para ele, não há compromisso, não há possibilidade de arranjo. A colonização ou a descolonização – trata-se simplesmente de uma relação de forças. O explorado percebe que sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força. [...] o colonialismo não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior.⁶¹

A partir disso, a terra é o principal elemento da natureza em disputa, desde os processos de propriedade privada à expropriação de comunidades, grupos e classe.

⁶¹ No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem uma música que remete às palavras de Fanon (1968): “O risco que corre o pau, corre o machado. Não há o que temer. Aqueles que mandam matar também podem morrer! Nós estamos em guerra. O lado de lá já decretou. Pois contratam pistoleiros pra matar trabalhador. Essa é a nossa proposta. E a gente vai ganhar! Se levarem um daqui, surgem mil em seu lugar!”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zFQsNF89evk>>. Acesso em: 24 fev.2022.

Para além de vida, a terra tornou-se sinônimo de riqueza, poder e *status*⁶². Algumas literaturas do século XIX retratavam outros elementos relacionados à questão ambiental, porém não de forma tão elaborada. Engels (2010), ao descrever a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, no início do século XIX, destaca as condições de vida na cidade no que concerne à moradia e desenvolvimento urbano. A relação com a natureza é mediada pela poluição de rios e do ar, bem como o trato com os resíduos sólidos, o lixo. Ao situar a ponte Ducie Bridge, em Manchester, Engels (2010, p. 92) afirma:

Embaixo corre, ou melhor, estagna o Irk, estreito curso d'água, negro, nauseabundo, cheio de imundície e detritos que lança sobre a margem direita, mais baixa; aí, no período da seca, alinha-se uma série de charcos lamacentos, esverdeados e fétidos, do fundo dos quais sobem bolhas de gás mefítico, cujo cheiro, sentido mesmo do alto da ponte, quarenta ou cinquenta pés acima da água, é insuportável; ademais, o próprio rio tem seu curso detido a cada passo por barragens junto às quais se depositam e apodrecem lama e detritos. Acima da ponte, veem-se grandes curtumes e, mais acima ainda, tinturarias, moinhos para pulverizar ossos e usinas de gás cujas águas servidas e dejetos vão todos parar no Irk (que também recebe esgotos) – é fácil imaginar, pois a natureza dos resíduos que se acumulam no seu leito. Abaixo da ponte, avistam-se os montes de lixo, às imundícies, a sujeira e a degradação dos pátios situados na escarpada margem esquerda; as casas comprimem-se umas às outras e, dada a inclinação da margem, cada uma se vê apenas parcialmente, mas são todas mais ou menos iguais: enegrecidas pela fumaça, degradadas, velhas, as janelas com caixilhos e vidros aos pedaços.

Morris (2002), em seu romance escrito em 1890, idealiza uma Inglaterra em 2102, após uma revolução socialista e retrata um cenário de harmonia entre pessoas e natureza, surpreende-se com a despoluição do rio Tâmesa, com a existência de lagos, florestas e árvores preservados. O autor pode ser considerado “[...] um precursor da ecologia ao imaginar uma sociedade sem cidades poluídas, nas quais as casas estão rodeadas de espaços verdes e onde os bosques e as florestas substituiriam os bairros decrepitos e insalubres da Londres de 1890” (LÖWY, KONDER, 2002, p. 18).

O ideário de Morris que vagueia entre séculos depara-se com inúmeras contradições e desafios diante das ofensivas do capital e suas estratégias verdes.

⁶² No Brasil, país que foi colonizado e não teve reforma agrária, a questão da terra é raiz para apreensão de diversas problemáticas: uma das razões para “unidade nacional mal resolvida” (OLIVEIRA, 1993); conflitos e massacres, trabalho escravo (CPT, 2021), dentre outras.

Em meados do século XX, a chamada “Revolução Verde”, por exemplo, implementou mudanças na agricultura, com base no alargamento da produção a partir da adoção de práticas tecnológicas, como o uso de “defensivos agrícolas” para acelerar o plantio em massa. Pereira (2012, p. 687) aponta a Revolução Verde como “[...] um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso.”.

Esse pacote de mudanças afetou diretamente a produção da agricultura camponesa e familiar, bem como o modo de vida dos/as agricultores/as, pois gerou dependência de insumos para grandes corporações, perda da diversidade de plantio diante do avanço da monocultura, disputas em torno da terra pelo fortalecimento do latifúndio, questões de adoecimento pelo uso dos agrotóxicos que também poluem o meio ambiente⁶³, além de uma série de problemáticas que incidiram no êxodo rural da população do campo.

A burguesia promoveu a indústria do agronegócio, principalmente, nos países agroexportadores, como o Brasil. O Estado cumpriu um papel fundamental no processo de “modernização” rural, com incentivos de créditos financeiros, desenvolvimento técnico-científico e educacional articulado entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), visto que entre os anos de 1964 e 1968 houve doze iniciativas no âmbito de assessoria, acordo e cooperação (CHÃ, 2018).

Enquanto isso, ocorria o debate sobre a finitude dos recursos naturais com a fundação do Clube de Roma e posterior publicação do relatório “Os limites do Crescimento”, em 1972. Após discordâncias conceituais sobre o tema, o ecodesenvolvimento que foi formulado primeiro é substituído por Desenvolvimento Sustentável, com base no relatório “*Brundtland – Nosso Futuro Comum*”, de 1987, alardeando a súplica em atender as necessidades da geração do presente sem

⁶³ Atualmente, existe um acúmulo de pesquisas e dados sobre os malefícios dos agrotóxicos para quem os manipula e para quem consome alimentos com veneno, bem como a sistematização da resistência a esse modelo. Em 2015, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) em parceria com outras organizações publicou um importante dossiê intitulado “Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde”, dividido em quatro partes: segurança alimentar e nutricional e saúde; saúde, ambiente e sustentabilidade; conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes; e, a crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia.

comprometer as gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

O desenvolvimento sustentável é mais que crescimento. Ele exige uma mudança no teor de crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia, e mais equitativo em seu impacto. Tais mudanças precisam ocorrer em todos os países, como parte de um pacote de medidas para manter a reserva de capital ecológico, melhorar a distribuição de renda e reduzir o grau de vulnerabilidade às crises econômicas (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 56)

A proposta é de conciliação entre a tríade ecológica, econômica e social, a partir da verificação da economia e do combate à pobreza. Entretanto, Silva (2008, p.192) aponta os limites e o caráter ideológico do Desenvolvimento Sustentável,

A subordinação às relações de propriedade burguesas se faz à custa de um crescente distanciamento entre discurso e realidade: o apelo à solidariedade, à justiça social, à utilização racional dos recursos naturais e à preservação da natureza articula-se dialética e contraditoriamente com o aprofundamento da devastação do planeta, com a crescente descartabilidade e com a degradação da vida humana, apesar dos inúmeros acordos e pactos internacionais firmados em nome de uma ética ambiental abstrata.

Apesar disso, os organismos internacionais constroem pilares para o desenvolvimento sustentável, como a “economia verde” que: “[...] pode ser considerada como tendo baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e socialmente inclusiva” (PNUMA, 2011, p. 2). Dessa forma, o século XXI nasce marcado por denúncias e estudos sobre a emissão de carbono, nos quais é pautada a tese da indispensável descarbonização da economia, mediante risco de colapso ambiental provocado pelo aquecimento global⁶⁴.

⁶⁴ Essa construção específica às mudanças climáticas inicia no século passado, como pode ser vista na seguinte linha do tempo: em 1987, foi estabelecido o Protocolo de Montreal que visava a redução e controle de gases maléficos para Camada de Ozônio, protetora climática da Terra, como Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) e Hidrofluorcarbonos (HFCs). Segundo o PNUMA (2020a), o Protocolo de Montreal é o único validado por todos os países do mundo; em 1988 houve a criação do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, para produzir pesquisas e conhecimentos sobre as mudanças climáticas e subsidiar as discussões e ações sobre o tema; em 1992 houve a Conferência Eco-92 ou Rio-92 onde surgiu a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima; em 1997 foi instituído o Protocolo de Kyoto que objetiva “[...] reduzir suas emissões totais desses gases em pelo menos 5 por cento abaixo dos níveis de 1990 no período de compromisso de 2008 a 2012” (ONU, 1997), de países com

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)

Estima-se que as atividades humanas tenham causado cerca de 1,0°C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais, com uma variação provável de 0,8°C a 1,2°C. É provável que o aquecimento global atinja 1,5°C entre 2030 e 2052, caso continue a aumentar no ritmo atual. (IPCC, 2019, p. 7)

Esse aumento é de enorme gravidade para a natureza e a vida na Terra e constitui uma das principais e a mais urgente face da crise ecológica. Atualmente, apresentam-se fenômenos dessa problemática: derretimento de geleiras, elevação do nível do mar, incêndios florestais, desertificação, chuvas torrenciais e enchentes, desaparecimento de rios e demais consequências como insegurança alimentar, desastres socioambientais, dentre outras. Diante disso, a questão ambiental passou a ser pauta para diversos setores da sociedade, incluindo, a Igreja Católica. O Papa Francisco em discurso relacionou a economia e a natureza: “Os seres humanos e a natureza não devem estar a serviço do dinheiro. [...] Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra” (PAPA FRANCISCO, 2016, p. 41).

Essas articulações contribuem para problematizar que as mudanças climáticas e tantas outras expressões da questão ambiental, não estão restritas ao meio ambiente, elas têm relação direta com a economia e, determinantemente, com a engrenagem do modo de produção capitalista. Löwy (2020, n.p.) aponta que “[...] a civilização industrial capitalista moderna é a responsável pela acumulação de CO₂ na atmosfera e, portanto, pelo aquecimento global.” Logo, uma substituição de modelos, como a propositura do PNUMA com o desenvolvimento sustentável, não alcança a raiz do problema e os enfrentamentos são pontuais e falaciosos, tendo em

alto nível de emissão de gases de efeito estufa, com destaque para o dióxido de carbono (CO₂). No século XXI, houve a criação do Programa das Nações Unidas para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (UN-REDD), em 2008; no ano seguinte ocorreu a Conferência sobre Mudança do Clima de Copenhague que resultou no “Acordo de Copenhague”, com a “[...] meta de longo prazo de limitar o aumento da temperatura média global máxima a não mais do que 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.” (PNUMA, 2020a, s.p.); em 2010 foi lançado o primeiro Relatório sobre a Lacuna de Emissões, importante instrumento para analisar a relação entre o planejado e os dados da realidade; em 2015 houve o histórico Acordo de Paris: “195 países adotaram o primeiro acordo climático global universal e juridicamente vinculante” (ibid, 2020a, n.p); por fim, em 2019 aconteceu a Cúpula de Ação Climática 2019, no intuito de reforçar e fortalecer o Acordo de Paris.

vista que o clima se tornou o novo negócio para o capital, com reforço do “imperialismo ecológico” (FOSTER, CLARK, 2004).

Sob o perigo iminente das mudanças climáticas (que são concretas⁶⁵), o capitalismo verde criou nichos de mercado e, para descarbonização, foi fomentada uma série de medidas, principalmente pela via da financeirização e monetização do carbono. Sob o argumento de “diminuir” a emissão de carbono foi criado um sistema financeiro para garantir e lucrar com “o direito de poluir”, tendo em vista a precificação da poluição, de recursos naturais e de ecossistemas com capacidade de absorver gases do efeito estufa. O PNUMA listou condições que possibilitam a transição para uma economia verde e podemos destacar o “uso de impostos e instrumentos baseados no mercado para incentivar investimentos verdes e inovações” (PNUMA, 2011, p. 31).

Os impostos ambientais, de uma forma geral, podem ser divididos em duas categorias: “quem polui paga”, dando enfoque à taxaçaõ dos produtores ou consumidores no momento em que se tornam um causador de um poluente; e o “usuário paga”, dando enfoque à taxaçaõ da extraçaõ ou do uso de recursos naturais. (PNUMA, 2011, p. 32)

Consideradas como “ferramentas poderosas” pelo PNUMA (2011), também existem as licenças ambientais negociáveis:

Ao invés de impostos, que fixam um preço pela poluição e que então permitem o mercado definir o nível de poluição, os planos de licenças negociáveis, incluindo os sistemas de limitação-e-negócios, primeiro estabelecem um nível global de poluição permitido e depois deixam o mercado determinar o preço. (PNUMA, 2011, p. 32)

A partir do Protocolo de Kyoto foi estabelecido um limite de emissão de CO₂ por país industrializado e criado um mercado de taxaçaõ do carbono. Empresas e países que ultrapassarem o acordo devem compensar com a compra de créditos de

⁶⁵ Existe um movimento negacionista das mudanças climáticas, principalmente, nos Estados Unidos, país que se negou a reduzir as emissões de carbono e assinar o Protocolo de Kyoto. Diante disso, foram realizadas ações para elucidar os efeitos das mudanças climáticas, com destaque, para a produção midiática. O ator estadunidense Leonardo DiCaprio produziu documentários em parcerias (A Última Hora, 2007; Cowspiracy: o segredo da sustentabilidade, 2014; Before the Flood, 2016) e, em 2014, foi nomeado pela ONU como Mensageiro da Paz pelo Clima. A recente sátira “Não Olhe para Cima” (2021) retrata o negacionismo coletivo do fim do mundo a partir da queda de um meteoro na Terra. O filme promove analogias entre ficção e realidade, inclusive, Leonardo DiCaprio faz parte do elenco principal.

outros que produzem baixos níveis de emissão de carbono ou contribuíram com o (re)florestamento⁶⁶. Assim, a dita consciência ambiental torna-se uma consciência precificada e negociada, enquanto a apropriação privada dos bens ambientais e a destruição da natureza seguem em fluxo e os organismos internacionais estabelecem seus acordos e discursos catastróficos⁶⁷.

As organizações internacionais ao tratarem da redução de emissão de carbono destacam dois eixos: os combustíveis fósseis e o desmatamento. O primeiro circunda a produção de energia e as fontes renováveis, já o segundo envolve manejo florestal, florestamento e reflorestamento, preservação de mangues, dentre outros ecossistemas. As ações (planos, programas, projetos etc.) se concentram em prol da redução de gases do efeito estufa, como o Plano Internacional Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e a criação de fundos de financiamento como o Fundo Verde para o Clima instituído pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), além da articulação com recursos anteriores, a exemplo, do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) do Banco Mundial.

Para os países que não constam como os maiores emissores de carbono cabe o estabelecimento de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com estratégias articuladas aos demais países poluidores. Os países ricos são os que mais emitem carbono, mas os empréstimos e ações de clima são voltados, em sua maioria, para os países pobres com baixos índices de emissão, como aponta o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2015). Enquanto isso, o estímulo fiscal para promoção de uma “economia verde” propiciou fraudes históricas no mercado do carbono na União Europeia. A compensação fictícia da redução na emissão de carbono possibilitou golpes financeiros em torno do Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

⁶⁶ No processo da fotossíntese, as árvores captam o dióxido de carbono emitido na atmosfera, realizam o “sequestro e estoque” de carbono, sendo um pulmão na natureza. Nesse sentido, conjuntamente ao processo de financeirização e monetização do ar, há a mercadorização da capacidade biológica da planta, a instituição de um valor de troca à fotossíntese.

⁶⁷ Além dos impostos e licenças, foram criados o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Pagamento por Serviços Ecossistêmicos (PSE) instituindo pagamentos para “cuidadores” dos recursos naturais e ecossistemas. O PSA e PSE também mercantilizam a natureza ao monetizar a relação entre modos de vida e o meio ambiente, além de que “não se trata de serviços realizados por pessoas, e sim bens que a Terra oferece a todos os seres vivos, entre eles os humanos”. (JUBILEU SUL BRASIL, 2013, p. 46).

Na França, o IVA é em torno de 20% sobre cada transação comercial e quando as compensações do crédito de carbono foram criadas, o referido imposto estava vinculado a esse mercado. Porém, as transações realizadas entre empresas de países da União Europeia eram isentas do IVA. Assim, foram criadas centenas de empresas falsas que compravam créditos de carbono de uma empresa real, entre países da UE e França (não havia IVA), e depois revendiam na própria França, agregando o imposto na venda que não era repassado aos cofres públicos⁶⁸. De acordo com o documentário “Os reis da fraude” (2021), estima-se que 283 milhões foram rentabilizados nesse esquema de corrupção⁶⁹.

Enquanto isso, o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2015) reuniu vinte e quatro relatos contendo uma série de violações ambientais e humanas contra comunidades afetadas pelo Projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e REDD+ em países do Tricontinental: Madagascar, Moçambique, Nigéria, Quênia, Uganda e Zimbábue, na África; Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, México e Peru, na América Latina; e, Camboja e Indonésia, no Sudeste Asiático.

Primeiramente, o documento produzido é de tamanha riqueza política e social por ter ouvido as comunidades envolvidas, visto a distância e isolamento da maioria dos territórios (fator propício para a dinâmica de violação de direitos humanos e ambientais), além do protagonismo destas nas denúncias realizadas diante da

⁶⁸ O documentário francês “Os reis da fraude”, sob direção de Guillaume Nicloux, retrata parte do esquema fraudulento envolvendo o mercado de carbono, no caso que envolveu Mardoché Mouly e Arnaud Mimran.

⁶⁹ Enquanto isso, os países do Norte incorporam a corrupção como estruturante à dinâmica dos países do Sul e impõem um sentido de “governança, o que torna o principal argumento com viés ideológico e moralizante de que os países periféricos não possuem capacidade de gerir seus recursos econômicos e ambientais, cabendo falsária intervenção política com o intuito econômico e ambiental. Em entrevista ao Tricontinental (2019c, p. 12), Gyekye Tanoh (da Rede do Terceiro Mundo-África) aponta que “a linguagem da ‘boa governança’ é usada para deslegitimar qualquer aspiração de nacionalização e criação de um monopólio do Estado.”, sob o argumento de uma ausência de parâmetros (intelectual, político, institucional etc.) [...] “países em desenvolvimento ricos em recursos’ são automaticamente ‘mal governados’, pois, afinal, eles nem sequer têm uma estrutura para lidar com a ‘corrupção’. Essa assim chamada ausência justifica a ajuda externa da ‘comunidade internacional’, ou seja, os Estados ocidentais e suas instituições, para definir as normas de governança e dar legitimidade para mobilizar comunidades subnacionais e atores da sociedade civil para a implementação da política.” (ibid, 2019c, p. 19).

omissão e descaracterização da realidade por parte das entidades e órgãos envolvidos⁷⁰.

Em síntese, os relatos sistematizados pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2015) apontam:

- Ausência de transparência entre os contratantes e as comunidades executoras dos projetos, inclusive, com confidencialidade contratual, linguagem rebuscada, documentos no idioma inglês com tradução parcial ou nenhuma tradução.
- O plantio de monoculturas, o que afetou a agricultura familiar e promoveu fome e miséria.
- Cuidados longínquos, tanto no aumento do tempo de produção na geração de renda para as comunidades, como na responsabilização das gerações futuras dos povos afetados, incluindo uma prospecção de cem anos.
- Implementação de uma lógica de cultivo e criação de animais que não condiz com o desenvolvimento local. Oferta de assessoria técnica como se tivessem que ensinar agricultura aos povos tradicionais que, inclusive, cuidam secularmente das florestas.
- Expropriação das comunidades que antes moravam, produziam alimentos e geravam renda no território em disputas pelas organizações verdes. A maioria dos povos não possui o título de posse das terras, com o projeto as organizações passaram a deter propriedade sobre as plantações feitas nos hectares acordados no contrato e com isso garantiu direitos sobre o uso da terra.
- Agressões, assassinatos, estupros, prisões e multas contra os povos atingidos, promovidas, geralmente, por patrulhamento contratado pelas organizações.
- Ruptura com o sagrado diante da proibição de acesso às florestas e áreas antes ocupadas pelas comunidades.

⁷⁰ O documento organiza todas as experiências da mesma forma, com apresentação do título e as seguintes questões: “Quem está por trás do projeto?, O que os promotores do projeto dizem que estão fazendo?, O que vem acontecendo na realidade?”, além de informações no tópico final “Saiba mais sobre este projeto” (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2015). Dessa forma, há a identificação das articulações e responsáveis pela execução dos projetos REDD e REDD+, a versão institucional e a versão das comunidades afetadas.

- Dificuldade das organizações na mensuração do sequestro de carbono, ao mesmo tempo em que há venda desse carbono no mercado financeiro. Os repasses para as comunidades que realizaram o florestamento e reflorestamento foram baixos e, muitas vezes, não chegaram a ocorrer.
- Financiamento por organizações de países colonizadores para países que foram colonizados, com forte reprodução de um “neocolonialismo”.

O negócio do clima afeta dimensões objetivas e subjetivas de sujeitos coletivos em países, historicamente, marcados pelo colonialismo. Sob o capitalismo contemporâneo, a expropriação de povos tradicionais teima em repetir a história, concomitante à atualização das configurações capitalistas. A mercadorização do ar e a apropriação privada da terra são fundantes para o novo nicho de mercado. A atual partilha do mundo se dá pela via da questão climática, da financeirização da natureza, o que longe de se constituir saída para uma questão vital e urgente, presta-se a reiterar a ordem mundializada, profundamente desigual com novas roupagens do imperialismo.

As compensações de REDD geradas por aqueles que menos contribuíram para a crise climática e são pressionados a alterar o uso do solo que fornece seu sustento permitem que os membros mais ricos da sociedade, que têm responsabilidade histórica pelas mudanças climáticas, paguem para não precisar mudar seu estilo de vida. (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2015, p. 64)

Assim, o conjunto de iniciativas do negócio do clima e do desenvolvimento sustentável não visa mudanças estruturais, mas novas formas de exploração, destruição e expropriação que envolve o trabalho, a natureza e os povos/comunidades tradicionais. A exemplo da economia verde, que se constitui em:

[...] uma estratégia que busca reorientar a composição orgânica do capital, restabelecendo para os oligopólios e para os grandes aglomerados financeiros internacionais possibilidades de apropriação da natureza em larga escala, e com maior eficiência e eficácia. Busca transformar o que ainda permanece “bem de uso comum” em mercadoria, fonte de valor de troca. Procura metamorfosear bens naturais em “ativos ambientais”, como as águas, o ar (taxando a emissão de gases), as florestas, passíveis, a partir de então, de serem incorporados nos cálculos estatísticos das finanças capitalistas. [grifo das autoras] (ARAÚJO; SILVA, 2012, p. 138).

Enquanto as organizações verdes internacionais, articuladas aos Estados nacionais promovem esses projetos e tentam ocupar e rentabilizar as florestas, muitas corporações transnacionais já estão presentes, a partir do extrativismo, concentradas pelas atividades de mineração, agronegócio e exploração da biodiversidade (TRICONTINENTAL, 2019a). Na Amazônia brasileira, imensas áreas foram desmatadas para servir de pasto para criação de gado, conforme o Tricontinental (2019a, p. 29) “em 2016 havia mais de 85 milhões de cabeças de boi (três para cada habitante da Amazônia brasileira)”. No processo de desmatamento há prática de queimadas criminosas, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no ano de 2020 houve o registro de 222.797 mil focos de fogo ativo detectado por satélite nos biomas brasileiros, o maior índice desde 2007⁷¹.

O processo de queimadas não só libera dióxido de carbono na atmosfera, como mata a fauna e a flora local. O bioma afetado leva décadas para se recuperar, possivelmente, um dano irreversível diante da relação tempo e espaço que permeia as mudanças climáticas⁷². Porém, o entendimento de floresta para as organizações verdes parte de uma compensação ambiental, como se fosse possível restaurar uma floresta com monoculturas de árvores e/ou plantas exógenas, por exemplo. O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (2020, p. 26) afirma:

O Acordo de Paris compactua com a ideia de que monoculturas de eucalipto, pinus, acácia, teca, bambu ou seringueira são iguais a florestas e, portanto, podem ser consideradas como restauração florestal ou reflorestamento. Isso ocorre porque a definição de florestas contida no Acordo é a mesma usada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e aceita pelos governos da maioria dos países. Essa definição considera uma floresta praticamente qualquer área que seja simplesmente coberta por árvores! Ela ignora muitos outros elementos fundamentais, diversos e interconectados que compõem uma floresta, incluindo comunidades humanas. [grifo do autor].

A lógica da monocultura permeia o enfrentamento das mudanças climáticas, como também é uma das causas desse processo ambiental a partir da dinâmica do

⁷¹ Existe uma relação direta desse dado com o desmonte dos órgãos de controle ambiental: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) criado em 2007 e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA).

⁷² O desmatamento é prejudicial para o mercado de carbono, pois sem captação de carbono não há crédito para ser negociado (JUBILEU SUL BRASIL, 2016).

agronegócio. As mudanças climáticas, por vezes, tidas como processos ambientais e naturais, são postas isoladamente como causadoras de manifestações que são oriundas da apropriação privada da natureza, como a privatização de solo e água e seu uso intensivo que causam a desertificação. Há escassez hídrica, concomitante à concentração hídrica e agrária promovida pelo agronegócio, sendo determinante em áreas com baixa incidência de chuvas, como o semiárido brasileiro e a Índia rural (SILVEIRA, 2017; TRICONTINENTAL, 2019b).

Nessas regiões, agricultores/as e camponeses/as resistem à vida no campo diante de megaempreendimentos que operam irrigações para suas produções, como em Petrolina, no Estado de Pernambuco (Brasil), com a produção de frutas e vinhos e em Anantapur, em Andhra Pradesh (Índia), com a monocultura de amendoim. Silveira (2017, p. 212) aponta que o projeto do agronegócio no Brasil viabiliza “[...] grandes obras de armazenamento hídrico, como a canalização de grandes rios para transposição de bacias, a construção de barragens, grandes açudes e diques para abastecer e garantir a produção de mercadorias para exportação [...]”, determinando a “geopolítica da sede” (SILVEIRA, 2017), da água como negócio⁷³.

Já na Índia rural, em Anantapur, o rio Vedavathi secou diante da construção de uma barragem próxima à Honnur. O acesso à água se dá a não menos que 150 metros nos poços subterrâneos que estão sendo explorados para produção de painço, para fins de alterações genéticas das sementes por empresas (TRICONTINENTAL, 2019b). Além disso, nesse mesmo distrito “[...] 11% da área é classificada como “floresta”. A cobertura florestal real diminuiu para menos de 2%” (ibid, 2019b, p. 15) e isso se deve à monocultura do amendoim pois, de acordo com CK “Bablu” Ganguly (diretor da ONG local Timbaktu Collective), “[...] o amendoim

⁷³ O povo do campo para se manter em suas terras e resistir aos ataques do agronegócio criou tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva. No enfrentamento à indústria da seca, financiada pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1990 surgiu a rede de organizações: a Articulação do Semiárido (ASA), no intuito de promover a cultura da Convivência com o Semiárido. Assim, foi criado os programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2) que instalou cisternas para consumo humano e, posteriormente, para produção de alimentos e criação de animais. Disponível em: <<https://www.asabrasil.org.br/>>. Acesso em: 09 mai.2022.

não pode ficar na sombra, então as pessoas removem as árvores. O solo de Anantapur foi destruído.” (ibid, 2019b, p. 17)⁷⁴.

A apropriação privada da natureza é promovida desigualmente no mundo, onde os países de capitalismo central, também chamado Norte Global, são os maiores consumidores e produtores de mercadorias; sendo também os maiores poluidores, enquanto, exploram e destroem os recursos naturais situados nos países de capitalismo periférico, denominado Sul Global, países com baixas taxas de poluição⁷⁵. Diante disso, movimentos sociais apontam a existência de uma dívida ecológica e climática dos países do Norte para com os países do Sul, representada “[...] pela imposição de políticas que desde a colonização vem causando impactos socioambientais irrecuperáveis, explorando e expropriando territórios e saberes no Sul.” (JUBILEU SUL BRASIL, 2016, p. 73).

Entretanto, o Norte Global se exime dessa dívida e reproduz traços do colonialismo em suas formulações:

As regulamentações, normas e objetivos são importantes para apontar o caminho. Entretanto, os países em desenvolvimento devem ter permissão para regular a sua própria velocidade, respeitando os seus objetivos de desenvolvimento, suas circunstâncias e suas limitações. As nações desenvolvidas desempenham um papel chave na capacitação e habilitação dos países em desenvolvimento, e na criação de um mercado internacional e de uma infraestrutura jurídica para uma a economia verde. (PNUMA, 2011, p. 38)

O PNUMA aponta a permissão para desenvolvimento da economia verde nos países periféricos, a autorização/consentimento pressupõe uma relação de poder, os países centrais não remetem à autonomia ou soberania, ao contrário, reiteram a subordinação/dependência histórica na desigualdade entre Norte e Sul. Além disso, colocam-se como a vanguarda em conhecimento e na criação de instrumentos econômicos e jurídicos, desconsiderando os saberes milenares dos povos tradicionais e das comunidades que ocupam os territórios com recursos naturais,

⁷⁴ A Índia Rural não apresenta, apenas, reflexos de uma crise climática, ela está inserida na dinâmica do agronegócio, do neoliberalismo ambiental e da crise estrutural do capital que massacra a natureza e quem vive da terra e do próprio trabalho. O Tricontinental (2019b, p. 1) elucida que “o Censo Indiano de 2011 contabilizou 833 milhões de pessoas vivendo em áreas rurais, sendo agricultores cerca de 95,8 milhões. [...] Desde 1995, mais de 300 mil agricultores cometeram suicídio e 15 milhões de agricultores abandonaram seus campos.”

⁷⁵ Os países do Norte representam menos 20% da população mundial e geraram cerca de 75% das emissões, mais de 10 vezes as emissões dos países do Sul (JUBILEU SUL BRASIL, 2013).

bem como a promoção da ciência em cada país; os blocos econômicos Sul – Sul e, por fim, o apoio da “infraestrutura jurídica” pode ser traduzido pela busca de países (periféricos) com frágeis legislações: trabalhistas, ambientais, direitos humanos, direito de propriedade intelectual, dentre outras.

No Consenso de Washington, uma das recomendações se referia à propriedade intelectual em um processo de “proteção”, mas que se refletiu em flexibilização no domínio de conhecimentos e técnicas em países periféricos, especialmente, produzidos pelas comunidades e povos tradicionais que são expropriados e têm seu conhecimento convertido em mais uma mercadoria. Na mundialização neoliberal, os saberes ancestrais também se tornaram mercadorias, geralmente, patenteadas por empresas transnacionais.

Em tempos de mais mercado, a economia verde aponta a tecnologia como uma das soluções para enfrentamento das expressões da questão ambiental, principalmente, no tocante à crise climática. Dessa forma, o mercado criou tecnologias verdes, em áreas como: biomassa, nanotecnologia, geoengenharia, biologia sintética, dentre outras (JUBILEU SUL BRASIL, 2013) e, com isso, as patentes verdes⁷⁶. As tecnologias e geração de produtos verdes são financiadas por instituições financeiras, como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Perante o novo mercado, as instituições financeiras atuam na especulação em busca de lucratividade, via empréstimos, seguros e diversos ativos que viabilizam a financeirização da natureza, a exemplo dos créditos de carbono. Durante a Conferência Rio+20, houve o lançamento da carta “Declaração do Capital Natural”⁷⁷, na qual instituições financeiras afirmam seu papel no cenário da

⁷⁶ Em 2012, o governo brasileiro criou um projeto piloto “Patentes Verdes”⁷⁶ que perdurou até 2016, ano que foi instituída como prioridade os pedidos de “Patente Verde” ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, elencada nos setores de energias alternativas, transportes, conservação de energia, gerenciamento de resíduos e agricultura sustentável (BRASIL, 2016b).

⁷⁷ Para o conjunto das instituições financeiras que investem na Economia Verde: “[...] ‘capital’ é definido como o estoque de materiais ou informações que existem em um sistema, a qualquer momento. Assim como um investidor utiliza capital financeiro para gerar lucro, um estoque de florestas ou de peixes irá prover um fluxo futuro de madeira ou alimento.” (PNUMA; GCP; FGV/EAESP, 2012, p. 1). Assim, “o Capital Natural incorpora todos os ativos naturais da Terra (solo, ar, água, flora e fauna) e todos seus serviços ecossistêmicos, que tornam possível a existência de vida humana. Produtos e serviços ecossistêmicos provenientes do Capital Natural valem trilhões de dólares por ano e constituem alimentos, fibras, água, saúde, energia, segurança climática e outros serviços essenciais a todos.” (IBID, 2012, p. 1).

Economia Verde: “[...] propiciar algumas das ferramentas necessárias para apoiar a transição para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, oferecendo empréstimos, capital, seguros e outros produtos e serviços financeiros [...]” (PNUMA; GCP; FGV/EAESP, 2012, p. 2). Dessa forma, o capitalismo neoliberal criou linhas de créditos e seguros⁷⁸ para países periféricos, não só para combater a pobreza (um dos principais argumentos do neoliberalismo durante os anos de 1990), mas agora agrega o cuidado com o meio ambiente e o enfrentamento às mudanças climáticas, pauta que incorpora mundialmente diante do risco futuro à acumulação de capitais e de crise humanitária. Assim, o endividamento posto aos países do Sul é tido como forma de salvar o planeta, uma inversão da dívida ecológica/climática.

O risco ambiental é uma realidade e a urgência de um enfrentamento que não seja pela subordinação da natureza ao lucro também, mas o sentido catastrófico posto pelas organizações internacionais, principalmente, as financeiras, possui intrínseca relação com a manutenção de dependência dos países periféricos aos países de capitalismo central. O Jubileu Sul Brasil (2016) provoca sobre o discurso “de que o mundo vai acabar!”: “O medo de desastres ambientais pode nos deixar paralisados, desesperados e/ou negativos sobre o futuro. Pode também ser um instrumento para que não questionemos as causas estruturais dos desastres.”⁷⁹ (JUBILEU SUL BRASIL, 2016, p. 67).

Dessa forma, na disputa ideológica do capital em crise estrutural reside o discurso alarmista que reitera o fim do mundo devido às mudanças climáticas, mas que o modo de produção capitalista não pode deixar de existir, o máximo é tornar os negócios verdes em ações pontuais (e continuar sendo capitalismo). Assim, parte dos movimentos socioambientais que pautam a justiça climática problematiza que a questão não se limita ao clima, mas ao capitalismo. Para uns, esse sistema deveria ser reformado, tornando-se mais sustentável e para outros deve ser beneficiário da

⁷⁸ A exemplo dos títulos de catástrofes ambientais (*catastrophe bonds*).

⁷⁹ Pesquisadores de diversas instituições, como a Universidade de Stanford (EUA) e a Universidade de Helsinque (Finlândia), realizaram uma pesquisa sobre perspectiva de futuro e a relação com as mudanças climáticas e política, com dez mil jovens entre 16 e 25 anos, dos países: Brasil, Austrália, Estados Unidos, Reino Unido, Índia, Nigéria, Filipinas, Finlândia, Portugal e França. Parte dos resultados foi: 75% acham o futuro assustador e 39% afirmaram não ter certeza de que querem ter filhos. No Brasil, o dado encontra-se acima da média mundial: 48% dos jovens se sentem afetados quanto à maternidade/paternidade diante da crise climática (BBC NEWS | BRASIL, 2021)

mudança climática, ou seja, apontam o lucro como objetivo central e a mitigação dos danos ambientais, uma possível derivação.

A mudança climática é colocada como um problema global de responsabilidade de todos, eliminando a existência dos conflitos sociais, de raça, gênero e etnia e as diferenças em torno da escolha da problemática, de distintos posicionamentos sobre um determinado problema, como também de projetos e trajetórias. Assim, serve como instrumento não só de acumulação como também de justificativa moral e cultural do capitalismo. (JUBILEU SUL BRASIL, 2016, p. 67)

Nesse sentido, qual país estaria contra salvar o mundo da crise climática? Qual país recusaria empréstimos, em prol da promoção de práticas tidas como sustentáveis? Os Estados nacionais são encurralados pelo novo ajuste fiscal dos países do Norte, inclusive, quando estes se recusam a participar de acordos internacionais, como os Estados Unidos ao romper com o Protocolo de Kyoto em 2001. Recusam-se, mas mantém suas instituições financeiras no negócio verde, pressionando o setor público, especialmente dos países periféricos, de modo que “os governos devem agir de forma a criar uma estrutura que regularize e incentive o setor privado – incluindo o setor financeiro – a operar com responsabilidade em relação ao seu uso sustentável.” (PNUMA; GCP; FGV/EAESP, 2012, p. 2). O capital demanda proteção do Estado burguês para seu processo de acumulação, mesmo que contrariando os liberais clássicos que apostavam na autorregulação do mercado; os capitalistas são favorecidos pelo protecionismo do Estado para alcance de seus feitos, de seus negócios (POLANYI, 2000).

A batalha ideológica em torno da questão climática está alicerçada na financeirização da natureza a partir do negócio do clima, com a transformação de ecossistemas e recursos naturais em ativos financeiros, submetidos às regras do capital e guiados pela especulação. As novas estratégias de saque se articulam às velhas práticas de saques diretos, respaldadas pelo protecionismo público e pela desigualdade no desenvolvimento capitalista internacional. Nesse bojo, constitui-se a refuncionalização da dependência.

Os Estados nacionais, localizados na periferia e que se encontram em um cenário de saque de recursos naturais, a exemplo do petróleo, mantêm inúmeras contradições e limitações, como: 1) defender sua soberania, a exemplo da

Venezuela que diante dos ataques dos Estados Unidos, estatizou o processo de extração e exploração de petróleo, através da empresa Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), “[...] uma sociedade anônima pertencente à República Bolivariana da Venezuela, subordinada ao Estado venezuelano e profundamente comprometida com o verdadeiro dono do petróleo: o povo venezuelano”⁸⁰; 2) privatizar os recursos naturais e tornar-se ainda mais dependente de países do capitalismo central, como no caso em andamento, do desmonte da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS).

O processo de transição energética, pautado mundialmente, também se encontra imerso nessas contradições; de um lado, os movimentos socioambientais populares e a luta por um planeta habitável. A descarbonização necessária para enfrentamento da questão climática e ambiental está sendo pautada por movimentos sociais plurais, com forte incidência da juventude. Também há construção de luta pela nacionalização de recursos (minerais, gás, petróleo, água, terra, condições de produção agrária etc.) como projeto político, articulando trabalhadores, povos originários e comunidades tradicionais frente à ofensiva da globalização neoliberal (TRICONTINENTAL, 2019c). Lideranças indígenas brasileiras, como Cacique Raoni Kayapó, Davi Kopenawa Yanomami, Ailton Krenak têm feito denúncias em torno da destrutividade ambiental brasileira.

De outro lado, tem-se o discurso de descarbonização da economia, levado a cabo pelo capital, cuja centralidade é a transformação dos efeitos da questão climática e ambiental em novo nicho de acumulação. Os fundos financeiros internacionais, lobbies e mercado de carbono são reflexos desse outro caminho, “a Economia Verde nada mais é que a nova cara do capitalismo numa face de exploração e superexploração, ignorando os conflitos estruturantes, disfarçada de solução.” (JUBILEU, 2016, p. 68). Por isso, torna-se fulcral apontar que o debate sobre questão climática e transição energética possui conflitos no tocante à sua apreensão e enfrentamento, inserido em racionalidades e projetos societários divergentes e antagônicos.

⁸⁰ “[...] es una corporación propiedad de la República Bolivariana de Venezuela, subordinada al Estado venezolano y profundamente comprometida con el auténtico dueño del petróleo: el pueblo venezolano.” Disponível em: <
http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=8917&Itemid=569&lang=es>. Acesso em: 08 jun.2022.

3. MATRIZ ENERGÉTICA E GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO NO SÉCULO XXI

Faz-se necessário apontar alguns elementos antes de nos atermos ao nosso objeto de análise deste capítulo - o petróleo nas primeiras décadas do século XXI e as conformações brasileiras sob o viés da geopolítica mundial - como paisagem geográfica, desenvolvimento geográfico desigual e produção de espaço (CARLOS, 2011; HARVEY, 2011, 2016), a partir da apreensão da geopolítica como resultante e articuladora desses processos.

A relação sociedade – natureza, mediada pelo trabalho, modifica a paisagem e espaço geográfico⁸¹, estes possuem relação direta e sofrem alterações com o desenvolvimento das forças produtivas. Sob o capitalismo, Harvey (2016, p. 139) destaca que: “[...] o modo como a paisagem evolui afeta tanto a acumulação do capital quanto a maneira como se manifestam as contradições do capital e do capitalismo no espaço, no lugar e no tempo.”. Logo, a desigualdade entre classes também perpassa outras dimensões e, assim, o capital promove um desenvolvimento geográfico desigual em seu processo de acumulação, sendo que as inovações tecnológicas, principalmente, no que concerne aos setores de transporte e comunicação foram e são peças-chave.

As crises do capital, incluindo a crise estrutural, tendem a se deslocar geograficamente. Inicialmente, há uma busca por territórios com excedentes de capital e força de trabalho – um exército de reserva, para baratear os custos da produção. Com a instalação formam-se aglomerações⁸² que induzem o desenvolvimento da região. O fortalecimento da luta sindical e movimentos populares propicia mudanças salariais e aumento nos custos que moveram o deslocamento inicial do mercado. Isso, somado à capacidade fluída do capital que

⁸¹ Carlos (2011, p. 38) aponta que “a paisagem geográfica é a forma exterior, a aparência ‘caótica’, sob a qual se descortina a essência articulada e objetivado espaço geográfico”.

⁸² De acordo com Harvey (2016, p. 141), “as chamadas ‘economias de aglomeração’ surgem quando capitais diferentes se juntam (por exemplo, fábricas de pneus e autopeças localizadas perto de montadoras). Empresas e indústrias diferentes podem dividir instalações, acesso a mão de obra especializada, informações e infraestruturas.”. Consequentemente, esse processo produz aglomerações urbanas: “[...] ambientes construídos que favorecem a sustentação coletiva de grupos particulares de atividades produtivas” (HARVEY, 2016, p. 141) e logo, geram centralização geográfica: “o processo molecular da acumulação de capital converge, por assim dizer, para a produção de regiões econômicas.” (ibid, 2016, p. 141). Essa teia constitui o movimento geográfico de acumulação do capital.

leva a sua desvalorização e tendem a deslocar uma vez mais a devastação geográfica para a procura de novos nichos.

Esse fluxo ocorreu até no coração do imperialismo estadunidense⁸³, em Detroit, com a falência da indústria automobilística, não só pela concorrência estrangeira, mas “[...] também o estabelecimento de novas fábricas no Tennessee e no Alabama, onde a mão de obra era mais barata e o poder sindical era mais fraco” (HARVEY, 2016, p. 141). O autor ainda aponta que “o capital nunca resolve suas falhas sistêmicas porque as desloca geograficamente” (2016, p. 145). Assim, a desindustrialização também compõe uma das condições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Periodicamente, o capital tem de romper com os limites impostos pelo mundo que ele próprio construiu, ou corre o risco mortal de se esclerosar. Em suma, a construção de uma paisagem geográfica favorável à acumulação de capital em uma era torna-se o grilhão da acumulação na próxima. (HARVEY, 2016, p. 146).

Esse espraiamento territorial incumbe ao Estado o papel de criar infraestrutura (capital fixo) e aparato legal para o deslocamento de capitais, principalmente no que concerne às legislações trabalhistas, ambientais, financeiras, dentre outras, moldando-se à dinâmica imposta: “mudanças no movimento molecular do capital também pressionam fortemente a escala em que o poder do Estado pode se construir” (HARVEY, 2016, p. 149). Contraditoriamente, o Estado também pode opor-se a determinados fluxos de acordo com seus interesses e sua conformação militar-industrial.

Por sua vez, isso representa a geografia política que se constitui em uma categoria analítica ampla, de base histórica, permeada pelo conjunto das lutas de classes. Os agrupamentos e acordos entre Estados, as manifestações populares, conflitos e guerras, a produção e reprodução do espaço mediante desenvolvimento do capital, dentre outras questões, incorporam a chamada “geopolítica”. A mutabilidade do poder diante das diversas conjunturas altera a geopolítica mundial

⁸³ Uma exceção à regra de expansão/devastação em países historicamente e estruturalmente dependentes situados no eixo tricontinental (África, América Latina e Ásia).

de tempos em tempos. Assim, uma análise da geopolítica sobre determinado território e momento histórico é tão dinâmica como o próprio movimento do real.

3.1. Entre energia “limpa” e “suja”: o petróleo e a soberania energética

A crise climática, uma das principais pautas da sociedade no século XXI, escancara os limites da natureza diante da expansão desenfreada do sistema capitalista que, ainda, rentabiliza e lucra com a questão ambiental. Movimentos denunciavam consequências e projeções das mudanças climáticas e lutam por justiça climática e ambiental através de um legado histórico, teórico e político de lutas socioambientais. Svampa (2020) aponta a heterogeneidade de grupos, sob a herança: de movimentos ecologistas e pacifistas que culminou em organizações não governamentais (ONGs) e partidos verdes; comunidades negras e pobres nos Estados Unidos que lutavam contra instalações de depósitos de lixo tóxico; e mobilizações a partir de conflitos ambientais nos países da periferia do capitalismo, a “ecologia dos pobres”. Seria a junção dos “novos movimentos sociais” que surgiram em 1970, o Movimento de Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2004) e as lutas dos países do Sul Global analisadas por Martínez Alier (2007)⁸⁴ que foram incorporadas por movimentos atuais⁸⁵ da luta climática.

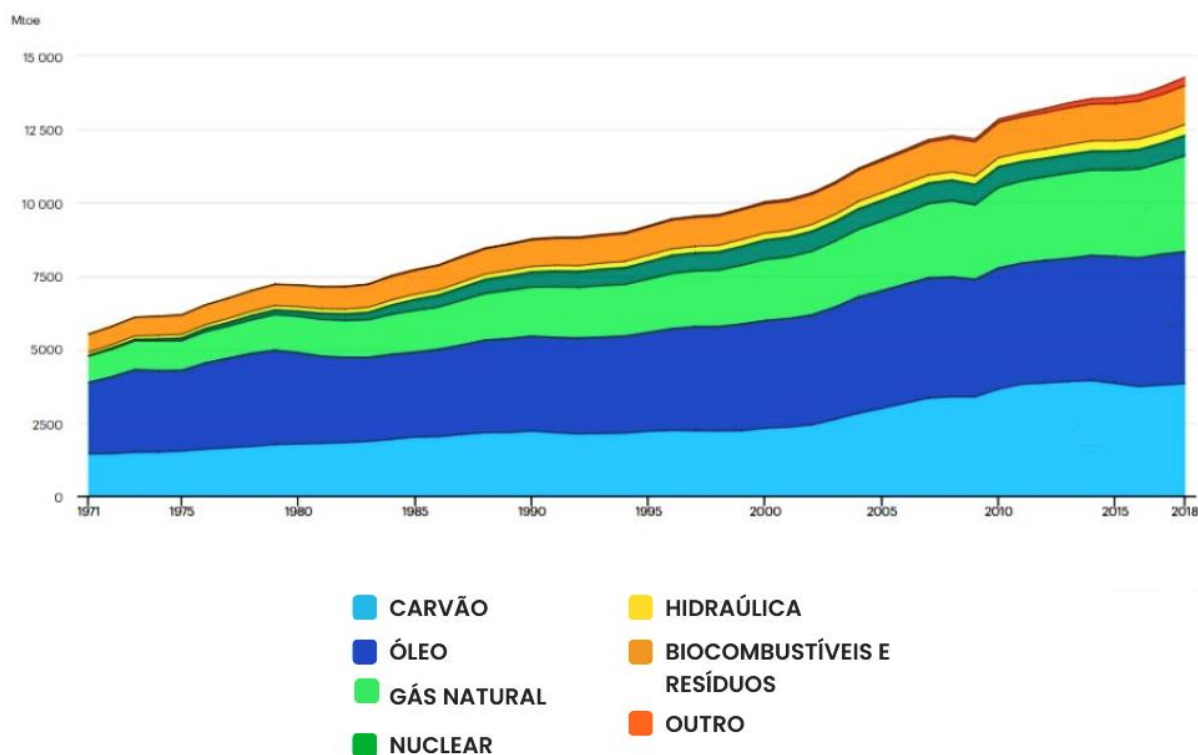
⁸⁴ Silva (2015) ainda aponta um conjunto teórico e político que embasa as lutas socioambientais (também a produção de conhecimento do Serviço Social brasileiro sobre a questão ambiental): o ecossocialismo influenciado pelo método marxista com o principal expoente Michael Löwy; a ecodemocracia através do conservacionismo por Antonio Carlos Diegues; e a ecoirracionalidade com a tese do saber ambiental de Enrique Leff.

⁸⁵ A jovem Greta Thunberg tornou-se ativista ambiental diante da crise climática e mobiliza ações em torno da juventude durante os eventos diplomáticos da Organização das Nações Unidas (ONU) para debater o clima. Svampa (2020, p. 44) destaca que “em agosto de 2018, após várias ondas de calor e incêndios florestais que transformaram o verão ameno da Suécia em um verdadeiro inferno, uma adolescente de aspecto frágil desse país lançou a primeira greve estudantil pelo clima. Com apenas 14 anos e afetada pela síndrome de Asperger, Thunberg deixou de frequentar a escola às sextas-feiras para se colocar em frente ao Parlamento sueco e denunciar os riscos da inação das elites políticas e econômicas diante das aceleradas mudanças climáticas. Sua perseverança, obstinação e a impactante crueza de suas declarações a tornariam famosa em muito pouco tempo. A dramática chamada à ação se espalhou pelo mundo e encontrou um eco favorável em milhares e milhares de adolescentes e jovens, que deram origem ao movimento Fridays for Future, além de muitos outros que catapultariam a juventude à cabeça do movimento global pela justiça climática.”.

Dentre as pautas apontadas, existe a transição energética mediante descarbonização, inovações em matrizes energéticas que não utilizem combustíveis fósseis e que sejam renováveis, categorizando-as como energias limpas por serem sustentáveis. O debate com o foco na matriz energética e qual seria menos danosa ao meio ambiente elege o petróleo e derivados como “vilões” em uma perspectiva maniqueísta, sem problematizar a lógica de produção e consumo da sociabilidade capitalista e sua feroz necessidade energética.

De acordo com a Agência Internacional de Energia - IEA (2020) houve um aumento considerável no fornecimento de energia ⁸⁶ no mundo entre quase cinquenta anos. As fontes analisadas são: carvão, óleo, gás natural, nuclear, hidráulica, biocombustíveis e resíduos, outros⁸⁷, conforme gráfico 1:

Gráfico 1 – Fornecimento total de energia mundial por fonte (1971 – 2018)



Fonte: Gráfico adaptado da Agência Internacional de Energia (2020)

⁸⁶ A medida utilizada na comparação entre as fontes é MTOE – *Million tons of oil equivalente*, que significa MTEP – Milhões de toneladas equivalentes de petróleo.

⁸⁷ Turfa e xisto betuminoso foram incorporados ao carvão. Outros representam energia geotérmica, solar, eólica, maré/onda/oceano, calor e outras fontes (AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA, 2020).

O início desse gráfico data do mesmo momento histórico da publicação “Os Limites do Crescimento” pelos membros do Clube de Roma, com a tese que relacionava a finitude dos recursos naturais ao crescimento populacional, uma clara reprodução neomalthusiana. Ao longo desses anos, o fornecimento de energia mais que duplicou e sua relação não se dá com a demografia, mas com o desenvolvimento posto pelo modo de produção capitalista. Como alternativa à crise estrutural do capital se investiu em um agrupamento: exacerbação do uso da natureza, produção toyotista associada à obsolescência programada das mercadorias⁸⁸ e taxa exponencial de crescimento do capital. Essa combinação é responsável pela necessidade de expansão do uso de energia (que também é natureza) e pela, consequente, destrutividade ambiental.

A concepção antropocena de que os seres humanos alteraram a natureza é fundante para a apreensão de diversos determinantes, inclusive, do trabalho enquanto atividade humana e transformadora do ser humano e da natureza, entretanto, tratar dessa relação de forma genérica e isolada ao desenvolvimento dos modos de produção, em específico, a era do capital, escamoteia a engrenagem de dilapidação da natureza e estende a responsabilidade, de forma genérica, à humanidade.

A longa história de destruição criativa sobre a terra produziu o que é às vezes chamado de “segunda natureza” – a natureza remodelada pela ação humana. Há muito pouco, ou nada, da “primeira natureza”, que existia antes de os seres humanos povoarem a terra. Mesmo nas regiões mais remotas da terra e nos ambientes mais inóspitos, os traços da influência humana (a partir de mudanças nos regimes climáticos, vestígios de pesticidas e transformações nas qualidades da atmosfera e da água) estão presentes. Nos últimos três séculos, marcados pela ascensão do capitalismo, a taxa de propagação e destruição criativa sobre a terra tem aumentado enormemente. (HARVEY, 2011, p. 151)

A criação de novas necessidades sociais posta pelo capital e a anarquia da produção são a chave para a destruição criativa da terra. Em meados de 1970, as inovações tecnológicas que alteraram o padrão de produção do capital também mudaram a sociabilidade, a intensificação do ter em detrimento do ser uniu-se ao

⁸⁸ Obsolescência voltada para o tempo de vida útil das mercadorias, como também das mudanças nas necessidades sociais impondo uma descartabilidade visto o quesito inovação tecnológica e moda cultural.

discurso do novo, do moderno. Apesar do avanço tecnológico, a indústria continua utilizando, em sua maioria, a matriz energética baseada no carvão e óleo (petróleo), que são altamente poluentes. Pereira (2011, s.p) aponta que as matrizes fósseis são instrumentos de hegemonia e dominação do capital, pois “exigem grandes concentrações de capital na construção, operação e manutenção dos seus processos de produção e distribuição”, elas alimentam a grande maquinaria. Assim, as matrizes fósseis também são estratégicas mundialmente, porque são recursos naturais determinantes para disputa de poder e partilha do mundo.

As grandes empresas transnacionais do petróleo perderam espaço na transição dos séculos XX e XXI. Da crise dos trustes da mandatária Standard Oil⁸⁹ hoje são as empresas Chevron, ExxonMobil, BP e Marathon que disputam com as companhias nacionais – as empresas *National Oil Companies* (NOCs). No início do século XXI, eis o panorama:

Em todo o mundo, atores definidos operam na exploração e produção, partilhando as reservas mundiais de óleo e gás entre si. Com a alteração na relação de forças entre as dominantes de outrora, as “sete irmãs” principalmente anglo-saxãs, que hoje são cinco (Exxon, Shell, BP, Total e Chevron) controlam apenas 9% das jazidas. Os novos titãs do óleo são as companhias nacionais de petróleo dos países-membros da OPEP. Dez delas dispõem da maior parte das reservas (53%), detendo um poder nada desprezível. Outras companhias nacionais exploram outros 16% das reservas, em Estados como a China, Índia, Brasil e Malásia, onde a demanda estoura no ritmo alucinante do crescimento econômico da maioria desses países. (SÉRÉNI, 2007, s.p.).

Diante disso, as petroleiras dos países imperialistas tendem a fragilizar os estados nacionais para reocupar o espaço perdido, bem como atuarem em benefício do desmonte das empresas petrolíferas nacionais. O fortalecimento das NOCs afronta o imperialismo, assim como ameaça a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e a relação centro e periferia do desenvolvimento capitalista.

Quando comparadas a outras matrizes, os combustíveis fósseis geram muita energia. Mesmo com o menor crescimento entre 1971 e 2018, o petróleo é o maior gerador de energia no mundo, como pode ser visto na tabela a seguir:

⁸⁹ Ver VILARINO, Ramon Casas. Imperialismo e petróleo: a formação dos trustes e do cartel internacionais. *Lutas Sociais*, n. 25 – 26, 2011. P. 88 – 104. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18583/13783>. Acesso em: 09 jul.2023.

Tabela 1 – Crescimento da produção de energia mundial (1971 – 2018) em MTEP

Matriz Energética	1971	2018	% de crescimento
Carvão	1.437	3.838	167%
Óleo	2.436	4.497	84,6%
Gás Natural	893	3.262	265,2%
Nuclear	29	707	2.337,9%
Hidráulica	104	362	248%
Biocombustíveis e resíduos	615	1327	115,7%
Outros	4	289	7.125%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Agência Internacional de Energia (2020)

As energias renováveis que integram o segmento “outros” (4 mtep) representavam 0,16% do petróleo (2.436 mtep) em 1971 e apesar do crescimento extraordinário nos anos datados, elas ainda constituíam 6,4% (289 mtep) da produção de energia advinda do petróleo (4.497 mtep), em 2018. A tabela evidencia que houve um aumento de quase 85% na produção de energia mundial pautada no petróleo nas últimas cinco décadas. Os EUA é o maior fornecedor de petróleo bruto no mundo, com um pouco mais de 18 milhões de barris por dia, no ano de 2019⁹⁰ (OPEC, 2020). Apesar disso, os EUA não é o maior detentor das reservas de petróleo, pois essas ficam, em sua maioria, nos países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), como Venezuela com 303.806.0 milhões de barril de petróleo em reserva, seguida da Arábia Saudita com 258.600.0, Irã possuindo 208.600.0, Iraque detentor de 145.019.0 e, por fim, Kuwait com 101.500.0 (OPEC, 2020)⁹¹.

Os Estados Unidos detêm 52.637 milhões de barris em reserva, ocupando o oitavo lugar no *ranking* mundial de 2019, de acordo com Boletim Estatístico Anual da OPEP (OPEC, 2020), uma posição ainda estratégica no quesito das reservas de

⁹⁰ O ano de 2020 carrega particularidades do fenômeno mundial da pandemia do Coronavírus. O isolamento social impactou diversos setores do mercado e houve uma queda mundial na produção de mercadorias, havendo uma queda na produção de petróleo, apesar dos Estados Unidos continuarem sendo o maior produtor. De qualquer forma, nos ateremos ao ano de 2019 para tratar de dados mais recentes, entendendo o fenômeno sanitário como algo atípico e que exigirá um estudo posterior com delimitação desse tempo histórico para análise.

⁹¹ Ver apêndice.

petróleo, porém, observa-se que mantido o intenso ritmo atual de produção, pode haver o esgotamento futuro de suas reservas⁹². Isso não significa dizer que seja um fenômeno mundial, mas algo próprio da dinâmica dos EUA, inclusive, para manter sua posição na disputa imperialista do mundo⁹³.

A matriz energética compõe uma área estratégica na relação de poder entre potências mundiais e blocos econômicos e, muitas vezes, esse viés é abandonado sob o discurso da sustentabilidade. A economia verde pauta uma transição energética como um novo mercado e trata quase como uma “maldição” o uso dos combustíveis fósseis, diminuindo o papel que estes possuem na geopolítica mundial.

A essência poluente dos hidrocarbonetos é inegável, mas cabe destacar que muitos países que atuam na transição energética, como na Europa Central: I) não dispõem de grandes reservas de combustíveis fósseis e sua disputa em outros países se tornaria onerosa ou inviável; II) são dependentes da importação dos combustíveis fósseis dos países da OPEP e da Rússia. Assim, a transição energética representa uma necessidade não só para a preservação da vida planetária, mas uma autonomia energética para os países importadores de petróleo. O que por sua vez, também rebate na disputa de poder e representa interesses maiores do que o combate ao aquecimento global.

O discurso da descarbonização e transição energética do capitalismo central também serve para viabilizar saques de recursos naturais de países periféricos, expropriar comunidades e povos tradicionais e transformar a natureza em ativos financeiros, promovendo a financeirização de recursos naturais e ecossistemas, além de uma sucessão de práticas ambientalmente destrutivas. Concomitante, para manutenção do lugar dos hidrocarbonetos na liderança da matriz energética mundial há uma rede de *lobby* para favorecer a indústria petrolífera, financiada pelas corporações transnacionais, em detrimento de projetos e ações voltadas para

⁹² Apesar que os rumores da finitude do petróleo nos EUA originam desde o século XIX. Fiori (2021, s.p) aponta que a primeira previsão do fim do petróleo se deu em 1874, na Pensilvânia (EUA), “de que só dispunham de petróleo para garantir a iluminação a querosene de suas grandes cidades, por mais quatro anos.”.

⁹³ Esse tema será tratado no próximo tópico.

transição energética, principalmente na formulação de normativas em grandes eventos internacionais, como nas Conferências do Clima (COPs)⁹⁴.

O Fórum Econômico Mundial criou o Índice de Transição Energética (ETI) e de acordo com seus parâmetros elegeu os países que estão diversificando suas matrizes e incorporando as energias renováveis. Em 2020, os dez principais foram: Suécia, Suíça, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Áustria, Reino Unido, França, Holanda e Islândia (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2020). De acordo com a OPEP (OPEC, 2020), os únicos desses países que têm relevantes reservas de petróleo são Dinamarca (441.0), Noruega (8.817.0) e Reino Unido (2.700.0), mas são ínfimas quando comparadas às maiores reservas mundiais.

Vale ressaltar que os países que estão no topo do ETI não deixaram de fazer uso dos combustíveis fósseis, a própria economia verde trata de uma redução e não eliminação dessas matrizes (PNUMA, 2011). Também destacamos que o capitalismo mantém a expansão como base de sua engrenagem e para crescimento contínuo necessita de energia condizente à sua desenfreada produção de mercadorias. Logo, a transição energética representa o uso de matrizes energéticas renováveis complementares aos combustíveis fósseis, necessária para manutenção da vida planetária, mas que deve ser fomentada sob um viés ambiental não lucrativo e predatório, articulada a transições societárias divergentes de reformas do capital.

As energias renováveis são tratadas como energias limpas por não possuírem componentes de base da energia fóssil, porém elas não representam ausência de impactos socioambientais, causando também emissões de carbono na atmosfera, como a queima da cana-de-açúcar⁹⁵ para produção de etanol, o desmatamento para construção de hidrelétricas e lavouras de soja, milho, dentre outras monoculturas utilizadas para produção de biocombustíveis.

Entre 115 países, o Brasil ocupa a 47ª posição no Índice de Transição Energética (ETI), apesar de ser referência mundial na adoção de energias renováveis com 48,4% da oferta interna de energia em 2020, enquanto o mundo produziu 13,8% e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

⁹⁴ Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614313-o-lobby-dos-combustiveis-fosseis-tem-mais-representantes-na-cop26-do-que-qualquer-pais-participante>>. Acesso em: 09 jul.2023.

⁹⁵ A queima da cana-de-açúcar também afeta o solo, promove um processo de acidificação, infertilizando a terra. (PRIMAVESI, 1966).

(OCDE)⁹⁶ gerou 11%, no ano de 2018 (EPE, 2021a). A oferta interna de energia brasileira está elucidada na tabela 2:

Tabela 2 – Oferta Interna de Energia no Brasil (2020)

ENERGIAS RENOVÁVEIS		ENERGIAS NÃO RENOVÁVEIS	
Biomassa de Cana	19,1%	Petróleo e derivados	33,1%
Hidráulica	12,6%	Gás Natural	11,8%
Lenha e Carvão Vegetal	8,9%	Carvão Mineral	4,9%
Outras Renováveis ⁹⁷	7,7%	Urânio	1,3%
		Outras não renováveis	0,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE (2021)

A biomassa de cana compõe o primeiro lugar na produção de energia renovável do país, sendo o Brasil o maior produtor de cana-de-açúcar mundial (NACHILUK, 2021). Esse segmento produtivo compõe os agrocombustíveis⁹⁸ ou biocombustíveis que são resultantes da transformação de recursos de fonte vegetal e renovável em produção de energia, advindos de cana-de-açúcar, celulose, soja, eucalipto, mamona, dendê, canola, girassol, dentre outras (SANT’ANA, 2012). Bravo (2007, p. 33) especifica-os como:

[...] produtos obtidos a partir de matérias-primas de origem agrícola para a produção de energia.

Os agrocombustíveis se derivam de cultivos de plantas e incluem:

- biomassa que é queimada diretamente (por exemplo, a lenha);
- biodiesel de sementes oleaginosas (por exemplo, azeite de palma/dendê, soja e colza);
- etanol (ou metanol) que é o produto da fermentação dos grãos, pasto, palha ou madeira (incluindo, por exemplo milho, cana-de-açúcar e beterraba).

⁹⁶ Os países membros da OCDE são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coréia, Costa Rica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça e Turquia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/ocde>>. Acesso em: 02 ago.2022.

⁹⁷ As outras renováveis (7,7%) são compostas pela lixo (43,1%), biodiesel (23,8%), eólica (22,1%), outras biomassas – casca de arroz, capim-elefante e óleos vegetais (5,1%), solar (4,2%), biogás (1,4%), gás industrial de carvão vegetal (0,4%) (EPE, 2021a).

⁹⁸ Moreno (2007, p. 11) aponta que a partir de acúmulo dos movimentos sociais há um debate conceitual e torna-se importante vincular os biocombustíveis ao projeto do agronegócio: “estes devem ser corretamente chamados de agrocombustíveis, pois integram o universo do agronegócio enquanto projeto político hegemônico sobre nossos territórios e recursos naturais”.

A produção é feita em larga escala e em vastas extensões de terra, os latifúndios, sob desígnio do agronegócio. Sant’Ana (2012) ao desenvolver uma pesquisa sobre as condições de trabalho e proteção social dos trabalhadores rurais envolvidos com corte de cana no Estado de São Paulo, aponta problemáticas em torno da produção do biocombustível à base de cana-de-açúcar e as reproduções sócio-históricas brasileiras⁹⁹, além de evidenciar os impactos ambientais promovidos sob o mascaramento dessa energia “limpa”. O verde desse capital pode ser visualizado no deserto verde de cana-de-açúcar, a que remete a autora:

Nas regiões em que a cana já ocupa grande parte da área agricultável, como é o caso do estado de São Paulo, o “mar de cana”, na realidade, traz a paisagem de um deserto verde: as devastações ambientais, da fauna e da flora vão se tornando cada vez mais evidentes.

Aos danos ambientais somam-se os danos sociais desta atividade produtiva. Aquilo que seria o benefício da energia limpa (captação de CO₂ da atmosfera por parte da planta e um balanço de emissões neutras de CO₂ na queima do álcool e da colheita da cana) desfaz-se diante da gama de problemas decorrentes da monocultura com uso intensivo de agrotóxico e dos resíduos gerados no processo de produção do açúcar e do álcool. (SANT’ANA, 2012, p. 55).

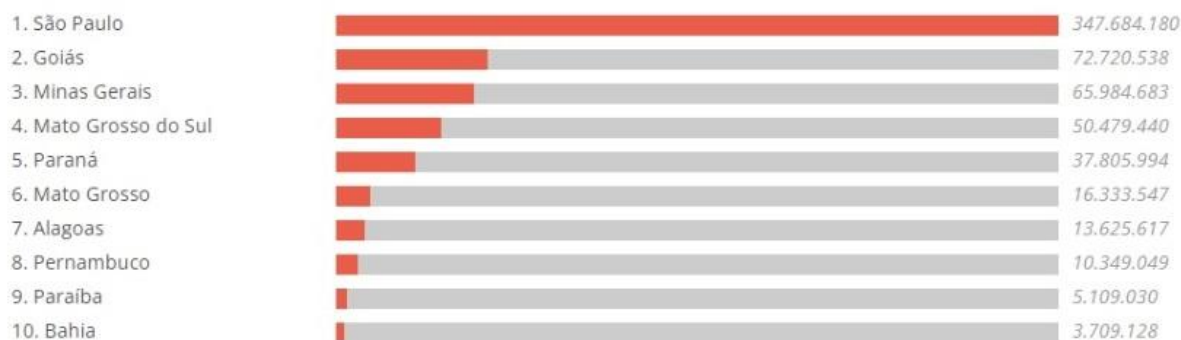
A modernização de carros com motor *flex*, movidos tanto à gasolina como a etanol ou biodiesel com sua prometida sustentabilidade, articula agronegócio e indústria automobilística sob estruturas arcaicas do Brasil “coronelistas”. Por sua vez, o Estado atuou na redução de juros em financiamentos e impostos aos consumidores automotivos. Já no campo, a mecanização posta aos canaviais, a financeirização e fusões de empresas com a predominância de multinacionais marcam a contemporaneidade da produção de cana-de-açúcar no país e propiciaram um giro na produção do Nordeste para o Centro-Sul do país, o que

⁹⁹ Concentração de terras e êxodo rural, conflitos e violência no campo, criminalização de movimentos sociais do campo, bolsões de pobreza, trabalho análogo à escravidão etc. Houve o pioneirismo brasileiro na alternativa energética a partir do biocombustível com a cana-de-açúcar, discurso governamental da época apontado por Sant’Ana (2012) diante da criação do Programa Nacional do Alcool (Pró-álcool), em 1975. Porém, “para além desta alternativa, havia um compromisso histórico com o setor canavieiro e este foi mantido com o lançamento do Programa. (SANT’ANA, 2012, p. 20). Em seu estudo, a autora resgata o financiamento público neste setor privado e, aponta as fusões de empresas e o predomínio de multinacionais, além da financeirização desse ramo.

evidencia uma nova territorialização do agronegócio, como pode ser visualizada no seguinte *ranking*:

Ranking - Cana-de-açúcar dos Estados do Brasil por Quantidade produzida

em toneladas



Fonte: IBGE (2019)¹⁰⁰

Souto (2020) ao analisar intersecções de gênero na Zona Canavieira de Pernambuco, resgata a questão regional como uma das determinações para essa nova dinâmica do monocultivo sucroalcooleiro e, Sant’Ana (2012) aponta que as continuidades da estrutura fundiária brasileira se instituem em outras regiões, assim como as práticas degradantes de trabalho¹⁰¹. Essa migração em investimentos remonta às disputas regionais, principalmente, do fim do século XIX, do incentivo à produção de café e ascensão de São Paulo enquanto centro de poder econômico

¹⁰⁰ Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019) são referentes ao período de coleta de 01 de outubro de 2017 a 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://censoagro2017.ibge.gov.br/coleta-censo-agro-2017.html>>. Acesso em: 30 jul.2022

¹⁰¹ Sant’Ana (2012, p. 58) aponta que os jovens trabalhadores rurais “[...] estão perdendo sua condição para o trabalho e que chegam aos 30 anos de idade com graves sequelas na saúde, muitas vezes, sem condições para continuar trabalhando e sem amparo previdenciário; a destruição da juventude que se constitui como força de trabalho para a atividade canavieira é legalizada e camuflada com discurso de modernidade, porém é mais uma violação dos direitos humanos impingido pelo capital.” Em 1963, o poeta maranhense Ferreira Gullar retratou a realidade dos trabalhadores no poema “O açúcar”, “[...] Este açúcar era cana e veio dos canaviais extensos que não nascem por acaso no regaço do vale. Em lugares distantes, onde não há hospital nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome aos 27 anos plantaram e colheram a cana que viraria açúcar. Em usinas escuras, homens de vida amarga e dura produziram este açúcar branco e puro com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.”. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/prosa-poesia-arte/ferreira-gullar-o-acucar/>>. Acesso em: 31 jul.2022.

nacional, diante das ruínas de uma região que foi tão explorada economicamente, ao longo do Brasil escravista, o Nordeste brasileiro¹⁰².

Outra questão sobre os agrocombustíveis, por vezes, são relacionados ao fenômeno da fome, a opção do uso de terra e grãos para produção de energia, ao contrário de servir para alimentação, principalmente, em países periféricos, os quais são os maiores responsáveis pela produção dos agrocombustíveis, a exemplo de países da América Latina. Entretanto, esta se revela em uma falácia, de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a segurança alimentar não desautoriza a agroenergia visto que “a fome, em nosso tempo, tem cada vez menos a ver com a produção e cada vez mais com as desigualdades no acesso aos alimentos.” (SILVA, 2007, s.p) e em alguns países há o contexto de guerras/conflitos e desastres naturais, além da ausência de uma política mundial de segurança alimentar. O que existe é o reconhecimento de riscos diante da especulação financeira no valor de produtos dos agrocombustíveis, as *commodities*, que podem afetar a cadeia produtiva da pecuária, por exemplo.

Essa narrativa carrega a defesa do agronegócio para produção de alimentos, entretanto responsável menor pela produção alimentar quando comparado à agricultura familiar que abastece os lares com comida diversa e aos camponeses que lutam por soberania alimentar. Esta envolve o direito à terra com regularização fundiária e reforma agrária, direitos territoriais, democratização da água, promoção de agroecologia, dentre outras dimensões societárias que possibilitem uma relação metabólica entre ser humano e natureza, mais respeitosa dos ciclos ecológicos. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 77% dos estabelecimentos rurais representam a agricultura familiar, porém ocupam apenas 23% de área territorial de todos os estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019).

Ainda há que se considerar o uso de biotecnologia na produção dos agrocombustíveis, os grãos geneticamente modificados, os transgênicos. Esse

¹⁰² Oliveira (1993, p. 49) afirma que “o papel do Estado esteve, especialmente, na utilização dos recursos públicos na sustentação e expansão da cafeicultura, sobretudo na organização da concorrência. Não se tratava, ainda, de regulamentações de limitação da concorrência, nem sequer da proteção contra a dilapidação da força de trabalho. Aqui vai se tecer uma política de organização da concorrência — que é de liquidação dos outros capitais concorrentes — e uma política de alianças, de uns setores contra outros.”. Assim, inicia o separatismo regional e o nascimento de uma burguesia fracionada, sem projeto de nação.

processo afeta toda cadeia produtiva da agricultura, submetendo inicialmente os/as agricultores/as à dependência de sementes. O processo de cruzamento de sementes feito em gerações de famílias agricultoras agora passa para laboratórios que modificam os genes e criam sementes, com o principal argumento de aumentar a produtividade. Mas como elas não se reproduzem iguais às naturais, obriga a compra das sementes; além disso, são mais resistentes ao uso de agrotóxicos, atuando em uma combinação/obrigação ao uso de veneno, como o caso da soja da Monsanto resistente ao agrotóxico *Roundup* Glifosato. As empresas como a Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont também atuam em um riquíssimo esquema de patentes e *royalties* na comercialização das sementes e produtos derivados¹⁰³ (BRAVO, 2007).

A adoção de grãos transgênicos na produção de agrocombustíveis propiciou o ingresso desses grãos na alimentação humana, como o caso da soja e do milho, em vários países, a exemplo do Brasil. Isso impacta não só o meio ambiente, como a saúde de quem consome “ração” transgênica, com perda de nutrientes funcionais ao corpo até ao desenvolvimento de alergias e o risco de câncer. O agronegócio também tem feito o uso de nanotecnologias em sementes, agressivas à saúde humana (FOLADORI, 2012).

A América Latina convertida uma vez mais em celeiro da produção primária, agora para produção de agrocombustíveis é exportadora para Estados Unidos, também produtor, e para União Europeia que não detém terras agricultáveis suficientes para cumprimento de metas ambientais estabelecidas. Além disso, o custeio para produção de biodiesel com colza e etanol à base de beterraba e trigo torna-se maior do que a própria cotação de barril de petróleo, conforme aponta Bravo (2007, p. 55)

[...] o preço do biodiesel produzido na União Européia em fevereiro de 2006 foi de 60 euros por barril (aproximadamente 71,60 dólares), enquanto o preço do etanol estava a 90 euros o barril (107,37 dólares). Como referência, o preço do barril de petróleo estava cotado a 60,73 dólares.

¹⁰³ O pequeno produtor de canola no Canadá, Percy Schmeiser foi processado pela Monsanto devido ao uso de semente geneticamente modificada em hibridez com sementes próprias. O agricultor agiu sem conhecimento devido à contaminação das sementes transgênicas em sua lavoura. O caso ganhou repercussão mundial por ter chegado à Suprema Corte do país e pela luta contra os transgênicos. Ao fim, o agricultor ganhou a causa não tendo que pagar à Monsanto pelo cruzamento das sementes. Recentemente, a história foi retratada no filme “Uma voz contra o poder” (2021).

O etanol produzido a partir de cana-de-açúcar (e não de beterraba) e o biodiesel a partir de óleo palma ou soja (e não colza), são mais baratos, pois provem de cultivos do Terceiro Mundo, onde o preço da terra e da mão de obra é mais barato.

Nota-se neste caso, que os elementos da dependência apontados por Marini (2011) se perpetuam e espalham para diversas áreas, como os negócios verdes, “[...] muitos dos programas de agrocombustíveis na América Latina foram desenvolvidos para a exportação e não para o consumo interno” (BRAVO, 2007, p. 60). A prioridade em exportações tende ao encarecimento dos produtos no mercado interno. Por sua vez, a comoditização afeta diretamente os preços dos alimentos e impacta na reprodução do trabalho e da classe trabalhadora nesses países.

As emissões de carbono, evitadas nos países de capitalismo central, privilegiam o setor de transportes, um dos principais consumidores de energia, com destaque para o transporte privado individual¹⁰⁴. A lógica individualizante em consonância com a subjetividade/objetividade imposta pelo neoliberalismo estende para todas as esferas da vida. A indústria automobilística incorpora essa atualização, com carros cada vez menores e com mais tecnologias, não sendo mais um bem familiar, mas uma propriedade para cada membro¹⁰⁵. A mudança no estilo de vida contemporâneo implicou alterações na indústria de automóveis e impactou diretamente o desenvolvimento urbano.

As cidades tiveram que ser adaptadas para o aumento do fluxo de carros, com alargamento de vias, construções de viadutos etc., com a modificação de

¹⁰⁴ Nos Estados Unidos, o setor de transportes ocupa o segundo lugar no consumo de energia e em 2019 carros e caminhões leves representavam 58% (DAVIS, BOUNDY, 2022, p. 2). Neste mesmo ano no Brasil, os transportes ocuparam o maior consumo de energia entre os outros setores, com 33%, em destaque o transporte de passageiros e cargas, este último “representa aproximadamente 40% desta demanda energética e se baseia principalmente no uso do modo rodoviário.” (EPE, IEA, 2021, n.p). O negócio das commodities agrícolas é o responsável pelo aumento da frota de caminhões, para “escoamento da produção agropecuária na nova fronteira agrícola na região Centro Oeste e Norte do país” (EPE, 2021b, p. 74), o que reitera o perfil agroexportador e historicamente dependente do Brasil.

¹⁰⁵ Os dados do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) apontam um aumento considerável dos carros privados no Brasil: “entre 2008 e 2018 [...] o total de automóveis no Brasil passou de 37,1 milhões para 65,7 milhões.” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019, p. 3). Vários fatores desencadearam esse processo, para além de uma mudança no padrão de vida: entre 2008 a 2013 houve a redução do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para carros, como uma das estratégias para fuga da crise mundial; o surgimento de aplicativos de transporte privado e a avalanche de pessoas desempregadas que se inseriram nesse mercado a partir de financiamento do “carro-trabalho” etc.

paisagens e construções históricas, uma reconfiguração do espaço¹⁰⁶. Esse processo compõe a produção, circulação e consumo de mercadorias, etapas do modo de produção capitalista que modifica as configurações das cidades tendo em vista que “[...] a produção espacial realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital e desse modo a cidade se apresentaria como a materialização das condições gerais do processo de produção em sua totalidade. (CARLOS, 2011, p. 77).

Assim, para manutenção dessa sociabilidade e modelo de desenvolvimento associada a uma maior redução das emissões de carbono, criou-se a alternativa dos veículos elétricos, o que descartaria até o uso de agrocombustíveis para esse fim. Todavia, para alimentação energética dos veículos do futuro é utilizada bateria à base de lítio, já utilizado em pilhas e baterias de celulares. Esse mineral é encontrado em abundância na América Latina, em especial, em recente descoberta de jazida na Bolívia, localizada no deserto de sal Salar de Uyuni, o que tornou o país a maior reserva mundial de lítio¹⁰⁷.

Além disso, a maior investidora na transição energética com adoção de carros elétricos é a Europa central que em conjunto com os Estados Unidos e Japão, exporta veículos usados para países periféricos, em sua maioria. De acordo com o PNUMA, “entre 2015 e 2018, 14 milhões de veículos comerciais seminovos e usados foram exportados para o mundo todo. Cerca de 80% tiveram como destino países de baixa e média renda, sendo que mais da metade foi para a África.” (2020b, s.p). Esse movimento contribui para uma migração de poluentes, como

¹⁰⁶ Alguns movimentos sociais em torno do direito à cidade chamam esse processo de “carrocracia” que se configura na “supremacia dos carros nos espaços das cidades, que concentra não apenas o privilégio de ter mais infraestrutura que favoreça seu uso, mas também disputa a narrativa de domínio espacial” (BERTH, 2020, s.p.).

¹⁰⁷ Essa descoberta tem ameaçado a democracia no país, Bruckmann (2011, p. 250) aponta que “não é casualidade que poucos meses depois da confirmação das reservas de Uyuni, se produzam tentativas de desestabilizar o governo boliviano, através de tentativas separatistas na região de Santa Cruz.”. Em 10 de novembro de 2019, o presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou sua renúncia. Meses após, Morales aponta o lítio como uma das motivações dos processos políticos antidemocráticos que destituíram seu governo: “foi um golpe ao índio, à população e pelo lítio” (BRASIL DE FATO, 2020b, n.p), diante da nacionalização do mineral e ataque dos Estados Unidos à sua soberania. Sem parcimônia, em 24 de julho de 2020, Elon Musk, proprietário da Tesla (empresa automotiva de veículos elétricos), assumiu em sua rede social *Twitter* “Vamos dar golpe em quem quisermos! Lide com isso” (BRASIL DE FATO, 2020c, s.p), em alusão à Bolívia. Antes dessa declaração, Bejarano e Prashad (2020) apontaram que as necessidades de lítio de Musk eram superiores aos negócios previstos no Brasil, que também conta com reservas de lítio, porém ínfimas quando comparadas às da Bolívia.

também incide em maiores riscos de acidentes no trânsito, devido à precariedade dos veículos antigos exportados.

Uma alternativa importante diante das problemáticas apresentadas seria a promoção de reformas urbanas, no que concerne à mobilidade e uso de veículos, a priorização de transportes públicos coletivos. Na cidade chinesa, Shenzhen, foi desenvolvido o projeto piloto que tornou toda a frota de ônibus e táxis à base de energia elétrica ¹⁰⁸. Além disso, há investimentos em trem bala, movidos a hidrogênio. A China promoveu uma revolução tecnológica, um dos países mais poluentes do mundo, atualmente, também é um dos maiores fomentadores de energias “limpas”, “o país tornou-se o maior mercado de energia solar do mundo, o maior produtor de energia hidrelétrica, o 3º maior produtor de biocombustíveis e o 5º maior produtor de energia eólica.” (ALVES, 2018, p. 407). Diante disso, Alves (2018, p. 421) ainda afirma que “[...] a China, está se transformando em um surpreendente líder em energias limpas, deixando para trás potências do setor como Estados Unidos, Japão e Alemanha.”.

Entretanto, as demais fontes energéticas renováveis, como a hidráulica, eólica e solar também apresentam paradoxos. A energia hidráulica gerada é responsável pela maior parte da energia elétrica, mas apesar de tida como limpa, para construção de hidrelétricas são necessárias extensas áreas que tende à promoção de desmatamento (impacta na produção de CO₂ e em um desequilíbrio para posterior captação), perdas na biodiversidade, alterações em margens e fluxo de rios com impactos na vida aquática, além da expropriação de comunidades. Nas últimas décadas, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) denuncia os impactos socioambientais para construção de barragens e a mercantilização da água e energia no Brasil.

A energia eólica, também tratada como a “privatização dos ventos” (TRALDI, 2019) e “negócios dos ventos” (BEZERRA, 2021) apresenta diversas problemáticas ao meio ambiente e territórios. No Brasil, a maioria está situada em territórios camponeses no Nordeste do país, com destaque para o semiárido. Gimenes (2022) elabora uma síntese das questões que envolvem a energia eólica: controle do

¹⁰⁸ Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/noticias/11368/shenzhen-na-china-a-1a-cidade-a-ter-100-dos-onibus-e-taxis-eletricos.html>>. Acesso em: 13 ago.2022.

território via arrendamento da terra; desigualdade e confidencialidade contratual entre as empresas e os/as camponeses/as; baixos valores nos arrendamentos e a existência de atravessadores para fechar os negócios que garantem valores superiores ao das famílias rurais; fragilidade nas leis ambientais, incluindo ausência de regulação específica sobre tal empreendimento verde; expropriação das famílias de suas terras diante dos impactos gerados como a impossibilidade ou dificuldade para cultivo da terra e plantio; perda do direito à aposentadoria devido ao arrendamento da terra que desconfigura o ofício do agricultor; dentre outras.

Também há impactos às aves migratórias que alteram seus fluxos, instalação das torres com os aerogeradores em áreas de dunas, poluição sonora etc. Ademais, as baterias utilizadas são à base de lítio, igualmente à energia solar, o que torna os negócios dependentes da mineração, atividade altamente degradante da natureza, além da apropriação privada de um recurso natural mineral. Quanto à energia solar, existe a reprodução que perpassa as demais matrizes energéticas renováveis: a concentração de terras nos países periféricos. Assim, a geração de energia enquanto negócio tem sido gerado em latifúndios, fazendas têm servido como espaço para as placas solares fotovoltaicas.

Por fim, quanto à energia nuclear, há controvérsias referentes à segurança ambiental. Em 2011, o mundo ficou em alerta depois do desastre em usina nuclear de Fukushima no Japão, causado por *tsunami* oriundo de terremoto, o que ocasionou dezenas de mortes e a evacuação da cidade devido à radiação e toxicidade ao meio ambiente. Porém, recentemente, na União Europeia tramita a discussão da energia nuclear com classificação de selo verde. Alguns países como Áustria e Luxemburgo, opuseram-se à decisão, prevista para entrar em vigor no próximo ano¹⁰⁹. No Brasil, há tentativas de implantação de usinas nucleares no sertão nordestino, a exemplo, da cidade pernambucana Itacuruba, onde o projeto previsto é em território indígena do povo Pankará Serrote dos Campos (CIMI, 2021). Ainda, as águas utilizadas para resfriamento dos reatores nucleares seriam do rio São Francisco que já não conta com vazão suficiente e impactaria na fauna, flora e comunidades locais.

¹⁰⁹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60255348>>. Acesso em: 19 ago.2022.

O que nos chama atenção é que a transição energética não deve ser reduzida à dimensão técnica, os organismos internacionais verdes tendem a isolar e neutralizar a técnica e inseri-la como saída para a questão ambiental. As tecnologias não são neutras e são geridas pelas relações sociais, neste caso, pelas relações capitalistas de produção e reprodução. Dessa forma, a técnica torna-se paliativa à problemática gerada pela ordem do capital (FOLADORI, TOMMASINO, 2012).

Para a Plataforma Operária e Camponesa da Energia¹¹⁰ (2014, p. 10), faz-se necessário ultrapassar a técnica, pois a transição energética tem de ser politizada, “[...] o ato de planejar, organizar, controlar a produção e distribuição da energia e da riqueza gerada, bem como, o controle das reservas estratégicas que são base natural para elevada produtividade do trabalho [...]”. A relação entre oferta interna e consumo final de energia mundial, por exemplo, escancara desigualdades energéticas entre países Norte-Sul, “[...] 20% mais pobres da população do Reino Unido continuam consumindo cinco vezes mais energia por pessoa do que os 84% mais pobres da Índia” (ROBAINA, 2020, s.p.)¹¹¹, o que aponta as relações de dependência entre países periféricos e países centrais ao modo de produção capitalista.

No bojo dessas desigualdades e contradições das matrizes energéticas, ainda há disputas entre mercado e Estado, localizadas em diversas esferas: 1) na financeirização da natureza/energia, principalmente, do petróleo; 2) na privatização de empresas estatais energéticas ou de segmentos da cadeia produtiva, gerando o enfraquecimento da Política de Conteúdo Local; 3) na desindustrialização e reprimarização da economia em países periféricos etc. Torna-se fulcral apontar que o Estado deve desempenhar um papel nesse processo, com o fortalecimento das empresas estatais e luta pela soberania nacional diante dos recursos naturais e energia produzida.

¹¹⁰ A Plataforma se ampliou e, atualmente, chama-se Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE). Ela é composta por “[...] petroleiros (FUP e sindicatos), eletricitários e urbanitários (CNU e FNU), engenheiros (Fisenge e vários sindicatos do setor), pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entre outras organizações.” (FUP, 2020, n.p).

¹¹¹ Com base no estudo: Oswald, Yannick; Owen, Anne; Steinberger, Julia K. Large inequality in international and intranational energy footprints between income groups and across consumption category. *Nature Energy*, n. 5, 2020. P. 231 – 329.

No que tange à indústria de petróleo, durante a transição entre os séculos XX e XXI houve importantes mudanças, diante dos conflitos mundiais que promoveram instabilidade nos preços ocorreu a fusão de empresas privadas, a exemplo da Exxon e Mobil, Chevron e Texaco, dentre outras; e o movimento de fortalecimento de empresas estatais, “[...] a reestatização e reorganização das grandes empresas energéticas russas, chinesas e indianas, junto com a expansão das empresas estatais da Arábia Saudita e de vários outros países, incluindo o Brasil [...]” (FIORI, 2018, s.p.), este último, por conta da descoberta do Pré-Sal.

Entretanto, os conflitos – guerras e (neo)golpes – fazem parte da dinâmica de partilha do mundo (LENIN, 2012)¹¹² e da mundialização do capital tendo em vista que o monopólio e a competição são categorias mutáveis (HARVEY, 2016), assim não há estabilidade no setor de petróleo, principalmente nos países periféricos, alvos das empresas privadas transnacionais. Não é à toa que, em 2016, houve um golpe no Brasil, fortemente motivado pelas reservas de petróleo do pré-sal. Apontamento feito dois anos antes pela Plataforma Operária e Camponesa da Energia:

A estratégia do imperialismo e seus aliados internos, é retomar as condições para uma futura privatização da Petrobrás e a entrega do pré-sal às empresas estadunidenses e europeias, para isso farão de tudo para interromper que o país construa maior soberania sobre a energia. (2014, p. 8).

Assim, o petróleo ainda é fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas, pois incide na dinâmica do capital imperialista e na disputa de hegemonia entre projetos societários divergentes. O discurso ambiental hegemônico é controverso e limitado, a narrativa de redução das emissões de CO₂ não será suficiente para redução da produção de energia com base nos combustíveis fósseis. Contraditoriamente, o petróleo é um recurso natural estratégico, uma garantia de segurança energética aos países que o possuem. Além de segurança energética, é

¹¹² Lenin (2012) aponta a partilha do mundo pela disputa do petróleo no início do século XX, a partir do conflito entre “o truste americano Standard Oil Co., de Rockefeller e os donos do petróleo russo de Baku, isto é, Rothschild e Nobel” (2012, p. 102). Houve até a defesa do monopólio estatal pelo Banco Alemão, investidor na indústria romena de petróleo e da Rússia em detrimento dos Estados Unidos, pois essa era a única cláusula que poderia romper acordo anterior com os estadunidenses sem ônus para o banco. Lenin se refere a esse imbróglio como “comédia do petróleo” (ibid, 2012, p. 103).

uma questão de desenvolvimento e soberania nacional, representa poder e domínio sobre as reconfigurações geopolíticas. À medida que isso significa estagnação do movimento de mudança da base energética, também pode ser apoio para fomento de ações da transição energética que deve estar articulada a transições societárias.

3.2. Imperialismo e a sede por petróleo

O capital financeiro é um dos pilares do imperialismo e envolve uma série de mecanismos, como compra e venda de ações e títulos, taxa de juros, tarifas etc., e, atualmente, representa a hegemonia global da oligarquia financeira. O fluxo financeiro internacional pode determinar guerras comerciais e econômicas diante de sanções e valorização/desvalorização de moedas. Os Estados Unidos mantêm a predominância no mundo das finanças, pois com o fim do padrão ouro e padrão dólar-ouro instituiu o padrão dólar, que baliza a cotação de todas as mercadorias em circulação no mundo com base na moeda norte-americana.

Essa configuração representa o poderio dos Estados Unidos perante o mundo. Segundo o economista indiano Prabhat Patnaik, há uma relação do estabelecimento do padrão dólar com a garantia de “segurança” das relações de propriedade capitalista no próprio país, um epicentro das finanças¹¹³, e em outros países também, o ensaio de “leviatã” “[...] deve ser também poderoso o suficiente para garantir, através de intervenções, incluindo intervenções militares, a segurança das relações de propriedade capitalista em outros lugares.” (TRICONTINENTAL, 2018, p. 16). Assim, associado ao “imperialismo do dólar” (ibid, 2018) há o poderio militar e bélico para assegurar a manutenção de domínio mundial.

¹¹³ Mesmo com a crise financeira em 2007 e 2008, que afetou o setor imobiliário e culminou na falência do histórico banco Lehman Brothers, o setor financeiro estadunidense contou com forte injeção de recursos do Estado da ordem de US\$ 85 bilhões, aumentou a concentração de renda e a desigualdade no país. O então presidente George W. Bush socorreu o sistema bancário assinando um pacote de US\$ 700 bilhões... - Veja mais em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/09/15/crise-financeira-de-2008-10-anos-reacao-paises.htm?cmpid=copiaecola>

O desenvolvimento e uso de armas nucleares tornaram os Estados Unidos temidos internacionalmente, por ter sido o único país que utilizou bomba atômica em ataque, responsável por dizimar duas cidades no Japão, Hiroshima e Nagasaki, durante a Segunda Guerra Mundial¹¹⁴. Sete anos após, a política externa dos EUA se embasou no “poder preponderante” para nortear suas ações, termo formulado por Paul Nitze, diretor da pesquisa sobre “bombardeio estratégico” dos EUA nos anos 1944 e 1946 e, posteriormente, promovido ao Departamento de Estado (PRASHAD, 2020). Prashad (2020, p. 26) destaca a relação entre o referido termo e as ações dos EUA: “a palavra preponderante vem do latim. Ela significa ser mais pesado. O rei sempre valida seu peso em ouro. Agora os EUA afirmam seu tamanho, com seu poder ampliado pelo peso da carga explosiva lançada sobre Hiroshima e Nagasaki”.

Ao fim, com a devastação financeira e militar da Europa ocidental devido à 2ª Guerra Mundial, os EUA não só garantiram a supremacia do dólar em Bretton Woods, como estabeleceu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949, que representa “o aspecto militar da unificação europeia sob a égide dos EUA” (PRASHAD, 2020, p. 43). Dessa forma, os EUA espraíram seu alcance de poder a países de capitalismo central (com exceção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e a disputa ideológica com a Guerra Fria), concomitante, à disseminação contínua em países periféricos no eixo tricontinental – África, América Latina e Ásia, que também resistem ao longo dos anos.

No século XX, as estruturas financeiras e militares confluíram para manutenção do poder estadunidense, sob o pretexto de regimes totalitaristas (inclusive, realizando associações entre fascismo e comunismo¹¹⁵) pregou o ideário de “mundo livre” e liberdade – condicionados ao seu modo de ditar a ordem ao mundo. A unipolaridade construída pelos EUA, a partir do segundo pós-guerra, exterminou centenas de organizações populares, promoveu o genocídio de

¹¹⁴ Prashad (2020, p. 24) rememora o terror do crime humanitário cometido pelos Estados Unidos: “Em 6 de agosto, os militares dos EUA soltaram a bomba que continha 64 kg de urânio-235 na cidade de Hiroshima (Japão). A bomba demorou pouco mais de 44 segundos para cair 9.400 metros e detonou a 580 metros acima da Clínica Cirúrgica Shima. Mais de 80 mil pessoas morreram instantaneamente. [...] A força da bomba arrasou a cidade, ainda que apenas 2% do urânio tenha detonado.”.

¹¹⁵ O livro “As origens do totalitarismo” (1951) de Hannah Arendt estabeleceu identidade entre fascismo e comunismo, sendo uma peça-chave para disseminação ideológica dos EUA contra URSS, durante a Guerra Fria.

comunistas e lideranças populares¹¹⁶, derrubou governos democráticos, endividou Estados, promoveu sanções a países e matou milhares de civis – direta e indiretamente¹¹⁷.

Assim, como Marx e Engels afirmaram que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (2008, p. 8), a partir do resgate histórico realizado por Prashad (2020) podemos afirmar que a história dos Estados Unidos é a história de assassinatos, massacres, golpes, autocracia e poder associado a um direito de ser soberano, de um “mundo livre” subjugado à águia da América. Entretanto, a história é negada, qualquer apontamento é posto como conspiração¹¹⁸, em mais um mecanismo da racionalidade imperialista estadunidense:

A ideia da teoria da conspiração foi usada para deslegitimar a investigação genuína do comportamento secreto pelo governo. A fé implícita na bondade do poder dos EUA gerou a visão de que seu governo nunca usaria meios ilegais para garantir seus fins e que, se houvesse alguma sugestão de que haviam fomentado um golpe, essa sugestão seria descartada como uma teoria da conspiração. (PRASHAD, 2020, p. 95)

¹¹⁶ O rastro de sangue que os Estados Unidos promoveu ao longo do século XX pode ser contabilizado em vidas ceifadas e o que podemos denominar de genocídio visto o aniquilamento de grupos de esquerda (militantes comunistas e de libertação nacional): extermínio de cerca de 10 mil integrantes (e familiares) do Partido Comunista Indonésio (PKI) em Bali; 11.066 lutadores “*Viet Cong*”, integrantes da Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul; na América do Sul houve a Operação Condor que contou com o assassinato de 100 mil pessoas e a prisão de meio milhão, dentre histórias que também incluem métodos de tortura, inclusive, disseminados para as forças armadas dos países que combatiam o comunismo (PRASHAD, 2020). Cabe destacar que os números reais ultrapassam os dados oficiais, estimam-se que na Indonésia sob o golpe do major-general Suharto, em 1965, houve mais de um milhão de comunistas assassinados (TRICONTINENTAL, 2020). Neste mesmo ano, “o PKI tinha 3,5 milhões de quadros, e 20 milhões de pessoas em suas organizações de massa, entre jovens, mulheres, camponeses/as e trabalhadores/as. Foi o terceiro maior partido comunista do mundo, depois da República Popular da China e da União Soviética.” (TRICONTINENTAL, 2020, p. 8).

¹¹⁷ As sanções postas pelos Estados Unidos a países não aliados implicam na morte de milhares de civis, incluindo crianças. Devido às sanções, tem-se a estimativa de que mais de 500 mil crianças iraquianas com menos de 5 anos morreram por desnutrição. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u4502.shtml>>. Acesso em: 14. Nov.2022. Já no Irã, o serviço público universal à saúde carece de medicamentos e a indústria farmacêutica de insumos para fabricação. Prashad (2020, p. 146) aponta que “as Nações Unidas disseram repetidamente que as sanções não são uma política humana e não devem mais ser permitidas a fazer parte do arsenal das nações poderosas. Exceções a medicamentos e alimentos são rotineiramente discutidas.” Contraditoriamente, a própria organização regulamentou a sanção econômica posta ao Iraque através da Resolução 661 de 1990, bem como o aval para sua ocupação caso não findasse o conflito com Kuwait (A Guerra do Golfo), através da Resolução 678 de 1990.

¹¹⁸ Prashad (2020, p. 94) resgata que “a ideia da ‘teoria da conspiração’ foi desenvolvida pelo filósofo anticomunista Karl Popper em seu clássico de 1945, *A sociedade aberta e seus inimigos*.”.

Mesmo que os fatos sejam revelados décadas posteriores a partir de publicização de documentos da Agência Central de Inteligência (CIA)¹¹⁹ ou em casos extraordinários como as informações sobre espionagem reveladas pelo analista de sistemas Edward Snowden. Dessa forma, os EUA orquestram uma permissibilidade, quase que natural para invadir e saquear países, bem como modificar seus governantes, seja por meio direto ou indireto, de guerras convencionais e não convencionais, as guerras híbridas.

A sede imperialista é por poder, preponderante, que não se restringe à representação do capital financeiro e bélico; somam-se a esses os recursos naturais, principalmente as fontes energéticas como petróleo e, atualmente o lítio, o que por sua vez geram disputas com os países que os detém e a sede imperialista de saqueá-los. Diante da finitude dos recursos naturais, o século XXI ainda marca descobertas de reservas de minerais: no próprio Estados Unidos descobriram reservas de xisto e a partir desse hidrocarboneto é possível produzir petróleo e gás; na Bolívia e no Brasil houve descobertas de reservas de lítio e petróleo no pré-sal, respectivamente. Porém, foram os países sul-americanos que sofreram golpes não convencionais (KORYBKO, 2018).

Eis a incongruência de hegemonia e representação de poder desses países perante o mundo. No caso dos EUA não houve ameaça à descoberta de xisto, ao contrário dos países periféricos, Bolívia e Brasil, onde ocorreram rupturas democráticas, orquestradas pelo imperialismo estadunidense, através de corporações transnacionais e do aparato de espionagem de órgãos de inteligência do país, como a Agência de Segurança Nacional (NSA).

O Brasil ocupa uma posição importante na produção de petróleo, apesar de não possuir uma reserva extraordinária comparada aos cinco maiores detentores mundiais, mas qualquer descoberta em países dependentes torna-se objeto de cobiça para os EUA e é dessa forma que se mantém no poder: como um polvo com

¹¹⁹ A CIA tornou público milhares de documentos secretos em seu sítio eletrônico, diante de pressões e processos a cerca da liberdade de informação. Disponível em: <<https://www.cia.gov/readingroom/>>. Acesso em: 11 nov.2022. Muitos desses documentos revelam “acompanhamento” dos Estados Unidos em golpes contra democracia de vários países, como também as práticas exercidas durante governos ditatoriais, como no caso do Brasil com execuções sumárias de presos políticos. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html>. Acesso em: 14 nov.2022.

seus tentáculos para sufocar países de capitalismo periférico e usurpar seus recursos naturais. A Venezuela, por exemplo, possui a maior reserva de petróleo mundial, já os EUA detêm a 9ª maior reserva (OPEC, 2021), uma média de seis vezes menos que a Venezuela. Com isso, registra-se um histórico de tentativas de golpes contra os governos anti-imperialistas venezuelanos, de Hugo Chávez a Nicolás Maduro¹²⁰.

Os conflitos em torno da indústria do petróleo, presididos pelos EUA, envolvem os países que compõem o *ranking* das maiores reservas mundiais, como veremos adiante, panorama que pode ser traçado a partir dos Boletins Anuais da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹²¹. De antemão, os Estados Unidos não integraram ininterruptamente o grupo dos dez países com reservas mundiais de petróleo bruto no século XXI; veio a integrar na posição de décimo lugar no ano de 2002, após a saída do México do *ranking* diante do processual esgotamento de suas reservas, sob apropriação do imperialismo estadunidense. Manteve-se até 2005, quando a OPEP passou a considerar as reservas da Rússia e Cazaquistão separadamente, visto que anteriormente tratava como antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, os Estados Unidos só retornam para o *ranking* (ainda em décimo lugar) em 2012, diante da descoberta de xisto e com o aumento da capacidade de produção e exportação. Segundo Azevedo (2020, s.p.) esse processo constitui-se em uma “[...] revolução produtiva da ampla utilização das técnicas de *fracking*, que possibilitou a expansão da produção do *shale gas*, dos condensados associados a

¹²⁰ Apesar que houve um golpe em 2002 contra o governo de Hugo Chávez, porém durou menos de dois dias. O documentário “A revolução não será televisionada” (2003) narra esse fato histórico, operado pelo Estados Unidos com apoio da mídia hegemônica venezuelana. Após três anos, a Venezuela funda uma rede de televisão estatal, a TeleSur.

¹²¹ Para formulação de análises sobre a geopolítica do petróleo no século XXI houve a construção da tabela “Upstream Mundial (2000 – 2020)” – situada no apêndice deste trabalho, a partir dos Boletins Anuais da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Foram consideradas: reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto por país, plataformas ativas por país, produção mundial de petróleo bruto por país, exportações mundiais de petróleo bruto por país e importações mundiais de petróleo bruto por país. Para delimitação do *ranking* consideramos os países detentores das reservas mundiais diante do significado de poder que as reservas representam, além da questão ambiental no tocante à preservação da natureza. Também agregamos os Estados Unidos e China tendo em vista a importância desses países na configuração de poder mundial e, o Brasil para traçarmos um cenário com as particularidade brasileiras.

ele, do *tight oil* e de bacias que estavam em declínio”.¹²² Esse fator coincidiu com queda nas reservas do Cazaquistão entre 2010 e 2011, visto a exploração em parceria com os países fronteiriços: a Rússia e, principalmente, a China¹²³.

Para ilustrar o cenário das reservas de petróleo bruto comprovadas entre 2000 e 2020 segue tabela 3:

Tabela 3 – Ranking da média dos dez países com as maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto (2000 – 2020)

PAÍS	RESERVAS
Arábia Saudita	264.326,28
Venezuela	206.963,07
Irã	147.754,28
Iraque	130.146,61
Kuwait	100.666,66
Emirados Árabes Unidos	98.580,95
Rússia	80.106,19
Líbia	44.477,28
Nigéria	36.217,05
Estados Unidos	26.793,28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OPEP (2001 a 2021)

Vale destacar que a média do país em primeiro lugar ocupa dez vezes mais que o país em décimo lugar, Arábia Saudita e Estados Unidos, respectivamente¹²⁴. A Venezuela ocupa o primeiro lugar no *ranking* de 2020 com 303.561 bilhões de barris (OPEC, 2021), mas conforme média do século XXI, declina uma posição visto

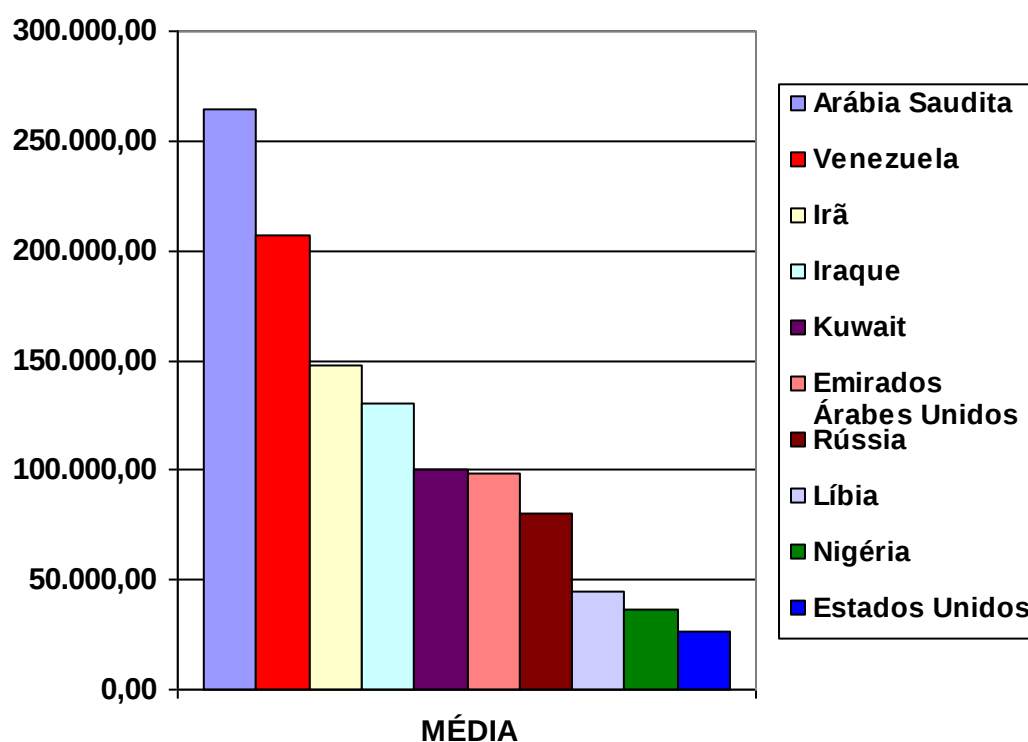
¹²² As palavras em inglês significam fraturamento, gás de xisto e óleo oriundo de formações com baixas porosidades, respectivamente.

¹²³ A China e o Cazaquistão firmaram parcerias, como a inserção do Cazaquistão no projeto chinês da “Nova Rota da Seda”, com investimentos no setor industrial e infraestrutura (CURADO, RIBEIRO, 2021).

¹²⁴ A China e o Brasil não estão no *ranking*, mas constam na tabela “Upstream Mundial (2000 – 2020)” – situada no apêndice deste trabalho e, a média são 20.962,80 e 12.404,71, respectivamente. Já o Canadá não foi considerado, pois a OPEP não contabilizou petróleo a partir das areias betuminosas.

que as reservas só aumentaram a partir de 2008, com sua duplicação, que triplica em 2010 quando comparada a 2007, com a certificação de reservas na Faixa do Orinoco e a nacionalização do petróleo. Com exceção da Venezuela e dos Estados Unidos que tiveram descobertas e certificações garantidoras de mudanças significativas no aumento de suas reservas de petróleo bruto, os demais países mantiveram um padrão estável.

Gráfico 2 – Países com as maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto (2000 – 2020)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OPEP (2001 a 2021)

Quanto à produção e exportação de petróleo bruto há mudança no *ranking* de acordo com os países que lideram as reservas mundiais, conforme tabela 4:

Tabela 4 – Ranking da média de produção e exportação de barril por dia dos dez países com as maiores reservas mundiais comprovadas de petróleo bruto (2000 – 2020)

PAÍS	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÃO
Arábia Saudita	9.127,76	6.881,21
Rússia	9.648,76	4.958,27
Estados Unidos	7.152,79	539,80
Irã	3.344,78	1.975,92
Iraque	3.024,81	2.299,40
Venezuela	2.529,10	1.638,70
Emirados Árabes Unidos	2.575,69	2.249,60
Kuwait	2.521,17	1.698,21
Nigéria	1.904,55	2.122,03
Líbia	1.149,36	907,41

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da OPEP (2001 a 2021)

Esse panorama permite afirmar que a quantidade de reservas não remete à capacidade de produção e, concomitante, a intensa produção não está coadunada às reservas. Isso implica apontar a finitude dessas reservas, tendo em vista o grau de exploração do recurso natural, como no caso dos Estados Unidos que ocupam o décimo lugar nas reservas e o terceiro em produção, de acordo com médias entre 2000 e 2020, enquanto no ano de 2020, tomado isoladamente, ocupavam o primeiro lugar na produção (OPEP, 2021). Já a Venezuela possui uma das maiores médias de reservas e uma das menores de produção, pode-se argumentar sobre o baixo desenvolvimento técnico para explorar petróleo, atrelado ao próprio desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista como um fator determinante.

Entretanto, o ritmo da produção também está atrelado a projetos societários, de dominação imperialista ou de multipolaridade. A Venezuela compõe a OPEP; assim, a produção e a política de preços (como demanda mundial e queda no preço dos barris de petróleo) são articuladas aos demais países que integram a

organização, que decide conforme as disputas com outros países fora da OPEP¹²⁵, como os Estados Unidos em 2014 e a Rússia em 2020. Os Estados Unidos e a Rússia, por exemplo, mantêm relações diplomáticas com países que compõem a OPEP, como também há registros de guerras e golpes, incentivados pelos EUA.

Historicamente, o imperialismo estadunidense mantém domínio sobre os países da OPEP e articula militarismo, petróleo e luta de classes, a exemplo da Arábia Saudita¹²⁶ que se estende aos dias atuais, além de países como Emirados Árabes Unidos e Kuwait. Prashad (2020) relata a tese do “centro e dos raios” como forma de atuação dos EUA, segundo a qual os países aliados tornam-se raios na estrutura de poder do imperialismo, servindo também como ponto físico para suas bases e facilidade no ataque a países vizinhos.

Quanto aos conflitos, o imperialismo estadunidense ainda utiliza da estratégia de inimigo público: o temido comunismo via União Soviética deu lugar ao terrorismo dos povos árabes, principalmente, após o “atentado” às Torres Gêmeas do World Trade Center em 11 de setembro de 2001. A cobertura midiática do fato ganhou o mundo e os EUA acusaram o grupo afegão Al-Qaeda como responsável, que assumiu a autoria do atentado e, o então presidente George W. Bush declarou

¹²⁵ A OPEP também não é uma organização sem conflitos internos, há um histórico de guerras entre os países que a compõem, como Irã – Iraque (1980 – 1988) e do Golfo (1990 – 1991) entre Kuwait e Iraque, ambas envolveram disputas por petróleo e contaram com apoio de países ocidentais, com destaque, para os Estados Unidos. Ver FUSER, Igor. O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945 – 2003). Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais.). UNESP – UNICAMP – PUC-SP, São Paulo, 2005.

¹²⁶ Prashad (2020, p. 52) resgata a amistosa articulação entre EUA e Arábia Saudita: “Em 1950, Truman escreveu ao monarca saudita, Abdul Aziz Ibn Saud, sobre a renovação dos direitos dos EUA à base aérea de Dhahran, um projeto militar que garantiria a lealdade da Arábia Saudita aos EUA. Debaixo de tudo isso estava o petróleo. Truman elogiou o rei por sua ‘liderança iluminada’ e pelo papel da Arábia Saudita como ‘baluarte da paz para a região do Oriente Próximo’. Esse líder ‘iluminado’ enfrentou sérias lutas trabalhistas na região petrolífera da Arábia Saudita a partir de junho de 1945, que se aprofundaram em 1953. Os comunistas desempenharam um papel fundamental nessas mobilizações os quais ameaçavam a companhia de petróleo saudita-americana Aramco. A liderança esclarecida podia usar qualquer meio contra os trabalhadores, particularmente contra os comunistas, se isso significasse o rápido envio de petróleo para o Ocidente. A monarquia saudita foi ameaçada por seus trabalhadores e seus próprios comunistas; mas usou da Guerra Fria para estreitar seus laços com os Estados Unidos. A base aérea de Dhahran está localizada na região petrolífera, e, portanto, o acordo de manter aí tropas dos EUA garantia salvaguardas contra qualquer rebelião liderada pelos comunistas. Nesse mesmo ano, os sauditas concordaram em dividir os lucros do petróleo na Aramco meio a meio entre os Estados Unidos e os sauditas. Esse era o preço que os sauditas estavam dispostos a pagar; eles preferiram drenar seus recursos para os Estados Unidos para manter seu poder em vez de compartilhar os benefícios dos recursos com os petroleiros. A monarquia saudita se vinculou aos Estados Unidos através do Tratado de Assistência Mútua em Defesa, de 1951. A defesa da monarquia saudita, e de seus campos de petróleo, ficou a cargo do governo dos Estados Unidos.”.

“Guerra ao Terror”, o que conseguiu aprovar no Congresso a invasão ao Afeganistão em menos de um mês, em 07 de outubro de 2001¹²⁷.

A “legítima” caça por Osama Bin Laden movimentou a indústria bélica dos EUA e abriu precedentes para pôr ordem no caótico mundo do Oriente Médio, mediante rendição de grupos locais, como o Talibã. A legitimidade ideológica da cultura do medo seguiu sendo reforçada pela mídia e pelo cinema, promovendo a disseminação da ideia dos EUA como libertador de um povo atrasado e violento que precisava de intervenção, além de um inimigo a ser eliminado, os ditos regimes totalitários, principalmente no quesito religioso.¹²⁸

Após dois anos, os EUA invadem o Iraque sob pretexto da existência de armas nucleares, que nunca foram encontradas, durante vinte anos de guerra, entre 2001 e 2021. A invasão resultou no assassinato de Saddam Hussein, líder sunita, com direito à “caçada” e assassinato espetacularizado. Na média mundial de reservas comprovadas de petróleo bruto, o Iraque se apresenta em quarto lugar e esse também foi um dos determinantes da invasão dos Estados Unidos. Entretanto, o país ficou sob governo xiita, com influência de grupos como o Hezbollah, espalhando a relação com o Irã¹²⁹, Estado vilão para os EUA¹³⁰.

¹²⁷ Há teses que apontam a farsa em torno do atentado sob responsabilidade do próprio EUA. Sobreviventes relatam explosões após a colisão aérea; engenheiros também apontam discrepâncias relativas ao agente causador e as consequências nas torres, como a forma da queda dos prédios, resquícios de materiais químicos típicos de demolições (que são provocadas), derretimento de aço, dentre outros. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/teoria-da-conspiracao-o-ataque-as-torres-gemeas-foi-uma-farsa/>>. Acesso em: 20 dez.2022.

¹²⁸ Assim como os EUA fizeram durante a Guerra Fria, mantendo sua estrutura hollywoodiana, para manutenção da propaganda ideológica. Ver SANTANA, Carolina Nascimento. Hollywood e a Guerra ao Terror: o papel do cinema no imediato pós 11 de setembro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais). Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

¹²⁹ O Iraque (com líder sunita) foi apoiado pelo Estados Unidos na guerra contra o Irã (com líder xiita). Após essa guerra, o Iraque foi cobrado pelos empréstimos de Kuwait, que decidiu atacar o país credor. O Kuwait é aliado dos EUA que logo se voltou contra o Iraque. Assim, a Guerra do Iraque também é resultante dessa construção histórica. Geograficamente, o Iraque fica ao lado do Irã, “que também é vizinho do Afeganistão, invadido pelos EUA, que ao fim criou um cerco territorial ao Irã, terceiro país na média mundial de reservas comprovadas de petróleo cru entre 2000 e 2021.

¹³⁰ Prashad (2020, p. 129) aponta que “Pouco tempo depois do colapso da URSS, o governo dos EUA aproveitou a vantagem para rotular todos os governos, que não concordavam com a dominação liderada pelos EUA, como “Estados vilões”. Esta teoria deu aos EUA a capacidade de apropriar-se de todo discurso do liberalismo e dos direitos humanos – o Ocidente é, *ipso facto*, o árbitro dos direitos humanos e do liberalismo, e aqueles que consideram violadores desses princípios amplos são considerados Estados vilões e terroristas.”.

Entre 2001 e 2003, os EUA travaram duas guerras contra adversários do Irã – o Taliban, do Afeganistão, e Saddam Hussein, do Iraque. A derrota deles permitiu ao Irã espalhar suas asas pela região. Reconhecendo o erro estratégico dessas guerras, os EUA procederam bruscamente para devolver o Irã às suas fronteiras. Eles tentaram enfraquecer o vínculo entre o Irã e a Síria por meio da Lei de Responsabilidade da Síria, de 2005 (e a guerra na Síria, a partir de 2011), e tentaram destruir a força política libanesa Hezbollah por meio do ataque israelense ao Líbano, em 2006. Não funcionou. Em 2006, os EUA fabricaram uma crise sobre o programa de energia nuclear do Irã; projetaram sanções contra sua economia por parte da ONU, da União Europeia e dos EUA. Isso também não funcionou, e em 2015, os EUA concordaram com um acordo nuclear, que Trump rejeitou em 2018. As sanções unilaterais dos EUA entraram em vigor e a economia do Irã se contraiu rapidamente. Trump nomeou sua política de “Pressão Máxima”. (PRASHAD, 2020, p. 143)

O Iraque e Irã que estiveram em guerra no século passado, transcorreram articulações políticas diante do agora inimigo em comum: os EUA. No início de 2020, houve um ataque estadunidense por drone que assassinou o histórico comandante iraniano Qassem Soleimani, em Bagdá, e culminou na aprovação pelo Congresso Iraquiano da retirada das tropas estadunidenses, fato que contou com massivo apoio popular e incidiu no fim da guerra no ano seguinte. Após o assassinato de Soleimani, prometia-se que caso o Irã fosse atacado novamente, destruiriam Dubai no Emirados Árabes Unidos e Haifa em Israel, aliados dos EUA (PRASHAD, 2020). Sem mais ataques diretos ao Irã, os EUA seguem atuando com as sanções econômicas, inclusive, afetando a produção de medicamentos e o Sistema Universal à Saúde, como aponta a organização não-governamental *Human Rights Watch*¹³¹.

Lenin (2012, p. 115) afirmava: “[...] a subordinação mais lucrativa e ‘cômoda’ para o capital financeiro é aquela que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos”, ao tratar da relação do imperialismo e colonialismo. Essa assertiva continua contemporânea no que se refere à dinâmica entre países de capitalismo central e periférico e a tentativa de perda de soberania impostas por diversos acordos, tanto pelas sanções econômicas como os acordos que geram dívidas via empréstimos, a exemplo do receituário neoliberal¹³².

¹³¹ Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/country-chapters/united-states#9dbb40>>. Acesso em: 22 de.2022.

¹³² Thomas Sankara, líder revolucionário em Burkina Faso na África, discursou sobre endividamento do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI): “as origens da dívida remontam às origens do colonialismo [...] Não podemos pagar a dívida porque não somos responsáveis por essa dívida” (PRASHAD, 2020, p. 116). Em 1987, o mesmo ano que proferiu esse discurso, na cúpula da

Diferentemente da Guerra do Iraque com ataque direto, na Líbia e na Venezuela houve a construção de articulações midiáticas, institucionais e “populares” para enfraquecimento dos governos e, destituição no caso da Líbia a partir de uma guerra não convencional¹³³. Em dezembro de 2010, protestos contra o governo líbio de Muammar Kadafi¹³⁴ fizeram parte de um movimento que ficou conhecido como “Primavera Árabe” e que abarcou demais países do Oriente Médio. As principais reivindicações foram em torno da liberdade política e melhores condições de vida, entretanto, foi o estopim para uma série de mudanças, inclusive, a deposição e assassinato de Kadafi.

Durante os primeiros protestos, houve reação repressiva por parte do governo da Líbia que culminou na morte de aproximadamente mil pessoas. A partir disso, foi julgada a “Responsabilidade de Proteger”¹³⁵ justificando a intervenção militar internacional no país, o qual foi invadido pela OTAN após dois meses do início dos conflitos. Contudo, os números são devastadores: “[...] estima-se que, até outubro de 2011, quando a invasão da OTAN finalizou a missão de assassinar Kadafi, o número de mortos era de 25 mil, além de quatro mil desaparecidos” (SILVA, ABREU, MENEM, 2021, p. 42). A justificativa de paz através da guerra gerou mais violência e

Organização da Unidade Africana, Sankara foi assassinado, em uma trama organizada pelo seu ministro de defesa Blaise Compaoré, o imperialismo estadunidense e o colonialismo francês.

¹³³ Korybko (2018) aponta que algumas características da guerra não convencional são: abordagem indireta, os EUA [...] utilizam forças por procuração compostas por atores desvinculados do Estado para cumprir suas ordens em Estados selecionados, o que significa que existe em nível agregado de influência indireta sendo utilizado. [...] os Estados-alvo estão na extremidade defensiva de uma guerra não convencional travada por atores desvinculados do Estado ‘liderados de forma velada’ pelos EUA.” (2018, p. 76-77); guerra em rede através do uso das mídias sociais, inclusive, para recrutar adeptos; e, a teoria do caos com ataques aos instrumentos do Estado gerando imprevisibilidade nas decisões oficiais e instabilidade generalizada.

¹³⁴ Tornou-se líder na Líbia em 1969 após golpe militar que destituiu a monarquia, Kadafi possuía aspirações anticoloniais, nacionalista e revolucionárias. Autor do Livro Verde, problematizava o modelo de democracia representativa liberal e propunha Democracia Direta, com tendências de um pan-arabismo e socialismo árabe, construiu Comitês Populares e Comitê Nacional do Povo. Também nacionalizou mais da metade dos bancos e a estrutura de distribuição petrolífera estrangeira, além da redistribuição da renda petroleira em áreas sociais e a estatização da indústria do petróleo (SILVA, ABREU, MENEM, 2021).

¹³⁵ Para Prashad (2020, p. 138) essa estratégia não passa de um colonialismo “redecorado” para justificar o avanço do imperialismo: “Foi para ‘redecorar’ o colonialismo que eles pressionaram por uma nova doutrina – Responsabilidade de Proteger (R2P) – como uma maneira de continuar a justificar o maciço aparato militar ocidental que circundava o mundo e justificar as intervenções militares ocidentais, da Ásia Ocidental à América Central. Foi esse colonialismo ‘redecorado’ que sagazmente foi capaz de se reinserir como bloco humanitário nos assuntos internacionais.”. O termo “colonialismo redecorado” era utilizado pelo nicaraguense Miguel d’Escoto Brockmann quando foi presidente da Assembleia Geral da ONU (PRASHAD, 2020).

mortes, destruiu a infraestrutura das cidades e promoveu uma guerra civil que perdura aos dias atuais.

Silva, Abreu e Menem (2021, p. 41) apontam:

A guerra na Líbia oferece um exemplo recente da estratégia de dominação imperialista desenvolvida pelas potências ocidentais, especialmente os Estados Unidos, desde o final da Guerra Fria. Tal estratégia baseia-se fundamentalmente em aproveitar-se de momentos de instabilidade política (em alguns casos, gerar tal instabilidade) para promover mudanças de regime em países com considerável excedente energético e cujos governos não estejam plenamente alinhados aos interesses econômicos ocidentais.

Nesse sentido, a Primavera Árabe foi oportuna para os EUA que agiu indiretamente e depois atuou junto à OTAN na invasão. A guerra desestabilizou a produção e exportação de petróleo bruto da Líbia: em 2010, a produção era de 1.486,6 mil barris por dia (b/d); no ano seguinte, houve queda de quase dois terços indo para 489,5 b/d (OPEP, 2011, 2012). A exportação seguiu o mesmo declínio nos anos apontados: de 1.118 mil b/d para 299,5 b/d. Em 2012, consegue retomar a produção, mas retoma queda entre 2013 e 2016.

Chama-nos a atenção o encerramento das plataformas de petróleo bruto. Antes da guerra, em 2010, a Líbia tinha sessenta plataformas ativas, já em 2012 possuía vinte e três, chegando a ter apenas uma em 2017 (OPEP, 2011, 2013, 2018). A guerra alterou a capacidade produtiva da indústria do petróleo, principalmente, pelos conflitos territoriais que incluem campos de petróleo e a disputa de poder entre os grupos existentes que repercutem na gestão da empresa estatal National Oil Corporation. Apesar desse cenário de instabilidade, as reservas comprovadas de petróleo bruto da Líbia continuaram no mesmo patamar, inclusive, à frente dos EUA.

Na Venezuela sob a presidência de Nicolas Maduro, um momento de crise econômica visto a queda nos preços das *commodities* em conjunto às sanções econômicas postas pelos EUA e usurpação de reservas de ouro pelo Reino Unido, houve uma série de mecanismos de guerra híbrida, culminando na autoproclamação para presidência do país por Juan Guaidó em 2019, candidato bancado e reconhecido pelo imperialismo estadunidense e pela burguesia local. No decorrer dessa disputa, Maduro se manteve no poder, apoiado pela Rússia e China, que mantêm fortes projetos divergentes aos EUA.

A Rússia não compõe a OPEP, mas faz parte do *ranking* dos países com reservas comprovadas de petróleo bruto e encontra-se em segundo lugar na média mundial de produção deste entre 2000 e 2020. Esse panorama condiz com a reestatização parcial do setor petrolífero pelo governo de Vladimir Putin, visto que após o fim da União Soviética houve uma feroz abertura ao mercado, além da realização de reforma fiscal e a criação de um fundo de estabilização para o setor energético (FUSER, BUNDER, 2018). A Rússia se reergueu e voltou a ser uma potência mundial.

O processo de (re)estatização do setor petrolífero que se destaca no século XXI, também abarca a China, com as empresas *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC). Apesar de não estar nos *rankings* produzidos a partir dos dados da OPEC, a China possui consideráveis reservas comprovadas de petróleo bruto, inclusive, sendo maiores que as do Brasil. A produção é maior do que a de alguns países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como Irã e Iraque, todavia, não há exportação considerável como os demais países, esta corresponde a menos de 5% da produção chinesa, o que significa afirmar que a China consome sua produção, além de ser um dos principais consumidores mundiais de hidrocarbonetos, em sua maioria importados dos países do Oriente Médio, abrangendo também relação com América do Sul (HAFFNER, MAIA, 2022). Esse processo tem relação com projeto de desenvolvimento societário que a China vem construindo ao longo dos anos. O Estado chinês tem investido em engenharias e tecnologias (informação e comunicação), como a criação do 5G¹³⁶, sendo o Partido Comunista Chinês condutor dessa transformação.

Dessa forma, a China e a Rússia têm cumprido importante papel de antagonismo ao imperialismo estadunidense e contribuído para construção de uma multipolaridade. Os EUA continuam atuando na geração de conflitos, principalmente, em países com recursos naturais/energéticos, e nem todos contam com o apoio direto da Rússia e China, que também possuem limites diplomáticos para atuarem

¹³⁶ Ver debate “China, EUA e a busca do Brasil por uma política externa independente” com Dilma Rousseff, Celso Amorim, Wang Wen, Monica Bruckmann e João Pedro Stédile, promovido pelo Instituto Tricontinental e transmitido em 15 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DcR_I7Q2nxxg>. Acesso em: 16 jan.2023.

em cada conflito. O mote da corrupção também tem fomentado um novo tipo de golpe para derrubar governos adversários dos EUA sob a luz da mais perfeita democracia liberal. No Brasil, após descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro, o combate à corrupção foi utilizado como salvaguarda para pretensa garantia da democracia.

O Brasil vivenciou o *lawfare* – “o uso da lei para conduzir um golpe político contra as forças da esquerda” (PRASHAD, 2020, p. 156), sob a acusação de corrupção, sendo as principais: 1) pedaladas fiscais cometidas por Dilma Rousseff; 2) aquisição de sítio em Atibaia e triplex em Guarujá, ambos em São Paulo, por Luís Inácio Lula da Silva, supostamente como favorecimento por contratos da estatal petrolífera Petrobras; todas as acusações foram infundadas e, posteriormente, os acusados foram inocentados pelo poder judiciário, mas antes, em 2016, Dilma Rousseff foi destituída da presidência do país e seu antecessor Luís Inácio Lula da Silva foi preso e tornado inelegível.

O desfecho de um processo que se inicia em 2013 com as Jornadas de Junho, guarda semelhanças com a Primavera Árabe. Inicia-se com o surgimento de reivindicações populares legítimas, mediante insatisfações de importantes setores da classe trabalhadora, entretanto, são capitaneadas por outros setores com novas propostas revestidas com ares de liberdade, porém geraram instabilidades e rupturas democráticas, com ascensão de grupos de extrema-direita/fascistas e após cinco anos, houve a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Assim, esse processo revela que “a perseguição a Lula é uma história que não é apenas sobre Lula, nem apenas sobre o Brasil. Este é um exemplo de como as oligarquias e o imperialismo tentaram usar a casca da democracia para minar as aspirações democráticas do povo.” (PRASHAD, 2020, p. 156).

Evo Morales, ex-presidente da Bolívia destituído por um (neo)golpe, afirma:

O colonialismo utilizou sempre a ideia de progresso de acordo com seus próprios parâmetros e sua realidade. Esse mesmo colonialismo que hoje coloca em crise nosso planeta, que devora os recursos naturais e que concentra a riqueza surgida da devastação diz que nossas leis do Bem Viver são utopias. Mas se nossos sonhos de equilíbrio com a *Pachamama*, de liberdade e de justiça social ainda não são realidade ou se viram bloqueadas, isso ocorre principalmente pela intervenção do imperialismo para bloquear nossas revoluções políticas, culturais e econômicas que hasteiam a soberania, a dignidade, a paz e a fraternidade com todos os povos (AYMA, 2020, p. 11).

A geopolítica do petróleo evidencia mudanças significativas na geopolítica mundial, além da reconfiguração de práticas antidemocráticas e do surgimento de estratégias capazes de destruir e reconfigurar natureza, vidas, fronteiras e Estados. A forma mais arcaica do modo de produção capitalista é a guerra e a contemporaneidade desta sociabilidade também é a guerra, base para expansão e alternativa para sua crise estrutural.

4. “DOU-LHE UMA, DOU-LHE DUAS, DOU-LHE TRÊS”: ESTADO BRASILEIRO E ESTRATÉGIAS DE DESMONTE DA PETROBRAS

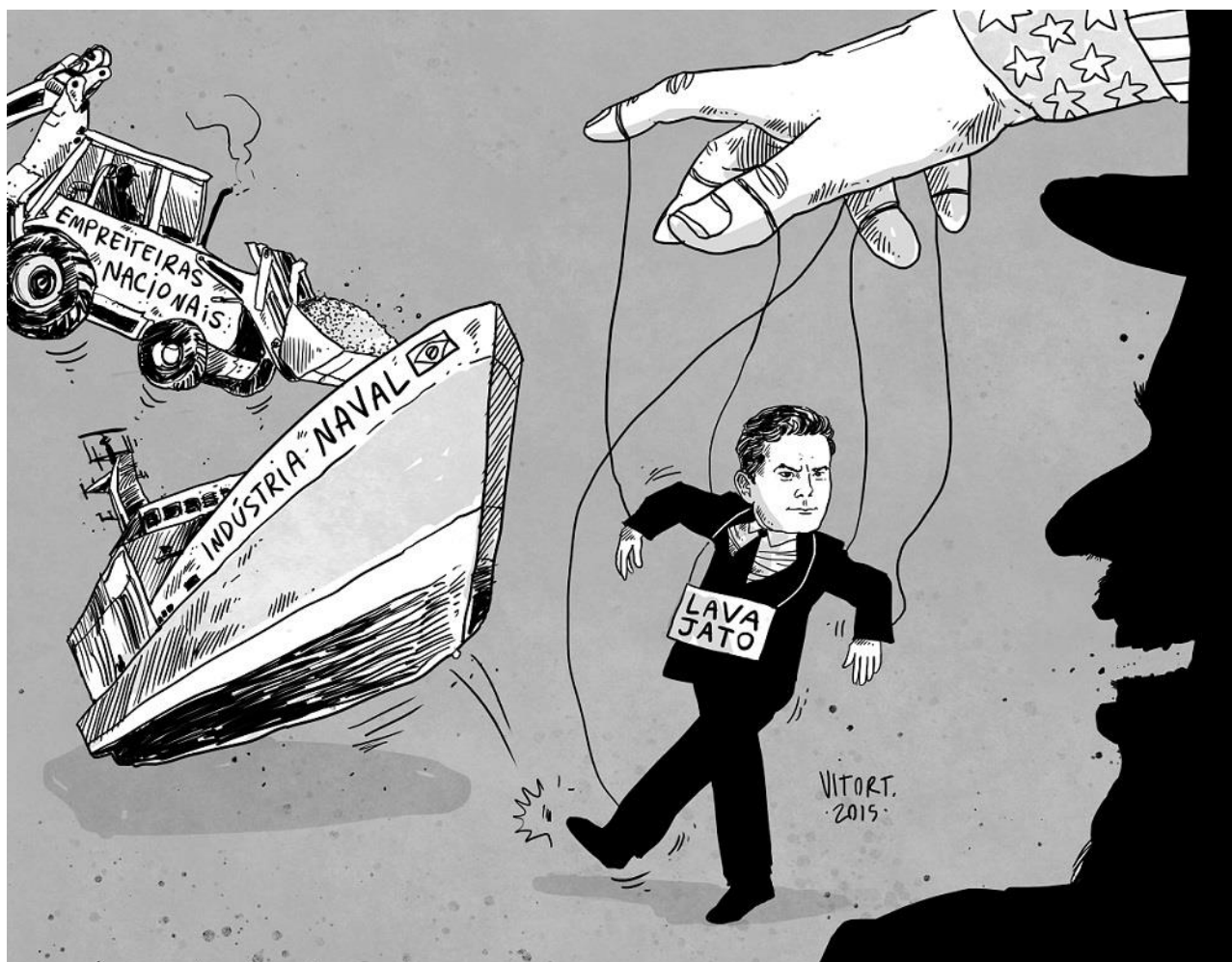


Imagem: Charge de Vitor Teixeira, 2015. Disponível em Weimann (2020)

A gestão pública representa o gerenciamento das competências desenvolvidas no âmbito estatal; as políticas públicas, os planos, os programas, dentre outros, são instrumentos do Estado moderno, em um processo de ordenamento. Nessa dinâmica, a empresa pública Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras possui natureza jurídica de sociedade de economia mista (capitais públicos e privados), majoritariamente estatal, inserida na administração pública indireta, de acordo com a burocracia brasileira.

Simões (2009, p. 48) aponta que “[...] os arts. 170 a 175 da Constituição Federal submetem as empresas públicas e as sociedades de economia mista à função social e a formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade [...]”. Segundo Bercovici (2015) tal modalidade administrativa deve garantir a implementação de políticas públicas, ao contrário de focar na maximização de lucros. Pinto (2020, p. 298) afirma que essa “face bifronte não compromete as relações mais gerais do processo de acumulação de capital, mas sim, permite uma compatibilização entre lucro privado e benefícios econômicos e sociais para a população”. Entretanto, o autor também revela a tensão existente nesse processo:

Cabe observar que essas duas faces estão sempre em tensão latente em virtude das dificuldades de conciliação entre os interesses estatal/público – já que o proprietário majoritário dessa empresa é o Estado que representa os interesses da população brasileira – e empresarial/privado dessa empresa que necessita acumular capital para desenvolver seus projetos e investimentos. A compatibilização entre as faces estatal e empresarial é uma tarefa eminentemente política, sem perder de vista os fatores econômicos que dão origem a essa ambiguidade, haja vista a necessidade de combinar os objetivos das empresas e os objetivos sociais em cada conjuntura histórica. (PINTO, 2020, p. 298)

O argumento acima se limita ao tratar o Estado com um certo grau de neutralidade; entretanto, o Estado não representa os interesses da população brasileira, mas de uma classe social, a burguesia. Assim, o Estado é o gestor da Petrobras ao mesmo tempo que lidera processos de desmonte da empresa. O caminho para entendimento dessas contradições está assentado na estrutura de poder do Estado: a sociedade cria o Estado e a classe dominante fará um Estado à sua semelhança, com a defesa de seus projetos. Por isso, “o Estado é o ordenamento da sociedade” de classes (MARX, 2010, p. 59) e assim “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (MARX, ENGELS, 2008, p. 12).

Marini (2019, p. 103) afirma,

Entendido como capacidade coercitiva, o poder político na sociedade capitalista é exercido pela burguesia através do Estado, com a finalidade de submeter os demais grupos sociais à sua exploração. É por esta razão que a teoria marxista identifica o Estado com o aparato burocrático-repressivo representado pelo governo, burocracia, tribunais, prisões, polícia, Forças Armadas. Essa expressão material do poder burguês completa-se com o

Direito, o corpo de normas cuja infração aciona automaticamente o aparato estatal para forçar seu cumprimento e impor sanções ao transgressor.

É no Estado que “a burguesia encontra solução para um problema nada menor: sua promessa civilizatória de construir um mundo de homens livres e iguais” (OSÓRIO, 2017, p. 29). Assim, a “entidade abstrata” posta ao Estado, passa a ter uma aparência de servidor do bem comum, dos interesses coletivos e o poder da classe dominante escamoteia-se diante disso.

Porém, sob o capitalismo dependente com condições de trabalho dimensionadas pela superexploração¹³⁷ e intensa desigualdade social, o Estado torna-se ainda mais coercitivo para manutenção da ordem (OSÓRIO, 2019), incluindo a destituição de governos que não coadunam com sua estrutura, a exemplo do golpe militar sofrido pelo governo chileno de Salvador Allende (1970 – 1973) para dar lugar a um governo ditatorial presidido pelo general Augusto Pinochet (1973 – 1990), responsável pela primeira experiência mundial de implantação do neoliberalismo, o que evidencia a intrínseca relação entre ruptura democrática, repressão e os ditames neoliberais (ANDERSON, 1995).

Sob o argumento da “mão invisível” do mercado, a burguesia orientada pelo projeto neoliberal tende a “ocultar novas modalidades de ingerência estatal em seu benefício” (OSÓRIO, 2019, p. 222). Dardot e Laval que analisaram a sociedade neoliberal como nova razão do mundo (2016, p. 378) afirmam:

O Estado é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com os outros Estados. Assim o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo de construir-se de acordo com as normas do mercado.

¹³⁷ O ciclo do capital em uma economia dependente parte de “uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana” (MARINI, 2011, p. 155). Historicamente, a inserção da América Latina no mercado mundial dá-se pela economia de exportação, as transferências de valor constituem-se na troca desigual diante da queda dos preços de alimentos e matérias primas quando comparadas às manufaturas, inclusive, a depreciação dos bens primários propicia o início dessa condição de dependência. A economia dependente não pauta o consumo do mercado interno, assim, os/as trabalhadores/as são explorados ao máximo, sem que sejam criadas condições de reposição da própria força de trabalho, havendo a substituição destes. Empregos com baixos salários, que não possibilitam a reprodução de vida do/a trabalhador/a, desemprego estrutural e uma débil industrialização, esta voltada para atendimento da demanda do mercado externo, são marcas da dependência no sistema mundial de acumulação de capital (MARINI, 2011).

O “Estado-mercado” prevê o aumento da taxa de lucro e gerencia as empresas públicas e de economia mista de forma privada, focado na rentabilidade aos acionistas. A Petrobras, por exemplo, tem passado por uma reestruturação, inclusive, com o uso de termos técnicos empresariais: “gestão ativa de portfólio”, “inovação”, “geração de valor”, “desinvestimento”. O discurso da rentabilidade está voltado para redução de investimentos na produção de petróleo e gás, para apostar nas ações financeiras, sob pretexto de endividamento da empresa e do próprio Estado. Com isso, ganha força a privatização das empresas públicas¹³⁸, principal orientação do neoliberalismo.

Para a burguesia brasileira, as aspirações de privatização permeiam a história do país. A transição da atuação de um Estado desenvolvimentista – que foi essencial para o início da industrialização a partir dos investimentos em áreas que não eram de interesses para frações da burguesia local e internacional à época, a exemplo da infraestrutura urbana – para uma nova forma de reprodução do capital, mediante um Estado ditatorial significou que,

[...] romper com as alianças sociais e políticas geradas nas primeiras décadas da industrialização era uma necessidade iniludível. O Estado de contrainsurgência foi a forma política para realizar aquelas fraturas que mais tarde se estenderão sob a dinâmica do mercado e as políticas neoliberais que acompanharam as novas formas de reprodução do capital na região. O início e a cristalização do novo modelo exportador implicaram profundos reajustes políticos que necessariamente deveriam se expressar no Estado, sendo em geral segmentos do grande capital financeiro, industrial, comercial e agrário dinâmicos, privilegiadamente aliados ao capital estrangeiro, que hegemonizaram esse processo. (OSÓRIO, 2019, p. 219)

Ianni (2019) ao analisar a organização da burguesia durante a ditadura civil-militar afirmou:

[...] o conjunto da burguesia nacional e imperialista está sempre a lutar pela ‘privatização’ de empresas produtivas e lucrativas estatais. Muito da discussão sobre a ‘desestatização’ da economia, ou ‘desburocratização da

¹³⁸ De acordo com Brown (2019), o termo “neoliberalismo” foi adotado no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, porém sua adoção se dá apenas em 1973, por Augusto Pinochet durante a ditadura chilena e, posteriormente, por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e EUA, respectivamente. Em seguida, houve a consagração do neoliberalismo no Consenso de Washington, em 1989. Podemos concebê-lo a partir de “[...] um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros” (BROWN, 2019, p. 29).

administração federal', envolve as influências e as disputas das burguesias nacional e imperialistas, no âmbito do poder estatal" (IANNI, 2019, p. 93)

O autor ainda afirmou que, naquele momento histórico, o setor estatal era poderoso "pela quantidade de grandes empresas e pela posição estratégica em que elas se encontram na estrutura da economia" (ibid, 2019, p. 94), mesmo subordinadas ao capital transnacional. Em meados de 1980, o Brasil vivia uma efervescência política¹³⁹ devido à luta pelo fim da ditadura civil-militar que resultou na redemocratização do país e na Assembleia Constituinte com a posterior promulgação da Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, por reconhecer pela primeira vez os direitos sociais.

Entretanto, Fernandes (2014) aponta as contradições e limites que permeiam esse processo: denomina a CF-88 de desigual, heterogênea, uma colcha de retalhos e em torno de cinco meses antes de sua promulgação, escreveu o artigo "A qualidade da Constituição", no Jornal do Brasil, cabendo destacar o seguinte trecho:

Hoje já se sabe que a Constituição que está sendo elaborada realiza vários avanços, mas não é aquela que responde às exigências da situação histórica. Não existem culpados pessoais. O atraso cultural do país e a dominação econômica externa explicam essa realidade, inesperada pela maioria da população. Um país culturalmente atrasado possui elites econômicas destituídas de cultura cívica. Elas tendem a colocar seus interesses e privilégios particularistas acima de tudo. Ou o processo constituinte atende à vontade ou elas reduzem a pó o processo constituinte, por mais que se lute contra isso, dentro e fora da Assembleia Nacional Constituinte. Um país economicamente dependente é também um país politicamente dependente. As excitações de rebeldia são cutâneas ou localizadas. A tendência central consiste em acompanhar a evolução do constitucionalismo no exterior e, principalmente, em respeitar as demarcações feitas pelas junções do tripé capital estrangeiro-capital nacional – Estado plutocrático. O nacionalismo chega a produzir crispções, logo anuladas pelo voto majoritário daqueles que se identificam com o tripé e com suas funções de acumulação capitalista. Nesse sentido, a burguesia periférica constrói com as próprias mãos, a dependência e a usa como um artil, pagando a conta através do Estado, com os recursos econômicos escassos tomados da nação. (FERNANDES, 2014, p. 234)

Assim, entre avanços e continuidades, constitui-se um novo momento histórico do país. Ainda no caldo da luta política, em 1989, tem-se o maior número

¹³⁹ Surgiram novos sujeitos coletivos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, no ano seguinte, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

de greves dos anos de 1980, com cerca de 4.000 greves (MATTOS, 2016), em luta contra a alta da inflação no país. Porém, na década seguinte houve um intenso ataque às organizações dos trabalhadores com um refluxo nas lutas sociais (mesmo com a resistência de várias categorias, a exemplo, dos petroleiros com a grande greve de 1995), numa conjuntura marcada pela alta taxa de desemprego; enfraquecimento da luta sindical quando comparada aos anos de 1980, tendo em vista reestruturação produtiva, corporativismo, problemas financeiros das organizações, avanço do capital financeiro em detrimento do capital industrial, dentre outras questões (MATTOS, 2009)¹⁴⁰.

É com a implantação da agenda neoliberal, na década de 90 do século passado, pelos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC), que ocorre a privatização das empresas públicas, majoritariamente, pela sua venda integral via leilão, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce e Embraer¹⁴¹. Com a “salvaguarda” dos ditames imperialistas, especialmente, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, inicia-se a agenda neoliberal por meio da eleição de Collor de Melo à presidência da República (1990).

Dentre a programática neoliberal, interessa-nos destacar as privatizações, que de acordo com Modiano (2000), membro da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização¹⁴², aconteceram em três fases: 1) no governo de Collor, que teve o papel de estruturar a reforma do Estado; 2) no governo de Itamar Franco, que apesar da crise política do pós-*impeachment* de Collor, conseguiu alavancar as privatizações, mas ainda não significava o esperado; 3) no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC, no qual se consolidam as privatizações, com a Lei de Concessões (lei Nº 8.987/1995) e a ampliação do PND, a partir da Lei Nº 9.491/1997, que incluiu a privatização de serviços públicos e instituições financeiras

¹⁴⁰ Esse cenário também se constitui como reflexo das lutas internacionais, visto o enfraquecimento da esquerda com a queda do Muro de Berlim em 1989 e, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991.

¹⁴¹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/confira-as-principais-privatizacoes-no-brasil-desde-os-anos-90-21732658>>. Acesso em: 30 ago.2020.

¹⁴² O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi instituído durante o governo de Fernando Collor e regulamentado pela Lei Nº8.031, de 12 de abril de 1990.

públicas estaduais¹⁴³. Nesta última fase também ocorre a quebra de monopólio estatal sobre o petróleo, em 1997.

O saldo foi devastador para o patrimônio público brasileiro, como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Resultado das privatizações (1991 – 2002)

Empresas controladas	29
Participações Minoritárias	26
Concessões	7
Arrendamentos	7
Total de Desestatizações:	69

Fonte: BNDES (2003, p. 9)

As referidas privatizações ocorreram, especialmente, nos setores: “siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, financeiro, de petróleo” (BNDES, 2003, p.9). Esses setores são estratégicos para o desenvolvimento nacional, o que aprofundou ainda mais o caráter dependente do capitalismo brasileiro. Além disso, houve a mercantilização dos então recém conquistados direitos sociais, como moradia, saúde e educação, que passam a incorporar a lógica do “cidadão-consumidor” (MOTA, 2006)¹⁴⁴. Todo esse feito era tido como saída da “crise” econômica, para o pagamento das dívidas públicas, externa e interna. Entretanto, mesmo com as privatizações, houve um aumento exponencial da dívida (CARNEIRO; ÁVILA, 2009). Na época, Perry Anderson apontava um balanço mundial desse modelo econômico, político e social:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus

¹⁴³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9491.htm>. Acesso em: 25 nov. 2020.

¹⁴⁴ Ver: PRIVATIZAÇÕES: a distopia do Capital. Direção de Silvio Tendler. Rio de Janeiro: Caliban, 2014. 1 vídeo (56 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8As8mFaRGU&ab_channel=CALIBANcinemaeconte%C3%BA>. Acesso em: 30 nov.2020.

princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. (1995, p. 23).

Entretanto, todo o processo de privatizações no Brasil não foi ainda pior devido à organização dos/as trabalhadores, mesmo com as debilidades já apontadas. Por conta das mobilizações e greves, houve na sociedade um debate em torno das privatizações, a exemplo da luta dos/as petroleiros/as:

Além de evitar a privatização da Petrobrás e de revelar a face autoritária do PSDB, a greve de maio de 1995 despertou um movimento nacional de solidariedade e de unidade classista. Várias categorias foram para as ruas defender a estatal, com um grito de guerra que se repetiu por todo o país: “Somos todos petroleiros!”. (FUP, 2015, p. 4)

Ao mesmo tempo, as lutas sociais também denunciavam a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pilar para consolidação do neoliberalismo, que propôs a eliminação das barreiras alfandegárias para trinta e quatro países da América Latina, com exceção de Cuba. Além disso, havia a proposta de adoção do dólar como moeda continental e demais acordos políticos e militares que beneficiavam os EUA. A Alca foi a tentativa de expansão do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), composto pelo Estados Unidos, Canadá e México (CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA, 2002).

Assim, contra o imperialismo estadunidense, surgiu a Campanha Continental Contra a Alca, em 2000. Dois anos após foi realizado um plebiscito e, no Brasil houve 10,1 milhões de votos, dos quais 98,59% foram contra a Alca (DAMÉ, 2002). Em 2005, houve a derrota desse projeto, com seu arquivamento pela Cúpula da Organização dos Estados Americanos (OEA) (MST, 2015).

Esse cenário da primeira década do século XXI, possibilitou fissuras do projeto neoliberal na América Latina, contribuindo para o avanço de governos populares, como na Venezuela, com Hugo Chávez; na Bolívia, com Evo Morales; e no Equador, com Rafael Correa (OSÓRIO, 2019). No Brasil, surge a frente neodesenvolvimentista que conquista vitória eleitoral em 2002, com o ex-operário e liderança da greve do ABC, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT):

Um setor da grande burguesia interna, que também havia apoiado, ainda que de modo seletivo, o programa neoliberal foi acumulando contradições com esse mesmo programa. Foi nesse quadro marcado, de um lado, por dificuldades crescentes para o movimento sindical e popular e, de outro lado, pelo fato de um setor da burguesia começar a rever suas posições frente a algumas das chamadas reformas orientadas para o mercado que se criaram as condições para a construção de uma frente política que abarcasse setores das classes dominantes e das classes dominadas. Essa frente, organizada, fundamentalmente, pelo PT chegou ao poder governamental em 2003 com a posse do primeiro Governo Lula. (BOITO JR., 2012, s.p).

Boito Jr. (2012, s.p.) ainda afirma que:

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro.

O ciclo neodesenvolvimentista promoveu a tentativa de conciliação do inconciliável, no atendimento às demandas de ambas as classes sociais, mesmo que de forma sutil para os setores da classe trabalhadora quando comparado aos ganhos da burguesia interna. Porém, nesse processo criou-se uma tentativa de autonomia em relação aos EUA com a criação do BRICS em 2006, composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. A articulação e desenvolvimento desses países, com destaque para o *boom da commodities*, impulsionado, principalmente, pela exacerbante importação chinesa gerou conflitos em torno do imperialismo e revelou os limites de ordem estrutural.

Katz (2020, p. 322) analisa que a posterior crise do neodesenvolvimentismo guarda raízes na dependência, visto o foco no “esquema agromineiro de exportação”:

Na fase favorável, o endividamento foi reduzido, um certo *superávit* comercial emergiu e a indústria se recuperou parcialmente. O crescimento foi sustentado pela afluência de dólares. Como os fundamentos do subdesenvolvimento permaneceram intactos, o fim das vacas gordas recriou a crise. No principal experimento neodesenvolvimentista (Argentina), o incentivo estatal ao consumo deixou

de funcionar quando a inflação alta e o *déficit* fiscal reapareceram. O mesmo declínio foi observado no Brasil.

A reprodução dependente vinculada a entradas e saídas de dívidas bloqueou novamente o crescimento sustentado, mas com margens inferiores para a tentativa de reindustrialização. O retrocesso fabril, o extrativismo e o predomínio de setores rentistas estreitaram esse espaço.

Assim, esse ciclo que durou de 2003 a 2016 no Brasil se esgotou, institucionalizado pela ruptura do segundo mandato de Dilma Rousseff, eleita com 54,5 milhões de votos¹⁴⁵. Politicamente, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) questionou o resultado da acirrada disputa eleitoral em 2014, através do candidato Aécio Neves, “o PSDB acusou o resultado de ser fraudado, exigindo recontagem de votos. Logo em seguida, pediria à Justiça Eleitoral a cassação da chapa vitoriosa e iniciaria a articulação dos pedidos de *impeachment*” (MIGUEL, 2019, p. 161).

Porém, existem elementos políticos anteriores a esse processo que indicam a articulação para o golpe, como os rumos tomados pela Jornadas de Junho, o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL) e o conjunto do reordenamento da direita brasileira e a ascensão da extrema-direita, com o peso de Institutos¹⁴⁶, como Instituto *Millenium*, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto *Mises* Brasil, etc.; a mídia e a influência das redes sociais, como *Youtube*; o fundamentalismo religioso, com destaque para ascensão do neopentecostalismo (MIGUEL, 2019). Tem-se, ainda, a influência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com o lançamento do documento “Uma ponte para o Futuro” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015), com críticas econômicas ao chamado neodesenvolvimentismo e a proposição de um novo arranjo fiscal.

Assim, o ano de 2016 carrega a marca de um intenso processo de disputa de poder, que culmina no *impeachment* de Dilma Rousseff, acusada de praticar

¹⁴⁵ A candidata Dilma Rousseff venceu a eleição presidencial com 51,64%, enquanto o candidato Aécio Neves obteve 48,36%. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>>. Acesso em 26 out. 2020.

¹⁴⁶ Esses institutos configuram uma forma de organização empresarial e política da nova direita, incidem nas políticas públicas e na formação de consenso da agenda neoliberal, atuam em diversas áreas, com destaque, para ambiental. Ver CASIMIRO, Flávio Henrique. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

“pedaladas fiscais”¹⁴⁷ – “operações de crédito junto a bancos estatais” (MIGUEL, 2019, p. 172). Michael Temer, ao assumir, flexibilizou a referida prática mediante Lei nº 13.332/2016 (BRASIL DE FATO, 2016)¹⁴⁸. Além disso, instituiu um conjunto de mudanças no arcabouço jurídico do país, o que viabilizou a retomada do neoliberalismo no Brasil.

As mudanças postas durante o mandato de Michael Temer se deram no ataque aos direitos sociais e trabalhistas. Podemos citar: Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, “no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros” (BRASIL, 2016a), ficou conhecida como “Teto dos Gastos” e pelas organizações de esquerda foi chamada da “PEC da Morte”, visto o congelamento do orçamento; reforma trabalhista, Lei nº 13.467/2017, com a criação e regulamentação do trabalho intermitente, alterações da Lei 6.019/74 (trabalho temporário e terceirização), fracionamento de férias, mudanças no intervalo para repouso e alimentação, extinção das horas *in itinere*, possibilidade de empregadas gestantes e lactantes trabalharem em ambientes insalubres etc. (BRASIL, 2017c); reforma do Ensino Médio: Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

Além da Resolução nº 32, de 14 de dezembro de 2017, que alterou a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM): reforçou a lógica manicomial e também incentivou as comunidades terapêuticas; Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que alterou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB): retirou a obrigatoriedade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), reduziu financiamento etc.; fim do Programa Farmácia Popular, desmonte do Programa Mais Médicos; extinção do Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (faixa destinada aos movimentos sociais e associações); revogação de demarcações de terras; genocídio da população rural, indígena e quilombola; novo Código de Mineração, com

¹⁴⁷ De acordo com o Senado, pedalada fiscal é o “apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas”. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

¹⁴⁸ Após o desfecho com o *impeachment*, perícia solicitada pela defesa de Dilma Rousseff aponta que ela não esteve envolvida com as “pedaladas fiscais”. O laudo encontra-se disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/27/laudo-da-junta-pericial>>. Acesso em 03 nov. 2020.

flexibilização na administração pública, licença para exploração e financiamento, dentre outros.

O enfraquecimento do projeto político progressista no Brasil não é uma realidade isolada. Em outros países da América Latina também houve golpes e movimentos antidemocráticos, a exemplo de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Bolívia (2019), bem como as tentativas na Venezuela (2019). Diferentemente dos golpes ocorridos no século passado – Brasil (1964), Bolívia (1971), Chile (1973), Uruguai (1973), Peru (1975) e Argentina (1976), que tiveram o protagonismo das Forças Armadas, estes articularam outra parte do aparato do Estado, com destaque para o legislativo e judiciário. Sem uso da força para tomada de poder e aparente legalidade, Monteiro (2018) denomina esse processo como “neogolpes”.¹⁴⁹

Esse movimento compõe uma reorganização da burguesia na América Latina. Osório (2019, p. 232) qualifica-o como “Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral”, que resultou:

[...] do novo estágio de desenvolvimento da fração burguesa produtora e exportadora de matérias-primas, alimentos e peças vinculadas à indústria automotriz, eletrônica e para as montadoras e maquiladoras, bem como da fração bancária e financeira, ambas em estreita vinculação com capitais estrangeiros, resultado da enorme expansão de suas atividades e lucros na primeira década do século atual.

O Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral também é resultado das disputas daquelas frações e do capital internacional investido na região contra as políticas sociais dos governos populares e progressistas, o que leva o conjunto do capital a redobrar seus esforços no sentido de recuperar a gestão do aparato de Estado, buscando pôr fim àqueles governos e reforçar na região políticas de segurança, concebidas num sentido amplo, não apenas para fazer frente ao crime organizado ou à delinquência, mas, sobretudo, para combater as forças sociais, organizações e lideranças que questionam as políticas do capital. Trata-se, portanto, de uma resposta às exigências econômicas e políticas do capital, o que vem acarretando novas derrotas ao mundo do trabalho e aos setores populares. (OSÓRIO, 2019, p. 233).

¹⁴⁹ Apesar das diferenças, não se pode descartar algumas semelhanças nos processos antidemocráticos do século XX e XXI, como: “perseguir ou eliminar quem critica as políticas em curso ou denunciam a corrupção, a impunidade e os abusos de autoridades civis ou militares; estabelecer novas leis para a segurança pública; promover a reorganização das forças policiais, de aparelhos de inteligência e de segurança e das Forças Armadas e sua maior presença nas ruas e cidades; utilizar novos sistemas de controle e vigilância da oposição; e também firmar novos acordos com os aparelhos de inteligência e de segurança e com as Forças Armadas dos Estados Unidos.” (OSÓRIO, 2019, p. 235)

Os ajustes no “verniz eleitoral” preveem um rigor nas eleições, com uma rejeição aos governos progressistas e de esquerda, a partir do próprio aparato do Estado, a exemplo da prisão do então candidato à presidência no Brasil em 2018, Luís Inácio Lula da Silva¹⁵⁰, determinada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, especificamente, pelo juiz Sergio Moro¹⁵¹. A permissibilidade para disputas eleitorais é concebida pela burguesia para naturalizar a democracia e manter sob dominação a classe trabalhadora, entretanto, quando a “paz social” é ameaçada, as forças progressistas e populares encontram entraves.

Assim, a destituição e impedimentos de governos progressistas e populares no aparato do Estado foi e é imprescindível para o Estado de segurança do grande capital reinventar o neoliberalismo no Brasil, a partir de um regime político neofascista, instrumentalizado pelo governo de Jair Bolsonaro:

Essa combinação da ideologia obscurantista neofascista com políticas concretas de restrição e ataques a direitos democráticos e sociais se articulou, como não poderia deixar de ser, à política ultraneoliberal comandada por Paulo Guedes em um fortalecido Ministério da Economia [...]. A política econômica do governo Bolsonaro teve sempre como um dos nortes principais intensificar o ajuste fiscal iniciado em 2015, ainda com Dilma na Presidência, e muito aprofundado por Temer (especialmente com a Emenda Constitucional 95, do ‘teto dos gastos’). O ajuste se combinou a uma ampliação do leque de empresas a serem privatizadas e com passos adiante na retirada de direitos dos trabalhadores, caracterizando o modelo de política de austeridade radical de Guedes/Bolsonaro. (MATTOS, 2020, p. 214)

Dessa forma, o projeto em curso no Brasil e na América Latina visa:

[...] avançar nos projetos do grande capital local e transnacional, como acelerar a marcha das políticas de ajuste como novas contrarreformas como

¹⁵⁰ Em março de 2018, antes da prisão de Lula da Silva, a pesquisa encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), apontava a liderança do candidato à presidência, com 33,4%. O candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, encontrava-se em segundo lugar na pesquisa. No segundo turno, a pesquisa também evidenciou a vitória de Lula da Silva contra Jair Bolsonaro, com 44,1%. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/06/lula-lidera-pesquisa-aponta-cntmda-sem-petista-bolsonaro-fica-em-1.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

¹⁵¹ Sergio Moro, juiz responsável pela Operação Lava Jato, foi nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública por Jair Bolsonaro, eleito em 2018. O sítio eletrônico de jornalismo investigativo, *The Intercept* Brasil, revelou mensagens enviadas por Sergio Moro durante a Operação Lava Jato, que elucidam a trama construída em torno da prisão de Lula da Silva para impedi-lo de concorrer às eleições de 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

as trabalhistas e da previdência; prosseguir com a venda de bens e recursos públicos a capitais privados; e construir novos acordos regionais com outros mercados, para ampliar os campos de ação do grande capital exportador da região. (OSÓRIO, 2019, p. 237)

A democracia no Brasil e na América Latina não só se encontra em xeque, mas a debilidade desta é um traço estrutural da condição de dependência. Fernandes (2009) aponta que a hegemonia burguesa conserva um autoritarismo e quando se encontra em conjunturas que possa vir a se prejudicar, obstrui o funcionamento do sistema de poder, que deveria ser “democrático”. Nesse movimento, faz-se o caminho do desmonte da Petrobras, com a construção sistemática de um discurso de crise¹⁵² e de uma racionalidade com forte sustentação em termos técnico-empresariais e no combate à corrupção, alardeado pela Operação Lava Jato. O projeto de desmonte da Petrobras está em voga e, com isso, a débil industrialização do país¹⁵³ encontra-se ainda mais distante de um projeto autônomo de desenvolvimento nacional¹⁵⁴:

O processo de transformação da Petrobras não tem volta. É dele que depende o futuro da empresa. A indústria do petróleo no Brasil vive um novo momento, com mudanças em legislações e políticas públicas, buscando trazer mais competitividade e eficiência ao setor. É preciso se adaptar, como aconteceu após da Lei do Petróleo (nº 9.478/1997), que encerrou o monopólio da Petrobras. Naquele momento, evoluímos e nos tornamos líderes na produção de petróleo em águas profundas. Agora, vamos nos reinventar mais uma vez e sairemos mais fortes depois de mais uma transformação. As áreas de refino e gás natural continuaram concentradas na Petrobras. Foi por isso que, em junho de 2019, a companhia e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)

¹⁵² Em 2014, houve uma crise mundial com a queda do preço do petróleo a partir da alta produção dos países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), diante da disputa colocada pelo rebaixamento dos preços de óleo de xisto estadunidense. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/entenda-queda-do-preco-do-petroleo-e-seus-efeitos.html>>. Acesso em: 26 nov.2020. Entretanto, essa realidade não justifica o atual discurso de crise e endividamento da Petrobras e, muito menos, a medida de enfrentamento do Estado brasileiro através do apequenamento da empresa.

¹⁵³ Marini (2019) aponta que a industrialização na América Latina não cria sua própria demanda, mas se estrutura nas demandas do mercado externo, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas fica à mercê do crescimento e consumo dos países de capitalismo central.

¹⁵⁴ Com a expansão de setores da Petrobras no ciclo neodesenvolvimentista, a exemplo da criação de mais refinarias, que funcionavam com uma média de 90% da capacidade de produção, houve uma concentração da cadeia produtiva do petróleo e gás explorados pela Petrobras. A atual estratégia de “desinvestimento” desses setores, a partir do foco na exploração e produção de petróleo no pré-sal, possibilita um enfraquecimento na referida. Não é coincidência, que após o golpe de 2016 e a aceleração do processo de “desinvestimento”, o país passou a subutilizar as refinarias e a importar ainda mais petróleo refinado, com destaque, para empresas estadunidenses. Ver: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/12/16/video-or-enquanto-a-petrobras-perde-mercado-brasil-importa-mais-combustivel-dos-eua>>.

firmaram termos de compromissos para estimular a competição e crescimento dessas atividades no Brasil, por meio da venda de ativos e entrada de novas empresas. Somando a isso um contexto de mudança no mercado e evolução tecnológica acelerada, fica claro que o futuro da Petrobras depende de se adaptar novamente.¹⁵⁵

Pinto (2020, p. 312) aponta que esse processo implica:

[...] por um lado, na redução de sua capacidade de estimular a geração de renda, emprego e desenvolvimento tecnológico (investimento em P&D) brasileiro por meio de seus investimentos e, por outro, provoca a elevação dos preços dos combustíveis com paridade com o preço internacional (PPI). No caso do investimento em P&D da Petrobras, ocorreu em 2017 uma redução de 60% na comparação com 2016. Cabe destacar ainda que nos últimos anos foram desarticuladas diversas redes de integração entre empresas, institutos de pesquisa, universidades e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento PETROBRAS (CENPES)¹⁵⁶.

No que se refere à política de preços dos derivados, a PETROBRAS passou a exercer o seu poder de mercado – condição de quase monopolista – por meio da prática nas refinarias, buscando maximizar os lucros e os rendimentos para os seus acionistas em detrimento dos consumidores.

De acordo com o Estado brasileiro, a privatização da Petrobras mostra-se necessária, sendo realizada de forma coercitiva e “fatiada”, inclusive, sem visibilidade na grande imprensa. Esse processo se apresenta de forma acelerada após a série de acontecimentos políticos entre 2014 e 2020, podendo destacar a Operação Lava Jato que contribuiu para a formação dessa narrativa, as investigações sobre os desvios de recursos na Petrobras e funcionamento do “esquadrão anti-corrupção”, sendo alguns dos alicerces para o processo de privatização.

No Dossiê Lava Jato, Giovanaz (2018, p. 65) aponta que “ao investigar ilegalidades nos contratos da Petrobras, a Lava Jato clamou por ‘mudanças

¹⁵⁵ Disponível em: <<https://novoscaminhos.petrobras.com.br/>>. Acesso em: 30 ago.2020.

¹⁵⁶ A partir do desenvolvimento de pesquisas e tecnologias, a Petrobras tornou-se pioneira, internacionalmente, na exploração de petróleo em águas profundas, chamada produção “offshore”, inclusive, isso possibilitou a descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro. Ver MORAIS, José Mauro de. Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore. Brasília: IPEA: Petrobras, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_petrobras_aguas_profundas.pdf> . Acesso em: 25 nov. 2020.

profundas' e abriu margem para a venda do patrimônio público"¹⁵⁷. Nesse quesito, o autor compara a Lava Jato à Operação italiana Mãos Limpas:

As investigações não reduziram os índices de corrupção, mas deram origem a um governo autoritário que apostou na privatização como saída para a crise. A diferença é que, no Brasil, o assédio do capital estrangeiro é ainda maior, dado o potencial energético do país (GIOVANAZ, 2019, p. 66).

O desmonte da Petrobras, instrumentalizado pelo Estado de capitalismo dependente, sob imperativo neoliberal também apresenta outros fios condutores, como a fragilidade democrática, elucidada pelo golpe jurídico-parlamentar-midiático e a ascensão de um projeto de extrema direita. A construção de uma racionalidade em que a Petrobras passa de orgulho nacional para objeto de descarte, acompanha a passagem de um projeto de desenvolvimento e industrialização para a crucial financeirização, um redirecionamento na funcionalidade de acumulação de capital.

Na conjuntura de ultraliberalismo este processo assume uma dinâmica particular, revestindo-se de um discurso mal disfarçado, (do “desinvestimento”, da “eficiência” e da “competitividade”, dentre outros), de forma a omitir a efetiva intencionalidade: a entrega do patrimônio público às grandes corporações transnacionais. Assim, o Estado brasileiro (mediado por seu aparato jurídico, legislativo e executivo) cumpre o papel de mediar o processo de desmonte da Petrobras, ordenado por um projeto burguês neoliberal, antidemocrático e historicamente dependente.

4.1. Operação Lava Jato e processo de golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático

Com a descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro iniciam-se mudanças na geopolítica e, com isso, intensificam as disputas entre um fortalecimento da nacionalização do recurso natural *versus* a entrega do patrimônio público pela

¹⁵⁷ O termo em destaque faz referência à fala de Deltan Dallagnol no 8º Congresso de Mercados Financeiro e de Capitais, em 26 de agosto de 2017: “A Lava Jato, sem mudanças mais profundas, é enxugar gelo” (GIOVANAZ, 2019, p. 65).

burguesia interna aliada ao capital transnacional. O governo neodesenvolvimentista tentou atuar na promoção da Política de Conteúdo Local (PCL) no intuito de estimular e fortalecer a cadeia produtiva nacional de Petróleo e Gás e no próprio fortalecimento da Petrobras, mediante ampliação de sua infraestrutura e capacidade de produção.

A descoberta de petróleo no pré-sal brasileiro se deu a partir de investimento público em pesquisa e tecnologia, com destaque para o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) da Petrobras. Em 2014, o CENPES contava com trabalhadores/as qualificados/as – 1.950 profissionais dos quais 60% tinham pós-graduação *stricto sensu* e, com relevante financiamento para desenvolvimento de pesquisas (principalmente, de perfuração de poços em águas profundas) da ordem de US\$ 566 milhões desde 2008 (PETROBRAS, 2014).

A autonomia científica nos países dependentes é um desafio diante da divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo o qual, via de regra, destina o chão de fábrica aos países de capitalismo periférico (mesmo com uma industrialização tardia) e os grandes centros científicos e tecnológicos aos países de capitalismo central.

A movimentação do Brasil, em torno do pré-sal, foi acompanhada pelo imperialismo estadunidense que se manteve à espreita durante esses anos. Nozaki (2021) resgata os seguintes acontecimentos:

- **2008** – Reativação da IV Frota Naval de monitoramento do Atlântico Sul após 58 anos desativada¹⁵⁸, no mesmo ano do furto do equipamentos contendo informações sigilosas sobre as pesquisas do pré-sal¹⁵⁹;
- **2009** – A participação de integrantes do Judiciário (incluindo o juiz Sérgio Moro), Ministério Público e Polícia Federal em seminário de cooperação dos EUA¹⁶⁰ que discutia combate à corrupção;
- **2010** – Lobby da petrolífera estadunidense Chevron nas eleições de 2010 ao candidato José Serra para mudanças no marco regulatório do pré-sal, o

¹⁵⁸ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1307200804.htm>>. Acesso em: 03 fev.2023.

¹⁵⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL300758-9356,00-NOTEBOOKS+FURTADOS+DA+PETROBRAS+ESTAVAM+NA+BACIA+DE+SANTOS+DIZ+PF.html>. Acesso em: 03 fev.2023.

¹⁶⁰ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/04/30/wikileaks-eua-criou-curso-para-treinar-moro-e-juristas/>>. Acesso em: 03 fev.2023.

regime de partilha¹⁶¹. As informações foram divulgadas pelo site investigativo *Wikileaks*, a partir dos telegramas trocados¹⁶².

- **2011** – O mapeamento do Brasil pelos EUA no Plano para um Futuro Energético Seguro¹⁶³ escrito por Barack Obama;
- **2013** – Divulgação de espionagem pelo analista de sistemas da Agência de Segurança Nacional (NSA) Edward Snowden, com informações da presidenta Dilma Rousseff, de ministros e dirigentes da Petrobras¹⁶⁴. Importante destacar a mudança da embaixadora Liliana Ayalde para o Brasil após golpe de Estado no Paraguai, contra o presidente Fernando Lugo¹⁶⁵

Em meio a uma guerra não convencional, em 2014 é deflagrada a Operação Lava Jato mediante o argumento de investigação de corrupção ligada à empresa Petrobras. Com a queda mundial nos preços do petróleo diante de uma crise de superprodução, visto o aumento da oferta pelo *boom* do xisto nos EUA e dos países da OPEP, estes últimos decidiram não equiparar o preço ao mercado internacional em contraponto aos EUA. Os demais países produtores de petróleo, como o Brasil, foram afetados com a baixa no preço do barril, provocada pelos EUA. Esse momento histórico afetou a rentabilidade da Petrobras e sob o discurso de endividamento da empresa e geradora de prejuízos para o país (incluindo as denúncias de corrupção), a empresa pública entra no alvo da privatização, o que por vez, escamoteia o interesse do imperialismo nas reservas do pré-sal e na infraestrutura da Petrobras.

Nozaki (2021) destaca que a corrupção é intrínseca à relação entre as empresas privadas e o Estado na história do capitalismo, que ganha destaque no

¹⁶¹ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/serra-prometeu-a-chevron-mudar-regras-do-pre-sal/>>. Acesso em: 03 fev.2023.

¹⁶² O candidato não venceu as eleições presidenciais, mas em 2015 foi eleito senador pelo Estado de São Paulo e propôs o projeto de lei Nº 4567, de 2016 que é aprovado e torna-se a lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, que altera o regime de partilha do pré-sal (lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010) retirando a obrigatoriedade da Petrobras como operadora para facultar a preferência à empresa.

¹⁶³ *Blueprint for a Secure Energy Future*.

¹⁶⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm>. Acesso em: 03 fev.2023.

¹⁶⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/nova-embaixadora-dos-estados-unidos-chega-brasil.html>>. Acesso em: 03 fev.2023.

maior e principal setor industrial da sociedade contemporânea: a indústria de petróleo e gás, a qual movimenta um número exorbitante de recursos financeiros e contratos. O autor elucida que essa problemática não é própria de uma nacionalidade e, muito menos, particular ao Brasil, tampouco um advento da Petrobras. A corrupção é estrutural ao sistema capitalista e tida como instrumento na geopolítica dos conflitos, principalmente, referente ao mundo petrolífero.

A “petrocorrupção” nos termos de Nozaki (2021) possui registros históricos, do beneficiamento de empresas petroleiras em processos públicos de concorrência, bem como de empresas privadas com as empresas públicas da indústria de petróleo e gás, etc. Para ilustrar, apresentamos o quadro 3:

Quadro 3 – Esquemas internacionais de “petrocorrupção”

PARTES ENVOLVIDAS	PERÍODO	CASO
Mobil Outras empresas petroleiras estadunidenses Presidente do Cazaquistão Nursultan Nazarbaev	Anos 1990	Suborno de US\$ 80 milhões das empresas ao presidente
Halliburton Governantes da Nigéria	1994	Pagamento de suborno de US\$ 182 milhões da petroleira estadunidense a governantes da Nigéria para participação em projeto de gás em Bonny Island
Total ONU	Entre 1996 e 2003	Pagamento de suborno pela petroleira francesa ao Programa Petróleo por Comida ¹⁶⁶ , da ONU
Chevron ONU	Entre 2000 e 2002	Pagamento de sobretaxas da Chevron ao Programa Petróleo por Comida, da ONU
Statoil Líbia Angola	Entre 2000 e 2011	Pagamento sistemático de propinas no valor de US\$ 100 milhões pela Statoil para consultores da Líbia e Angola
Exxon Presidente da Guiné Equatorial Teodoro Obiang Nguem Mbasogo	2003	Pagamento de US\$ 500 milhões da Exxon ao presidente
Statoil Irã	2003	Pagamento de US\$ 2,9 milhões da petroleira norueguesa para garantia de contratos no Irã
Gazprom	Entre 2004 e 2006	Pagamento de suborno da empresa russa na construção do gasoduto Yamal

¹⁶⁶ Nozaki (2021, p. 32) ainda aponta que “em 2005, um inquérito independente, liderado por Paul Volcker, denunciou um sistema regular de propinas, sobretaxas e pagamentos a indivíduos com acesso ao petróleo iraniano, dentro do programa Petróleo por Comida [...]”.

Total Políticos e empresários italianos	2006	Compra de apoio de políticos e empresários italianos, em torno de 15 milhões de euros, para concessões a preço abaixo do mercado à empresa Total
Exxon Autoridades locais na Nigéria	2009	Suborno da Exxon às autoridades locais nigeriana para beneficiamento em concorrência empresarial
Exxon Setor petrolífero da Libéria	2011	Corrupção na compra de um bloco petrolífero na Libéria envolvendo a Exxon e outras empresas
Arábia Saudita	2017	Prisão de príncipes e empresários sauditas
ExxonMobil Tullow Oil Autoridades governamentais da Guiana	2019	Investigação sobre suborno das petroleiras a autoridades para obtenção do direito de exploração na costa da Guiana

Fonte: Nozaki (2021, p. 32-33)

O levantamento da “petrocorrupção” realizado por Nozaki (2021) evidencia que os agentes corruptores são, em sua maioria, empresas petroleiras privadas situadas no capitalismo central que atuam em países do Oriente Médio e África. Os países que vivenciam a corrupção tornam-se incrédulos perante o mundo ocidental, inclusive, pelos próprios países corruptores que, posteriormente, utilizam do argumento da corrupção para intervirem nas dinâmicas nacionais sob a perspectiva da criação de governança e transparência.

No Brasil, esse cenário se deu através da Operação Lava Jato que se tornou o estopim para o desmonte da Petrobras e culminou em um processo de golpe jurídico-parlamentar-midiático, com severa gravidade para soberania nacional brasileira. Num encadeamento de conjunturas internacionais e nacionais, a Operação Lava Jato articula a denúncia de corrupção no alto escalão da Petrobras à perseguição política de membros do Partido dos Trabalhadores (PT). Diante disso, o segundo mandato do governo de Dilma Rousseff iniciou sob forte instabilidade política e econômica no país, concomitante, a articulação dos poderes jurídico, parlamentar e midiático do Brasil em consonância com o setor industrial e bancário que promoveram um golpe iniciado em 2016.

O processo de golpe¹⁶⁷ teve uma série de determinantes e o que nos interessa é a relação deste com o petróleo brasileiro e a Petrobras, tendo em vista que afetou diretamente o projeto de desenvolvimento energético em curso e acirrou a desindustrialização do país. Houve mudanças significativas no marco regulatório da indústria petrolífera, na gestão da Petrobras e no sentido corporativo da empresa mediante uma nova racionalidade marcada pelo “desinvestimento, eficiência e gestão de *portfólio*”.

Desde 2014, a Petrobras passou a incorporar em seus balanços notas e observações gerais sobre os impactos financeiros e políticos da Operação Lava Jato na empresa, via de regra, sob o argumento da transparência. Tais itens buscam estabelecer uma relação casual entre a prevenção da corrupção e a política de desinvestimento e privatização.

Por trás dos argumentos de combate à corrupção, escondem-se interesses que atentam contra a soberania nacional e em favor de ganhos exorbitantes para o capital internacional e de ganhos curto-prazistas para alguns setores do capital privado nacional.

Também para atender a esse bloco de poder, o governo se valeu dos desdobramentos da Operação Lava Jato para fazer a opinião pública crer que o combate à corrupção deveria ser feito por meio não do saneamento e do aperfeiçoamento dos instrumentos de governança da empresa estatal, mas sim do desinvestimento e da descapitalização da Petrobras. (NOZAKI, 2021, p. 43).

Sem negar a existência da corrupção na Petrobras ou minimizá-la, cabe destacar que o valor desviado não representa crise financeira para empresa quando comparado aos seus lucros: “em 2014, a empresa estimou os prejuízos com corrupção em cerca de R\$ 6,2 bilhões; nesse mesmo ano, o lucro bruto da empresa foi de R\$ 80,4 bilhões [...]” (NOZAKI, 2021, p. 45). A crise instituída a partir da corrupção na Petrobras foi política e a argumentação sustentada em torno da

¹⁶⁷ Podemos denominar de processo pois o golpe não foi dado apenas pela destituição de Dilma Rousseff do mandato para qual foi eleita democraticamente, mas também pelos fatos posteriores como: 1) a inelegibilidade e prisão do pré-candidato à eleição de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva, que estava à frente em todas as pesquisas eleitorais; 2) as fraudes na campanha eleitoral do candidato Jair Bolsonaro, com o espetáculo de uma “fachada” em uma atividade em via pública, o que o impossibilitou de ir aos debates nas redes televisivas, fator que despencava a intenção de voto no candidato. Além da disseminação de *fake news* contra a esquerda e o candidato do PT, Fernando Haddad, principalmente, com pautas LGBTfóbicas; 3) o papel decisivo do judiciário, legislativo e da mídia nesse cenário. Por tratar como processo, cabe mencionar o documentário “O processo” (2018) que retrata o golpe e traz esse nome em alusão ao romance de Kafka (1982) no qual o personagem Josef K. vivencia um processo judicial que não revela por qual crime está sendo julgado, o que remonta a realidade da então presidenta Dilma Rousseff. O documentário “Democracia em Vertigem” (2019) também aponta a relação com o personagem do livro e avança no tempo histórico ao tratar o golpe até à nomeação do ex-juiz Sergio Moro para Ministro da Justiça do Governo de Jair Bolsonaro e a permanência de Lula na prisão.

corrupção foi moral, deslegitimando as instituições e organizações políticas, em especial, da esquerda.

[...] a guerra assimétrica – a guerra total – nunca foi suficiente. Pode vencer batalhas e destruir cidades, mas não vence guerras e nem se infiltra na mente e no coração. Ter “domínio do espectro total” sobre uma sociedade exige mais do que isso – exige uma guerra híbrida que inclui sabotagem e bloqueios econômicos, bem como campanhas culturais e de mídia para minar a verdade. A guerra híbrida é uma combinação de meios não convencionais e convencionais, usando uma variedade de atores estatais e não estatais que atravessam o espectro da vida social e política. Parte dessa guerra híbrida é a batalha das ideias, com os Estados Unidos e seus aliados oligárquicos sufocando os países hostis por sabotagem e bloqueios econômicos, e em seguida, incitando a população a agir em uma “revolução colorida” contra o governo. Uma vez que o regime é alterado, não há lastro político para o próprio povo criar um novo governo que esteja sintonizado com as esperanças populares. Em vez disso, o elenco de personagens que povoam o novo regime são rostos antigos da oligarquia e de vários programas de treinamento dos EUA. (PRASHAD, 2020, p. 124).

A ruptura democrática a partir do *lawfare*, componente de uma guerra não convencional, utilizou-se da Operação Lava Jato enquanto instrumento, mecanismo. A Lava Jato atuou com a inconsistência de provas geradas mediante delação premiada, que constitui na confissão de envolvidos com abono penal e financeiro, como “um ex-diretor da OAS, Léo Pinheiro, condenado por lavagem de dinheiro e corrupção em 2014 a cumprir 16 anos, deu declarações contra Lula; por essa evidência, sua sentença foi reduzida. Não havia evidências materiais contra Lula.” (PRASHAD, 2020, p. 155); além desse caso houve a benesse com a cláusula de *performance*, mecanismo que converte delação em porcentagem de dinheiro recuperado, a exemplo do doleiro Alberto Youssef que ficou acordado 2% do dinheiro devolvido aos cofres públicos, Nozaki (2021, p. 47) aponta que “o doleiro deve receber algo em torno de R\$ 20 milhões até o final da ação”.

Economicamente, a Lava Jato promoveu impactos diretos e indiretos, a suspensão de contratos com as empresas investigadas provocou a paralisação de operações vinculadas à Petrobras e até de obras e negócios diversos nas empresas envolvidas, a exemplo da Odebrecht¹⁶⁸, que atuava em quase todo país e em 27

¹⁶⁸ Atualmente, chama-se NovoNor – Fundação Noberto Odebrecht, em homenagem ao fundador da empresa. A mudança no nome fez-se necessária diante da relação com as memórias recentes criadas em torno da Lava Jato. Disponível em: < <https://novonor.com/>>. Acesso em: 03 mar.2023. De

países do mundo no ano de 2014 (ODEBRECHT, 2015). Além disso, afetou outras empresas de setores correlatos à indústria de petróleo e gás, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), os impactos foram nos seguintes setores: construção; comércio por atacado e varejo; atividades imobiliárias; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas; transporte terrestre; agricultura; outras atividades administrativas e serviços complementares; saúde privada; alimentação; armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio; energia elétrica, gás natural e outras utilidades e educação privada (DIEESE, 2021). Com base nesses setores, estima-se o impacto negativo de aproximadamente R\$ 245 milhões entre 2014 e 2017 (ibid, 2021).

A Lava Jato promoveu prejuízos econômicos ao desenvolvimento do Brasil. Isso não significa afirmar que a corrupção e desenvolvimento estão atrelados, por sinal, ela acarreta danos ao erário. Entretanto, a penalização de corruptores e corruptíveis deve ser planejada conforme aspectos que levem em consideração a continuidade do funcionamento industrial e de serviços do país. A Lava Jato não só destruiu qualquer tentativa de uma Política de Conteúdo Local como afetou diretamente a soberania nacional.

O número de empregos também foi drasticamente reduzido, houve uma perda de 4.439.789 milhões entre 2014 e 2017, nos setores de construção; comércio por atacado e varejo; serviços domésticos; transporte terrestre; alimentação; pecuária; agricultura; atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas; organizações associativas e outros serviços pessoais; outras atividades administrativas e serviços complementares; educação privada; saúde privada; confecção de artefatos de vestuário e acessórios; fabricação de produtos de minerais não-metálicos; intermediação financeira, seguros e previdência complementar (DIEESE, 2021). Diante desse panorama, a economia brasileira

acordo com Relatório Anual 2020: “Em 2019, a Odebrecht continuava sentindo reflexos da crise reputacional causada desde 2015 pela Lava Jato. Ao mesmo tempo, a crise econômica do país e os altos investimentos feitos pelo Grupo na última década levaram ao acúmulo de dívidas. Diante de um cenário asfixiante, a Odebrecht S.A. sentiu-se obrigada a recorrer à segurança da recuperação judicial como forma de buscar uma solução definitiva e sustentável para honrar os compromissos com os credores e alcançar o equilíbrio econômico-financeiro da companhia. Um ano depois, em abril de 2020, nossos credores aprovaram nosso ambicioso plano de recuperação judicial e, assim, iniciamos uma nova página em nossa trajetória.” (ODEBRECHT, 2020, p. 14).

deixou de arrecadar “R\$ 20,3 bilhões em contribuições sobre a folha, além de ter reduzido a massa salarial do país em R\$ 85,8 bilhões.” (DIEESE, 2021, s.p). Ao todo, a Lava Jato representou uma queda de 3,6% no Produto Interno Bruto (PIB) do país (ibid, 2021).

Penalizar os altos executivos e prezar pela sobrevivência das empresas, para evitar o desemprego, funcionou como estratégia de combate à corrupção na Alemanha, que voltou a figurar entre os dez melhores países do mundo na última edição do IPC¹⁶⁹. A Itália, palco da operação Mãos Limpas – considerada uma inspiração para o modelo de investigação e punição da Lava Jato – não está sequer no grupo dos 60 melhores do *Ranking*[...]. (GIOVANAZ, 2018, p. 82)

Ao fim, quem custeou os danos provocados pela Operação Lava Jato foi a classe trabalhadora brasileira, que lidou com o massivo desemprego, reflexos da equiparação do preço do petróleo e seus derivados ao dólar bem como o alto repasse dos dividendos aos acionistas, dentre outras mudanças. Também há uma perda do recurso natural e, concomitante, na soberania nacional. No tocante às reservas comprovadas de petróleo bruto, o Brasil duplicou gradativamente durante os governos petistas e, principalmente, com a descoberta do pré-sal. Em 2000, o país possuía 8.100 milhões de barris; já em 2015 era de 16.184 milhões. No ano seguinte (do golpe), houve uma queda para 13.000 milhões, que não avançou mais com 12.715 milhões em 2020 (OPEP, 2001, 2016, 2017, 2021), apesar do aumento na produção.

A privatização da Petrobras também reflete na infraestrutura, a partir dos dados das plataformas ativas, a OPEC evidenciou 25 plataformas em 2000, que chegou a ser 86 em 2011; a partir de 2012 quando se inicia o desinvestimento da empresa há uma queda para 71, com o golpe em 2016 contabiliza-se 13 plataformas; em 2020, sobrou 9 plataformas ativas no país, apenas (OPEP, 2001, 2012, 2013, 2017, 2021). Portanto, podemos afirmar que mais devastadora do que a corrupção acometida na Petrobras foi a narrativa em torno da Operação Lava Jato,

¹⁶⁹ IPC significa Índice de Percepção da Corrupção e é utilizado como base para construção do *Ranking* da Corrupção, construído pela ONG Transparência Internacional (GIOVANAZ, 2018). Esse trabalho é desenvolvido desde 1995 e avalia 180 países. Com base no IPC 2022, o Brasil encontra-se na posição 94. Disponível em: < <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/#seguranca>>. Acesso em: 06 fev.2023.

que envolveu parcialidade das instituições brasileiras e submeteu ainda mais o Brasil às estruturas do capitalismo dependente e ao imperialismo estadunidense.

4.2. Política de preços, desvalorização e privatizações da Petrobras

As estratégias de desmonte da Petrobras não residiram, apenas, na Operação Lava Jato e o processo de golpe, estes foram estopins para propiciarem outras mudanças na estrutura da indústria de petróleo e gás brasileira e, conseqüentemente, na Petrobras. Assim, trabalharemos com três elementos que estão imbricados nas estratégias de desmonte: a política de preços adotada pela Petrobras, com destaque para o preço de paridade de importação (PPI)¹⁷⁰; a desvalorização da empresa sob o argumento do endividamento em paralelo ao aumento do lucro e repasse dos dividendos aos acionistas; por fim, os “desinvestimentos”/privatizações de ativos em um escamoteado esfacelamento da empresa, impactando sua integração e soberania.

O petróleo e seus derivados possuem uma alta volatilidade de preços diante da conjuntura política e econômica mundial, reservas e produção, taxa de câmbio etc. As variações são analisadas a partir de um comportamento de preços, no qual é levado em conta o mercado internacional e as repercussões nos preços do mercado interno. A política de preços também determina o comportamento de preços de derivados, a partir de critérios estabelecidos pelas agências reguladoras ou/e empresas estatais, a exemplo da Petrobras que adicionou um critério na formulação da política de preços em 2016, o preço de paridade de importação (PPI), que vinculou os preços do mercado interno à cotação do dólar e ao preço do barril de petróleo (Brent).

De acordo com a ANP,

O preço de referência do petróleo é a média ponderada dos preços de venda sem tributos, praticados pela empresa durante o mês, ou um preço

¹⁷⁰ De acordo com a ANP, o PPI é o custo do produto importado trazido ao país, instituído em 2016 pelo governo de Michel Temer. Disponível em: < <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/precos-de-paridade-de-importacao>>. Acesso em: 31 mar.2023.

mínimo estabelecido pela ANP, aplicando-se o que for maior. Quanto ao preço de venda do petróleo, este corresponde ao preço do produto embarcado na saída da área de concessão ou FOB (free on board).

A ANP calcula o preço mínimo do petróleo com base no valor médio mensal da cesta-padrão proposta pelo concessionário, sendo facultado à ANP não aceitar e sugerir uma nova. A cesta é composta de até quatro tipos de petróleo, cotados no mercado internacional, cujas características físico-químicas sejam similares às do petróleo produzido. Na ausência dessa proposta, o preço é arbitrado pela ANP, conforme a Portaria ANP nº 206/2000. (ANP, 2013, p. 86)

Os preços médios de referência do petróleo são utilizados como base para cálculo dos royalties a serem pagos aos entes federativos. Como não possuem tributações em sua formulação, também servem para visualizar os impactos das mudanças na política de preços da Petrobras no cenário brasileiro, por exemplo. Sendo possível comparar os preços médios de referência em dólar e real, com percentuais de variação entre os anos de 2012 e 2020, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – Preços médios de referência do petróleo

ANO	PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA DO PETRÓLEO EM DÓLAR (US\$)	VARIAÇÃO		PREÇO MÉDIO DE REFERÊNCIA DO PETRÓLEO EM REAL (R\$)
		US\$	R\$	
2012	100,52	+3,7%		196,41
2013	102,66	+2,1%		221,46
2014	93,84	-4,2%	+4,5%	216,51
2015	47,13	-49,8%	-32%	147,32
2016	34,21	-27,4%	-17,1%	122,08
2017	47,32	+38,3%	+23,8%	151,13
2018	64,55	+43,4%	+59,4%	229,84
2019	57,59	-10,8%	-2,4%	224,32
2020	38,46	-33,2%	-14,9%	190,90

Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2021 a 2013 da ANP.

Os últimos anos acarretaram impasses para a indústria do petróleo internacional, visto os impactos de duas crises em cinco anos (2015 e 2020): a

primeira em 2015, que foi própria da indústria do petróleo mediante aumento da oferta e conflitos entre países exportadores; e a segunda crise em 2020, de forma indireta, devido ao isolamento social necessário para contingência da propagação do coronavírus, mas que afetou toda sociabilidade e produção capitalista. Os referidos processos determinaram a queda nos preços dos barris, nos referidos anos.

No Brasil, os reflexos foram sentidos, porém houve contenções das quedas dos preços médios de referência, não se igualando aos percentuais internacionais, conforme dados apresentados na tabela 5. Na crise de 2015, com a contenção ainda tentou-se garantir um desenvolvimento econômico nacional. Já na crise de 2020, a contenção tornou-se insustentável para o próprio desenvolvimento, visto que o preço nacional chegava a quase cinco vezes mais que o internacional, muito acima dos ganhos salariais e reprodução da classe trabalhadora brasileira.

Esse processo acirrou o pilar do capitalismo dependente, a superexploração do trabalho, que conta com “[...] a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho [...]” (MARINI, 2011, p. 149). Nesse sentido “[...] são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.” (ibid, 2011, p. 149). Diante do estabelecimento do PPI, a queda dos preços internacionais de barris de petróleo ainda garantiu que a crise econômica brasileira não fosse maior. Apesar de que, estruturalmente, essa superexploração é necessária para elevação das taxas de mais-valia e lucro (MARINI, 2011).

Numa escala de avalanche de preços, os preços médios de derivados foram afetados conforme tabela 6:

Tabela 6 – Preços médios de derivados do petróleo

ATIVIDADE ANO	GASOLINA COMUM		ÓLEO DIESEL		GLP	
2012	2,736	-0,2%	2,087	+3,0%	3,023	+2,1%
2013	2,854	+4,3%	2,319	+11,1%	3,166	+4,7%
2014	2,975	+4,6%	2,512	+8,3%	3,324	+5%
2015	3,343	+12,4%	2,827	+12,5%	3,715	+11,8%

2016	3,680	+10,1%	3,013	+6,6%	4,159	+12%
2017	3,767	+2,4%	3,112	+3,3%	4,539	+9,1%
2018	4,409	+17%	3,488	+12,1%	5,230	+15,2%
2019	4,378	-0,7%	3,589	+2,9%	5,314	+1,6%
2020	4,279	-2,3%	3,423	-4,6%	5,441	+2,4%

Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2021 a 2013 da ANP.

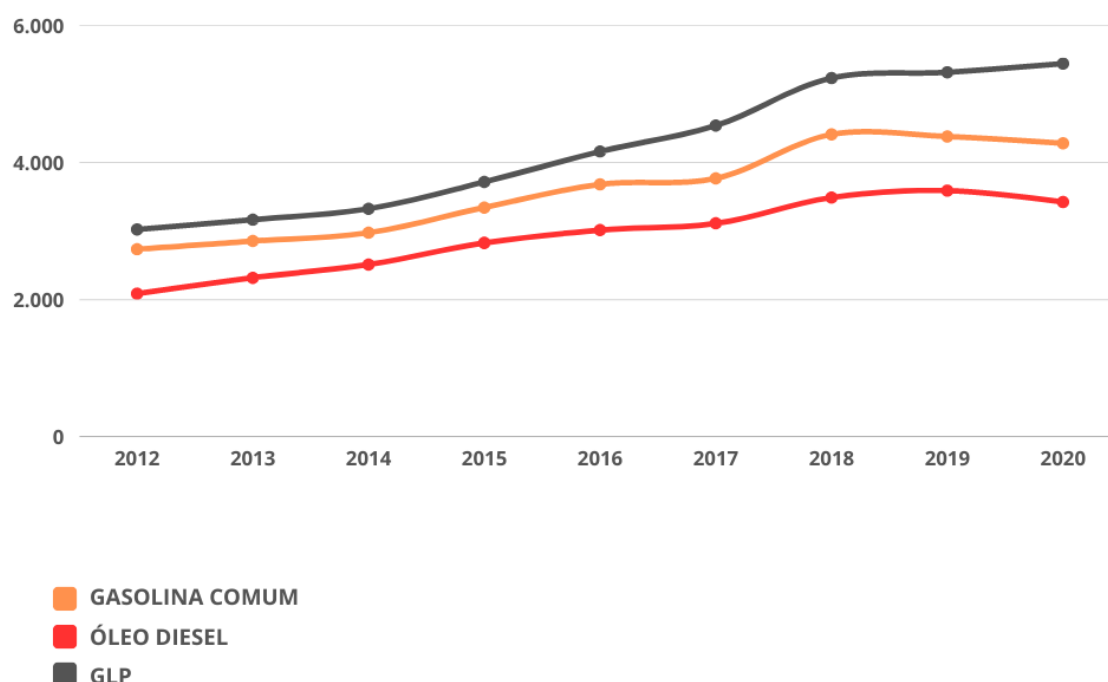
Cabe destacar que mesmo com a queda nos preços dos barris houve um aumento nos preços dos produtos derivados, principalmente, do GLP (gás de cozinha). De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), para elaboração da Síntese Semanal do Comportamento dos Preços dos Combustíveis também são considerados os dados de preços de revenda e distribuição, bem como os dados de preços médios praticados por produtores e importadores, estimados pela S&P Global Platts¹⁷¹.

Essa dinâmica é resultante do Regime de Liberdade dos Preços na produção, distribuição e revenda de combustíveis e derivados do petróleo, estabelecido pela Lei nº 9.478/1997, proposto para estimular a concorrência, cabendo a ANP monitorar junto à Proteção e Defesa ao Consumidor, quando houver a promoção de preços abusivos quanto à média nacional.

Entretanto, houve uma naturalização dos aumentos dos preços com o estabelecimento do PPI, sendo colocado com um cumprimento de portfólio empresarial, como na Petrobras. Após o processo de golpe, os preços dos derivados aumentaram exponencialmente como pode ser visualizado no gráfico 3:

¹⁷¹ Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/sintese-semanal-do-comportamento-dos-precos-dos-combustiveis>>. Acesso em: 31 mar.2023.

Gráfico 3 – Preços médios de derivados do petróleo



Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2021 a 2013 da ANP.

A Petrobras enquanto empresa que possui integridade em sua cadeia produtiva do petróleo, desde a produção ao refino, distribuição e revenda, deve garantir que os preços estejam em um patamar acessível ao conjunto da população brasileira. Esse é o papel de uma empresa pública, mesmo que de economia mista, o Estado que garanta as condições de reprodução da vida cotidiana, mas contraditoriamente, também garantiu um conjunto de rupturas que viabilizou mudanças na política de preços adotada pela empresa.

Como veremos à frente, houve um desmembramento do refino no país, tanto com a redução da capacidade de produção de refinarias, como a venda de algumas destas. Com isso, há importação de derivados de petróleo que deveriam estar sendo produzidos pela própria Petrobras. Esse processo durante a adoção do PPI também

contou com a variação do dólar¹⁷², inclusive, em diversos momentos de desvalorização do real. Assim, a volatilidade dos preços foi repassada para os consumidores e a Petrobras que antes do processo de golpe sanava essas oscilações, priorizou o aumento do lucro e repasse dos dividendos aos acionistas, como também analisaremos neste estudo.

A Petrobras (2018, p. 86) objetivou “aumentar a frequência de ajustes nos preços”. Para isso instituiu uma nova política de preços para os produtos diesel, gasolina e gás liquefeito de petróleo (GLP), em outubro de 2016, com a adoção dos seguintes princípios: “o preço de paridade internacional, margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado” (PETROBRAS, 2018, p. 86). Isso representa o aumento no preço dos produtos e, conseqüentemente, dos lucros da empresa, prioritariamente, com garantias dos pagamentos de dividendos aos acionistas, contando também com a competitividade da empresa que está aliada aos desinvestimentos – privatizações.

A implementação da nova política de preços ocorreu em 03 de julho de 2017¹⁷³ e naturalizou a variação e repasses diários aos preços dos produtos mencionados, estabelecidos pelo Grupo Executivo de Mercado e Preços (GEMP), composto pela presidência da Petrobras e diretorias Financeira, Relacionamento com Investidores e de Refino e Gás Natural. O GEMP estabeleceu uma faixa percentual dos ajustes de preços: -7% a +7%, entretanto essa margem pode ser alterada contanto que seja aprovada pelo próprio grupo (PETROBRAS, 2018). A partir disso, a empresa apresenta o seguinte dado: “Em 2017, anunciamos ajustes de preços de venda nas refinarias, totalizando aumentos de 7,7% para a gasolina e de 11,2% para o diesel em comparação aos preços de 31 de dezembro de 2016.” (ibid, 2018, p. 86).

Nos anos seguintes, a Petrobras passou a justificar os aumentos dos preços à taxa de impostos, reforçando o enredo neoliberal em torno da arrecadação pública. Com isso, houve propostas de retirada de tributos federais como o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para Financiamento da

¹⁷² Em 13 de maio de 2020, o dólar chegou a R\$ 5,9, em uma sequência de alta. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/13/dolar.ghml>>. Acesso em: 31 mar.2023.

¹⁷³ Disponível em: <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/revisao-da-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>>. Acesso em: 06 abr.2023.

Seguridade Social (COFINS) sob a gasolina. No início de 2020, Jair Bolsonaro afirmou que zeraria os impostos, caso os governadores fizessem o mesmo com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)¹⁷⁴. No ano anterior, a Petrobras iniciou a produção de Relatório Fiscal com a apresentação do pagamento de impostos. Essa movimentação pode gerar uma queda nos preços, mas não é plausível por muito tempo pois causa perdas para arrecadação pública, impactando principalmente, os pequenos municípios. Além de não resolver a questão, cria-se uma problemática em torno da tributação, como se o problema não residisse na política de preços, repasses aos acionistas e “desinvestimentos” promovidos pelo Estado brasileiro em desmonte da Petrobras.

Os preços dos barris de petróleo e produtos derivados como a gasolina comum, óleo diesel e GLP influenciam na margem de lucro da empresa e, consequente, ganhos para os acionistas. Com o discurso da desvalorização e endividamento provocado pela corrupção revelada pela Operação Lava Jato, a Petrobras conseguiu manter uma política de preços desfavorável para o desenvolvimento social do país, agravando a precarização da vida da classe trabalhadora, enquanto os acionistas foram beneficiados em tempos de crise econômica. Nas tabelas 7 e 8, organizamos sínteses financeiras dos anos em estudo:

Tabela 7 – Síntese financeira I

ATIVIDADE ANO	LUCRO BRUTO (R\$)	LUCRO LÍQUIDO (R\$)	LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (R\$)	ATIVO TOTAL (R\$ BILHÕES)
2012	70.907.353.000	21.182.442.000	1,62	669.032
2013	71.163.982.000	23.570.367.000	1,81	752.967
2014	80.437.000.000	-21.587.000.000	-1,65	793.375
2015	98.576.000.000	-34.836.000.000	-2,67	900.135
2016	89.978.000.000	-14.824.000.000	-1,14	804.945
2017	91.595.000.000	377.000.000	-0,03	831.515

¹⁷⁴ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/05/bolsonaro-diz-que-vai-zerar-tributos-federais-sobre-combustiveis-se-governadores-zerarem-o-icms.ghtml>>. Acesso em: 18 abr.2023.

2018	124.543.000.000	26.698.000.000	1,98	860.473
2019	122.105.000.000	40.970.000	3,08	926.011
2020	123.962.000.000	6.246.000.000	0,54	987.419

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Formulários de Referência 2012 a 2021 da Petrobras

Tabela 8 – Síntese financeira II

ATIVIDADE	DIVIDENDOS (R\$)	DÍVIDA BRUTA (R\$)
ANO		
2012	8.875.914.523,23	332.282.638.000
2013	9.301.024.110,43	403.632.954.035
2014	Não houve dividendo	482.653.000.000
2015	Não houve dividendo	642.205.000.000
2016	Não houve dividendo	552.202.000.000
2017	Não houve dividendo	561.906.000.000
2018	7.054.422.868,72	576.930.000.000
2019	10.682.199.444,91	626.874.000.000
2020	10.271.604.106,17	676.269.000.000

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Formulários de Referência 2012 a 2021 da Petrobras.

O discurso do endividamento foi artifício para continuidade e aumento dos desinvestimentos da empresa, sob o enredo de redução de investimentos, tornando-se menor e mais competitiva. Entretanto, toda grande empresa que investe adquire dívidas, a maioria da dívida da Petrobras é de longo prazo, superior a cinco anos, são empréstimos e financiamentos de investimentos realizados, principalmente, os que foram necessários para descoberta e consequente exploração de petróleo no pré-sal brasileiro, além de todo desenvolvimento da Política de Conteúdo Local entre 2003 e 2013, como elucida Furno (2020).

O montante da dívida não representa falência da empresa ou não pagamento do saldo, no caso de empresas petrolíferas que detêm uma grande circulação de

valor esse é um cenário comum, inclusive, pelas oscilações de produção, consumo e preços de barris de petróleo no mundo, a exemplo da queda de preços em 2015 e 2016 pela alta oferta diante da exploração de xisto nos EUA e em 2020 pela recessão provocada pela pandemia do Coronavírus. Em 2016, as empresas estadunidenses Exxon Mobil e Chevron, a anglo-holandesa Royal Dutch Shell e a britânica BP acumularam uma dívida de US\$ 184 bilhões, duplicando a dívida que tinham em 2014¹⁷⁵. Já a Shell reduziu o pagamento de dividendos, iniciativa que não era tomada desde o fim da 2ª Guerra Mundial¹⁷⁶, mas que o freio da pandemia impôs.

O endividamento na Petrobras não foi diferente, a crise de petróleo de 2015 e 2016 afetou os rendimentos da empresa (mesmo o ativo total em 2015 ter sido um dos maiores dos anos em estudo), ocasionando um aumento da dívida total, como pode ser visualizado no gráfico 4¹⁷⁷:

Gráfico 4 – Comparativo de ativo total e dívida total da Petrobras entre 2012 e 2020



¹⁷⁵ Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2016/08/24/divida-de-grandes-petroliferas-duplica-em-2-anos-devido-a-crise-de-precos.htm>>; <<https://exame.com/negocios/divida-de-grandes-petroliferas-duplica-em-dois-anos/>>. Acesso em: 07 abr.2023.

¹⁷⁶ Disponível em: <<https://exame.com/negocios/shell-reduz-dividendos-pela-primeira-vez-desde-a-2a-guerra-mundial/>>. Acesso em: 07 abr.2023.

¹⁷⁷ Apesar do mundo do petróleo ter entrado em crise em 2015 e 2016, no Brasil eclodiu a Operação Lava Jato em 2014 e houve a construção ideológica de que a corrupção tinha sido responsável por parte do endividamento da empresa, que como já vimos representou um percentual pequeno quando comparado ao ativo total e à própria dívida total da empresa, inclusive, sendo menor do que os dividendos pagos anualmente aos acionistas.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Formulários de Referência 2012 a 2021 da Petrobras.

Não houve uma queda drástica do ativo total com a crise do petróleo, contando com uma recuperação em 2019 e 2020. Entretanto, houve uma manutenção da dívida total que também aumentou nos anos citados. Um dos principais argumentos para a mudança na política de preços e os desinvestimentos seria a redução do endividamento da empresa que se manteve após o processo de golpe. A partir do comparativo, a dívida equivale a 49,66%, 53,6%, 60,83%, 71,34%, 68,6%, 67,57%, 67,04%, 67,69% e 68,48% do ativo total entre os anos de 2012 e 2020, respectivamente.

Mesmo com esse cenário, a Petrobras retomou o pagamento dos dividendos aos acionistas em 2018 e instituiu a Política de Remuneração aos Acionistas em detrimento da Política de Distribuição de Dividendos (PETROBRAS, 2019). Em 2019, o lucro líquido da Petrobras foi R\$ 40.970.000 milhões, porém o pagamento de dividendos aos acionistas no mesmo ano atingiu o valor de R\$ 10.682.199.444,91, aproximadamente 260% a mais do que o lucro líquido da empresa. Para a gerência, não houve antagonismos na garantia dos dividendos diante do endividamento da empresa, “a nova política está em consonância com a estratégia de redução do nosso endividamento e com a busca pela maior geração de valor para os nossos acionistas.” (PETROBRAS, 2021, p. 31).

Para Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2021 sob indicação do Ministro da Economia Paulo Guedes, “nosso objetivo é nos tornarmos a melhor empresa de óleo e gás do mundo na criação de valor para o acionista [...]” (ibid, 2021, p. 10). Eis os maiores beneficiados com toda transição ocorrida na Petrobras. Em 2020, houve uma revisão na Política de Remuneração aos Acionistas, com a regulação do que houve em 2019, viabilizando “o pagamento de dividendos compatíveis com a geração de caixa da companhia, mesmo em exercícios em que não for apurado lucro contábil.” (PETROBRAS, 2021, p. 31). Ainda,

Em um cenário em que o endividamento bruto da companhia estiver acima de US\$ 60 bilhões, a Administração poderá apresentar proposta de

distribuição de dividendos, sem apuração de lucro contábil, quando for verificada a redução de dívida líquida no período de doze meses anteriores, caso esse em que a Administração entenda que a sustentabilidade financeira da companhia está preservada. A proposta de distribuição deverá ser limitada à redução de dívida líquida. Pela revisão ocorrida em 2020, também ficou definido que a companhia poderá, em casos excepcionais, propor o pagamento de dividendos extraordinários, superando o dividendo mínimo legal obrigatório ou o valor anual apurado [...]. (PETROBRAS, 2020, p. 31)

Em 2020, o dólar fechou a R\$ 5,19 e a dívida bruta da Petrobras ultrapassava US\$ 120 bilhões, a tempos distante da margem estipulada pela referida Política de Remuneração aos Acionistas, o que representa o passe livre para pagamento de dividendos sem levar em consideração o lucro contábil. O critério da redução da dívida líquida no período de um ano anterior é maleável, visto que parte de um indicador de cálculo da dívida, o EBIDTA ajustado, ainda sofreu mudança em sua metodologia em uma “redução da alavancagem” da dívida líquida, conforme a Petrobras (2019, p. 57) “a metodologia de cálculo do Ebitda Ajustado foi alterada em 2018, passando a excluir os ganhos e perdas cambiais resultantes das provisões para processos judiciais em moedas estrangeiras.”. Assim, a diminuição da dívida líquida não significa uma redução real, mas uma mudança na base do cálculo¹⁷⁸, propiciando que o pagamento de dividendos aos acionistas seja garantido. Observe-se que a redução gráfica nos relatórios da Petrobras e a continuidade nos desinvestimentos foram tidos como promissores para o desenvolvimento e futuro da empresa.

Em 2020, o pagamento de dividendos continuou superior ao lucro líquido da empresa. Essa dinâmica atraiu novos investidores e mesmo em ano de crise mundial da indústria petrolífera devido à pandemia do Coronavírus, o número de acionistas (pessoa física e pessoa jurídica) e investidores institucionais aumentaram, como pode ser visualizado na tabela 9:

¹⁷⁸ Em 2020, ocorreu a mesma situação com os dados referentes a empregos, inclusive, colocado como recorde anual. Entretanto, houve inclusão de novas modalidades de trabalhadores no levantamento de pessoas empregadas. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/03/29/desemprego-caged-empregos-governo-serie-historica-metodologia.htm>>. Acesso em: 20 abr.2023.

Tabela 9 – Distribuição de acionistas

QUANT. (UN.) ANO	ACIONISTAS PESSOA FÍSICA	ACIONISTAS PESSOA JURÍDICA	INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
2012	320.057	8.270	2.143
2013	293.427	7.245	1.381
2014	278.953	6.684	2.250
2015	323.054	7.927	1.019
2016	288.002	4.455	2.116
2017*	-	-	-
2018	313.045	3.950	3.032
2019	328.986	4.976	2.109
2020	760.785	7.212	2.712

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos Formulários de Referência 2011 a 2020 da Petrobras.

*No Formulário de 2017 há uma repetição dos dados de 2019.

O capital financeiro segue pulverizado e a identificação dos investidores em uma sociedade anônima é inviável, essa lógica é estrutural e histórica ao mundo das finanças. A partir das atas das assembleias gerais da Petrobras há representações de acionistas nas reuniões, mas os dados são insuficientes para traçar um perfil destes. Chesnais (2001, p. 20) aponta que,

Os investidores institucionais são os verdadeiros mestres do capitalismo contemporâneo mas eles preferem a discrição. Enquanto os administradores de fundos de investimento financeiro permanecem quase completamente na sombra, são portanto os grupos industriais que, junto aos governos, são constantemente visados.

A financeirização e seu pressuposto (taxas de lucros exponenciais a partir do próprio dinheiro) descompassa com a produção que tem sido desestruturada com os desinvestimentos realizados (estruturas e ativos da Petrobras) e a própria perda de espaço da empresa enquanto concessionária. Na ordem do capital, apesar do fetichismo das finanças,

[...] é preciso que haja produção de riquezas, mesmo que as finanças minem, dia após dia, os alicerces. É sobre os grupos industriais que

repousa a organização das atividades de valorização do capital na indústria, os serviços, o setor energético e a grande agricultura, da qual depende, tanto a existência material das sociedades nas quais os camponeses e artesãos foram quase completamente destruídos, quanto a extração da mais-valia destinada a passar para as mãos dos capitais financeiros. (CHESNAIS, 2021, p. 20).

A produção de petróleo no Brasil aumentou e a Petrobras ainda é a maior produtora de petróleo do país, mas teve sua participação reduzida, principalmente, após o processo de golpe, como evidenciam os dados a seguir:

Tabela 10 – Produção de petróleo no Brasil pelas principais empresas (2012 – 2020)

ANO	TOTAL DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (BARRIS)	PRODUÇÃO DE PETRÓLEO POR CONCESSIONÁRIO
2012	754,409 milhões	91,6% - Petrobras
		1,8% - Statoil Brasil
		1,7% - Shell Brasil
		1,2% - Sinochem Petróleo
		1% - BG Brasil
		2,6% - Outros ¹⁷⁹
2013	738,715 milhões	90,4% - Petrobras
		2,1% - Statoil Brasil
		1,8% - BG Brasil
		1,4% - Sinochem Petróleo
		1,1% - Shell Brasil
		3,2% - Outros ¹⁸⁰
2014	822,930 milhões	86% - Petrobras
		3,1% - BG Brasil
		2% - Statoil Brasil
		1,9% - Shell Brasil
		1,3% - Sinochem Petróleo
		5,7% - Outros ¹⁸¹
2015	899,667 milhões	83,5% - Petrobras
		5,6% - BG Brasil
		2,1% - Repsol Sinopec
		1,8% - Statoil Brasil
		1,4% - Petrogal Brasil
		5,6% - Outros ¹⁸²

¹⁷⁹ Inclui outros 42 concessionários (ANP, 2013).

¹⁸⁰ Inclui outros 48 concessionários (ANP, 2014).

¹⁸¹ Inclui outros 44 concessionários (ANP, 2015).

¹⁸² Inclui outros 44 concessionários (ANP, 2016).

2016	906,811 milhões	82,5% - Petrobras
		8,1% - BG Brasil
		2,6% - Repsol Sinopec
		2,1% - Petrogal Brasil
		1,5% - Statoil Brasil O&G
		3,2% - Outros ¹⁸³
2017	956,928 milhões	77,8% - Petrobras
		11,6% - Shell Brasil
		3% - Repsol Sinopec
		2,8% - Petrogal Brasil
		1,5% - Statoil Brasil O&G
		1% - Sinochem Petróleo
		0,5% - ONGC Campos
		1,8% - Outros ¹⁸⁴
2018	944,117 milhões	73,5% - Petrobras
		12,6% - Shell Brasil
		3,4% - Petrogal Brasil
		2,9% - Repsol Sinopec
		1,9% - Equinor Energy
		1,4% - Equinor Brasil
		1% - Sinochem Petróleo
		3,3% - Outras ¹⁸⁵
2019	1,018 bilhão	74,1% - Petrobras
		12,6% - Shell Brasil
		3,4% - Petrogal Brasil
		2,5% - Repsol Sinopec
		1,4% - Equinor Energy
		1,3% - Equinor Brasil
		0,9% - Sinochem Petróleo
		3,8% - Outros ¹⁸⁶
2020	1,076 bilhão	73,7% - Petrobras
		12,4% - Shell Brasil
		3,5% - Petrogal Brasil
		2,2% - Repsol Sinopec
		1,5% - Petronas
		1,3% - Equinor Energy
		1,2% - Total E&P do Brasil
		4,2% - Outros ¹⁸⁷

¹⁸³ Inclui outros 42 concessionários (ANP, 2017).

¹⁸⁴ Inclui outros 39 concessionários (ANP, 2018).

¹⁸⁵ Inclui outros 39 concessionários (ANP, 2019).

¹⁸⁶ Inclui outros 52 concessionários (ANP, 2020).

¹⁸⁷ Inclui outros 54 concessionários (ANP, 2021).

Fonte: Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2013 a 2021 da ANP.

Com avanço das corporações transnacionais e com quase 20% a menos nas concessões de exploração de petróleo e gás, a Petrobras manteve o foco na exploração de petróleo no pré-sal, desfazendo-se das propriedades nos demais estados, principalmente, no Nordeste brasileiro, território com maior número de poços de petróleo do país¹⁸⁸, como pode ser visualizado no quadro 4:

Quadro 4 – “Desinvestimentos” de ativos da Petrobras no Brasil (2012 – 2020)

ANO	“DESINVESTIMENTO”
2012	Campos em águas profundas situados na Bacia de Santos: Atlanta e Oliva
2013	Bloco em águas profundas no Espírito Santo: Parque das Conchas (BC-10)
2014	Petrobras Gás S.A. (Gaspetro)
2015 189	Usina Termelétrica Norte Fluminense (NTF)
2016	---
2017	Nova Transportadora do Sudeste (NTS) Guarani S.A.
2018	Campo terrestre no Amazonas: Azulão Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape) e na Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)
	Campos em águas profundas na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro: Tartaruga Verde (concessão BM-C-36) e o Módulo III do Campo de Espadarte Campos terrestres na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte: Acauã, Asa Branca, Baixa do Algodão, Boa Esperança, Baixa do Juazeiro, Brejinho, Cachoeirinha, Cardeal, Colibri, Fazenda Curral, Fazenda Junco, Fazenda Malaquias, Jaçanã, Janduí, Juazeiro, Lorena, Leste de Poço Xavier, Livramento, Maçarico, Pardal, Patativa, Pajeú, Paturi, Poço Xavier, Riacho da Forquilha, Rio Mossoró, Sabiá, Sabiá Bico de Osso, Sabiá da Mata, Sibite, Três Marias, Trinca Ferro, Upanema e Varginha

¹⁸⁸ Entre 2012 e 2020, as reservas provadas de petróleo estão situadas nos seguintes estados: Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No Paraná e Santa Catarina tiveram reservas até 2013. Apesar da maior reserva ser no Rio de Janeiro por conta do pré-sal, a localização de reservas encontra-se, majoritariamente, no Nordeste (ANP, 2020).

¹⁸⁹ Houve a venda integral dos 20% do bloco em águas profundas: BS-4, com a inclusão dos campos Bijupirá e Salema, situados na Bacia de Campos, em 01 de julho de 2015, porém ocorreu a rescisão do contrato de compra e venda deste “desinvestimento”, em 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/>>.

Acesso em: 16 out. 2020.

2019	Campo terrestre na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro: Frade
	Campos em águas rasas na Costa do Rio de Janeiro: Pargo, Carapeba e Vermelho
	Campo em águas rasas na Bacia de Campos: Maromba
	Campo em águas rasas na Bacia de Santos, em São Paulo: Baúna
2020	Campos terrestres no Polo Remanso, na Bahia: Brejinho, Canabrava, Cassarongongo, Fazenda Belém, Gomo, Mata de São João, Norte Fazenda Caruaçu, Remanso, Rio dos Ovos, Rio Subaúma, São Pedro e Sesmaria
	Campos terrestres no Polo Recôncavo, na Bahia: Aratu, Ilha de Bimbarra, Mapele, Massui, Candeias, Cexis, Socorro, Dom João, Dom João Mar, Pariri, Socorro Extensão, São Domingos, Cambacica e Guanambi
	Campo terrestre na Bacia de Sergipe-Alagoas, em Sergipe: Rabo Branco
	Campos terrestres próximo ao município de Linhares, no Espírito Santo: Lagoa Parda, Lagoa Parda Norte e Lagoa Piabanha, do Polo Lagoa Parda
	Campos terrestres situados no municípios de São Mateus, Jaguaré, Linhares e Conceição da Barra, no Espírito Santo: Biguá, Cacimbas, Campo Grande, Córrego Cedro Norte, Córrego Cedro Norte Sul, Córrego Dourado, Córrego das Pedras, Fazenda Cedro, Fazenda Cedro Norte, Fazenda Queimadas, Fazenda São Jorge, Guriri, Inhambu, Jacutinga, Lagoa Bonita, Lagoa Suruaca, Mariricu, Mariricu Norte, Rio Itaúnas, Rio Preto, Rio Preto Oeste, Rio Preto Sul, Rio São Mateus, São Mateus, São Mateus Leste, Seriema e Tabuaíá
	Campos terrestres situados no municípios de Catu, Mata de São João, Pojuca e São Sebastião do Passé, na Bahia: Água Grande, Bonsucesso, Fazenda Alto das Pedras, Pedrinhas, Pojuca, Rio Pojuca, Tapiranga e Tapiranga Norte
	Campos terrestres na Bacia Potiguar, no Ceará: Fazenda Belém e Icapuí, no Polo Fazenda Belém
	Campo terrestre na Bacia de Sergipe-Alagoas, em Sergipe: Dó-Ré-Mi
	Campos terrestres no Município de Areia Branca, no Rio Grande do Norte: Ponta do Mel e Redonda, da Bacia Potiguar
	Campos em águas rasas na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro: Enchova, Enchova Oeste, Marimbá, Piraúna, Bicudo, Bonito, Pampo, Trilha, Linguado e Badejo, nos Polos Pampo e Enchova
	Campos em águas rasas na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte: Pescada, Arabaiana e Dentão, no Polo Pescada
	Campos terrestres no Polo Macau da Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte: Aratum, Macau, Serra, Salina Cristal, Lagoa Aroeira, Porto Carão e Sanhaçu
	Campos terrestres na Bacia de Tucano, na Bahia: Conceição, Quererá, Fazenda Matinha e Fazenda Santa Rosa

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Petrobras – Relação com Investidores.¹⁹⁰

¹⁹⁰ Disponível em: <<https://www.investidorpetrobras.com.br/>>. Acessos em: 10 mai. 2020 e 04 jan.2021.

A maior parte das bacias sedimentares de petróleo no Brasil está no Nordeste, região mais afetada com os desinvestimentos da Petrobras. Isso significa afirmar que a priorização a curto prazo pela exploração do petróleo no Pré-Sal não é, apenas uma escolha pelo Sudeste, como também não se reduz ao âmbito da empresa, mas representa uma entrega do recurso natural e da produção de petróleo brasileiro ao capital estrangeiro. As privatizações coadunadas à financeirização da Petrobras fazem parte de um projeto maior: a engrenagem do grande capital, com a criação de valor e as alternativa para a “saída” de sua crise estrutural.

O processo contemporâneo de desmonte da Petrobras nos apresenta a seguinte tese: a questão ambiental, com destaque para mudanças climáticas, tem sido a chave para nova partilha do mundo pelo capitalismo imperialista, mediante apropriação privada e financeirização da natureza. A necessária e contraditória descarbonização para transição energética tem sido utilizada para acumulação pelo capital financeiro, ao mesmo tempo que os recursos energéticos dos países periféricos estão em disputa pelas corporações transnacionais. Para isso, há utilização de diversos meios, como os próprios instrumentos do capitalismo verde ou enfraquecimento das democracias com os “neogolpes”. Os mecanismos utilizados para o desmonte da Petrobras foram orientados pela moralidade, pelo alegado combate à corrupção e pela reinvenção da empresa que se tornou cada vez mais celeiro de acionistas e teve sua cadeia produtiva desmembrada mediante privatização. Esse movimento reatualiza os determinantes estruturais do capitalismo dependente e da formação sociohistórica autocrática, conservadora e anti-nacional brasileira.

Para enfrentamento do desmonte faz-se necessário reverter a situação, apurar os contratos de venda, incluindo, o cancelamento, bem como construir nova regulação. Além do desafio de reconstruir o ideário em torno da defesa da Petrobras e da bandeira história do “Petróleo é nosso!”, resgatar uma soberania pretendida. É preciso construir no bojo da classe trabalhadora a importância da estatização do petróleo, de que o preço do gás e da gasolina que aperta no bolso cotidianamente também revela uma teia de conflitos e contradições sobre a democracia brasileira, geopolítica do petróleo, questão ambiental, reprodução do capital em condição de crise estrutural etc. Torna-se fundamental fortalecer coletivamente a Petrobras do

Presente, assim, a Petrobras do Futuro servirá ao povo brasileiro e será instrumento em transições energética e societária. Portanto, a Petrobras é peça fundamental da política energética brasileira.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou analisar o processo de desmonte da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, entre os anos de 2012 e 2020. O percurso construído partiu da retomada da privatização da Petrobras e permitiu avançar em direção às premissas neoliberais, tendo em vista que o desmonte da Petrobras contempla inúmeras mediações do capitalismo contemporâneo em crise estrutural. Neste percurso, foram incorporadas sínteses parciais sobre a questão ambiental, as matrizes energéticas, a geopolítica do petróleo, num contexto de ataques do imperialismo à soberania nacional e energética, em vários países e, particularmente no Brasil.

O modo de produção capitalista necessita essencialmente se expandir, desde a acumulação primitiva aos dias atuais. A mundialização do capital parte de conflitos e luta de classes, guerras entre Estados, expropriações de povos e domínio territorial. Para isso, o capitalismo estruturou outros sistemas, como o colonialismo. A partilha do mundo pela burguesia só foi possível a partir da tomada de territórios (antes ocupados) e transformação destes em colônias a serviço do mundo europeu, berço da ordem do capital. A partir disso, foi criada uma desigualdade estrutural no desenvolvimento capitalista, necessária para fortalecimento do capitalismo central da Europa, em detrimento da maioria dos países tricontinental (América, África e Ásia), os quais vão integrar a ordem hierárquica mundial como países de capitalismo dependente, periférico.

Ao longo dos séculos, a expansão foi modificando, criando outras formas. O capital não mais se expande apenas a partir do espaço, do território, mas também a partir de uma “imaterialidade” conduzida pelo mundo das finanças; a financeirização do capital possibilitou um espraiamento para todas as esferas da produção e reprodução social. No contexto de financeirização, a natureza não só é apropriada privadamente em sua forma física, com a mercadorização de recursos naturais, como também é monetizada e rentabilizada pelos instrumentos do capital financeiro, com a venda de títulos em bolsa de valores que lhe são correspondentes. Assim, tem-se uma (re)partilha do mundo pelo capitalismo imperialista. Os territórios não precisam mais ser necessariamente ocupados por tropas e exércitos, o capital

financeiro faz-se presente e atua de forma silenciosa e pulverizada, propiciando falências, endividamentos e modificando as correlações de forças e poder.

Em tempos de crise estrutural do capital, a exploração do trabalho e a desigualdade social, pilares desta sociabilidade, acentuam-se, principalmente, nos países de capitalismo periférico, acirrando a condição de dependência. Nesse conjunto também destacamos a dilapidação da natureza. Logo, o capital financeirizado reinventa-se, com novos nichos de mercado. No caso da destrutividade ambiental, transforma em ativos financeiros não só a natureza, mas também as saídas para alguns dos mais graves efeitos da crise ambiental, a exemplo da criação do mercado de carbono para enfrentamento das mudanças climáticas. O capitalismo verde torna-se mais uma alternativa lucrativa, enquanto há risco de finitude de recursos naturais, de futura extinção de ecossistemas e até da vida planetária. A questão ambiental torna-se novo nicho de acumulação do capitalismo contemporâneo em crise estrutural.

A relação entre sociedade e natureza herdada dos povos originários, povos do campo e das águas aponta outra direção para o cenário atual e denuncia a destrutividade ambiental promovida pela sociedade burguesa que continua expropriando esses povos e se apropriando da natureza para fins de acumulação. As estratégias verdes promovidas pelo conjunto das organizações internacionais, a partir do Desenvolvimento Sustentável e da Economia Verde, promovem uma série de violações de direitos humanos e ambientais, além de expropriações, culminando em processos de rupturas dos referidos povos com seus meios de vida - a terra, as águas, o sagrado - conforme relatos de comunidades participantes de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em países da América Latina, África e Sudeste Asiático (MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS, 2015).

O aprofundamento do neoliberalismo e a subordinação da natureza aos ditames da acumulação financeira modificaram ainda mais a agricultura, com avanço do agronegócio e a promoção de desmatamento para pecuária, que implica mais poluição do ar, esse mesmo ar que é financeirizado, supostamente em prol de uma redução das emissões de carbono. Os países poluentes que assinaram o Protocolo de Kyoto instituíram o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) para os países

periféricos que, em sua maioria, são os menos poluentes. Concomitante, os países de capitalismo central viabilizam financiamentos verdes por instituições imperialistas (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc.) para os países de capitalismo periféricos, à medida que também se envolvem em esquemas financeiros fraudulentos, a exemplo da experiência francesa com o Imposto de Valor Agregado (IVA).

O negócio do clima rentabiliza as florestas e perpetua a tradição sócio-histórica colonialista, aumentando a dívida social dos países colonizadores para com os países colonizados (estes últimos com exceção dos Estados Unidos). Ao invés da continuidade do endividamento, os países que tiveram seus povos e recursos naturais usurpados reivindicam, ao menos, uma reparação histórica com o pagamento monetário da dívida ecológica. Porém, os fundos financeiros internacionais e agentes de *lobby* empresarial atuam no escamoteamento do conjunto das problemáticas apresentadas, sob um discurso alarmista em benefício do próprio negócio do clima, obscurecendo a estrutura do modo de produção capitalista e a desigual divisão internacional do trabalho e seus reflexos no desenvolvimento territorial.

É no interior dessas contradições que se situa o debate sobre a transição energética, evidenciando uma luta de projetos distintos para o enfrentamento da questão ambiental: movimentos socioambientais que exigem um planeta habitável e o capital verde que transforma a questão climática e ambiental em novo nicho de acumulação, mediante a refuncionalização da dependência entre países ricos e pobres, impondo processos de privatização e saque de recursos naturais, enquanto os estados nacionais periféricos buscam equilibrar-se entre a defesa de uma (ainda que relativa) soberania sobre a gestão de seus recursos estratégicos, como o petróleo e uma rendição direta ao imperialismo.

O debate em torno das matrizes energéticas e a pauta da descarbonização são fulcrais para transição energética, mas é imprescindível situá-la no interior da lógica de produção e consumo da sociabilidade capitalista e das necessidades energéticas que desta derivam. Os dados da Agência Internacional de Energia – IEA (2020) apontam que em quase trinta anos (1971 – 2018) o fornecimento de energia mundial triplicou. Isso não está associado ao crescimento populacional, que nem

chegou a duplicar, mas ao crescimento frenético que o capital impõe. Esse ritmo corresponde à busca de saídas para crise estrutural, por meio da obsolescência programada de mercadorias e do consumismo como cultura que lhe dá amparo e, às disputas imperialistas que dinamizam a geopolítica e correlação de forças.

As matrizes de origem fóssil lideram o fornecimento de energia mundial, mesmo com o crescimento exponencial de outras fontes, que ainda são ínfimas, de modo que o petróleo continua sendo estratégico, apesar da necessidade de descarbonização da economia mundial, da produção e circulação da riqueza social, tendo em vista os impactos da questão climática sobre a vida planetária. Diante disso, a transição energética possui contradições como: o capitalismo central utiliza do discurso da descarbonização para saquear recursos naturais, expropriar comunidades e destruir a natureza; as corporações transnacionais do petróleo promovem *lobby* em espaços decisórios sobre transição energética, como Conferências do Clima e nos poderes legislativos e executivos de cada país, a fim de dificultar ações contrárias ou limitantes às matrizes fósseis.

A construção da transição energética pelo capitalismo verde guarda diversas problemáticas, principalmente, de ordem ambiental e social, visto que as energias renováveis refletem as dinâmicas estruturais do modo de produção capitalista: 1) os agrocombustíveis são produzidos com base no latifúndio e na monocultura, sob a égide do agronegócio, em detrimento da produção de alimentos pela agricultura familiar; 2) a hidráulica promove perdas na biodiversidade, alterações significativas nas margens e fluxos dos rios, expropriação de comunidades locais, além da mercantilização da água e da energia gerada como denunciam movimentos socioambientais, a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); 3) a eólica, com a privatização dos ventos, promove arrendamento de terras e expropriações, alteram o fluxo de aves migratórias, dentre outras; 4) a solar, com a existência de fazendas solares, esbarra na concentração de terras. Em sua maioria, as fontes renováveis rebatem na questão agrária, principalmente, em países periféricos com alta concentração de terra, como é o caso do Brasil.

Importante destacar que nas matrizes energéticas com uso de baterias, estas possuem o lítio em sua fabricação, mineral que está localizado, principalmente nos países periféricos. Na América do Sul, a Bolívia, o Chile e a Argentina tem as

maiores reservas. As baterias de lítio, além de estarem presentes na indústria de eletroeletrônicos, também passam a compor os carros elétricos. Estes, apesar do avanço tecnológico e de seu menor potencial impactante sobre as mudanças climáticas, também partem de uma lógica individualizante no tocante à mobilidade urbana. Além disso, cabe refletir não só a necessidade do mineral para produção desses bens de consumo, mas também o descarte da bateria após encerrado seu ciclo de vida útil, o que impactará o meio ambiente.

Quanto à energia nuclear, há controvérsias quanto a sua inclusão no rol das energias limpas. Em alguns países da União Europeia ela recebeu selo verde, entretanto, as histórias de desastres evidenciam outra natureza para tal fonte. A instalação de usinas nucleares é combatida por movimentos socioambientais em diversos países do mundo, tendo esta se tornado símbolo de destrutividade para os movimentos na década de 1970. Atualmente, existem tentativas de instalação de usinas no sertão nordestino do Brasil, em território indígena, sendo também objeto de contestação. Além dos riscos à saúde e ao meio ambiente, a energia nuclear ainda necessita de muita água para resfriamento de reatores, recurso natural escasso e em disputa no semiárido brasileiro. Nesse sentido, para transição energética é necessário não reduzi-la à dimensão técnica, é preciso compreender as contradições que as permeiam. Ela é política, social e estruturante.

Enquanto isso, as disputas em torno do petróleo constituem o cerne da questão. Os conflitos possuem relação direta com as reservas de petróleo que, em sua maioria, pertencem aos países que compõem a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O imperialismo estadunidense integra o *ranking* da média dos dez países com as maiores reservas mundiais comprovadas entre 2000 e 2020, ocupando a décima posição. Entretanto, os EUA são o terceiro maior produtor de petróleo, segundo a média no mesmo período. O ritmo de produção não condiz com o nível de reservas, então os EUA atuam de forma a comprar ou usurpar petróleo de outros países, mediante guerras.

Sob pretexto de combate ao inimigo público, o terrorismo, estimularam a indústria bélica estadunidense e possibilitaram o acesso à quarta maior reserva de petróleo mundial, com a invasão do Iraque. Os EUA também interferem em guerras civis, com financiamento de grupos contrários aos governos em exercício, como na

Líbia em 2011. Nesse momento, também surgiram movimentos com reivindicações legítimas, mas que foram capitaneados pela influência estadunidense a fim de desestabilizar os governos e as bases democráticas de diversos países, a citar a Primavera Árabe no Oriente Médio e no norte da África, bem como as Jornadas de Junho no Brasil. As referidas intervenções dos EUA integram os neogolpes ou as guerras híbridas, uma guerra não convencional, que se utiliza de estratégias indiretas como o uso de redes sociais e notícias falsas, as *fake news*. Esse cenário possibilitou a ascensão de grupos de extrema-direita com influências fascistas.

A desestabilização de países com reservas comprovadas de petróleo parte de um processo inverso, que marca a transição entre os séculos XX e XXI na indústria petrolífera: a reestatização do setor. Empresas estatais da China, Rússia e Arábia Saudita, por exemplo, lideram o mercado de petróleo e gás, com perdas de espaço e rentabilidade para o monopólio privado das corporações transnacionais. A estatização de um setor estratégico como o mercado do petróleo incide na geopolítica e propicia uma multipolaridade, o que por sua vez, afronta o imperialismo.

As descobertas de reservas também atraem o imperialismo estadunidense, como no caso brasileiro, com a descoberta de petróleo no pré-sal. Desde então, iniciou-se um processo de golpe que contou com apoio jurídico, parlamentar e midiático viabilizado pelo Estado brasileiro, constituindo-se em um mecanismo de desmonte da empresa pública Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras. A Operação Lava Jato foi o estopim desse processo que, ao invés de contar com a penalização dos sujeitos envolvidos, penalizou as empresas, afetando a economia brasileira, visto o esfacelamento da Política de Conteúdo Local (PCL) da indústria de petróleo e gás. Além disso, o discurso da moralidade, supostamente voltado ao combate à corrupção, intencionalmente, atingiu a imagem da Petrobras e o ideário de defesa da nacionalização do petróleo.

A “petrocorrupção” (NOZAKI, 2021) não é particular da Petrobras, mas uma dinâmica da indústria petrolífera e envolve empresas transnacionais corruptoras com atuação em países periféricos. Assim, a moralidade atribuída à corrupção foi um mecanismo para viabilizar o golpe na democracia brasileira que teve centralidade

para o desmonte da Petrobras, sendo sustentáculo das rupturas que conduziram a empresa, alterando a sua própria função social.

A parcialidade das instituições brasileiras garantiu uma nova política de preços, com adoção do preço de paridade de importação (PPI) equiparado ao dólar. Assim, houve aumentos nos preços médios de referência do petróleo e, conseqüentemente, dos derivados, como gasolina, diesel e gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha). O consumidor passou a pagar mais caro, a Petrobras a melhorar seus rendimentos e os acionistas garantiram seus repasses de dividendos. Ainda sob o discurso de endividamento, a Petrobras justificou essas medidas como proteção e recuperação da empresa. Assim, aumentou os “desinvestimentos” da empresa em um velado processo de privatização sob o mote de gestão de portfólio.

O conjunto do desmonte refletiu em um desmembramento da cadeia produtiva da Petrobras, afetando a soberania da empresa: na redução de espaço na cadeia produtiva de petróleo nacional, enquanto concessionária na exploração e produção de petróleo e no distanciamento de um projeto autônomo de desenvolvimento nacional. A negociata que envolveu a Petrobras coloca em risco as reservas de petróleo brasileiras, incluindo, as reservas do pré-sal; a intensificação dos processos de financeirização da empresa também a desresponsabiliza da construção social e ambiental que havia iniciado, inclusive, projetos em torno da redução de emissão de carbono.

O desmonte da Petrobras, instrumentalizado pelo Estado brasileiro, reitera o autoritarismo enquanto traço constitutivo da debilidade democrática, que compõe a formação sócio-histórica na América Latina e brasileira. Apesar dos processos de resistência da classe trabalhadora, houve um enfraquecimento do projeto político progressista no Brasil e na América Latina na segunda década do século XXI. Os (neo)golpes, com estratégias sem uso da força, integram o “Estado de segurança do grande capital com verniz eleitoral” (OSÓRIO, 2019) para benefício do imperialismo estadunidense com apropriação privada dos recursos naturais, sobretudo, dos recursos energéticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR - AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS. **Deslocados nas fronteiras da emergência climática**, 2020. Disponível em: <<https://storymaps.arcgis.com/stories/9b67d41f272f466a98ce7048a6d267d6>>. Acesso em: 10 jan.2022

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. In: _____ et al. (Org.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. O movimento global de justiça ambiental e o EJAtlas. In **Revista ECO21**, Ano XXX, Nº279, fevereiro 2020. Disponível em: <<https://eco21.eco.br/o-movimento-global-de-justica-ambiental-e-o-ejatlal>>. Acesso em: 01 nov.2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, João Ricardo Cumarú Silva. A crise sistêmica e os desafios ambientais do gigante asiático: um estudo exploratório das energias renováveis na China. In LIMA, Marcos Costa (Org.). **Sobre a China**. Recife: Ed. UFPE, 2018. p. 399 – 424.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANP. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2013. Rio de Janeiro: ANP, 2013.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2014. Rio de Janeiro: ANP, 2014.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2015. Rio de Janeiro: ANP, 2015.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2016. Rio de Janeiro: ANP, 2016.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2017. Rio de Janeiro: ANP, 2017.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2018. Rio de Janeiro: ANP, 2018.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2019. Rio de Janeiro: ANP, 2019.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2020. Rio de Janeiro: ANP, 2020.

_____. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**: 2021. Rio de Janeiro: ANP, 2021.

_____. **Segunda rodada da Cessão Onerosa tem as duas áreas arrematadas**. 17 de dezembro de 2021. 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias-comunicados/segunda-rodada-da-cessao-onerosa-tem-as-duas-areas-arrematadas#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Cess%C3%A3o%20Onerosa,de%20petr%C3%B3leo%20e%20g%C3%A1s%20natural.>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus** [recurso eletrônico]: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. Qual será o futuro do trabalho? In _____. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020b.

_____. **“Quanto mais privatizada e terceirizada for a Petrobrás, mais acidentes”**, opina sociólogo. Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista – SINDIPETRO-LP. Santos, 16 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://www.sindipetrolp.org.br/noticias/24787/quanto-mais-privatizada-e-terceirizada-for-a-petrobras-mais-acidentes-opina-sociologo>>. Acesso em: 20 ago.2020.

_____. Trabalho uberizado e capitalismo virótico: entrevista com Ricardo Antunes. **DigiLabour**, 14 de junho de 2020. Disponível em: <<https://digilabour.com.br/2020/06/14/trabalho-uberizado-e-capitalismo-virotico-entrevista-com-ricardo-antunes/>>. Acesso em: 06 dez.2021.

ARAÚJO, Nailsa Maria S.; SANTOS, Josiane Soares; SILVA, Maria das Graças (Orgs.). **Educação ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

_____; SILVA, Maria das Graças. Economia Verde: a nova ofensiva ideológica do ecocapitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n.24, 2012. p. 127-143.

AYMA, Evo Morales. **Prefácio**. In PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. Tradução de Rafael Tatemoto. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Petróleo**: geopolítica e finanças unidas na crise atual. Observatório da Economia Contemporânea. Le Monde Diplomatique Brasil. 10 de março de 2020. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/petroleo-geopolitica-e-financas-unidas-na-crise-atual/>>. Acesso em: 27 set. 2022.

BBC NEWS | BRASIL. **Mudança climática afeta decisão de jovens brasileiros sobre ter filho**, diz pesquisa internacional. 14 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58553995>>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BEJARANO, Alejandro; PRASHAD, Vijay. **Elon Musk, a fábrica Tesla no Brasil e a conquista do lítio sul-americano**. Tradução de Ítalo Piva. Brasil de Fato. São Paulo, 12 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/03/12/elon-musk-a-fabrica-da-tesla-no-brasil-e-a-conquista-do-litio-sul-americano>>. Acesso em: 13 ago.2022.

BERCOVICI, Gilberto. **A natureza jurídica da Petrobras e suas consequências práticas**. Brasil Debate. 17 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://brasildebate.com.br/a-natureza-juridica-da-petrobras-e-suas-consequencias-praticas/>>. Acesso em: 19 out.2020.

BERTH, Joice. **Com os carros, a nossa cidadania é concretamente mutilada**. El País Brasil. 14 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-14/com-os-carros-nossa-cidadania-e-concretamente-mutilada.html>>. Acesso em: 10 ago.2022.

BEZERRA, Alexandre Chaves. **Territórios camponeses e a dinâmica territorial dos negócios dos ventos**: um caso de justiça socioambiental e territorial provocada pela energia eólica no nordeste do Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

BIERNATH, André. **Mortes por covid-19 no Brasil estão 50% acima do que apontam dados oficiais**, calculam especialistas. BBC News Brasil. São Paulo, 30 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55481551>>. Acesso em: 03 mar.2021.

BNDES. **Programa Nacional de Desestatização**: relatório de atividades 2002. Rio de Janeiro, BNDES, 2003.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 26 out.2020.

BRASIL. **Decreto Nº 9.188**, de 1º de novembro de 2017. Estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a adoção de regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de economia mista federais. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19393635/do1-2017-11-03-decreto-n-9-188-de-1-de-novembro-de-2017-19393626>. Acesso em: 28 mai.2020.

_____. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em 26 out.2020.

_____. **Lei Nº 12.351**, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12351.htm>. Acesso em: 14 ago.2023.

_____. Ministério de Minas e Energia. Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. Rio de Janeiro, Petrobras, 2012. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/downloads/about-us/profile/transparency/doc/AUDITORIA/relatorio-gestao-petrobras-2011.pdf>>. Acesso em: 05 nov.2020.

_____. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução CNPE Nº17**, de 08 de junho de 2017. Brasília, 2017b. Disponível em: <<http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-federal/resolucoes/resol-cnpe/2017&item=rcnpe-17--2017&export=pdf>>. Acesso em: 30 mai.2020.

171

2016b. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/assuntos/arquivos-dirpa/Resoluon1752016_Patentesverdes_21112016julio_docx.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL DE FATO. Dois dias após impeachment, governo Temer sanciona lei que autoriza pedaladas fiscais. São Paulo, 02 de setembro de 2016. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/02/dois-dias-apos-golpe-governo-temer-sanciona-lei-que-autoriza-pedaladas-fiscais/>>. Acesso em: 03 nov.2020.

_____. **Petroleiros de Pernambuco em greve vão distribuir gás de cozinha a R\$ 35 em protesto.** Recife, 12 de fevereiro de 2020a. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/12/petroleiros-de-pernambuco-em-greve-vao-distribuir-gas-de-cozinha-a-r-35-em-protesto>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

_____. **“Foi um golpe ao índio, à população e pelo lítio”**, denuncia Evo Morales. São Paulo, 04 de abril de 2020b. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/04/foi-um-golpe-ao-indio-a-populacao-e-pelo-litio-denuncia-evo-morales>>. Acesso em: 13 ago.2022.

_____. **“Vamos dar um golpe em quem quisermos!”**, diz Elon Musk, dono da Tesla, sobre a Bolívia. São Paulo, 25 de julho de 2020c. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/25/vamos-dar-golpe-em-quem-quisermos-elon-musk-dono-da-tesla-sobre-a-bolivia>>. Acesso em: 13 ago.2022.

BRAVO, Elizabeth. Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis. São Paulo: Terra de Direitos: Expressão Popular, 2007.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BRUCKMANN, Monica. Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Presidente da Petrobras defende venda de refinarias e foco na exploração do petróleo. Brasília, 11 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/559767-presidente-da-petrobras-defende-venda-de-refinarias-e-foco-na-exploracao-do-petroleo/>>. Acesso em: 10 ago.2019.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA (Org.). Soberania sim, Alca não! Análises e documentos. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. A cidade. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Maria Lucia Fattorelli; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. A dívida e as privatizações. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2009. Disponível em:

<<https://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/09/A-Divida-e-as-Privatizacoes.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2021.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceito e temas**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina**, 2019. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020.

CHÃ, Ana Manoela. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro - Revista de Estudos Sociais**, nº 5, 2001. P. 7 – 28.

CIMI. **O povo Pankará Serrote dos Campos e as Usinas Nucleares**. 13 de abril de 2021. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2021/04/o-povo-pankara-serrote-dos-campos-e-as-usinas-nucleares/>>. Acesso em: 19 ago. 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Agenda da indústria para o poder executivo**. Brasília: CNI, 2016.

_____. **Política de Conteúdo Local na cadeia de petróleo e gás: uma visão sobre a evolução do instrumento e a percepção das empresas investidoras e produtoras de bens**. Brasília: CNI, 2012.

CURADO, Pedro Rocha Fleury; RIBEIRO, Gabriel Gonçalves. O Cazaquistão entre as potências: um balanço da política externa multivetorial durante os anos Nazarbaev (1991 – 2019). **Rev. Carta Internacional**, Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, v.16, n. 3, e1175, 2021.

DAMÉ, Luiza. **Plebiscito contabiliza cerca de 10 milhões contra a Alca**. Folha de São Paulo. São Paulo, 18 de setembro de 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809200202.htm>>. Acesso em: 16 jan.2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Stacy C; BOUNDY, Robert G. **Transportation Energy Data Book: Edition 40**. Estados Unidos: Oak Ridge National Laboratory, 2022.

DIEESE. **A greve dos petroleiros de 2020**: mais um relato de luta dos trabalhadores. São Paulo: DIEESE, 2020.

_____. **Implicações Econômicas Intersetoriais da Operação Lava Jato**. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.html>>. Acesso em: 17 mar.2021.

_____. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos** – Tomada especial de preços de dezembro de 2020 e do ano de 2020. São Paulo: DIEESE, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202012cestabasica.pdf>>. Acesso em: 03 Mar. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução de B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

EPE. Ministério de Minas e Energia. **Atlas da Eficiência Energética Brasil – 2020**. Relatório de Indicadores. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, 2021b.

_____. **Relatório Síntese do Balanço Energético Nacional** – BEM 2021, Ano Base 2020. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, 2021a.

_____; IEA. **Transporte Rodoviário de Cargas Brasil – 2021**. Benchmarking Internacional. Brasília: Empresa de Pesquisa Energética, Agência Internacional de Energia, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4ª ed. rev. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Florestan Fernandes na constituinte**: leituras para a reforma política. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

FIORI, José Luís. **Transição energética e ecológica**. A Terra é Redonda. 13 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/transicao-energetica-e-ecologica/>>. Acesso em: 10 jun.2022.

_____. **A nova ordem mundial do petróleo**. Portal Adverso. 07 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.portaladverso.com.br/colunista/413/a-nova-ordem-mundial-do-petroleo>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

_____. **O futuro imediato**. A terra é redonda. 07 de março de 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/o-futuro-imediato/>>. Acesso em: 26 set. 2022.

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, nº 12, 2001.

_____. La nueva revolución tecnológica y sus impactos a la salud de los trabajadores. **Temporalis**, Brasília, ano 12, n.24, jul./dez. 2012. p. 17 – 27.

_____; TOMMASINO, Humberto. La solución técnica a los problemas ambientales. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, jun. 2012. p. 79-83

FOLHA DE PERNAMBUCO. **Casal do Recife são primeiros casos de coronavírus em Pernambuco**. 12 de março de 2020a. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/casal-do-recife-sao-primeiros-casos-de-coronavirus-em-pernambuco/133219/>>. Acesso em: 03 mar.2021.

_____. **Com críticas a Bolsonaro, PT, Pcdob, PSB e PDT assinam manifesto sobre as eleições da Câmara**. 22 de dezembro de 2020b. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/com-criticas-a-bolsonaro-pt-pcdob-psb-e-pdt-assinam-manifesto-sobre-as-eleicoes-da-camara/22306/>>. Acesso em: 08 jan. 2021.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Índice de Transição Energética 2020**: da crise à recuperação. 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/fostering-effective-energy-transition-2020>>. Acesso em: 29 jun.2022.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Teresa Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; CLARK, Brett. Imperialismo Ecológico: a maldição do capitalismo. **Socialist register**, v.40, 2004. p. 225 – 244.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma Ponte para o Futuro**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 26 out.2020.

FUP. **Em seis anos de PPI, gás de cozinha subiu 281% nas refinarias**. 17 de outubro de 2022. Disponível em: <<https://fup.org.br/em-seis-anos-do-ppi-gas-de-cozinha-subiu-281-nas-refinarias/>>. Acesso em: 13 ago.2023.

_____. **Plataforma operária e camponesa para a energia propõe ações emergenciais durante pandemia**. 13 de abril de 2020. Disponível em: <<https://fup.org.br/plataforma-operaria-e-camponesa-para-a-energia-propoe-acoes-emergenciais-durante-pandemia/>>. Acesso em: 18 ago.2022.

_____. **20 anos de resistência**: 1995/2015. Rio de Janeiro: Federação Única dos Petroleiros e Sindicatos Filiados, 2015.

FURNO, Juliane da Costa. **Limites e possibilidades do desenvolvimento econômico na periferia capitalista**: a Política de Conteúdo Local no setor de

Petróleo e Gás. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

FUSER, Igor; BUNDER, Túlio Cesar de Oliveira. Políticas energéticas na Rússia: da terapia do choque à renacionalização parcial (1991 – 2008). **Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 4, 2018. P. 138 – 152.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, Erick. **Nem limpa, nem sustentável**: usinas eólicas exploram agricultores familiares e territórios tradicionais para gerar lucro. The Intercept Brasil. 01 de agosto de 2022. Disponível em: < <https://theintercept.com/2022/08/01/energia-eolica-conflitos-territorios-agricultura/>>. Acesso em: 18 ago.2022.

GIOVANAZ, Daniel. **Dossiê Lava Jato**: um ano de cobertura crítica. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6ª ed. São Paulo: Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

G1. **Noventa por cento dos internados em ala de queimados de hospital no Recife usavam álcool para cozinhar**. 06 de junho de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/uso-de-alcool-para-cozinhar-causa-queimaduras-em-90-dos-pacientes-internados-em-hospital-no-recife.ghtml>>. Acesso em: 10 ago.2019

HAFFNER, Jacqueline A.; MAIA, André Valente. A segurança energética chinesa e o papel da América do Sul. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, 2022. p. 103 – 115.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>>. Acesso em: 30 jul.2022.

IEA. **Estatísticas Mundiais de Energia 2020**. 18 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.iea.org/data-and-statistics/data-tools/energy-statistics-data->

browser?country=WORLD&fuel=Energy%20supply&indicator=TESbySource>.
Acesso em: 13 ago.2023.

INPE. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. **Comparação do total de focos de fogo ativo detectados pelo satélite de referência em cada mês**, no período de 1998 até 20/04/2022. Brasília: INPE, 2020. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/>. Acesso em: 21 abr.2022.

IPCC. **Sumário para Formuladores de Políticas**. Brasília: MCTIC, 2019.

JAGER, Henrique. **Petrobras segue receita de Salles e aproveita para “passar a boiada”**. Carta Capital. São Paulo, 06 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/petrobras-segue-receita-de-salles-e-aproveita-para-passar-a-boiada/>>. Acesso em: 30 ago.2020.

JUBILEU SUL BRASIL. **Economia Verde**: a nova cara do Capitalismo. São Paulo: Jubileu Sul Brasil, 2013.

_____. **Economia Verde**: o que é feito em nome do meio ambiente e do clima? Caderno de Estudo Nº 5. São Paulo: Jubileu Sul Brasil, 2016.

KAFKA, Franz. **O processo**. Trad. Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

KATZ, Claudio. **A teoria da dependência**: 50 anos depois. Trad. Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

_____. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. Trad. Maria Almeida. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016.

KOFLER, Leo. **História e dialética**: estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. Tradução de Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOSIC, Karel. **Dialética do Concreto**. Parte I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. A questão social no projeto do BRICS. **Ciência e Saúde Coletiva** [online], v.23, n.7, 2018. P. 2133 – 2146.

LÖWY, Michael. Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina. **Crítica Marxista**, n. 38, 2014. P. 61 – 69.

_____. KONDER, Leandro. O socialismo libertário de William Morris. In: MORRIS, William. **Notícias de lugar nenhum**: ou uma época de tranquilidade. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Treze teses sobre a catástrofe ecológica iminente**. A terra é redonda. 11 de fevereiro de 2020. Disponível em: < <https://aterraeredonda.com.br/treze-teses-sobre-a-catastrofe-ecologica-iminente/>>. Acesso em: 06 abr.2022.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **O reformismo e a contrarrevolução**: estudos sobre o Chile. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, Cristiane Coelho de Campos. **Faces do desastre socioambiental do Vale do Itajaí**: análise sobre os desafios lançados ao Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. O rendimento e suas fontes – A economia vulgar. In **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Leandro Konder. In: _____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores)

_____. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Trad. de Nélio Schneider. Boitempo: São Paulo, 2017.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

_____. Novas formas de protesto social e velhos caminhos de luta da classe trabalhadora: encontros e desencontros. Um estudo a partir do caso brasileiro no

período recente. In: **III International Conference Strikes and Social Conflicts: combined historical approaches to conflict**. Proceedings, 2016, p. 1140-1152.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAZRUI, Ali A.. “Procurai primeiramente o reino político...”. In UNESCO. **História geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. P. 125 – 149

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MILANEZ, B. Mineração e impactos socioambientais: as dores de um país mega-minerador. In: **Movimentos socioambientais: lutas, conquistas, avanços, retrocessos, esperanças**. 1 ed. Formosa. GO: Editora Xapuri Socioambiental, 2019, v.1, p. 383-417.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. **Desinvestimentos da Petrobras em ativos de exploração e produção de petróleo e gás natural**. Brasília, 10 de setembro de 2020. Disponível em: < http://www.mme.gov.br/todas-as-noticias/-/asset_publisher/pdAS9lCdBICN/content/desinvestimentos-da-petrobras-em-ativos-de-exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas-natural>. Acesso em: 01 out.2020.

MODIANO, Eduardo. Um balanço da privatização nos anos 90. In: PINHEIRO, Armando Castelar; FUKASAKU, Kiichiro (Ed.). **A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. p. 321 – 327.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.49, n. 1, 2018. p.55-97.

MORENO, Camila. Soberania energética e soberania alimentar: uma só luta na era da agroenergia. Apresentação In: BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis**. São Paulo: Terra de Direitos: Expressão Popular, 2007. p. 5 – 20.

MORRIS, William. **Notícias de lugar nenhum: ou uma época de tranquilidade**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In _____ (Org.). **Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: _____ et al (Org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. **REDD**: Uma Coleção de conflitos, contradições e mentiras. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais: Montevideu, 2015.

_____. **O que há de errado com plantar árvores?** Novos incentivos para expandir as plantações industriais de árvores no Sul Global. Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais: Montevideu, 2020.

MST. **Movimentos populares latino-americanos lembram dez anos da derrota da Alca**. 08 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://mst.org.br/2015/10/08/movimentos-populares-latino-americanos-lembram-dez-anos-da-derrota-da-alca/>>. Acesso em: 16 jan.2021.

NACHILUK, Katia. Alta na Produção e Exportações de Açúcar Marcam a Safra 2020/21 de Cana. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 16, n. 6, jun. 2021. p. 1-5.

NOZAKI, William. Capitalismo e corrupção: a Petrobras e a Operação Lava Jato. In AUGUSTO JR., Fausto; GABRIELLI, José Sergio; ALONSO JR., Antonio. **Operação Lava Jato**: crime, devastação econômica e perseguição política. São Paulo: Expressão Popular, 2021. p. 29 – 51.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Mapa da Motorização Individual no Brasil 2019**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2019.

ODEBRECHT. **Relatório Anual 2020**. Odebrecht S.A., 2020. Disponível em: <https://apicdn.novonor.com/media/documents/relatorio_integrado_2020_0_1.pdf>. Acesso em: 03 mar.2023.

_____. **Relatório Anual 2015**. Odebrecht S.A., 2015. Disponível em: <https://apicdn.novonor.com/media/documents/ra_odebrecht_2015.pdf>. Acesso em: 03 mar.2023.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. R202 – Recomendação relativa aos Pisos de Proteção Social, 2012. **Construir sistemas de proteção social**: Normas internacionais e instrumentos de direitos humanos. 2ª edição. Genebra: OIT, 2021.

_____. **Relatório Mundial sobre Proteção Social 2017–19**: Proteção social universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Bureau Internacional do Trabalho – Genebra: OIT, 2017.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, v. 7, n.18, 1993. P. 43 – 63.

ONU. **Protocolo de Quioto**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores, 1997.

OPAS; OMS. **Folha informativa COVID-19** – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. 2020. Atualizada em 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: < <https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 03 mar.2021.

OPEC. **Annual Statistical Bulletin 2020**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2021.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2019**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2020.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2018**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2019.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2017**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2018.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2016**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2017.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2015**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2016.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2014**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2015.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2013**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2014.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2012**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2013.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2010/2011**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2011.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2009**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2010.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2008**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2009.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2007**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2008.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2006**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2007.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2005**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2006.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2004**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2005.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2003**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2004.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2002**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2003.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2001**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2002.

_____. **Annual Statistical Bulletin 2000**. Vienna: Organization of the Petroleum Exporting Countries, 2001.

ORELLANA, Jesem Douglas Y. et al. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 2020. Disponível em: <<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1292/excesso-de-mortes-durante-a-pandemia-de-covid-19-subnotificacao-e-desigualdades-regionais-no-brasil>>. Acesso em: 03 Mar. 2021.

OSÓRIO, Jaime Sebastian. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Trad. Fernando Correa Prado. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

_____. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n.34, jul./dez. 2017. P. 25 – 51.

OXFAM INTERNACIONAL. **Poder, lucros e a pandemia**: Da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. Oxford: Oxfam Internacional, 2020.

_____. **Tempo de Cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Tradução de Master Language Traduções e Interpretações Ltda. Brasília: Oxfam Brasil, 2020b.

PAPA FRANCISCO. Digamos sem medo: queremos uma mudança real das estruturas. In **Testemunhos da Utopia**. Expressão Popular, 2016.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Thulio Cícero Guimarães. **Energias renováveis**: capitalismo, hegemonia e dominação. Le Monde Diplomatique Brasil. 31 de outubro de 2011. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/energias-renovaveis-capitalismo-hegemonia-e-dominacao/>>. Acesso em: 10 jun.2022.

PETROBRAS. **Cenpes**: tecnologia para superar desafios em 60 anos de Petrobras. 20 de abril de 2014. Disponível em: <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/cenpes-tecnologia-para-superar-desafios-em-60-anos-de-petrobras.htm>>. Acesso em: 30 jan.2023.

PETROBRAS. **Formulário de Referência 2011**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2012.

_____. **Formulário de Referência 2012**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2013.

_____. **Formulário de Referência 2013**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2014.

_____. **Formulário de Referência 2014**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2015.

_____. **Formulário de Referência 2015**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2016.

_____. **Formulário de Referência 2016**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2017.

_____. **Formulário de Referência 2017**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2018.

_____. **Formulário de Referência 2018**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2019.

_____. **Formulário de Referência 2019**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2020.

_____. **Formulário de Referência 2020**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2021.

_____. **Novos Caminhos**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://novoscaminhos.petrobras.com.br>>. Acesso em: 28. Mai.2020.

_____. **Relatório Anual 2017**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2018.

_____. **Relatório Anual 2018**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2019.

_____. **Relatório Anual e Formulário 20-F 2019**. Rio de Janeiro, Petrobras, 2020.

_____. **Relatório da Administração 2020**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2021.

PLATAFORMA OPERÁRIA E CAMPONESA DA ENERGIA. **Propostas para um Projeto Energético Popular com soberania, distribuição de riqueza e controle popular**: compromissos com o povo brasileiro na Política Energética Nacional. Brasília: Plataforma Operária e Camponesa da Energia, 2014.

_____. **Em defesa da Petrobrás e do Brasil**: pelo pré-sal para educação, saúde, emprego e direitos. São Paulo: Plataforma Operária e Camponesa da Energia, 2016.

PRASHAD, Vijay. **Balas de Washington**: uma história da CIA, golpes e assassinatos. Tradução de Rafael Tatemoto. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PINTO, Eduardo Costa. Petrobras, Petróleo e Pré-Sal: o que sobrou dos interesses brasileiros após o golpe de 2016? In: COSTA, Greiner; POCHMANN, Marcio. **O Estado como parte da solução**: uma análise dos desafios do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.

PNUMA. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza** – Síntese para Tomadores de Decisão, 2011.

_____. GCP; FGV/EAESP. **Declaração do Capital Natural**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Marcos ambientais**: Linha do tempo dos 75 anos da ONU. 26 de junho de 2020a. Disponível em: <<https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline>>. Acesso em: 13 abr.2022.

_____. **Novo relatório da ONU detalha os impactos ambientais da exportação de veículos usados para países em desenvolvimento**. 26 de outubro de 2020b. Disponível em: < <https://www.unep.org/pt-br/noticias-e-reportagens/comunicado-de-imprensa/novo-relatorio-da-onu-detalha-os-impactos-ambientais>>. Acesso em: 12 ago.2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Cultura da Cana-de-Açúcar**. ABC do Lavrador Prático nº56. 2ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, Editora Chácaras e Quintais LTDA, 1966.

ROBAINA, Eduardo. **A distribuição desigual da pegada energética no mundo**. Tradução de CEPAT – Instituto Humanitas Unisinos. La Marea. 18 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/597195-a-distribuicao-desigual-da-pegada-energetica-no-mundo>>. Acesso em: 20 ago.2022.

SANT'ANA, Raquel Santos. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SÉRÉNI, Jean-Pierre. **A nova era do petróleo estatal**. Le Monde Diplomatique. 01 de janeiro de 2007. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-nova-era-do-petroleo-estatal/>>. Acesso em: 09 jul.2023.

SILVA, Ana Karolina Moraes; ABREU, Beatriz dos Santos; MENEM, Issam Rabi. Imperialismo, petróleo e o intervencionismo ocidental: análise da guerra civil na Líbia

(2011 – 2020). **Revista Conjuntura Global**, Universidade Federal do Paraná, v. 10, n.1, 2021. P. 27 – 44.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco**: vida, deslocamentos e trabalho. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, José Graziano da. **Agroenergia e segurança alimentar**: compromisso da FAO. Valor Econômico. 29 de maio de 2007. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/478502/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 jul.2022.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Capitalismo contemporâneo e “questão ambiental”**: o Desenvolvimento Sustentável e a ação do Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Silvana Crisostomo da. Desenvolvimento Sustentável e os conflitos socioambientais provocados pela mineração sob a insígnia do capitalismo dependente. In *A Questão Ambiental na Contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate*. **Revista de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, v.24, n.1, 2020. P. 108 – 125.

_____. **Produção de Conhecimento do Serviço Social sobre a Questão Ambiental**: uma análise de seus fundamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira (Coord.). **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista. **A geopolítica da sede no Brasil**: um estudo sobre água e pobreza no campo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Raquel Cavalcante; SILVA, Silvana Crisostomo da; COSTA, Laila Talita da Conceição. A Política de Saúde e a produção e reprodução da violência: a estratégia de disseminação da Covid-19 no Brasil. In CAVALCANTI, Soraya Araujo Uchoa; FERNANDES, Renata Alves Cesar (Orgs.). **Extensão Universitária na contramão do conservadorismo**: diálogos sobre violências e as políticas públicas no Brasil. Recife: Edupe, 2022. p. 21 – 48.

SOUTO, Aline de Souza. **Semeá, adubá, tratá**: as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

STF. **Congresso pede liminar para evitar venda de refinarias da Petrobras sem autorização legislativa**. 03 de agosto de 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448772&ori=1>>. Acesso em: 19 out. 2020.

_____. **STF decide que venda de subsidiárias de estatais não exige autorização legislativa**. 06 de junho de 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=413384&ori=1>>. Acesso em: 19 out. 2020.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. Até onde vão os movimentos pela justiça climática? **Revista Nueva Sociedad**, especial em português, dezembro de 2020. P. 34 – 48.

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão**: a privatização dos ventos para produção de energia eólica no semiárido brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TRICONTINENTAL. **Amazônia Brasileira**: A pobreza do Homem como resultado da Riqueza da Terra. Dossiê nº14. Brasil: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019a.

_____. **A catástrofe climática e o ataque neoliberal à Índia rural**. Duas reportagens por P. Sainath. Dossiê nº21. Brasil: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019b.

_____. **Crepúsculo**: a erosão do controle dos EUA e o futuro multipolar. Dossiê nº 36. Brasil: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2021.

_____. **O imperialismo do capital financeiro e as “guerras comerciais”**. Dossiê nº 7. Brasil: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2018.

_____. **O legado do Lekra**: organizando a cultura revolucionária na Indonésia. Dossiê nº 35. Brasil: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2020.

_____. **Soberania de Recursos**: a agenda para que a África saia do Estado de Saque. Dossiê nº 16. Brasil: Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2019c.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: Estratégias de bem-estar e políticas públicas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, UCAM, IUPERJ, 2000.

VÍGOLO, Tamires Cristina. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FILMOGRAFIA

A REVOLUÇÃO não será televisionada. Direção de Kim Bartley e Donnacha O'Briain. Finlândia: Power Pictures, 2003. (74 min)

A ÚLTIMA hora. Direção de Nadia Conners e Leila Conners Petersen. Estados Unidos: Warner Independent Pictures. (95 min)

BEFORE the flood. Direção de Fisher Stevens. Estados Unidos: National Geographic, 2016. (96 min)

CARBONO. Direção de Olivier Marchal. Estados Unidos: Netflix, 2017. (103 min)

COWSPIRACY: o segredo da sustentabilidade. Direção de Kip Andersen e Keegan Kuhn. Estados Unidos: A.U.M. Films; First Spark Media, 2014. (91 min)

DEMOCRACIA em vertigem. Direção de Petra Costa. Brasil: Netflix, 2019. (121 min)

ELYSIUM. Direção de Neill Blomkamp. Estados Unidos: TriStar Pictures, 2013. (109 min)

NÃO OLHE para cima. Direção de Adam McKay. Estados Unidos: Hyperobject Industries, 2021. (138 min)

O PROCESSO. Direção de Maria Augusta Ramos. Alemanha: Autentika Film, 2018. (140 min)

O VENENO está na mesa. Direção de Silvio Tandler. Brasil: Caliban, 2011. (50 min)

O VENENO está na mesa II. Direção de Silvio Tandler. Brasil: Caliban, 2014. (70 min)

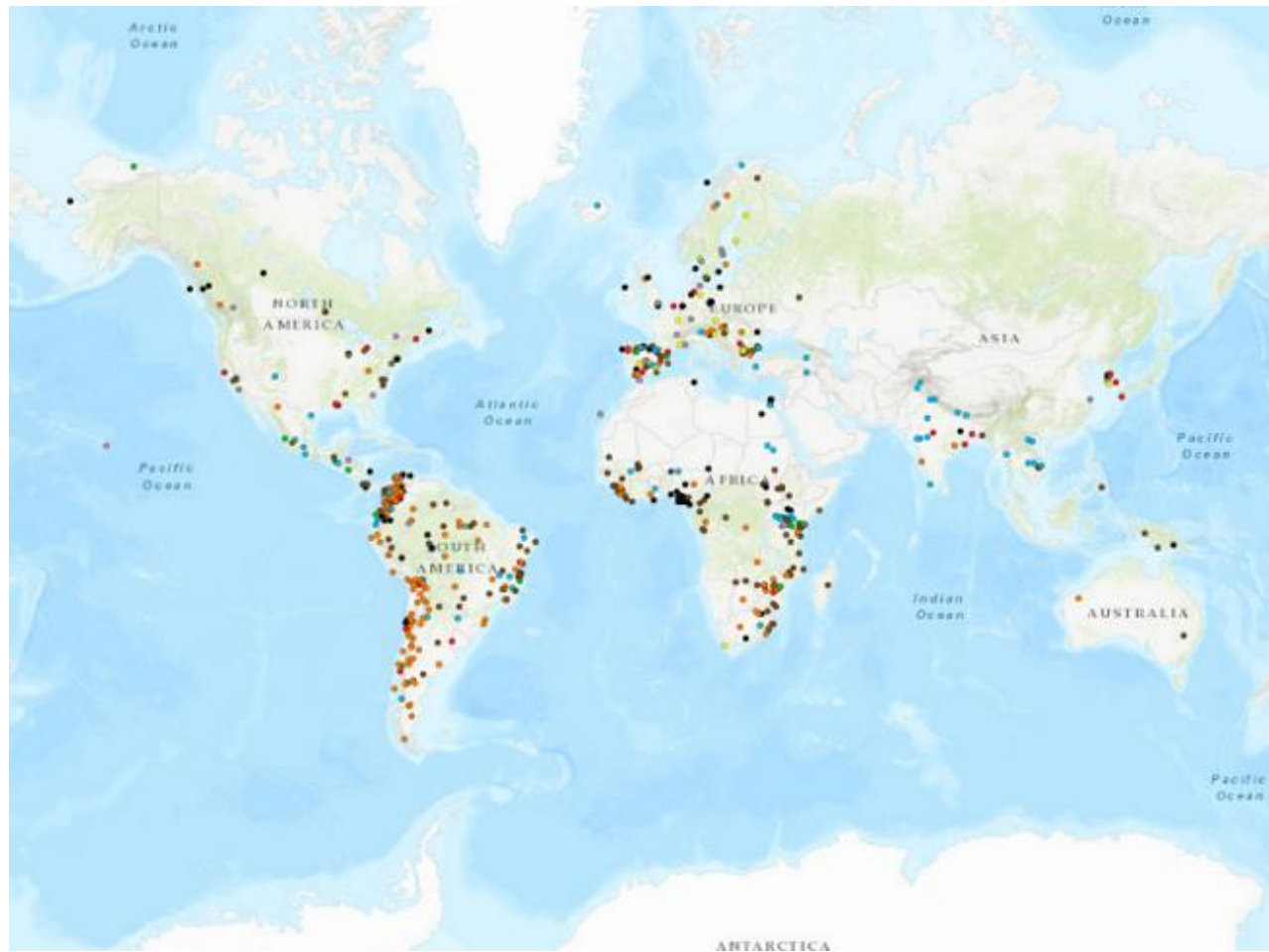
OS REIS da fraude. Direção de Guillaume Nicloux. Estados Unidos: Netflix, 2021. (105 min)

UMA VOZ contra o poder. Direção de Clark Johnson. Canadá: Scythia Films, 2021 (99 min)

ANEXO

MAPAS DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS REGISTRADOS NO ATLAS GLOBAL DE JUSTIÇA AMBIENTAL (EJATLAS)

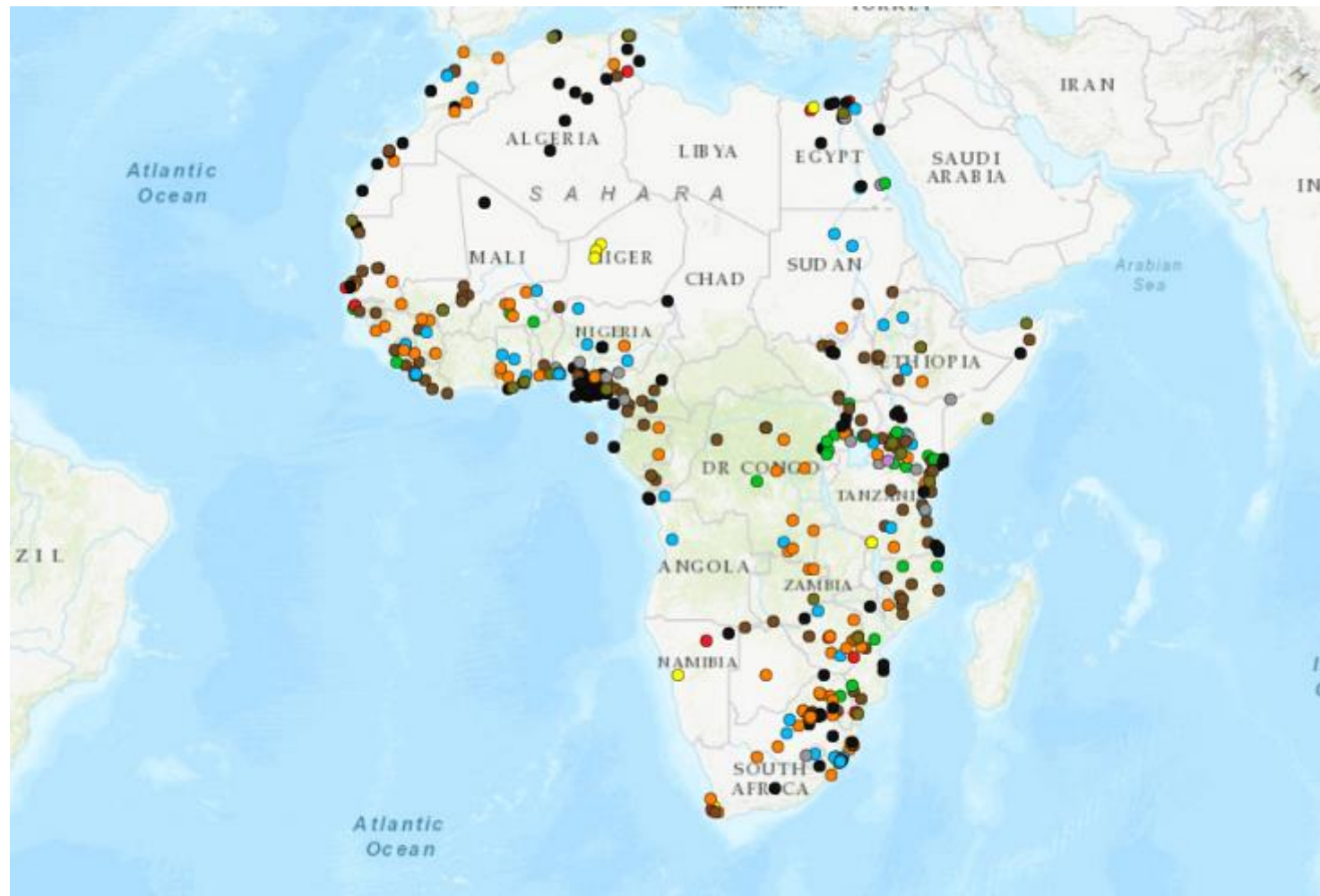
A) Conflitos Socioambientais no Mundo



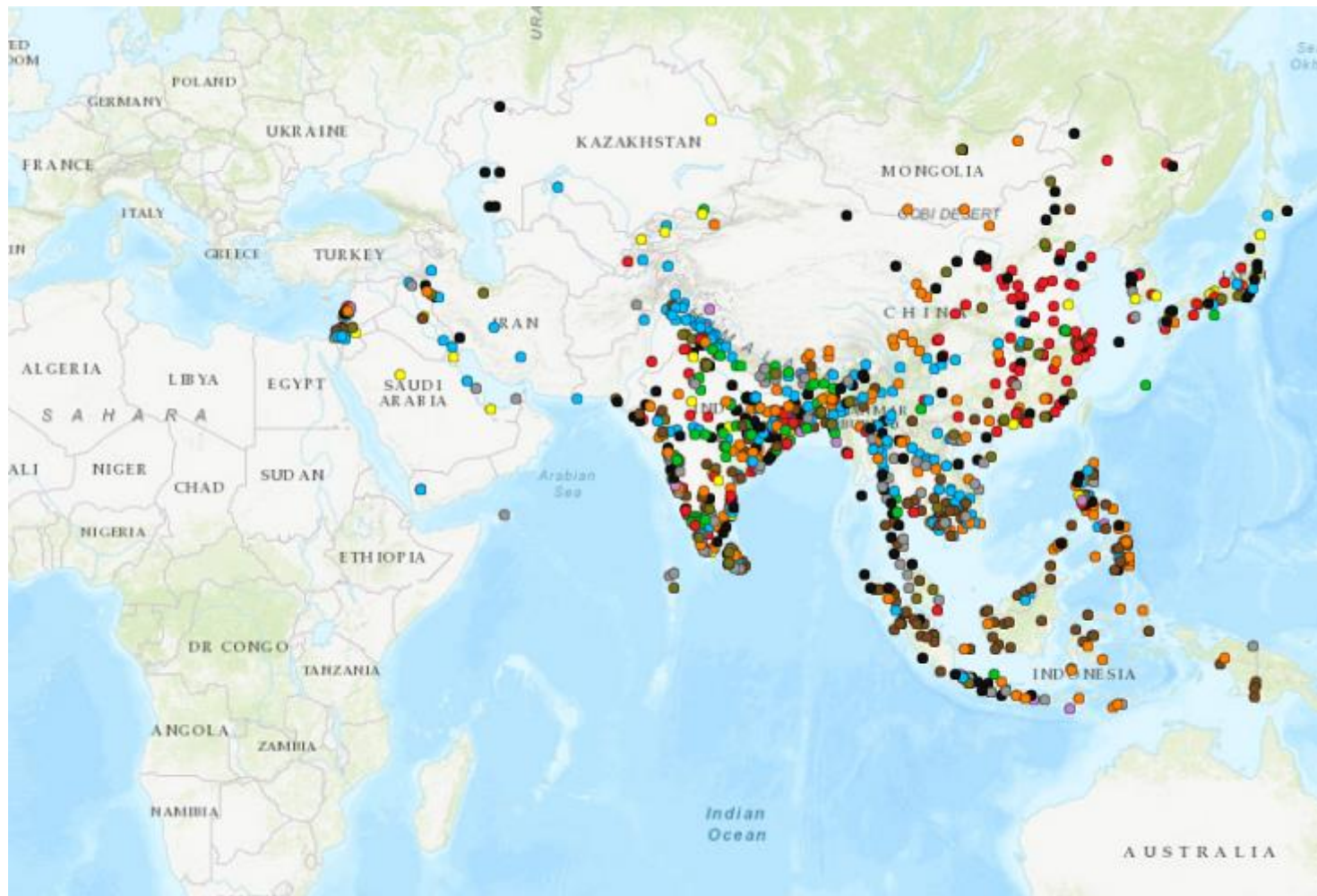
B) Conflitos Socioambientais na América Latina e Caribe



C) Conflitos Socioambientais na África



D) Conflitos Socioambientais na Ásia



APÊNDICE

UPSTREAM MUNDIAL (2000 – 2020)

ATIVIDADE ANO	RESERVAS MUNDIAIS COMPROVADAS DE PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS		PLATAFORMAS ATIVAS POR PAÍS	PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS (1.000 b/d)	EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS (1.000 b/d)	IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE PETRÓLEO BRUTO POR PAÍS (1.000 b/d)
	País	mb				
2000	Arábia Saudita	262.766	26	8.094,5	6.253,1	-
	Iraque	112.500	9	2.810,0	1.995,9	-
	Irã	99.530	27	3.661,3	2.492,2	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	12	2.174,7	1.814,9	-
	Kuwait	96.500	11	1.996,1	1.244,7	-
	Venezuela	76.848,1	73	2.891,0	2.003,5	-
	Antiga URSS	65.305	-	7.459,4	3.056,3	5,0
	Líbia	36.000	6	1.347,2	1.005,0	-
	Nigéria	29.000	10	2.053,6	1.986,4	-
	México	28.260	46	3.012,1	1.775,7	-
	Estados Unidos	21.765	1.100	5.821,6	51,8	9.109,8
	China	24.000	-	3.228,3	209,3	-
	Brasil	8.100	25	1.233,0	-	578,0
	Arábia Saudita	262.697	32	7.888,9	6.035,9	-
	Iraque	115.000	9	2.593,7	1.710,2	-
	Irã	99.080	33	3.572,0	2.446,0	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	28	2.114,2	1.786,7	-

2001	Kuwait	96.500	13	1.947,0	1.214,1	-
	Venezuela	77.685	60	2.791,9	1.964,7	-
	Antiga URSS	77.463	-	8.070,4	3.344,4	-
	Líbia	36.000	19	1.323,5	987,6	-
	Nigéria	31.506	9	2.017,6	2.089,4	-
	México	25.425	63	3.127,1	1.882,5	-
	Estados Unidos	22.446	887	5.801,3	23,7	9.223,0
	China	18.300	-	3.297,2	164,7	-
	Brasil	8.496	27	1.305,1	-	416,9
2002	Arábia Saudita	262.790	33	7.093,1	5.284,6	-
	Irã	130.690	34	3.248,4	2.093,6	-
	Iraque	115.000	na	2.126,5	1.494,6	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	26	1.900,3	1.614,0	-
	Kuwait	96.500	13	1.745,9	1.138,0	-
	Antiga URSS	86.050	-	8.870,3	3.940,4	5,0
	Venezuela	77.307	30	2.431,8	1.572,0	-
	Líbia	36.000	10	1.200,3	922,4	-
	Nigéria	34.349	12	1.801,7	1.798,2	-
	Estados Unidos	22.677	863	5.816,8	20,6	9.606,9
	China	16.023	-	3.393,1	169,7	-
	Brasil	9.805	26	1.477,9	-	448,6
2003	Arábia Saudita	262.730	31	8.410,3	6.522,9	-
	Irã	133.250	39	3.741,6	2.396,3	-
	Iraque	115.000	na	1.378,6	388,6	-
	Kuwait	99.000	8	2.107,6	1.242,9	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	16	2.248,0	2.048,0	-
	Antiga URSS	89.075	-	9.766,0	6.479,5	40,0
	Venezuela	77.226,2	45	2.643,0	1.535,0	-

	Líbia	39.126	11	1.431,9	1.126,5	-
	Nigéria	35.254,9	9	2.166,3	2.303,5	-
	Estados Unidos	22.700	1.125	5.737,0	22,1	10.348,8
	China	15.987	-	3.407,2	163,1	-
	Brasil	10.602	24	1.496,1	-	419,7
2004	Arábia Saudita	264.310	34	8.897,0	6.813,1	-
	Irã	132.460	40	3.834,2	2.684,1	-
	Iraque	115.000	-	2.106,2	1.450,0	-
	Kuwait	101.500	12	2.288,7	1.414,9	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	14	2.343,6	2.172,0	-
	Antiga URSS	90.271	-	10.580,5	7.147,6	39,8
	Venezuela	79.729,2	69	3.009,4	1.566,2	-
	Líbia	39.126	10	1.580,7	1.284,5	-
	Nigéria	35.876,2	11	2.356,8	2.356,0	-
	Estados Unidos	21.891	1.242	5.430,3	23,7	10.770,5
	China	16.038	-	3.484,9	159,0	-
	Brasil	11.243	26	1.477,4	-	412,6
2005	Arábia Saudita	264.211	44	9.353,3	7.208,9	-
	Irã	136.270	38	4.091,5	2.394,5	-
	Iraque	115.000	30	1.912,7	1.472,2	-
	Kuwait	101.500	13	2.573,4	1.650,8	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	15	2.378,0	2.195,0	-
	Venezuela	80.012	75	3.128,0	2.197,8	-
	Rússia	77.712	-	9.147,6	4.835,1	40,0
	Líbia	41.464	9	1.693,2	1.306,3	-
	Cazaquistão	39.828	-	986,7	-	-
	Nigéria	36.220	9	2.365,9	2.326,0	-
	Estados Unidos	21.371	1.242	5.120,6	25,1	11.209,4

	China	15.587	-	3.617,2	163,0	-
	Brasil	11.772	28	1.633,6	-	419,6
2006	Arábia Saudita	264.251	75	9.207,9	7.029,4	-
	Irã	138.400	45	4.072,6	2.377,2	-
	Iraque	115.000	30	2.020,1	1.467,8	-
	Kuwait	101.500	16	2.664,5	1.723,4	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	15	2.568,0	2.420,3	-
	Venezuela	87.324	76	3.107,0	1.735,1	-
	Rússia	79.306	180	9.358,5	4.923,9	44,3
	Líbia	41.464	9	1.751,2	1.425,6	-
	Cazaquistão	39.828	65	1.056,5	-	-
	Nigéria	37.200	9	2.233,9	2.248,4	-
	Estados Unidos	21.757	1.695	5.136,3	20,6	11.666,1
	China	15.615	20	3.673,5	113,7	-
	Brasil	12.182	33	1.722,7	-	426,8
2007	Arábia Saudita	264.209	76	8.816,0	6.962,1	-
	Irã	136.150	50	4.030,7	2.466,8	-
	Iraque	115.000	30	2.183,7	1.643,0	-
	Kuwait	101.500	11	2.574,5	1.612,9	-
	Venezuela	99.377	71	2.949,5	2.115,6	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	14	2.529,0	2.342,7	-
	Rússia	79.432	274	9.572,1	5.264,3	62,3
	Líbia	43.663	15	1.673,9	1.377,8	-
	Cazaquistão	39.828	76	1.079,3	-	-
	Nigéria	37.200	15	2.059,3	2.144,1	-
	Estados Unidos	20.972	1.774	5.102,5	20,9	10.017,0
	China	15.493	28	3.736,0	76,1	-
	Brasil	12.624	46	1.748,0	-	434,4

2008	Arábia Saudita	264.063	127	9.198,0	7.321,7	-
	Venezuela	172.323	108	3.118,5	1.769,6	-
	Irã	137.620	52	4.055,7	2.438,1	-
	Iraque	115.000	29	2.280,5	1.855,2	-
	Kuwait	101.500	19	2.676,0	1.738,5	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	14	2.572,2	2.334,4	-
	Rússia	79.049	335	9.498,5	5.046,3	48,2
	Líbia	44.271	63	1.721,5	1.403,4	-
	Cazaquistão	39.828	107	1.142,7	-	-
	Nigéria	37.200	20	2.017,4	2.098,1	-
	Estados Unidos	21.317	1.782	4.954,8	28,7	9.753,4
	China	15.493	30	3.802,1	77,1	-
	Brasil	12.624	59	1.812,1	-	371,9
2009	Arábia Saudita	264.590	102	8.184,0	6.267,6	-
	Venezuela	211.173	120	2.878,1	1.608,3	-
	Irã	137.010	52	3.557,1	2.232,0	-
	Iraque	115.000	22	2.336,2	1.905,6	-
	Kuwait	101.500	28	2.261,6	1.348,3	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	19	2.241,6	1.953,4	-
	Rússia	79.432	320	9.650,4	5.607,8	47,5
	Líbia	46.422	60	1.473,9	1.170,4	-
	Cazaquistão	39.800	85	1.256,3	-	-
	Nigéria	37.200	18	1.842,0	2.160,4	-
	Estados Unidos	19.121	1.172	5.310,1	43,7	9.062,3
	China	18.000	47	3.793,0	104,2	-
	Brasil	12.802	66	1.950,4	-	360,1
	Venezuela	296.501	125	2.853,6	1.562,0	-
	Arábia Saudita	264.516	98	8.165,6	6.644,0	-

2010	Irã	151.170	54	3.544,0	2.583,0	-
	Iraque	143.100	36	2.358,1	1.890,0	-
	Kuwait	101.500	56	2.312,1	1.430,0	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	13	2.323,8	2.103,0	-
	Rússia	79.432	294	9.841,3	5.609,0	47,9
	Líbia	47.097	60	1.486,6	1.118,0	-
	Cazaquistão	39.800	58	1.333,4	-	-
	Nigéria	37.200	35	2.048,3	2.464,0	-
	Estados Unidos	19.121	1.711	5.512,1	44,0	9.183,9
	China	18.000	43	4.076,6	40,0	-
	Brasil	12.857	75	2.054,7	-	311,6
2011	Venezuela	297.571	116	2.880,9	1.553,4	-
	Arábia Saudita	265.405	121	9.311,0	7.218,1	-
	Irã	154.580	123	3.576,0	2.537,3	-
	Iraque	141.350	59	2.652,6	2.165,7	-
	Kuwait	101.500	32	2.658,7	1.816,1	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	19	2.564,2	2.457,0	-
	Rússia	77.403	300	9.787,4	4.786,3	-
	Líbia	48.014	55	489,5	299,5	-
	Nigéria	36.247	38	1.974,8	2.377,0	-
	Cazaquistão	30.000	60	1.325,9	-	-
	Estados Unidos	26.544	2.003	5.637,4	47,0	8.935,0
	China	23.747	833	4.052,1	50,5	5.066,9
	Brasil	12.841	86	2.105,4	-	318,2
	Venezuela	297.735	149	2.803,9	1.724,8	-
	Arábia Saudita	265.850	148	9.763,0	7.556,8	-
	Irã	157.300	133	3.739,8	2.102,0	-
	Iraque	140.300	92	2.942,4	2.423,4	-

2012	Kuwait	101.500	31	2.977,6	2.070,0	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	26	2.653,0	2.445,2	-
	Rússia	80.000	320	9.953,3	4.757,1	-
	Líbia	48.472	23	1.450,0	962,0	-
	Nigéria	37.139	44	1.954,1	2.368,0	-
	Estados Unidos	30.529	1.784	6.475,8	67,0	8.527,0
	China	24.428	827	4.074,2	48,8	5.423,8
	Brasil	13.154	71	2.061,3	-	311,5
2013	Venezuela	298.350	186	2.789,5	1.528,0	-
	Arábia Saudita	265.789	148	9.637,0	7.570,7	-
	Irã	157.800	138	3.575,3	1.109,2	-
	Iraque	144.211	83	2.979,6	2.390,4	-
	Kuwait	101.500	31	2.924,7	2.058,5	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	30	2.796,5	2.701,4	-
	Rússia	80.000	304	10.047,3	4.689,4	-
	Líbia	48.363	31	993,3	589,1	-
	Nigéria	37.071	59	1.753,7	2.193,0	-
	Estados Unidos	33.371	1.774	7.454,0	134,0	7.730,0
	China	24.376	827	4.163,8	32,3	5.657,7
	Brasil	15.050	54	2.023,9	-	363,5
2014	Venezuela	299.953	221	2.682,6	1.964,9	-
	Arábia Saudita	266.578	145	9.712,7	7.153,5	-
	Irã	157.530	135	3.117,1	1.109,2	-
	Iraque	143.069	69	3.110,5	2.515,5	-
	Kuwait	101.500	45	2.866,8	1.994,8	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	30	2.794,0	2.496,7	-
	Rússia	80.000	307	10.087,5	4.488,8	-

	Líbia	48.363	31	479,9	319,0	-
	Nigéria	37.448	46	1.807,0	2.120,1	-
	Estados Unidos	36.385	1.881	8.707,6	351,0	7.344,0
	China	24.649	823	4.208,3	12,2	6.177,5
	Brasil	15.544	42	2.254,6	-	333,3
2015	Venezuela	300.878	182	2.653,9	1.974,0	-
	Arábia Saudita	266.455	145	10.192,6	7.163,3	-
	Irã	158.400	130	3.151,6	1.081,1	---
	Iraque	142.503	65	3.504,1	3.004,9	-
	Kuwait	101.500	58	2.858,7	1.963,8	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	51	2.988,9	2.441,5	-
	Rússia	80.000	311	10.111,7	4.897,5	-
	Líbia	48.363	31	403,9	235,0	-
	Nigéria	37.062	29	1.748,2	2.114,0	-
	Estados Unidos	36.385	711	9.430,8	458,0	7.351,0
	China	25.132	824	4.273,7	57,0	6.730,9
	Brasil	16.184	38	2.437,3	-	251,7
2016	Venezuela	302.250	138	2.372,5	1.835,0	5,7
	Arábia Saudita	266.208	161	10.460,2	7.463,4	-
	Irã	157.200	153	3.651,3	1.921,7	-
	Iraque	148.766	44	4.647,8	3.803,5	-
	Kuwait	101.500	58	2.954,3	2.128,2	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	79	3.088,3	2.407,8	52,4
	Rússia	80.000	-	10.292,2	5.079,3	0,0
	Líbia	48.363	17	389,3	350,1	-
	Nigéria	37.453	9	1.427,3	1.738,0	-
	Estados Unidos	32.773	634	8.851,6	591,0	7.850,0
	China	25.620	25	3.986,1	58,6	7.625,4

	Brasil	13.000	13	2.510,0	891,3	134,3
2017	Venezuela	302.809	189	2.034,8	1.596,4	1,0
	Arábia Saudita	266.208	111	9.959,2	6.968,3	-
	Irã	155.600	157	3.867,3	2.125,0	-
	Iraque	147.223	54	4.468,7	3.802,0	-
	Kuwait	101.500	78	2.704,2	2.010,0	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	59	2.966,5	2.378,7	68,0
	Rússia	80.000	-	10.207,2	5.057,5	0,0
	Líbia	48.363	1	1.096,6	792,1	-
	Estados Unidos	39.160	930	9.371,4	1.158,0	7.969,0
	Nigéria	37.453	13	1.535,6	1.811,1	-
	China	25.627	32	3.821,5	97,1	8.425,7
	Brasil	12.634	14	2.621,8	1.127,4	149,8
2018	Venezuela	303.806	151	1.510,2	1.273,1	2,1
	Arábia Saudita	267.026	125	10.317,3	7.371,5	-
	Irã	155.600	157	3.553,0	1.849,6	-
	Iraque	145.019	80	4.410,0	3.862,0	-
	Kuwait	101.500	85	2.736,6	2.050,0	-
	Emirados Árabes Unidos	97.800	57	3.008,3	2.296,5	41,7
	Rússia	80.000	-	10.383,2	5.206,8	0,0
	Líbia	48.363	9	950,7	998,5	-
	Estados Unidos	43.824	1.078	10.964,1	2.048,0	7.768,0
	Nigéria	36.972	32	1.601,6	1.979,5	-
	China	25.927	35	3.787,0	52,4	9.260,2
	Brasil	12.835	10	2.586,5	1.147,0	185,6
	Venezuela	303.806	149	1.012,6	846,6	4,3
	Arábia Saudita	258.600	115	9.808,2	7.038,1	-
	Irã	208.600	117	2.356,2	651,1	-

2019	Iraque	145.019	77	4.576,1	3.968,2	-
	Emirados Árabes Unidos	105.000	66	3.057,9	2.414,2	52,8
	Kuwait	101.500	87	2.677,7	1.986,3	-
	Rússia	80.000	-	10.479,5	5.253,0	0,0
	Líbia	48.363	16	810,5	1.035,7	-
	Estados Unidos	44.191	804	12.289,5	2.982,0	6.801,0
	Nigéria	36.890	17	1.737,4	2.008,2	-
	China	26.154	38	3.825,0	16,1	10.180,5
	Brasil	13.435	14	2.787,7	1.301,3	188,9
2020	Venezuela	303.561	124	568,6	486,8	5,7
	Arábia Saudita	261.600	59	9.213,2	6.658,6	-
	Irã	208.600	117	1.985,3	404,5	-
	Iraque	145.019	30	3.996,6	3.428,4	-
	Emirados Árabes Unidos	107.000	40	2.778,6	2.418,4	163,3
	Kuwait	101.500	85	2.438,0	1.826,3	-
	Rússia	80.000	-	9.459,8	4.653,5	0,0
	Líbia	48.363	11	389,1	347,2	-
	Estados Unidos	44.359	341	11.283,0	3.175,0	5.877,0
	Nigéria	36.910	49	1.493,2	1.879,3	-
	China	26.023	30	3.889,0	32,7	10.852,6
	Brasil	12.715	9	2.939,8	1.401,0	134,3

Fonte: Boletim Estatístico Anual da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) dos anos de 2001 a 2021.

